



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

DALINE LIMA DE OLIVEIRA

**AS OCUPAÇÕES HUMANAS NA MICRORREGIÃO BREJO SANTO,
ESTADO DO CEARÁ, BRASIL: DADOS ARQUEOLÓGICOS E ETNO-
HISTÓRICOS**

Teresina
2021

DALINE LIMA DE OLIVEIRA

AS OCUPAÇÕES HUMANAS NA MICRORREGIÃO BREJO SANTO, ESTADO DO
CEARÁ, BRASIL: DADOS ARQUEOLÓGICOS E ETNO-HISTÓRICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa

Teresina
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial de Ciências da Natureza - CCN
Serviço de Processamento Técnico

O48o Oliveira, Daline Lima de.
As ocupações humanas na microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil: dados arqueológicos e etno-históricos / Deline Lima de Oliveira. -- 2021.
204 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Teresina. 2021.
“Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa”.

1. Sítios Arqueológicos. 2. Preservação do Patrimônio Cultural. 3. Brejo Santo - Ceará - Brasil. I. Corrêa, Ângelo Alves. II. Título.

CDD 930.1

Bibliotecária (o): Caryne Maria da Silva Gomes – CRB3/ 1461

DALINE LIMA DE OLIVEIRA

AS OCUPAÇÕES HUMANAS NA MICRORREGIÃO BREJO SANTO, ESTADO DO
CEARÁ, BRASIL: DADOS ARQUEOLÓGICOS E ETNO-HISTÓRICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa

Aprovado em: 23/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa (UFPI)
Orientador

Prof. Dr. Flávio Rizzi Calippo (UFPI)
Examinador Interno

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral (UNIVASF)
Examinador Externo

Prof. Dra. Cláudia Minervina Souza Cunha
Prof suplente interna

Prof. Dra. Cláudia Alves de Oliveira
Suplente Externa

A todos os povos indígenas, em especial, aos Kariris do passado e do presente.

A minha avó, Dona Jesus (*in memoriam*), com todo o meu coração e alma.

Maria Jesus do Nascimento (1921/2018).

Aos meus pais, Expedita Maria de Lima e José Expedito de Oliveira, com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientação precisa do Prof. Dr. Ângelo Alves Correia e as contribuições dos professores doutores Alencar de Miranda Amaral, Flávio Rizzi Calippo, Vinícius Melquíades de Sousa e as professoras doutoras Cláudia Minervina Souza Cunha e Cláudia Alves de Oliveira.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARQ) da UFPI, em especial, Tiago Tomé, Grégoire Van Havre, Luiz Carlos Cavalcante, Ana Luisa Lages e Aline Freitas. Aprendi com cada um deles, ensinam com paixão.

Ao Prof. Dr. Felipe Peixoto (UERN), por toda paciência ao elaborar os mapas, minha gratidão. Ao Daniel Kim, que também elaborou mapas fundamentais.

Ao amigo Alano Jaciguara, a minha gratidão por sua contribuição.

Ao querido Leandro Souza, obrigada por cada conversa e pela disponibilidade.

Ao professor Dr. Antônio Oliveira (UFRN), que fez o meu dia ser incrível, disponibilizando as datas de Sesmarias em PDF, entre outros arquivos, merecendo minha total gratidão.

Ao Prof. Dr. Nilson Roberto Barros da Silva (UERN) por realizar a revisão da língua portuguesa desta dissertação.

A Gracilene e a Dona Graci, sou grata pela amizade e acolhimento em Teresina.

A Ana Raquel, amiga e confidente, obrigada por toda paciência nos dias difíceis e por estar sempre por perto, mesmo estando longe.

Agradeço aos meus familiares, em especial a José Lima (irmão), Darah (sobrinha), Diego (afilhado), Daynna, Arthur e João Gabriel (sobrinhos), por estarem comigo nas pesquisas de campo. Vocês são os melhores.

Obrigada também ao Prof. Dr. Valdeci Santos (UERN), merece toda minha gratidão.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Zanettine, por toda atenção, gentileza e cada minuto dispensado do seu tempo, para me explicar sobre o estado do material coletado por sua equipe na área da pesquisa.

Agradeço aos parentes da retomada Kariri, por todo o conhecimento repassado, especialmente a Dona Rosa Kariri, pelo acolhimento na sua aldeia, no distrito de Arneiroz, no Município do Crato, e ao parente Peixe Kariri por toda energia boa que recebi.

A Bruno Cabral, Secretário Executivo de Cultura da Prefeitura Municipal de Brejo Santo-CE, que também merece a minha gratidão, pelos livros disponibilizados e pela colaboração (um achado).

Ao Secretário de Cultura, Turismo e Eventos da Prefeitura Municipal de Brejo Santo-CE, David Junior, por se colocar à disposição.

A Farias Júnior, obrigada pelo espaço e oportunidade de divulgação da minha pesquisa, através do Grande Jornal da Integração Regional.

Ao amigo Tony Santos, responsável pelo Museu Pedra do Urubu, em Brejo Santo, sempre disposto a colaborar. Muito obrigada.

A Mariana e Mikael, agradeço por cada vez que lembravam de mim, quando encontravam textos que tinham relação com a minha pesquisa.

Às minhas colegas de turma, Mazinha, Carol, Nati, Laiane e Daniele, e ao colega e amigo Idelan, obrigada pelas risadas e angústias partilhadas.

A Marluce Lopes e a Iago Albuquerque. São dez anos de gratidão.

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro para que essa pesquisa pudesse ser realizada.

Em síntese, agradeço a todos que contribuíram com esse trabalho. Minha caminhada só foi possível por encontrar cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho realiza um levantamento dos sítios arqueológicos com características históricas e pré-coloniais, tendo como objetivo caracterizar o processo de ocupação humana pretérita na microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, a partir dos estudos da distribuição espacial desses sítios arqueológicos na paisagem. Para tanto, realiza consulta bibliográfica preliminar sobre pesquisas arqueológicas efetuadas na microrregião e consultas a relatórios técnicos de arqueologia preventiva realizadas na área. Consta na base de dados Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a existência de sessenta e um sítios arqueológicos na paisagem da microrregião Brejo Santo. A partir da plotagem geográfica desses sítios arqueológicos e análise de sua distribuição espacial, foi elaborada a Carta Arqueológica da Microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil. Os resultados apontam para a existência de oitenta e seis sítios arqueológicos cujas datações. Datações obtidas em escavações arqueológicas realizadas em sete desses sítios no século XXI, indicam ocupações humanas desde o quarto milênio (AP). Os dados etno-históricos levantados indicam também ocupações indígenas e não indígenas do século XVIII em diante.

Palavras-chave: Carta arqueológica. Microrregião Brejo Santo. Preservação do patrimônio cultural. Etno-história.

ABSTRACT

This study conducts a survey of archaeological sites with historical and pre-colonial characteristics which aims to characterize the process of past human occupation in the microregion of Brejo Santo, state of Ceará, based on studies of the spatial distribution of these archaeological sites in the region. For this purpose, it carries out preliminary bibliographic study on archaeological research carried out in the micro-region and the study of technical reports on preventive archeology research carried out in the area. According to Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) and its database Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) there are sixty-one archaeological sites in the micro-region of Brejo Santo. From the geographical plotting of these archaeological sites and the analysis of their spatial distribution, it was possible to produce the Archaeological Map of the Microregion Brejo Santo, state of Ceará, Brazil. The results point to the existence of eighty-six archaeological sites whose datings, obtained in archaeological excavations carried out in the 21st century in seven of these sites, indicate human occupations since the fourth millennium. The ethno-historical data collected also indicate indigenous and non-indigenous occupations from the 18th century onwards.

Keywords: Archaeological map. Brejo Santo microregion. Preservation of cultural heritage. Ethnohistory.

LISTA DE FIGURAS

Ordem	Descrição	Pág.
Figura 1	Mapa de localização da microrregião Brejo Santo (área da pesquisa) contemplando os municípios de Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres e Penaforte, na mesorregião sul cearense, na região Nordeste do Brasil.	18
Figura 2	Transcrição do croqui dos achados arqueológicos no sítio Baixio dos Lopes, no município de Brejo Santo-CE, nos anos de 1927, 1965, 1975 e 1977. Fonte: Jornal Tribuna do Ceará, edição 12.149, de 28/09/1977 apud FERRAZ, 2019, Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE, p. 27. Adaptado pela autora.	22
Figura 3	Reprodução de imagem de urna funerária encontrada com tampa em Brejo Santo-CE.	23
Figura 4	Reprodução de imagem de vasilha encontrada servindo de tampa de urna funerária encontrada no município de Brejo Santo-CE.	23
Figura 5	Fragmentos cerâmicos localizados por Tancredo Telles no ‘cemitério indígena’ de Brejo Santo-CE e doados à Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, localizada em Nova Olinda-CE.	24
Figura 6	Mapa Geológico da Bacia Sedimentar do Araripe.	38
Figura 7	Detalhe da geologia na microrregião Brejo Santo inserida na Bacia Sedimentar do Araripe.	39
Figura 8	Detalhe de parte da geomorfologia da Depressão Sertaneja (sub-bacia do Cariri) e ao fundo (em segundo plano) a Chapada do Araripe.	42
Figura 9	Outro detalhe de parte da geomorfologia da Depressão Sertaneja (sub-bacia do Cariri) e ao fundo (em segundo plano) a Chapada do Araripe.	42
Figura 10	Mapa hipsométrico de parte da Chapada do Araripe e da Microrregião Brejo Santo.	43
Figura 11	Mapa da hidrografia da microrregião Brejo Santo-CE.	45
Figura 12	Mapa etno-histórico relativo às menções bibliográficas referentes aos grupos indígenas entre os séculos XVII e XIX no sul do Ceará (Bacia Sedimentar do Araripe) e suas possíveis localizações espaciais levando em conta os cursos hidrográficos mencionados na historiografia colonial e imperial.	59
Figura 13	Carta topográfica da Capitania-geral de Pernambuco e suas anexas (A); detalhe (círculo vermelho) da região sul do Ceará na carta topográfica de 1766 (B); detalhes da localização espacial da Vila do Crato dos índios Cariris na carta topográfica de 1766 reforçando a origem colonial do termo ‘Terra dos Cariris’ para a região da Bacia Sedimentar do Araripe (C) (transcrição C – “Nessa margem do R. Salgado, estão as Minas chamadas do Cariris que sem embargo de estarem proibidas, ainda nelas há extração de ouro oculta”).	63

Figura 14	Recorte espacial do mapa da província do Ceará com destaque para o sul do Ceará onde aparecem as expressões Cariri (tracejados em vermelho). A linha tracejada em azul identifica a nascente (ponto em amarelo) e parte do percurso do Rio Salgado (que desagua no Rio Jaguaribe), nas margens do qual existem menções bibliográficas de várias tribos indígenas que teriam ocupado essa região.	67
Figura 15	Imagem da localização de povos indígenas no Ceará contemporâneo (2008) com a comunidade Kariri no município do Crato (círculo em vermelho).	69
Figura 16	Foto do primeiro encontro dos índios Kariri na Comunidade de Poço Dantas realizado em setembro de 2008.	69
Figura 17	Dona Rosa Cariri, uma das representantes da aldeia cariri localizada no sítio Poço Dantas, distrito de Alverne, município do Crato-CE, em dois momentos: exibindo orgulhosamente a sua carteira de identidade mostrando sua origem Cariri e nos preparativos para a dança do toré.	70
Figura 18	Dona Rosa Cariri, uma das representantes da aldeia cariri localizada no sítio Poço Dantas, distrito de Alverne, município do Crato-CE, em dois momentos: exibindo orgulhosamente a sua carteira de identidade mostrando sua origem Cariri e nos preparativos para a dança do toré.	70
Figura 19	Dança do toré, com a participação de várias gerações, realizada na comunidade do Poço Dantas (distrito de Alverne – município do Crato-CE) pelos índios Kariri no dia 29 de setembro de 2020, preservando a memória e tradições dos seus antepassados.	70
Figura 20	Dança do toré, com a participação de várias gerações, realizada na comunidade do Poço Dantas (distrito de Alverne – município do Crato-CE) pelos índios Kariri no dia 29 de setembro de 2020, preservando a memória e tradições dos seus antepassados.	70
Figura 21	Placas indicativas na CE3939 indicando a rota turística ‘Terra dos Kariris’ e placas de estabelecimentos comerciais em Monte Alverne (distrito do município do Crato-CE) e Juazeiro do Norte, respectivamente, situados na Bacia Sedimentar do Araripe.	71
Figura 22	Placas indicativas na CE3939 indicando a rota turística ‘Terra dos Kariris’ e placas de estabelecimentos comerciais em Monte Alverne (distrito do município do Crato-CE) e Juazeiro do Norte, respectivamente, situados na Bacia Sedimentar do Araripe.	71
Figura 23	Placas indicativas na CE3939 indicando a rota turística ‘Terra dos Kariris’ e placas de estabelecimentos comerciais em Monte Alverne (distrito do município do Crato-CE) e Juazeiro do Norte, respectivamente, situados na Bacia Sedimentar do Araripe.	71
Figura 24	Placas indicativas na CE3939 indicando a rota turística ‘Terra dos Kariris’ e placas de estabelecimentos comerciais em Monte Alverne (distrito do município do Crato-CE) e Juazeiro do Norte, respectivamente, situados na Bacia Sedimentar do Araripe.	71
Figura 25	Mapa de localização geográfica do município de Abaiara - CE.	76
Figura 26	Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Abaiara em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia.	81
Figura 27	Mapa de localização geográfica do município de Brejo Santo - CE.	84
Figura 28	Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Brejo Santo em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia.	91

Figura 29	Mapa de localização geográfica do município de Jati – CE.	95
Figura 30	Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Jati em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia.	100
Figura 31	Mapa de localização geográfica do município de Milagres – CE.	102
Figura 32	Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Milagres em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia.	106
Figura 33	Mapa de localização geográfica do município de Penaforte – CE.	108
Figura 34	Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Penaforte em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia.	110
Figura 35	Carta arqueológica da microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil.	115
Figura 36	Carta arqueológica da microrregião Brejo Santo com a inserção dos delineamentos das obras públicas da Ferrovia Transnordestina e Transposição do Rio São Francisco nessa microrregião, estado do Ceará, Brasil.	116
Figura 37	Mapa etno-histórico de grupos indígenas na microrregião Brejo Santo entre os séculos XVIII e XIX.	119
Figura 38	Mapa etno-histórico de grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX – com hipsometria.	126
Figura 39	Mapa etno-histórico de grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX – sem hipsometria.	127
Figura 40	Mapa da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da cartografia arqueológica e do mapa etno-histórico.	129
Figura 41	Mapa com os <i>buffers</i> da distribuição espacial dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo próximos aos cursos de água de terceira ordem.	132
Figura 42	Mapa com os <i>buffers</i> da distribuição espacial dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo próximos aos cursos de água de primeira e segunda ordens.	134
Figura 43	Município de Milagres – CE - Sítio Letreiro Encantado (primeira área de concentração denominada de ‘Estrela’) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 SIRGAS2000 24M 503547 E 9195234 N.	138
Figura 44	Município de Milagres – CE - Sítio Letreiro Encantado (primeira área de concentração denominada de ‘Estrela’) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 SIRGAS2000 24M 503547 E 9195234 N.	138
Figura 45	Município de Milagres – CE - Sítio Letreiro Encantado (segunda área de concentração denominada de ‘Carruagem’) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 503660 E 9192611 N.	139
Figura 46	Município de Milagres – CE - Sítio Letreiro Encantado (segunda área de concentração denominada de ‘Carruagem’) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 503660 E 9192611 N.	139
Figura 47	Município de Milagres – CE - Sítio Capim – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 502812 E 9193115 N.	139
Figura 48	Município de Milagres – CE - Sítio Capim – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 502812 E 9193115 N..	139
Figura 49	Município de Milagres – CE - Sítio Nazaré (SNA) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 510680 E 9194007 N.	139
Figura 50	Município de Milagres – CE - Sítio Nazaré (SNA) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 510680 E 9194007 N.	139
Figura 51	Município de Brejo Santo – CE – Visão frontal do Museu particular Pedra do Urubu e detalhe de artefato polido existente em seu acervo.	158

Figura 52	Município de Brejo Santo – CE – Visão frontal do Museu particular Pedra do Urubu e detalhe de artefato polido existente em seu acervo. Fonte: autora.	158
Figura 53	Município de Brejo Santo – CE – Visão lateral do Museu Municipal Historiadora Marineusa Santana Basílio e detalhe de artefato cerâmico e polido existente em seu acervo	158
Figura 54	Município de Brejo Santo – CE – Visão lateral do Museu Municipal Historiadora Marineusa Santana Basílio e detalhe de artefato cerâmico e polido existente em seu acervo	158
Figura 55	Município de Nova Olinda – CE – Visão frontal da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e detalhe de artefatos cerâmicos existentes em seu acervo. Fonte: acervo fotográfico da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri	158
Figura 56	Município de Nova Olinda – CE – Visão frontal da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e detalhe de artefatos cerâmicos existentes em seu acervo. Fonte: acervo fotográfico da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri	158
Figura 57	Município de Nova Olinda – CE – detalhes de artefatos cerâmicos originários do sítio arqueológico Baixio dos Lopes – Brejo Santo-CE e doados ao acervo arqueológico da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri pelo pesquisador amador Tancredo Telles	159
Figura 58	Município de Nova Olinda – CE – detalhes de artefatos cerâmicos originários do sítio arqueológico Baixio dos Lopes – Brejo Santo-CE e doados ao acervo arqueológico da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri pelo pesquisador amador Tancredo Telles	159

LISTA DE QUADROS

Ordem	Descrição	Pág.
Quadro 1	Quadro 1 - Relação de sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo cadastrados até 2021 no CNSA do IPHAN.	19
Quadro 2	Quadro 2 - Grupos indígenas existentes no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVII e XIX registrados na bibliografia secundária.	57
Quadro 3	Relação das vilas e principais povoações de brancos e índios da Capitania do Ceará Grande, feita em 01 de abril de 1783 pelo governador João Batista de Azevedo Coutinho de Montary.	64
Quadro 4	Detalhes (imagens) de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Abaiara-CE.	77
Quadro 5	Detalhes (imagens) de partes de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Brejo Santo-CE.	85
Quadro 6	Detalhes (imagens) de partes de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Jati-CE.	96
Quadro 7	Detalhes (imagens) de partes de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Milagres-CE.	103
Quadro 8	Detalhes (imagens) de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Penaforte-CE.	109
Quadro 9	Menções bibliográficas sobre a presença de grupos indígenas no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVIII e XIX.	121
Quadro 10	Pesquisas arqueológicas realizadas no entorno da microrregião Brejo Santo-CE com comprovações da existência de populações ceramistas.	146

LISTA DE TABELAS

Ordem	Descrição	Pág.
Tabela 1	Recenseamento populacional das paróquias de Nossa Senhora dos Milagres e de Nossa Senhora da Penha do Crato, localizadas no sul do Ceará, no ano de 1872.	66
Tabela 2	Datações arqueológicas obtidas na microrregião Brejo Santo-CE.	141
Tabela 3	Artefatos arqueológicos oriundos de projetos de arqueologia preventiva na microrregião Brejo Santo-CE em poder de instituições de guarda autorizadas pelo IPHAN.	161

LISTA DE GRÁFICOS

Ordem	Descrição	Pág.
Gráfico 1	Grupos dos sítios arqueológicos do município de Abaiara – CE.	81
Gráfico 2	Grupos dos sítios arqueológicos do município de Brejo Santo – CE.	91
Gráfico 3	Grupos dos sítios arqueológicos do município de Jati – CE.	100
Gráfico 4	Grupos dos sítios arqueológicos do município de Milagres – CE.	106
Gráfico 5	Distribuição percentual dos grupos dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo – CE.	114
Gráfico 6	Proximidade espacial dos sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa em relação aos cursos de água na microrregião Brejo Santo-CE.	132

SUMÁRIO

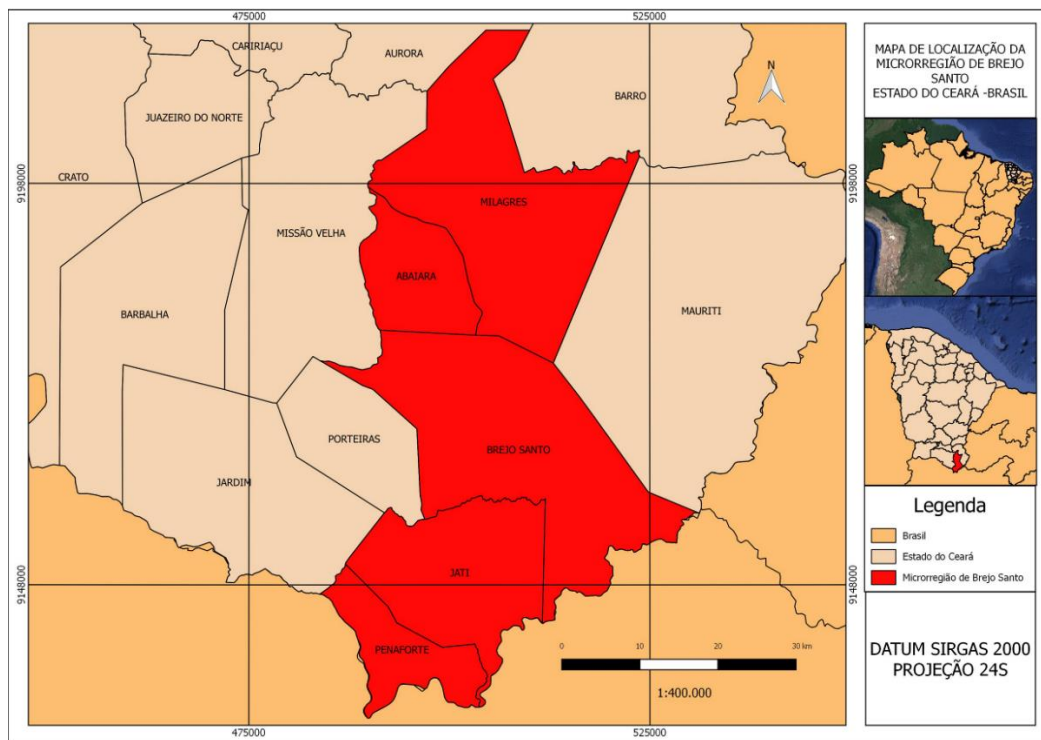
Seção	Pág.
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 As pesquisas arqueológicas realizadas na microrregião Brejo Santo-CE	21
1.2 O porquê de se fazer uma carta arqueológica	27
2 ABORDAGEM TEÓRICA, MATERIAIS E MÉTODOS	30
2.1 O conceito de paisagem arqueológica	30
2.2 O conceito de patrimônio cultural	31
2.3 O conceito de carta arqueológica	33
2.4 Métodos e materiais	35
3 A MICRORREGIÃO BREJO SANTO: CONTEXTO GEOAMBIENTAL	37
3.1 Aspectos geológicos e pedológicos	37
3.2 Aspectos geomorfológicos	41
3.3 Hidrologia	44
3.4 Vegetação	46
4 ‘TERRA DOS CARIRIS’? A QUESTÃO INDÍGENA NO PROCESSO ETNOHISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA BACIA SEDIMENTAR DO ARARIPE, CEARÁ, BRASIL	49
4.1 As diversas hipóteses sobre as origens dos termos ‘Cariri, Kariri ou Kiriri’	52
4.2 A origem e espacialidade dos grupos indígenas tidos como ‘Cariris, Kariris ou Kiriris’ no Nordeste brasileiro	54
4.3 As menções bibliográficas sobre a presença dos Cariris na Bacia Sedimentar do Araripe nos períodos colonial e imperial	57
4.4 Ocupação da Bacia Sedimentar do Araripe pelos colonizadores não indígenas	60
4.5 Os índios ‘Cariris’ do século XXI na ‘Terra dos Kariris’	68
5 A CARTA ARQUEOLÓGICA E ETNO-HISTÓRICA (SÉCULOS XVIII A XIX) DA MICRORREGIÃO BREJO SANTO	75
5.1 O levantamento bibliográfico	75
5.2 A identificação dos grupos de sítios arqueológicos	75
5.3 A elaboração dos mapas municipais	76
5.3.1 Município de Abaiara – CE	77
5.3.2 Município de Brejo Santo – CE	84
5.3.3 Município de Jati – CE	95
5.3.4 Município de Milagres – CE	102
5.3.5 Município de Penaforte – CE	109
5.4 A modelação possível da carta arqueológica da microrregião Brejo Santo em 2021	113
5.5 Modelações etno-históricas sobre a ocupação indígena entre os séculos XVIII e XIX na microrregião Brejo Santo no sul do Ceará	118
5.5.1 Na microrregião Brejo Santo-CE	118
5.5.2 Na área indireta da pesquisa (sul do Ceará)	121

5.6 Uma modelação de sobreposição dos grupos de sítios arqueológicos e dados etno-históricos na microrregião Brejo Santo-CE	129
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	136
6.1 Sobre a carta arqueológica da microrregião Brejo Santo-CE	136
6.2 Cultura material x cronologias x populações	141
6.3 Sobre as modelações dos mapas etno-históricos da microrregião Brejo Santo e do sul do Ceará	153
6.4 As variáveis da paisagem arqueológica	157
6.5 A preservação do patrimônio cultural	158
7 CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE A - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Abaiara – CE	182
APÊNDICE B - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Brejo Santo – CE	188
APÊNDICE C - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Jati – CE	196
APÊNDICE D - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Milagres – CE	200
APÊNDICE E - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Penaforte – CE	203

1 INTRODUÇÃO

A área de estudo desta pesquisa abrange parte da Bacia Sedimentar do Araripe¹, situada na parte sudeste da mesorregião sul cearense, na região Nordeste do Brasil. Nessa mesorregião foi escolhida a microrregião Brejo Santo (Figura 1) que abrange cinco municípios cearenses (Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres e Penaforte), possuindo uma área geográfica de 1.922,4 km².

Figura 1 - Mapa de localização da microrregião Brejo Santo (área da pesquisa) contemplando os municípios de Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres e Penaforte), na mesorregião Sul cearense, na região Nordeste do Brasil.



Fonte: Jaciguara, 2021.

Trata-se de microrregião situada em boa parte nos domínios da Depressão Sertaneja, também conhecida como ‘Depressão do Cariri’, com relevo suavemente ondulado e cotas altimétricas variando de 350 m a 500 m, com a presença da maioria dos cursos de fontes de água da bacia² e onde existe também uma diversidade de tipos de solos adequados ao cultivo

¹ A bacia sedimentar do Araripe tem uma área aproximada de 12.000 km² e extensão de 230 km de leste a oeste, e 70km de norte a sul, e está delimitada aproximadamente pelas coordenadas geográficas 38° 30’ 00’’ de longitude e 7° 10’ 00’’ de latitude sul, englobando territorialmente parte dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. (MACHADO, 2010, p. 33).

² Para que se tenha ideia do potencial hídrico do Vale do Cariri nos domínios da Depressão Sertaneja, de um total de 307 nascentes da bacia sedimentar do Araripe, 256 dessas fontes estão situadas na parte do Ceará,

agrícola, provavelmente utilizados por grupos pretéritos que habitaram a área; essa região é mencionada na bibliografia histórica e arqueológica por ser uma área com a existência de vestígios culturais vinculados a grupos indígenas pretéritos. (BEZERRA, 2010; LIMAVERDE, 2015; POMPEU SOBRINHO, 1955).

Para obter informações sobre a presença dos vestígios culturais de grupos pré-coloniais e históricos³ na microrregião, foi consultada inicialmente a base de dados CNSA do IPHAN, que apresenta no ano de 2021 a seguinte relação (Quadro 1):

Quadro 1 - Relação de sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo cadastrados até 2021 no CNSA do IPHAN.

CNSA	Nome	Município	Tipo de sítios
CE00135	Abaiara	Abaiara	Lítico
CE00141	Catingueira I	Abaiara	Cemitério
CE00145	Topo do Paredão do Tabuleiro	Abaiara	Lítico
CE00150	Estaca 16.384	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00160	Catingueira II	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00163	Fazenda Oitis	Abaiara	Cerâmico
CE00167	Mangueiras dos Oitis	Abaiara	Lítico
CE00172	Sítio do Seo Duda	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00173	Pocinhos III	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00174	Pocinhos I	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00175	Pocinhos II	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00177	Sítio Soim	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00178	Baixio dos Caboclos	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00182	Casa de José Moura	Abaiara	Lítico
CE00388	Queimadas II	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00406	Baixa Dantas	Abaiara	Lítico e de Habitação Histórica
CE00407	Queimadas I	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00408	Joaquim Chicote	Abaiara	Lito-cerâmicos
CE00528	Casa Velha	Abaiara	Cerâmico
CE00529	Soim	Abaiara	Cerâmico / histórico
CE00540	Sítio Pinga	Abaiara	Lítico
CE00543	Sítio Pinga 1	Abaiara	Lítico
CE00136	Baixio dos Lopes I	Brejo Santo	Lítico
CE00137	Baixio dos Lopes II	Brejo Santo	Lítico
CE00138	Baixio dos Lopes III	Brejo Santo	Lítico
CE00139	Baixio dos Lopes IV	Brejo Santo	Lítico
CE00140	Cícero Domingos	Brejo Santo	Lítico
CE00142	Cemitério dos Índios ou Brejo Santo II	Brejo Santo	Cemitério
CE00144	Topo do Morro do Baixio dos Bois	Brejo Santo	Cerâmico
CE00146	Sítio do Topo	Brejo Santo	Lito-cerâmicos
CE00148	Pé da Serra	Brejo Santo	Lítico
CE00181	Brejo Santo I	Brejo Santo	Lito-cerâmicos
CE00378	Luiz Bastos	Brejo Santo	Cerâmico
CE00440	Nasença dos Lucena	Brejo Santo	Cerâmico
CE00531	Topo do Morro	Brejo Santo	Lito-cerâmicos
CE00532	Baixio dos Lopes	Brejo Santo	Lito-cerâmicos
CE00534	Cemitério dos Índios	Brejo Santo	Lito-cerâmicos
CE00538	Sítio Cacimbinha	Brejo Santo	Lítico e pintura

correspondendo a 83,8% do total dessas nascentes, enquanto a área pernambucana fica com 14% e a área piauiense com 8,2%. (MACHADO, 2010, p. 34).

³ Alertamos, entretanto, que essa divisão conceitual entre pré-colonial e histórico é totalmente arbitrária, servindo apenas como um parâmetro temporal. Na verdade, todos esses espaços de construções de identidades sociais onde ocorreram essas convivências do passado fazem parte, cada uma a sua maneira, da história (como um todo) e da memória local.

			rupestre
CE00152	Barragem do Riacho dos Porcos	Jati	Histórico
CE00153	Bálsamo II	Jati	Lito-cerâmicos
CE00154	Bálsamo III	Jati	Lito-cerâmicos
CE00155	Bálsamo I	Jati	Lítico
CE00164	Imburana	Jati	Histórico
CE00166	Macapá	Jati	Lito-cerâmicos
CE00169	Sítio Pacol	Jati	Lito-cerâmicos
CE00115	Sítio Olho d'água da Igreja II	Milagres	Cerâmico
CE00119	Oficina Lítica de Milagres I	Milagres	Lítico
CE00121	Sítio Olho d'água da Igreja I	Milagres	Cerâmico
CE00158	Café da Linha	Milagres	Lítico
CE00159	Casa de Farinhada	Milagres	Histórico
CE00171	Riacho Seco	Milagres	Lito-cerâmicos
CE00176	Corredor de Baixo	Milagres	Lito-cerâmicos
CE00189	Calumbi	Milagres	Lítico
CE00190	Pé de Serra de Milagres (Atualização CNSA CE00119)	Milagres	Lítico
CE00425	Laje	Milagres	Lito-cerâmicos
CE00431	Letreiro Encantado	Milagres	Arte rupestre
CE00432	Capim	Milagres	Arte rupestre
CE00561	Sítio Nazaré SNA	Milagres	Arte rupestre
CE00143	Lagoa Preta	Penaforte	Lítico
CE00147	Antônio Miguel	Penaforte	Lítico
CE00149	São Joza Tozinho Leite	Penaforte	Lítico

Fonte: CNSA/IPHAN, 2021

A partir deste levantamento preliminar, foi possível quantificar um total de 61 (sessenta e um) sítios arqueológicos na microrregião Brejo Santo, onde, em termos tipológicos, os sítios lito-cerâmicos são maioria, com 23 (vinte e três) sítios, vindo em seguida, os sítios líticos, com um total de 20 (vinte) lugares arqueológicos; os sítios somente com cerâmicas são 8 (oito); sítios históricos são 4 (quatro); sítios com arte rupestre são 3 (três); sítios cemitérios são 2 (dois); lítico e pintura rupestre 1 (um).

A princípio, por esses dados, é possível observar que a predominância de vestígios arqueológicos na microrregião Brejo Santo é de fragmentos líticos e cerâmicos, ou seja, esses vestígios culturais envolvem 85% da tipologia existente nessa área; informações acadêmicas revelam também a existência de áreas com vestígios de enterramentos, adornos e urnas funerárias. (AMARAL; OLIVEIRA, 2015; CORREA, 2011; MARTIN; MEDEIROS; PESSIS, 2016).

Historicamente, os sítios arqueológicos cadastrados na base de dados do CNSA-IPHAN somente tiveram seus registros efetuados a partir de 1990 e, de forma mais intensa, com a construção de grandes obras públicas a partir do século XXI, tais como, a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina, envolvendo os municípios da microrregião Brejo Santo.

Com a chegada dessas obras, principalmente a partir de 2007, tem início a realização de diagnósticos e monitoramentos arqueológicos que exigiram, em etapas posteriores, a realização

de pesquisas com escavações. Mas o que as pesquisas arqueológicas já realizadas na microrregião revelaram sobre esses vestígios e os processos de ocupação humana pretérita?

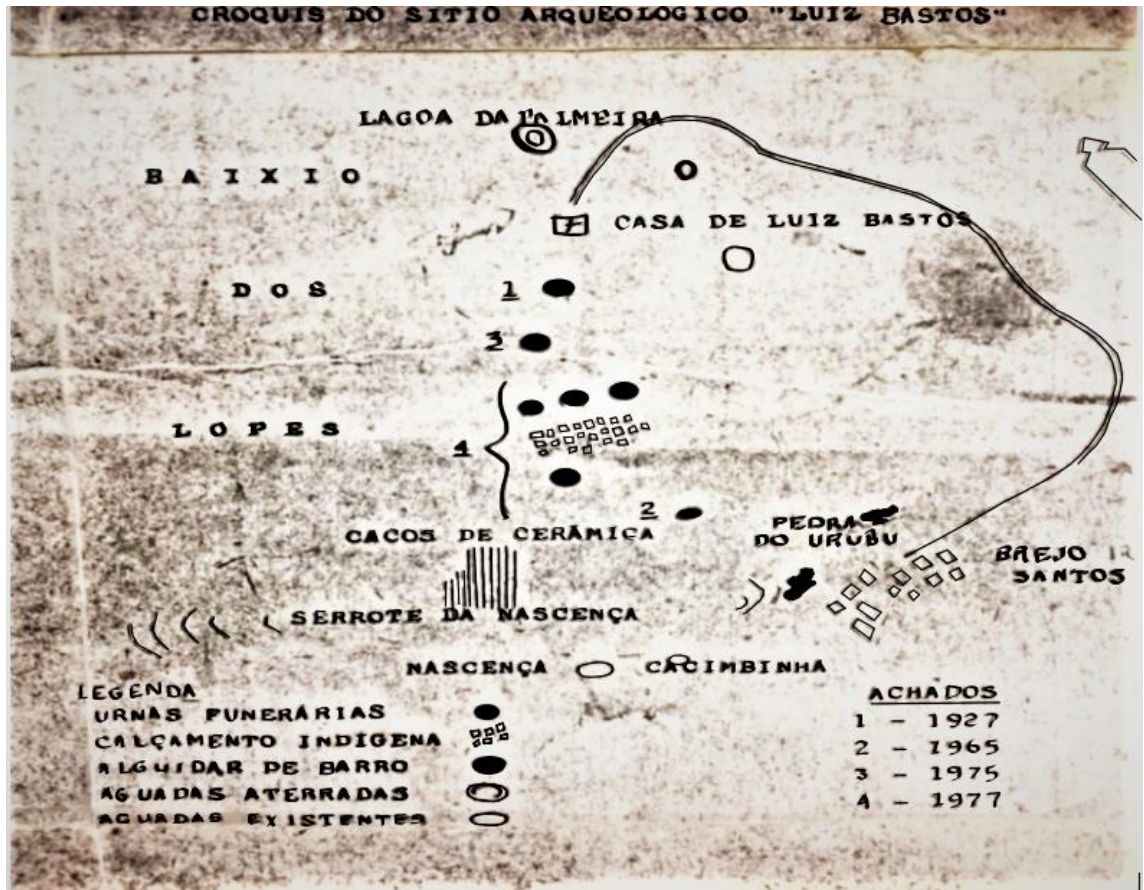
1.1 As pesquisas arqueológicas realizadas na microrregião Brejo Santo-CE

A informação bibliográfica mais antiga sobre vestígios arqueológicos na microrregião Brejo Santo-CE, mais especificamente relacionada ao município de Brejo Santo, ocorreu em 28 de dezembro de 1977, quando foi publicada na edição do jornal Tribuna do Ceará, a seguinte notícia:

Informações fornecidas pelo senhor Luís Bastos dão conta de que foi encontrado um cemitério dos índios ao sopé do serrote do Baixio dos Lopes, neste município. Nas escavações foram encontradas três camocins contendo os restos mortais e utensílios usados pelos selvagens. As urnas eram desenhadas com listas circulares e retangulares alternados nas cores preto sobre um campo amarelado, colorido, e, composto de tampa e talha, com um acabamento primoroso, apresentando traços circulares e retos, rubros negros, contrastando com um fundo alaranjado. Nos três camocins, ou porões, foram encontrados os restos mortais de dois adultos e uma criança, juntamente com colares e búzios, com dentes de cutia e contas de uma pedra verde (amazônica). No Camocim que foi encontrada a criança havia objetos de uso dela, tais como passarinhos de barro-expressão artística de nossa silvícola e pedras coloridas que talvez serviram de brinquedo para o garoto. O descobrimento deste cemitério indígena em Brejo Santo, é prova incontestada de que os índios cariris foram os primeiros habitantes de nossa região. (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ – Edição de 28/12/1977 apud CAVALCANTE, 2002, p.78).

É possível observar, em um croqui dos achados, feito pelo jornal, a informação de que a descoberta mais antiga de achados arqueológicos nesse local teria sido feita no ano de 1927 (Figura 2):

Figura 2 - Transcrição do croqui dos achados arqueológicos no sítio Baixio dos Lopes, no município de Brejo Santo-CE, nos anos de 1927, 1965, 1975 e 1977. Fonte: (Jornal Tribuna do Ceará, edição 12.149, de 28/09/1977 apud SANTOS, 2019, Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE, p. 27). Adaptado pela autora.



Fonte: Tribuna do Ceará (adaptado).

No relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo, realizado no ano de 2018 e entregue ao IPHAN-CE no início de 2019, a arqueóloga Heloísa Bitú Ferraz dos Santos menciona essas informações e indica a localização de uma dessas urnas resgatadas em 1977, além de uma tampa de vasilhame cerâmico (Figuras 3 e 4):

A matéria jornalística, em destaque, reúne informes de “achados” nos anos de 1927, 1965, 1975 e 1977, ano que aponta haverem sido encontradas 03 urnas funerárias que, além de ossos de dois adultos e de uma criança, continham utensílios de pedra polida, colares de búzios com dentes de cutia e contas de pedra verde (amazonita). Atualmente, apenas uma delas está sob a guarda do Museu Regional dos Inhamuns e da Fundação Bernardo Feitosa. (Catálogo do Acervo do Museu Regional dos Inhamuns, março de 2015, p. 12-15) (SANTOS, 2019, Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo, CE, p. 26).

Figura 3 - Reprodução de imagem de urna funerária encontrada com tampa em Brejo Santo-CE.



Figura 4- Reprodução de imagem de vasilha encontrada servindo de tampa de urna funerária encontrada no município de Brejo Santo-CE.



Fonte: Catálogo do Acervo do Museu Regional dos Inhamuns, março de 2015, p. 12-15. (SANTOS, 2019, Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE, p .27).

Após os anos de 1977 e 1980 não ocorreram maiores avanços em termos de pesquisa arqueológica, a não ser a existência de notícias esporádicas sobre achados fortuitos no município de Brejo Santo, realizadas por moradores e pesquisadores amadores⁴. Somente a partir de 2006 é que começam a ser registrados oficialmente os primeiros sítios arqueológicos da microrregião na base de dados do CNSA do IPHAN⁵.

Em 1992, o Memorial do Homem Kariri iniciou, na cidade de Nova Olinda-CE, localizada na área da chapada, a guarda em acervo de uma coleção arqueológica de referência, com utensílios líticos e cerâmicos, em que se observa a existência de fragmentos cerâmicos pintados, material doado pelo pesquisador amador Tancredo Telles (figura 5), localizado e

⁴ Ao prestar informações orais a esta pesquisadora, o senhor Tancredo Telles mencionou que localizou diversos vestígios cerâmicos, provavelmente de origem indígena, nas proximidades da zona urbana de Brejo Santo nos anos 1980.

⁵ Os registros dos primeiros sítios arqueológicos na microrregião Brejo Santo ocorreram a partir de 2006 no âmbito do Programa de Levantamento Histórico e Arqueológico do empreendimento Transnordestina, entre Missão Velha-CE e Salgueiro-PE, sob a responsabilidade da arqueóloga Gisele Daltrini Felice, que catalogou nesse ano os seguintes sítios: em Abaiara (Catingueira I, Abaiara, Topo do Paredão do Tabuleiro, Estaca 16.384, Catingueira II, Fazenda Oitis, Mangueiras dos Oitis, Sítio do Seo Duda, Casa de José Moura); em Brejo Santo (Baixio dos Lopes I, Baixio dos Lopes II, Baixio dos Lopes III, Baixio dos Lopes IV, Cícero Domingos, Cemitério dos Índios ou Brejo Santo II, Topo do Morro do Baixio dos Bois, Sítio do Topo, Pé da Serra, Brejo Santo I); em Milagres (Café da Linha, Casa de Farinhada, Riacho Seco); em Jati (Barragem do Riacho dos Porcos, Bálamo II, Bálamo III, Bálamo I, Imburana, Macapá, Sítio Pacol) e Penaforte (Lagoa Preta, Antônio Miguel, São Joza Tozinho Leite).

coletado próximo à zona urbana do município de Brejo Santo. (LIMAVERDE, 2006; OLIVEIRA, 2018).

Figura 5 - Fragmentos cerâmicos localizados por Tancredo Telles no “cemitério indígena” de Brejo Santo-CE e doado à Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, localizada em Nova Olinda-CE.



Fonte: Oliveira, 2018, p. 23

A construção das obras da Transposição do Rio São Francisco e da Ferrovia Transnordestina, a partir da primeira década do século XXI, exigiu estudos envolvendo aspectos da fauna, flora e da arqueologia, para efeitos de licenciamento ambiental; dessa forma, foram realizados diagnósticos arqueológicos por empresas privadas para o IPHAN, registrando com mais intensidade os sítios arqueológicos da microrregião, e, em alguns deles, houve intervenções arqueológicas de resgates, em razão de estarem em área direta de impacto das obras.

Com a construção da Ferrovia Transnordestina, por exemplo, foi contratada a empresa Zanettini Arqueologia, entre os anos de 2007 e 2008, para elaborar os estudos arqueológicos no trecho entre Missão Velha-CE e Salgueiro-PE. Durante esse acompanhamento arqueológico, foram identificados e escavados especificamente no espaço geográfico do município de Brejo Santo-CE, seis sítios arqueológicos, a saber: Baixio dos Lopes, Brejo Santo I, Cemitério dos índios, Cícero Domingos, Topo do Morro e Topo do Morro do Baixio dos Bois.

As escavações desses sítios apontaram ocupações unicomponenciais e multicomponenciais com uma diversidade tipológica de vestígios arqueológicos compostos por líticos, cerâmica, estruturas de fogueiras, adornos e vestígios culturais com características do período colonial, com datações de carvões existentes no interior de fogueiras estruturadas com 1020+/-40 anos AP e 1260+/-50 anos AP. A observação da tipologia dos vestígios arqueológicos evidenciados no sítio Baixio dos Lopes, por exemplo, principalmente os fragmentos cerâmicos e os tembetás, permitiu associá-los à tradição Tupiguarani. (CORRÊA, 2011).

No ano de 2010, o Instituto Nacional de Arqueologia e Paleontologia do Semi-Árido (INAPAS) foi contatado para acompanhar as obras da Transposição do Rio São Francisco e efetuou um resgate arqueológico emergencial⁶ de três vasilhames cerâmicos nas proximidades do sítio Baixio dos Lopes, está situado na área diretamente afetada da linha férrea da transnordestina. Embora não tenha sido possível obter datações desses achados, as pesquisadoras do INAPAS chegaram à conclusão de que os vasilhames cerâmicos também estavam vinculados à tradição Tupiguarani:

O sítio corresponde sem dúvida a um cemitério indígena onde se praticaram rituais fúnebres secundários com enterramentos em urnas decoradas com pinturas de diversas cores dentro da tradição tupiguarani, na variedade ou subtradição policrômica. (MARTIN; MEDEIROS; PESSIS, 2016, p. 20).

Os dados arqueológicos decorrentes dessas escavações com a confirmação de vestígios culturais vinculados às populações Tupi mostram que pesquisas nessa área ainda são necessárias. A esse respeito, os pesquisadores cearenses Studart Filho e Pompeu Sobrinho alegam que “o cariri cearense estaria ocupado pelos Cariris e alguns outros grupos não Tupi.” (MACHADO, 2010, p. 29).

Mais recentemente (2017) foram escavados pela equipe do INAPAS no município de Brejo Santo, dentro do contexto da obra da Transposição do Rio São Francisco, o sítio arqueológico Antonio Gomes e o sítio arqueológico Esperança⁷.

⁶ Um dos vasilhames foi localizado inicialmente por um carroceiro que estava retirando areia no local, na ocasião apareceu apenas uma parte da tampa da urna e os outros vasilhames foram localizados durante as intervenções arqueológicas. O resgate foi emergencial tendo em vista o risco de depredação dos três vasilhames cerâmicos por parte de moradores próximos. Ainda é bastante forte a crença na região da existência de botijas contendo ouro. Diante desse risco foi solicitada uma autorização de resgate emergencial ao IPHAN: “A intervenção foi realizada a pedido da coordenação geral ambiental da CMT-Brejo Santo-CE e após o INAPAS informar a situação de emergência ao Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN, procedeu-se a retirada dos materiais arqueológicos que afloravam.” (MARTIN; MEDEIROS; PESSIS, 2016, p. 13-14).

⁷ Sítios arqueológicos ainda não incluídos na base de dados do CNSA do IPHAN.

O sítio arqueológico Antonio Gomes foi caracterizado como “um sítio pré-histórico registrado devido à existência de estruturas de fogueiras, vestígios cerâmicos e vestígios líticos” estando situado “em uma superfície plana constituída, sobretudo, por sedimentos arenosos inconsolidados.” (SOUZA, 2020, p. 108). Nele foram identificadas seis fogueiras estruturadas e uma delas foi datada:

No sítio Antônio Gomes, com base na distribuição das estruturas de fogueiras e os seus respectivos formatos, podemos considerar que ele foi suspostamente ocupado em três momentos, sem hiatos e com distribuição em três níveis estratigráficos, nos quais havia as estruturas de fogueiras e seus vestígios associados. O primeiro momento ocorreu entre 70 e 50 cm de profundidade (transição do nível 4 para o 3), com as fogueiras 5 e 6, **sendo a primeira datada em 1320 ± 30 AP**. O segundo momento ocorreu entre 50 e 30 cm de profundidade (fogueiras 1 e 3), e o terceiro entre 30 e 0 cm (fogueiras 2 e 4). (SOUZA, 2020, p. 207, grifo nosso).

O sítio arqueológico Esperança caracteriza-se por ser um sítio a céu aberto, localizado no município de Brejo Santo-CE, com a presença de vestígios líticos em superfície e em profundidade. No relatório elaborado e entregue ao IPHAN não aparecem datações, mas os pesquisadores do INAPAS, após as intervenções arqueológicas realizadas, chegaram as seguintes conclusões:

O material lítico resgatado durante as atividades no sítio é proveniente, em sua maioria, de subsuperfície (84%), sendo os de superfície representados por um menor quantitativo no total (16%). As lascas corticais e sem córtex predominam sobre o total da amostra, o que pode sugerir o ambiente do sítio como local de produção. Entretanto, tal afirmação não é conclusiva visto que o número de vestígios é pequeno para possibilitar considerações mais seguras. Também foram identificadas a presença de ferramentas, cassons, estilhas, fragmentos naturais e núcleos. Com relação a matéria-prima, o sílex foi observado em maior quantidade, seguido pelo quartzo, arenito silicificado e o quartzito. (INAPAS, 2017, p. 83).

É importante destacar que essas escavações arqueológicas com datações na microrregião Brejo Santo não ficaram limitadas somente ao município de Brejo Santo; no município de Abaiara, por exemplo, foram obtidas datações nos sítios arqueológicos Lage (2.620 ± 40 AP) e Baixio dos Caboclos (1530 ± 50 AP) (ZANETTINI, 2008); no município de Jati foi obtida uma datação no sítio arqueológico Baixa do Jardim de 2.150 ± 30 AP. (SOUZA, 2020). Destaca-se, a esse respeito, que, em 2018, a autora deste trabalho defendeu monografia intitulada ‘Os lugares de memórias e a carta arqueológica do município de Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil’ na conclusão do curso de graduação em Arqueologia, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. No referido trabalho são identificados 16 (dezesseis) sítios arqueológicos com tipologias que apresentam vestígios cerâmicos, líticos, estruturas de fogueiras, carvões e adornos.

1.2 O porquê de se fazer uma Carta Arqueológica

Delforge (2013) alerta que o gerenciamento adequado do patrimônio arqueológico de uma determinada região depende essencialmente de um inventário bem realizado, com a formação de um cadastro geral vinculado a um Sistema de Informações Geográficas. Na formação desse inventário, Delforge indica a origem das informações possíveis e dos dados necessários que permita identificar o potencial arqueológico de uma determinada região.

Art.4º - a proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento, mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico. (ICOMOS, 1990).

Penin (2010) classifica a atuação da arqueologia em três Eixos: Científico, relacionado à produção de conhecimento incluindo instituições de pesquisa e empresas; o Eixo Patrimonial, envolvendo a atuação dos arqueólogos no conhecimento, proteção, preservação e divulgação dos sítios e o Eixo Profissional envolvendo o trabalho do arqueólogo para empresas de arqueologia ou como autônomo. (DELFORGE, 2013, p. 23).

Dessa forma, pode-se obter dados desses três eixos na microrregião Brejo Santo, mas somente com um quadro real de localização dos sítios arqueológicos da microrregião será viável mensurar, por exemplo, as possíveis relações de espacialidades entre eles.

Nesse sentido, esta dissertação se propõe a elaborar uma carta arqueológica na qual sejam plotados todos esses sítios cadastrados atualmente junto ao IPHAN (e outros que eventualmente vierem a surgir durante o processo da pesquisa), além de outras fontes bibliográficas, associadas a dados etnográficos e históricos, para que, a partir da observação de sua distribuição espacial, possa-se caracterizar uma paisagem arqueológica, etnográfica e histórica que possibilite o levantamento de inferências sobre os processos de ocupação humana nessa microrregião em períodos passados. Mas não basta somente entender esse processo de ocupação pretérita, torna-se necessário que esse conhecimento chegue à sociedade e que ela venha também a se engajar na defesa do patrimônio arqueológico.

A partir da conclusão dessa carta arqueológica é possível também analisar as diversas variáveis ambientais e culturais envolvidas no posicionamento espacial dos sítios arqueológicos e tentar estabelecer estratégias de conscientização para a preservação desse patrimônio arqueológico junto às autoridades públicas e aos demais segmentos da sociedade regional. Atingindo isso, teremos chegado ao nosso objetivo maior: não somente pesquisar e obter um

conhecimento novo, mas tornar esse conhecimento útil à sociedade da microrregião Brejo Santo.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo geral caracterizar o processo de ocupação humana na microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, a partir dos estudos da espacialização dos diferentes tipos de sítios arqueológicos, com a elaboração da carta arqueológica dessa microrregião cearense, assim como da análise dos dados etno-histórico, e de forma mais específica, pretende: a) caracterizar a paisagem arqueológica local e o contexto geoambiental onde estão inseridos os sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo-CE; b) elaborar um inventário georreferenciado com a identificação espacial dos sítios arqueológicos; c) observar através de dados etno-históricos e históricos, modelações de mapas que permitam auxiliar na compreensão dos processos de ocupação regional pretérita.

A partir desta introdução e com a definição dos objetivos apresentados, esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, a saber: o primeiro apresenta uma abordagem sobre os conceitos teóricos que auxiliam na composição do estudo, englobando a paisagem arqueológica, o patrimônio cultural e a elaboração da carta arqueológica. Nesse mesmo capítulo são discriminados ainda os procedimentos metodológicos e os materiais/equipamentos utilizados durante a realização da pesquisa.

O segundo capítulo traça um quadro do ambiente onde está inserida especificamente a região (microrregião Brejo Santo-CE) da pesquisa, incluindo as variáveis da geologia, da pedologia, da hidrologia e da vegetação, que fazem parte da Bacia Sedimentar do Araripe, com o objetivo de evidenciar o contexto da paisagem natural que foi ocupada pelos grupos pretéritos.

O terceiro capítulo, de cunho etno-histórico, discute as menções bibliográficas sobre os grupos indígenas na região entre os séculos XVIII e XIX, a origem do termo 'Cariri', suas espacialidades regionais, os processos de ocupação das terras pelos grupos não indígenas após o século XVIII e a resistência dos índios Cariri na contemporaneidade regional.

O quarto capítulo apresenta o levantamento bibliográfico de todos os sítios arqueológicos já cadastrados oficialmente pelo IPHAN, assim como novos sítios (ainda não cadastrados oficialmente) oriundos de pesquisas arqueológicas de arqueologia preventiva no século XXI. O capítulo apresenta ainda um levantamento das pesquisas em cada município da microrregião Brejo Santo-CE, com a divisão em grupos de sítios arqueológicos conforme a tipologia dos artefatos culturais identificados, que permitiram a elaboração de uma modelação de carta arqueológica. Finalmente, com o objetivo de contribuir para o entendimento das ocupações humanas (indígenas) nos séculos XVIII e XIX, são elaboradas modelações de mapas

etno-históricos da microrregião Brejo Santo e parte da região sul do Ceará (que abrange a Bacia Sedimentar do Araripe).

No quinto capítulo são discutidos os resultados obtidos na pesquisa sobre as modelações da carta arqueológica e etno-histórica, dando-se ênfase aos aspectos que envolvem a cultura material, as cronologia e populações pretéritas dos grupos humanos que deixaram artefatos arqueológicos no espaço geográfico da atual microrregião Brejo Santo-CE. Além disso, são abordadas também as variáveis da paisagem arqueológica, assim como as iniciativas de preservação do patrimônio cultural expresso pelos sítios arqueológicos.

2 ABORDAGEM TEÓRICA, MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração desta pesquisa, foram trabalhados três conceitos teóricos: paisagem arqueológica, patrimônio cultural e carta arqueológica.

2.1 O conceito de paisagem arqueológica

O conceito de paisagem arqueológica refere-se aos locais onde ocorreram os assentamentos de grupos humanos pretéritos, compreendendo uma dinâmica social onde os processos que levaram a ocupação desses espaços com significações e valores são estabelecidos por essas sociedades pretéritas:

O estudo da paisagem em Arqueologia envolve questões complexas sobre as maneiras com que grupos pré-históricos, conscientemente ou não, moldaram seus espaços sociais e culturais, situações que envolvem uma variedade de processos tanto relacionados à organização deste espaço quanto a sua modificação em função de uma diversidade de propósitos que incluem subsistência, questões de ordem econômica, social, política, cognitiva, ideológica, simbólica ou religiosa. É coerente afirmarmos que as pessoas percebem, classificam e moldam a paisagem circundante a partir de processos simbólicos que podem estar vinculados às tradições culturais do grupo, ao apego sentimental, à memória, aos mitos, enquanto local dos ancestrais e, não raramente, tendo como referências fronteiras sagradas e profanas (Knapp, 1999). Obviamente existem questões de cunho ecológico, adaptativo e funcional que fazem parte dessa complexa rede de significações (Silva-Méndes, 2007; Póvoa, 2007; Beltrão & Perez, 2006). (FAGUNDES, 2007, p. 74).

Para que essa paisagem arqueológica seja analisada, será necessário entender como ela foi percebida pelos “grupos pré-históricos que ocuparam esse espaço cujas características são o resultado de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações.” (BOADO, 1991, p. 6). O homem está inserido nesses espaços, estabelecendo relações com os animais, lugares e os objetos necessários à sobrevivência no ambiente, “implicando na utilização de tecnologia necessária para a transformação da matéria-prima desse ambiente.” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 73).

Na microrregião Brejo Santo, os lugares com artefatos arqueológicos (cerâmicos e líticos) estão espalhados por vários setores com geomorfologias diferenciadas, abrangendo espaços a céu aberto situados em áreas planas e em elevações tipo serrotes.

Os critérios de escolhas desses lugares possivelmente devem ter levado em conta, entre outros fatores, a proximidade da água e as fontes de matérias-primas, fatores geoarqueológicos significativos que eram observados para implementação desses assentamentos pretéritos:

[...] compreender os “lugares” significa ampliar nossas análises de forma a inferirmos sobre os meios pelos quais os grupos pré-históricos estruturavam suas estratégias de mobilidade, utilizavam diferentes espaços para a realização das tarefas cotidianas, enfim se apropriavam ativamente da paisagem em função de suas necessidades socioculturais e econômicas que foram sendo delineadas em meio à dinâmica cultural. (FAGUNDES, 2009, p. 7).

O conceito de paisagem tem, em sentido restrito, uma ideia de lugar, espaço ou setor territorial. Entretanto, com a entrada do homem nesse cenário, a visão naturalista se amplia, haja vista que deve incluir também as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a paisagem, ou seja, esse espaço ganha, além das formas naturais, uma vida que as anima. Essa paisagem passa a ser a união dos objetos naturais e dos objetos socialmente fabricados, além da apropriação simbólica, que comporiam a paisagem como um todo. (SANTOS, 2004).

De forma mais objetiva, a paisagem que nos rodeia pode ser simplesmente natural, quando não existir qualquer vestígio material ou imaterial de atividade ou assentamento humano, de forma temporária ou permanente; mesmo assim, diante das relações interligadas entre as sociedades humanas, umas com as outras, e com o próprio ambiente baseado na representação mental do mundo que essas sociedades posam ter tido, essa paisagem passa a se constituir numa paisagem cultural (BOADO, 1997); em outras palavras, essa mesma paisagem natural pode ser ressignificada, caso seja ou tenha sido alvo de interpretação simbólica por grupos pretéritos ou atuais, independentemente de sua ocupação física, passando a ser considerada, de forma concomitante, também uma paisagem arqueológica:

Para compreender uma paisagem, é preciso delinear os meios de engajamento desta com o homem, ou seja, do modo como essa paisagem é entendida, codificada e vivida na prática social; onde cada um destes, juntamente com a própria paisagem, constitui naquilo que chamamos de história. Um engajamento se define pela maneira como nós damos significado cultural à localização de nossa existência, de modo que até mesmo as árvores e as rochas signifiquem coisas diferentes para pessoas diferentes. (MAGALHÃES, 2019, p. 96).

2.2 O conceito de patrimônio cultural.

É muito comum na população brasileira a noção de que o conceito de patrimônio está intimamente ligado ao potencial financeiro de um bem, seja móvel ou imóvel. Devido à ausência predominante nos currículos escolares da educação básica de disciplinas voltadas para a educação patrimonial, a maior parte da população vincula a palavra patrimônio à detenção de

posses econômicas ou algo que possua valor financeiro, geralmente ligado à contabilidade. (VENOSA, 2004).

Pinheiro (2006, p. 4) menciona que “as primeiras atitudes de afirmação de uma identidade nacional costumam ser identificadas com os movimentos em busca da autonomia política”, a autora cita o exemplo da Inconfidência Mineira, que ocorre em 1789, em Ouro Preto, alertando que nesse período, ou seja, “no final do século XVIII, já se manifestam as primeiras preocupações relativas à **preservação do patrimônio nacional.**” (PINHEIRO, 2006, p. 4, grifo nosso). A autora menciona especificamente as preocupações no Brasil com a arquitetura neocolonial e a preocupação com a evasão das obras de arte no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Somente nos anos 30 do século XX surgem as tentativas de conceituar o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional, que seriam “todas as coisas imóveis ou móveis a que deva estender a sua proteção o estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza.” (PINHEIRO, 2006, p.7-8). É nesse contexto que é criado em 1936, o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável pela elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro. (PINHEIRO, 2006, p. 7-8).

Embora o conceito de patrimônio cultural só tenha constado de forma genérica e sem muita clareza nas constituições brasileiras a partir de 1937, ele é tratado mais objetivamente na Constituição Federal de outubro de 1988:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações Artísticos-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 1988, art. 216).

A partir dessa conceituação do que seria patrimônio cultural brasileiro, observa-se na Constituição de 1988 uma preocupação com os sítios de valor arqueológico, ou seja, o documento caracteriza, definitivamente, os sítios arqueológicos como patrimônio cultural.

A partir desse entendimento, podemos abordar a Carta de Lausanne, publicada em 1990, que menciona o conceito de patrimônio arqueológico e sua abrangência:

Art. 1º - O “patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (ICOMOS, 1990).

Essa mesma Carta amplia a percepção do conceito de patrimônio arqueológico, alertando quanto à aplicação da legislação: “A legislação deve fundar-se no conceito de que o patrimônio arqueológico constitui herança de toda a humanidade e de grupos humanos, e não de indivíduos ou de nações.” (ICOMOS, 1990).

Nesse sentido, qualquer sítio arqueológico é patrimônio cultural da humanidade e a divulgação de sua existência deve contemplar procedimentos de preservação patrimonial para que continue a existir como um produto pretérito de atividades humanas em determinado espaço. Ao elaborar a carta arqueológica da microrregião Brejo Santo através de uma pesquisa acadêmica (dissertação de mestrado), o conhecimento do patrimônio arqueológico existente nesse espaço passa a ser de domínio público, ou seja, esse patrimônio cultural está amparado, pelo menos teoricamente, nos preceitos emanados pela Carta de Lausanne, assim como pela Constituição brasileira.

2.3 O conceito de carta arqueológica

Uma carta arqueológica consiste, de forma sintética, na elaboração e descrição de um inventário do patrimônio cultural georreferenciado de sítios de uma determinada área. Esse inventário inclui toda a ordem de elementos patrimoniais identificados no nível do solo e/ou do subsolo, no âmbito de todas as pesquisas arqueológicas e históricas realizadas. (FRAGOSO, 2011).

O inventário dos sítios arqueológicos de uma determinada área (que faz parte desse patrimônio cultural) deve levar em conta principalmente as questões de espacialidades entre os sítios, e as cartas arqueológicas são constituídas essencialmente pela espacialização cartográfica desse patrimônio arqueológico, realizada por meio de um inventário. (CHOAY, 2006).

Pode servir também, dependendo do objetivo, como um documento para garantir a salvaguarda, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, em termos arqueológicos; além de que, a sua análise pode auxiliar a entender os modelos de ocupação da área que a carta abrange. (LARANJO, 2014).

Na Europa (Em Portugal e Espanha foram elaboradas algumas cartas arqueológicas⁸, no Brasil ainda são poucos os levantamentos com esse objetivo, estando normalmente ligados a trabalhos técnicos efetuados pelo IPHAN.

Em Pernambuco foi elaborada carta arqueológica com a identificação dos naufrágios ocorridos no litoral de Pernambuco entre 1503 e 1600 (SOUZA; VALLS, 2008); em 2013 foi elaborada uma carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense (NAVARRO, 2013); no Rio Grande do Sul, por exemplo, foi elaborada a carta arqueológica referente aos sítios pré-históricos de todo o Estado (MACHADO; SANTOS, 2015); o estado de Sergipe também teve recentemente a sua carta arqueológica elaborada através de uma dissertação de mestrado (LEITE, 2016); a autora desta pesquisa, por sua vez, elaborou em 2018 o trabalho intitulado ‘Os lugares de memórias e a carta arqueológica do município de Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil, conforme indicado na introdução deste trabalho’.

Para elaborar a carta arqueológica é necessário compreender as diversas paisagens, entre as quais, a paisagem arqueológica, que existem na microrregião Brejo Santo, principalmente em relação aos formatos de assentamentos adotados pelos grupos pretéritos que ocuparam essa região e produziram os vestígios culturais que chegaram até os dias atuais. Nessa paisagem, possivelmente, existem sítios arqueológicos com tipologias de artefatos cerâmicos e líticos, assim como seus posicionamentos nos critérios de escolhas na geomorfologia local.

A leitura da paisagem arqueológica pode ocorrer no nível macro, caso em que é necessária a observação sob a ótica da arqueologia da paisagem como um todo e as possíveis relações inter-sítios; assim como a tipologia dos vestígios culturais, o que permite observar o acervo do patrimônio cultural deixado pelos antepassados. A observação dessa tipologia⁹ auxilia no entendimento dos processos de formação dos registros arqueológicos, facilitando a compreensão dos formatos de assentamentos adotados. (BINFORD, 1980).

Dessa forma, a carta arqueológica deverá evidenciar a localização geográfica (usando-se GPS de mão) desses sítios arqueológicos, para associar possíveis grupos de sítios arqueológicos na região com a elaboração de mapas temáticos vinculados aos aspectos ambientais, tais como, a geomorfologia, a pedologia, a hidrografia, a geologia e a vegetação.

⁸ Carta Arqueológica do Algarve, 1883 (Por Estácio da Veiga); Nova Carta Arqueológica do Algarve, 2012; Carta arqueológica de Loures; Carta arqueológica de Penamacor; Carta arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos; Carta arqueológica do Concelho de Mértola; Carta Arqueológica do Concelho da Golegã (Silvério Domingues Figueiredo et al).

⁹ O conceito de tipologia baseia-se na utilização do termo tipo que “é a unidade básica de classificação arqueológica, definido por um conjunto consistente de atributos.” (BICHO, 2006, p. 194).

2.4 Métodos e materiais

Para que fosse possível elaborar a carta arqueológica da microrregião de Brejo Santo-CE foram adotados alguns procedimentos metodológicos. Inicialmente foi efetuado um levantamento bibliográfico (teses, dissertações, artigos, relatórios) das informações possíveis envolvendo a existência de sítios arqueológicos nos municípios da microrregião Brejo Santo; esse levantamento incluiu: consultas a bibliotecas públicas, notícias de jornais, pesquisas na *internet* em busca de artigos relacionados ao tema, leituras de obras específicas sobre a história regional, pesquisa de relatórios privados existentes no IPHAN, superintendência do Ceará, envolvendo obras da Transposição do Rio São Francisco e da Ferrovia Transnordestina e na base de dados do IPHAN - CNSA.

Foi observado o conjunto dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo cadastrado na base de dados do IPHAN, verificando se as coordenadas geográficas dos registros estão condizentes com a realidade; para tanto, foi necessário ir a todos esses sítios para observar *in loco* as coordenadas cadastradas e efetuar a plotagem em campo (incluindo possíveis perímetros e ponto central de distribuição de vestígios) com GPS manual, utilizando o datun SIRGAS 2000; na sequência, foi realizada a sistematização desses dados, através do programa Microsoft Excel, com todas as informações de identificação/imagens dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo-CE.

Para a observação da distribuição espacial desse conjunto de sítios arqueológicos, foi utilizado o SIG *software* ArcGIS 10.5 para elaboração dos seguintes mapas:

I - mapa geológico de cada município da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica;

II - mapa geomorfológico de cada município da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica;

III - mapa hidrográfico de cada município da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica;

IV - mapa pedológico de cada município da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica;

V – mapa da vegetação atual de cada município da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica;

VI - mapa de densidade/intensidade de sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo;

VII - mapas dos sítios arqueológicos (carta arqueológica) por grupos (com características pré-coloniais e coloniais) e tipologias de vestígios culturais, tanto em nível particular (municipal) como no geral (microrregião Brejo Santo);

VIII – mapa etno-histórico do sul do Ceará com a possível identificação espacial dos grupos indígenas mais citados na bibliografia primária e secundária;

IX – mapa etno-histórico da microrregião Brejo Santo com a possível identificação espacial dos grupos indígenas mais citados na bibliografia primária e secundária;

X - mapa de sobreposição com a carta arqueológica (microrregião Brejo Santo) e a carta etno-histórica do sul do Ceará (incluindo a microrregião Brejo Santo);

XI – mapas com *buffers* com a relação de proximidade dos sítios arqueológicos com fluxos hidrográficos de primeira, segunda e terceira ordens na microrregião Brejo Santo.

Durante a coleta de dados no campo, foi realizado levantamento fotográfico dos sítios arqueológicos com a utilização de uma câmera digital Nikon Coolpix P80 (com zoom digital 18).

3 A MICRORREGIÃO BREJO SANTO: CONTEXTO GEOAMBIENTAL

O contexto natural da microrregião Brejo Santo-CE possui diversas variáveis geoambientais que auxiliam na explicação da presença pretérita das ocupações humanas nos cinco municípios cearenses que fazem parte dessa área da Depressão Sertaneja.

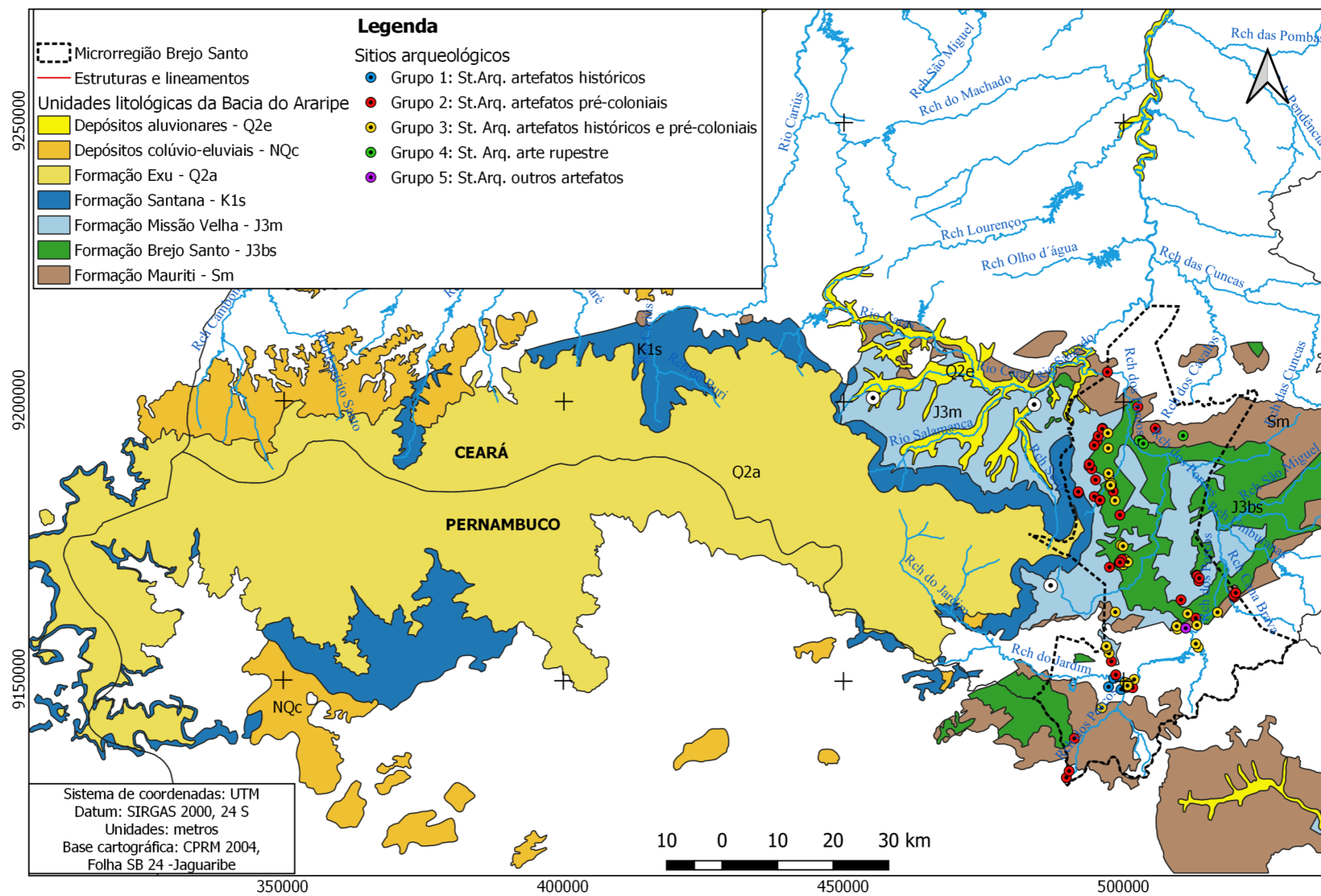
Nesse sentido, a identificação de possíveis fontes de matérias-primas utilizadas pelos grupos humanos do passado para elaboração de seus artefatos, possíveis áreas utilizadas para plantios, localização de fontes de obtenção da água e possíveis declividades altimétricas que dificultaram a mobilidade são fatores que auxiliam na compreensão dos critérios de escolha desses grupos para ocuparem determinado espaço geográfico por períodos temporários ou permanentes.

Tendo em vista que o objetivo desta pesquisa é evidenciar a distribuição espacial dessas ocupações humanas na paisagem arqueológica da microrregião Brejo Santo, assim como tentar compreender os possíveis critérios de escolha por esses grupos humanos, será necessário contextualizar os aspectos geológicos, pedológicos, geomorfológicos, hidrológicos e vegetativos.

3.1 Aspectos geológicos e pedológicos

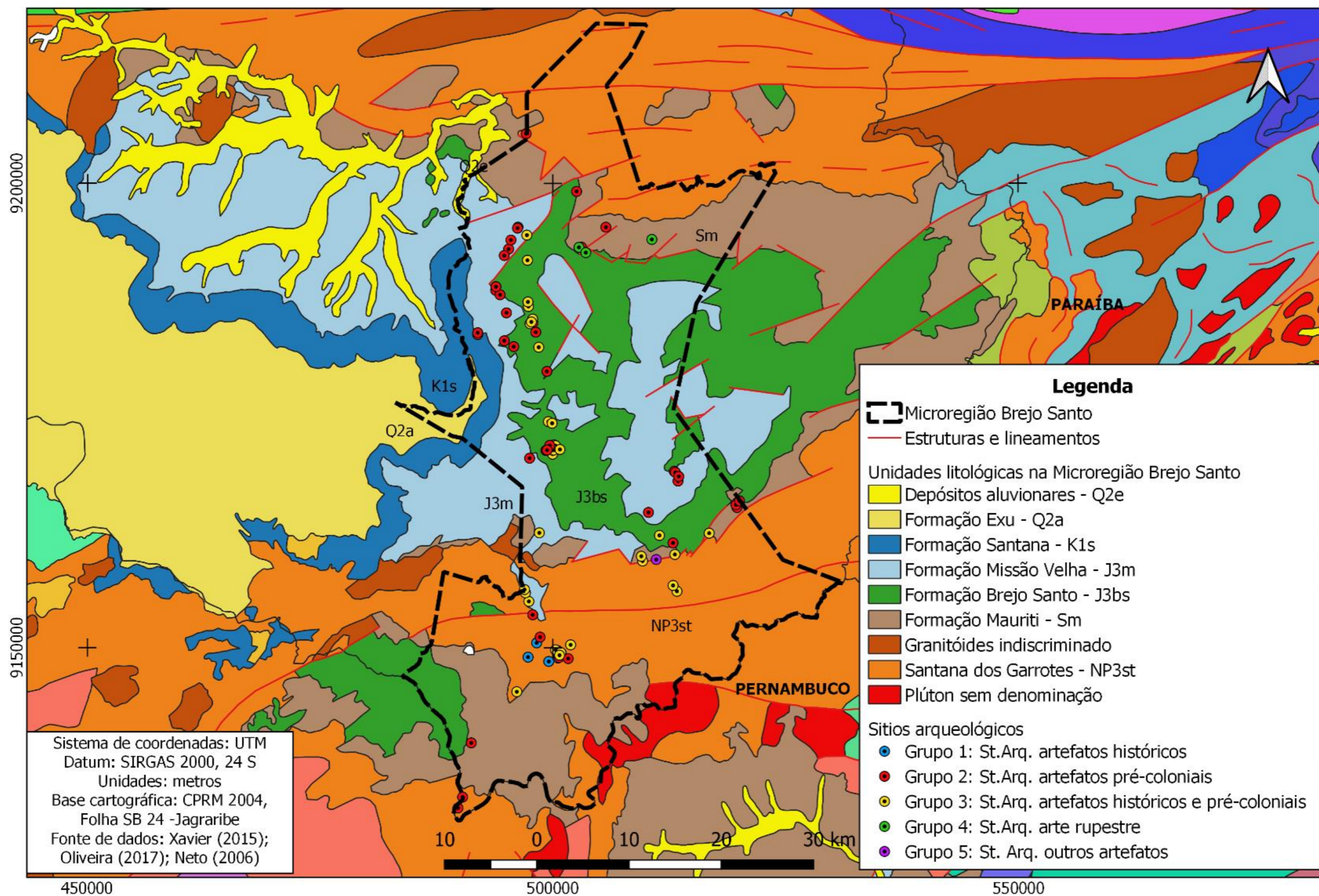
A área da microrregião Brejo Santo está situada na parte sudeste da Bacia Sedimentar do Araripe, apresentando quadro geológico com rochas do embasamento cristalino pré-cambriano, representado por gnaisses e migmatitos diversos, quartzitos e metacalcários, associados a rochas plutônicas e metaplutônicas de composição predominantemente granítica. (OLIVEIRA, 2018; CPRM, 2005). Nessa área específica existem sedimentos de três formações geológicas: Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha e Santana dos Garotes (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Mapa Geológico da Bacia Sedimentar do Araripe



Fonte: CPRM, 2005 (Adaptado por Filipe Peixoto, 2021).

Figura 7 - Detalhe da geologia na microrregião Brejo Santo inserida na Bacia Sedimentar do Araripe.



Fonte: CPRM, 2004 (Adaptado Filipe Peixoto, 2021), Responsável Daline Lima.

Os sedimentos da Formação Mauriti foram depositados em condições de plataforma estável, sendo um depósito de um Sistema Depositional Fluvial Entrelaçado e Eólico, onde os sedimentos são predominantemente de origem fluvial, médios a grosseiros e arenitos finos eólicos, aparecendo nas calhas dos rios com coberturas de sedimentos aluvionares de pequena espessura. (FRACALOSSI JÚNIOR, 1985; OLIVEIRA, 2018). Sua litologia é composta “de arenito grosso com níveis conglomeráticos intercalados, de coloração clara, variando de branco, amarelado até rosa, em grande parte silicificado.” (LIMA, 2015, p. 30). Os arenitos silicificados eram utilizados por grupos pretéritos para a elaboração de artefatos líticos.

A Formação Brejo Santo apresenta uma espessura litoestratigráfica de até 450 m, sendo composta basicamente por folhelhos e lamitos vermelhos, com ostracodes que indicam a exclusividade continental do ambiente de deposição, sendo provável a existência de lagos rasos/planícies aluviais distais úmidas de rios entrelaçados de pequeno a médio porte, sob condições de alta energia. A formação possui duas associações faciológicas, sendo a primeira composta de arenitos finos, siltitos e argilitos vermelhos e a segunda composta de argilitos, folhelhos vermelhos e marrons e até verdes. Essa formação está posicionada entre as formações Missão Velha e Mauriti, aflorando da zona urbana do município de Brejo Santo e estendendo-se em direção ao sul. Na Formação Brejo Santo podem ser observados solos do tipo Neossolos, Flúvicos e Vertissolos. (ASSINE, 2007; FRACALOSSI JÚNIOR, 1985; GUERRA, 2019).

Os arenitos também serviam como fontes de matérias-primas para elaboração de artefatos líticos, tais como os almofarizes, por exemplo, que serviam para a trituração de alimentos a serem consumidos pelos grupos indígenas.

A Formação Missão Velha possui idade Aptiana Superior¹⁰, e está superposta concordantemente sobre a Formação Brejo Santo, com uma espessura litoestratigráfica de cerca de 200 m, sendo “constituída por arenitos quartzosos, por vezes feldspáticos e/ou caolínicos, localmente conglomeráticos, portadores de abundantes troncos e fragmentos de madeira silicificada, atribuídos à conífera *Dadoxylon benderi*.” (ASSINE, 2007, p. 374). No seu topo aparece uma gradação de arenitos grosseiros a conglomeráticos, passando a arenitos finos, argilitos e siltitos. Na Formação Missão Velha podem ser observados solos do tipo Argissolos, Latossolos e Neossolos. (FRACALOSSI JÚNIOR, 1985; GUERRA, 2019; OLIVEIRA, 2018).

A presença de quartzitos e metacalcários, associados a rochas plutônicas e metaplutônicas de composição predominantemente granítica na microrregião Brejo Santo

¹⁰ A idade Aptiana é a idade da época Cretácea Inferior do período Cretáceo da era Mesozoica do éon Fanerozoico que está compreendida entre 125 milhões e 113 milhões de anos. Fonte: Tabela geológica Cronoestratigráfica Internacional versão 2015/1 da Comissão Internacional sobre Estratigrafia, 2015.

indica a existência de matérias-primas rochosas que podem ter sido utilizadas pelos grupos do passado para elaboração de líticos (instrumentos) polidos, assim como os quartzitos e os arenitos que eram utilizados para elaboração de artefatos lascados.

A Formação Santana dos Garrotes é composta por pacotes de metaturbiditos, predominantemente metarenitos finos e metapelitos (representados por filitos, sericita xistos e micaxistos), além de delgados (espessura métrica a submétrica) níveis de metavulcânicas ácidas e, menos comumente, intermediárias, além de formações ferríferas, metacarbonatos (mármore) e raros níveis, com espessuras centimétricas, de metaconglomerados monomíticos (seixos de quartzo). (MEDEIROS, 2004).

Os metapelitos e metarenitos finos são representados por biotita-muscovita xistos e filitos com sericita e clorita, com alternância de delgados níveis (centimétricos) quartzosos e micáceos. Estas metavulcânicas félsicas correspondem a metariolitos e metadacitos, sendo constituídas essencialmente por quartzo, feldspato, biotita e, mais raramente, muscovita e clorita. Na região a noroeste de Pitombeira-PB (8 km a nordeste de Nova Olinda-PB), foi observado um nível (com cerca de 0,5 m de espessura) contínuo de formação ferrífera, constituída essencialmente por hematita, magnetita e quartzo, apresentando granulometria média. (MEDEIROS, 2004).

Os seixos de quartzos podem ser utilizados em lascamentos antrópicos por grupos humanos, assim como a hematita pode ser utilizada na elaboração de tintas para serem utilizadas na arte rupestre.

3.2 Aspectos geomorfológicos

Os municípios da microrregião de Brejo Santo estão situados na Depressão Sertaneja, na sub-bacia Cariri, onde aparecem predominantemente tabuleiros, morros e colinas (Figuras 8 a 10) com altitudes variáveis, não superiores a 500 m (CPRM, 2005):

A Depressão periférica do Cariri apresenta superfície moderadamente dissecada em morros e colinas baixas e suaves, com declives variáveis entre 0 e 5% e entre 15 e 35%. A superfície de erosão desenvolve-se em rochas Paleozóicas da Formação Cariri – composta por arenito, conglomerado, folhelho e siltito – e Juro-Cretáceas das Formações Brejo Santo, Missão Velha, Abaiara, que apresentam conglomerados, arenitos grosseiros a finos, folhelhos, siltitos, argilito, margas, entre outros. Apresentam porosidade alta (>30%) em grandes extensões desse compartimento. (BRASIL/CPRM, 2014 apud GUERRA, 2019, p. 80-81).

Figura 8 - Detalhe de parte da geomorfologia da Depressão Sertaneja (sub-bacia do Cariri) e ao fundo (em segundo plano) a Chapada do Araripe.



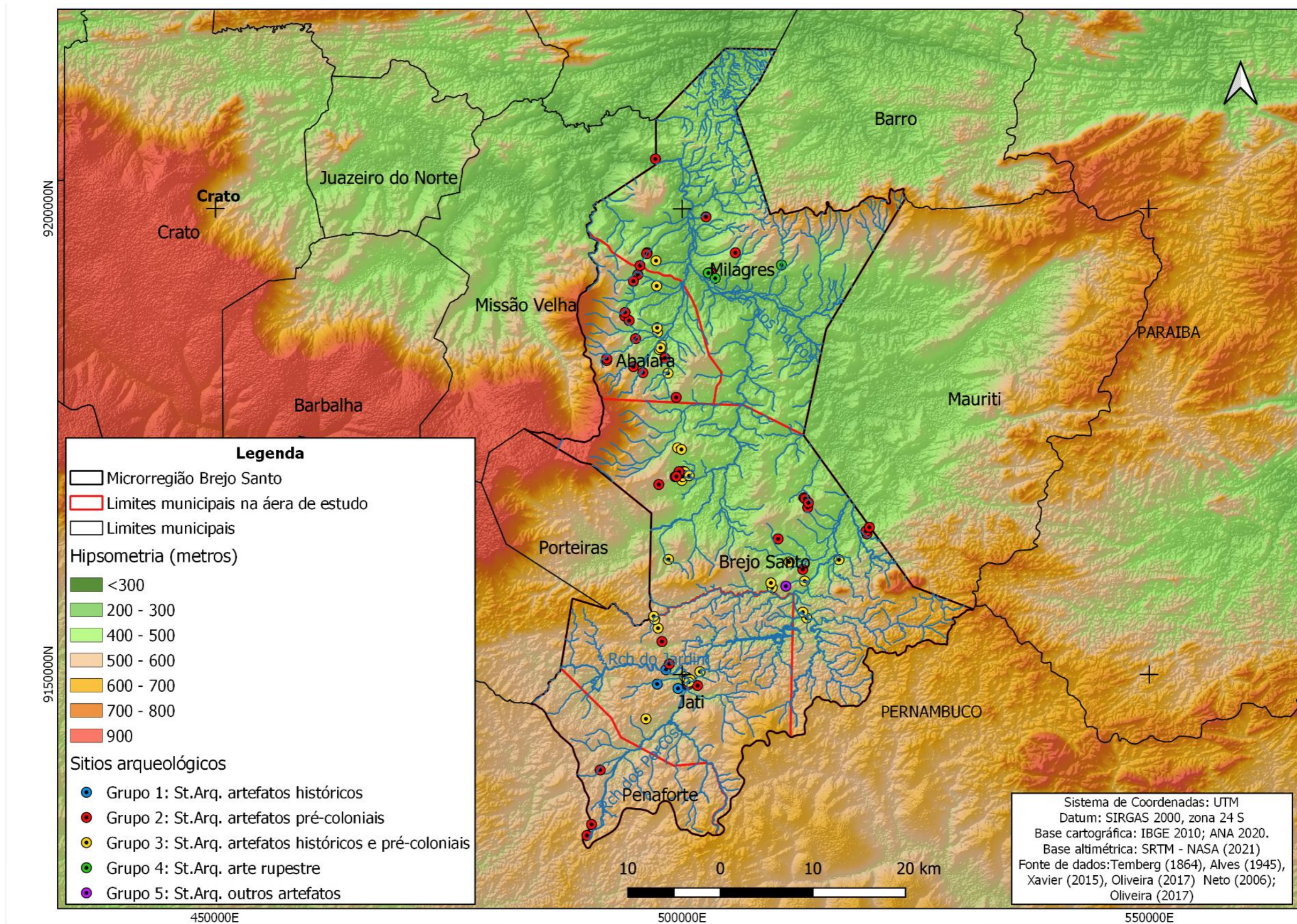
Fonte: Guerra, 2019, p. 81, adaptado.

Figura 9 - Outro detalhe de parte da geomorfologia da Depressão Sertaneja (sub-bacia do Cariri) e ao fundo (em segundo plano) a Chapada do Araripe.



Fonte: Guerra, 2019, p 76, adaptado.

Figura 10 – Mapa hipsométrico de parte da Chapada do Araripe e da Microrregião Brejo Santo.



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

Provavelmente, a mobilidade dos grupos humanos possuía maior agilidade nas áreas de tabuleiros, principalmente utilizando os cursos de água como caminhos naturais a serem percorridos¹¹. Já nas áreas de altimetrias mais elevadas geralmente ocorriam os estabelecimentos de assentamentos humanos (principalmente próximos aos rios), devido aos motivos de segurança, proximidade de água e proteção contra possíveis enchentes. (OLIVEIRA, 2018).

3.3 Hidrologia

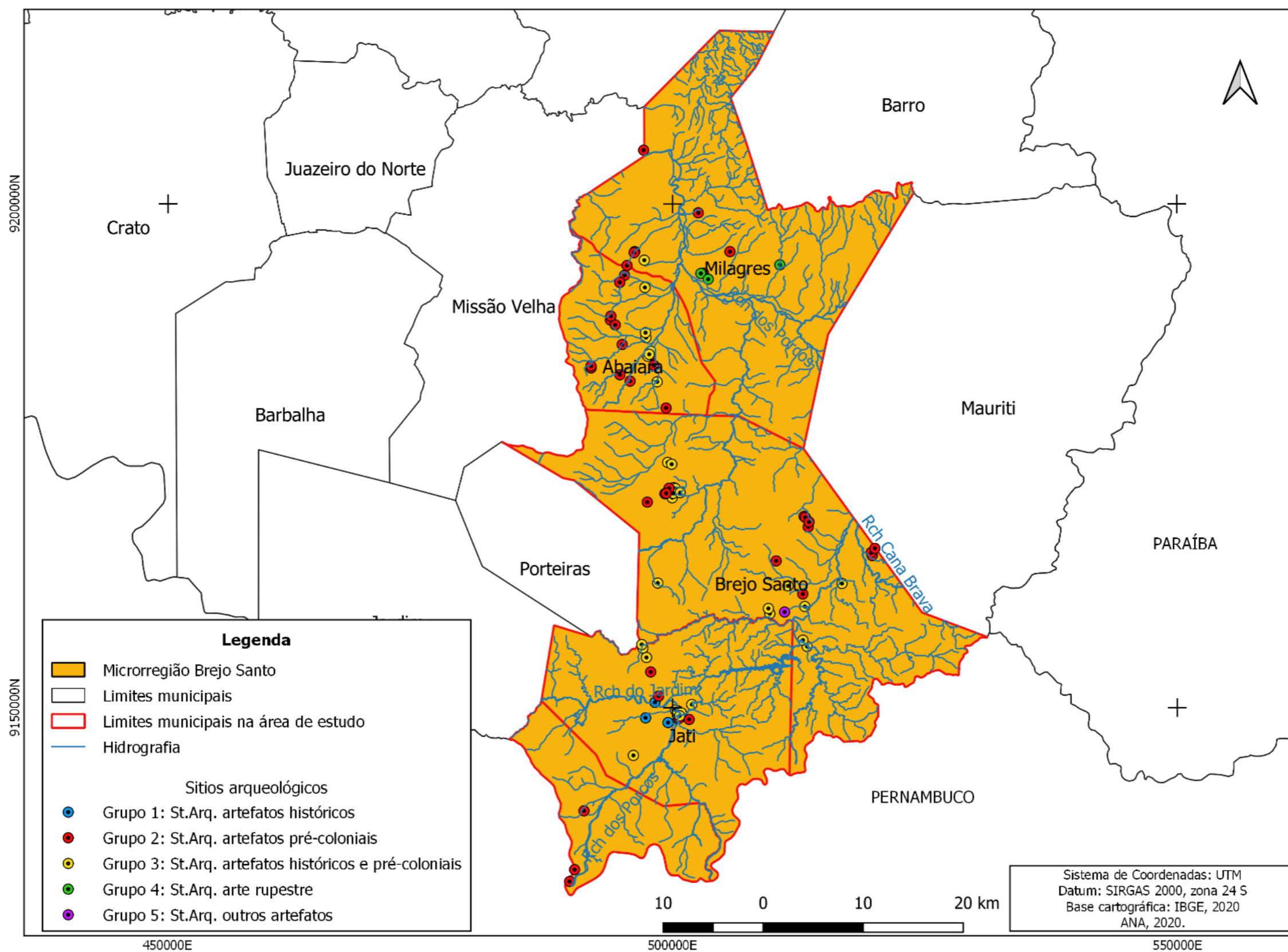
A presença da água de forma abundante talvez seja o aspecto ambiental para explicar os processos de assentamentos humanos na microrregião Brejo Santo em períodos pretéritos. Os municípios dessa microrregião estão localizados na sub-bacia hidrográfica do Rio Salgado (vinculado à bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe), que tem sua nascente na Serra do Araripe (Crato-CE) e percorre 308 km, atravessando 23 municípios até atingir sua foz no município de Icó-CE, e desaguar no Rio Jaguaribe. (CPRM, 2005).

Os riachos municipais que desaguam no Rio Salgado são intermitentes e dependem essencialmente das águas das chuvas, que normalmente ocorrem nos meses de fevereiro a maio. Na região do Cariri, os postos pluviométricos instalados nos municípios de Crato e Barbalha, por exemplo, registram precipitação média anual da ordem de 1.032,7 mm. Considerada toda a região do Cariri, a precipitação média é menor, com um valor da ordem de 920 mm/ano. (CPRM, 2005; OLIVEIRA 2018).

A região apresenta um elevado potencial hidrogeológico devido à alta permiosidade dos arenitos constituintes da bacia hidrográfica do Rio Salgado, em especial os que compõem o aquífero superior, grande responsável pela alimentação dos cursos d'água que drenam para a depressão periférica do Cariri (Figura 11).

¹¹ Cumpre alertar, entretanto, sobre a relatividade da questão da mobilidade dos grupos humanos, pois esta envolve diversas variáveis, além das próprias condicionantes ambientais. Cada caso pode envolver circunstâncias espaciais e temporais, por vezes, totalmente diferenciadas, mesmo em uma região onde, geomorfologicamente, se supõe que seja mais 'fácil' essa mobilidade.

Figura 11 - Mapa da hidrografia da microrregião Brejo Santo-CE.



Os índices pluviométricos da região são favoráveis ao plantio de tubérculos, como a mandioca e a macaxeira; além de grãos, como o milho; e sementes, como feijão e amendoim, que, em vários casos, faziam parte da dieta de grupos indígenas no Brasil. Os índices pluviométricos e a geomorfologia do Cariri cearense criaram um ambiente bastante favorável em termos de oferta de água:

Em pleno semiárido nordestino, o Cariri cearense se destaca das demais regiões por apresentar, ainda hoje, uma considerável incidência de fontes de água cristalina e natureza abundante mesmo em períodos de estiagem, embora os fatores antrópicos venham contribuindo para a sua diminuição. Essas são peculiaridades que conferiram ao longo do tempo ao Cariri o apelido de Oásis do Sertão. (LIMAVERDE, 2015, p. 87).

3.4 Vegetação

O estado do Ceará possui quase 92% de sua superfície dentro do bioma da Caatinga, com a ocorrência de algumas ilhas de florestas úmidas, entre as quais, “as vertentes da chapada do Araripe e planalto da Ibiapaba, e sobre as serras (cristalinas) das Matas, do Machado, de Aratanha, Maranguape, Meruoca, Uruburetama e Baturité.” (CAVALCANTE, 2005, p. 63). Mais especificamente na Bacia Sedimentar do Araripe podem ser identificados quatro tipos de vegetação: Floresta Subperenifolia Tropical Plúvio-Nebular (mata úmida), Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial (mata seca), Floresta Caducifolia Espinhosa (Caatinga arbórea) e Floresta Subcaducifolia Tropical Xeromorfa (Cerrado). (CPRM, 2005).

A Floresta Caducifolia Espinhosa (Caatinga arbórea) - Caatinga é um termo indígena que denomina um tipo de vegetação xerófila que ocorre no semiárido do Nordeste brasileiro e ocupa as áreas abaixo das matas secas. Os vegetais apresentam porte da ordem de 20 m, espessura dos caules maiores e as densidades são menores que as outras caatingas (800 vegetais/ha). Algumas espécies mais comuns são representadas por aroeira (*Myracrodruon*), imbu (*S. Tuberosa*) e jucá (*C. Ferrea*). (CPRM, 2005). Essas espécies vegetais da Caatinga arbórea possuem propriedades diversas que são utilizadas atualmente, e podem ter sido utilizadas no passado pelos grupos indígenas. A aroeira, por exemplo, tem propriedades medicinais, e por isso pode ser usada no tratamento de febre, reumatismo, sífilis, úlceras, azia, gastrite, tosse, bronquite, íngua, diarreia, cistite, dor de dente, artrite, distensão dos tendões e infecções da região íntima. Já o imbuzeiro é tido como ‘a árvore sagrada’ do sertanejo. A origem do seu nome é tupi-guarani, e significa ‘árvore que dá de beber’, tendo em vista a característica de armazenamento de água na raiz e frutos, permitindo que os grupos humanos sobrevivessem durante os longos períodos de seca; o jucá possui propriedades medicinais, podendo ser usado

no tratamento de diabetes, gengivite e gota, além de servir como madeira para a construção de habitações. (BRANDÃO, 2009; OLIVEIRA, 2018).

A Floresta Subperenifólia Tropical Plúvio-Nebular (mata úmida) - localiza-se nas vertentes da chapada, denominada de Serras Úmidas. A altitude e a exposição aos ventos úmidos são os principais determinantes da existência dessa floresta, considerando-se, ainda, a importância da água subterrânea, cuja ressurgência nas encostas da chapada contribui para a permanência da vegetação florestal. As árvores apresentam caules retilíneos, espessos, cobertos com líquens, orquídeas e samambaias. Algumas espécies mais comuns são representadas por ingás (*Inga bahiensis*), guabirabas (*Campomanesia dichotoma*), pinheiros-bravos (*Podocarpus sellowii*) e ervas do mato (*Palicourea aenveofusca*). (CPRM, 2005).

Essas espécies vegetais possuem diversas utilidades que podem ter servido aos grupos indígenas da região. O ingá possui sementes envolvidas numa polpa adocicada, muitas vezes comestível, e a erva do mato tem utilidades farmacêuticas no tratamento de problemas gastrointestinais, problemas renais e tratamento de distúrbios nervosos. (COSTA, 2013; OLIVEIRA 2018).

A Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (mata seca) – ocorre nas zonas abaixo das vertentes da chapada. As espécies são da mata úmida e da Caatinga arbórea, cuja faixa de amplitude ecológica permite viver nesse ambiente, que reúne as espécies da mata seca. Algumas espécies mais comuns são representadas por pau-d'arco-roxo (*Tabebuia impetiginosa*), mulungu (*Erythrina velutina*) e timbaúba (*Enterolobium contortisiliquum*). (CPRM, 2005). Assim como as espécies vegetais situadas no alto das vertentes, as vegetações abaixo das vertentes também possuem propriedades medicinais que podem ter sido utilizadas pelos grupos humanos. A casca do pau-d'arco-roxo é usada para o tratamento de infecções causadas por fungos, usada, por exemplo, para tratar as micoses. O mulungu é utilizado como calmante natural e a timbaúba pode ser usada como elemento abortivo. (BRANDÃO, 2009; OLIVEIRA, 2018).

A Floresta Subcaducifólia Tropical Xeromorfa (Cerrado) ocorre sobre a Chapada do Araripe, no nível entre 800 e 1.000 m. Algumas espécies comuns são representadas por faveira (*Dimorphandra gardneriana*), piqui (*Caryocar coriaceum*), e murici (*Byrsonima sericea*). (CPRM, 2005). A vegetação típica do cerrado na região do Cariri está localizada nas áreas com maiores cotas altimétricas. Dentre as espécies vegetais, pode-se citar o caso do murici, que é rico em fibras, cálcio, fósforo, ferro, vitaminas C, B1 e B2, e possui propriedades farmacêuticas contra inflamações e bactérias. (BRANDÃO, 2009; OLIVEIRA, 2018).

4 ‘TERRA DOS CARIRIS’? A QUESTÃO INDÍGENA NO PROCESSO ETNOHISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA BACIA SEDIMENTAR DO ARARIPE, CEARÁ, BRASIL

“Três vezes o tapuia a testa coça, convulso bate o queixo, e diz raivoso: qual terra de Cabral! [...] A terra é nossa.” (ARARIPE, 1867, p. 153).

Falar especificamente da questão indígena no contexto do processo histórico de ocupação da microrregião de Brejo Santo é uma tarefa bastante ‘espinhosa’, haja vista a quantidade de informações generalizadas provenientes de fontes primárias e secundárias. Para que se tenha uma ideia desse grau de generalização, no ano 1931 o pesquisador Carlos Studart Filho já reclamava da dificuldade de efetuar classificações preliminares diante do alto grau de denominações aleatórias e genéricas para se falar da história dos grupos indígenas no estado cearense:

E que em taes documentos raro aparece especificado o nome de uma cabilda, sendo commum encontrarem-se nelles o termo generico **tapuias** para significar hordas zês e **carirys** e a palavra índio para designar os selvícolas pertencentes ao grupo tupi. Outro facto que concorre para dificultar a tarefa dos que desejam recompôr em todos seus detalhes a historia dos indigenas cearenses, é andarem as noticias, que a elles se referem, tão esparsas que só a custa de ingentes trabalhos pode, alguem aproveita-las covenientemente. (STUDART FILHO, 1931, p. 53, grifo do autor).

Studart Filho (1931) explica que essas dificuldades estavam relacionadas à impossibilidade de demarcar os espaços territoriais desses grupos indígenas com exatidão no período colonial e imperial brasileiro, haja vista que “tal delimitação nada tem de precisa porquanto das hordas que habitavam nossa terra apenas ínfima minoria tinha vida semi-sedentaria”, além de explicitar o caráter de mobilidades diversas através de processos de “transmigração de índios das regiões vizinhas ocorrida frequentes vezes durante o período colonial.” (STUDART FILHO, 1931, p. 54).

Um fator que talvez explique a ausência de delimitações precisas dos deslocamentos, seja a quantidade ainda pequena de pesquisas acadêmicas aprofundadas com fontes primárias sobre os indígenas do Ceará nesses períodos cronológicos (colonial e imperial). Além disso, é importante considerar que relações bélicas dominaram o contato entre indígenas e não indígenas nos primeiros séculos da colonização, o que contribuiu para diminuir a precisão das denominações êmicas e para aumentar a imprecisão dos contornos do mapa étnico-ameríndio do Ceará. (GIRÃO, 1985).

Outro fator que dificulta conhecer em detalhes a inserção espacial dos grupos indígenas no Ceará relaciona-se à tentativa inicial de divisão dos grupos indígenas no Nordeste brasileiro

a partir da dualidade entre indígenas do interior, denominados Tapuia, e do litoral, denominados Tupi, que foi utilizada até os meados do século XX no Brasil, e que já não encontra mais respaldo entre os pesquisadores brasileiros contemporâneos. (PUNTONI, 2000). A esse respeito, Monteiro (2001, p. 19-20) observa:

Para além do binômio Tupi-Tapuia, surgiram outros pares de oposição com a função de introduzir alguma ordem numa situação às vezes confusa e imprevisível. O contexto colonial produziu outras distinções importantes, como a oposição entre povoado e sertão, o que representava mais do que uma referência espacial pois, na verdade, delimitava dois universos distintos, um ordenado pela lei e pelo governo, o outro livre de tais constrangimentos – sem fé, nem lei, nem rei, enfim. Pode-se vislumbrar um bom exemplo desta diferença na experiência dos sertanistas mamelucos, que transitavam entre a ordem rígida do povoado colonial e a liberdade desenfreada do sertão. A distinção entre índios cristãos e gentios proporcionava uma outra divisão crucial, ainda que eivada de implicações ambíguas. (MONTEIRO, 2001, p. 19-20).

É necessário entender que a ideia dessa divisão preliminar amparou-se em fontes bibliográficas geralmente provindas de relatórios militares ou relatos de missionários religiosos e viajantes europeus (portugueses, holandeses e franceses), que tinham uma concepção geral de divisão espacial dos grupos indígenas, principalmente, a partir de suas línguas¹².

Nesse sentido, torna-se necessário contextualizar que as populações Tupi litorâneas, que tiveram uma aproximação inicial mais direta com os colonizadores no período do contato, tiveram documentação mais abrangente. Já os grupos indígenas interioranos (entre os quais os localizados no Nordeste brasileiro), não tiveram, nos séculos iniciais da colonização, uma documentação similar. Ficou marcada, assim, uma divisão entre os indígenas falantes de línguas Tupi-Guarani e indígenas falantes de outras línguas não reconhecidas como Tupi, que foram genericamente denominados Tapuias, entre os quais, os grupos vinculados atualmente ao tronco Macro-Jê, com várias famílias linguísticas, e que ficaram conhecidos como os indígenas que falavam a ‘língua travada’¹³.

¹² “Nos três primeiros séculos após o descobrimento, os materiais linguísticos foram produzidos, sobretudo por missionários portugueses entre os quais se destacam as figuras do Pe. José de Anchieta, que em 1595 publicou uma gramática Tupi, e a do Pe. Luis Figueira, também autor de uma gramática sobre a mesma língua. Entre os franceses, destaca-se Jean de Léry, que deixou observações sobre aspectos do Tupi.” (SEKI, 1999, p. 260).

¹³ Não existe uma língua Tupi-Guarani, mas sim uma família linguística Tupi-Guarani (composta por línguas e dialetos falados por povos indígenas), que é somente uma das famílias linguísticas do tronco Tupi. “O Tronco Tupi, estabelecido bem claramente, inclui 6 famílias: Tupi-Guarani (com 33 línguas e dialetos), Mondé (com 7 línguas), Tupari (com 3 línguas), Juruna, Munduruku e Ramarana (cada uma com 2 línguas) e 3 línguas: Aweti, Mawé e Puruborá. No tronco Macro-Jê, definido com base em evidências menos claras, são incluídas 6 famílias genéticas (Jê, Bororo, Botocudo, Karajá, Maxacali, Pataxó) e 4 línguas (Guató, Ofayé, Erikbaktsá e Fulniô).” (SEKI, 1999, p. 259-260).

Essa divisão preliminar das populações indígenas baseada nas línguas levou ao entendimento de separações geográficas bem definidas, ou seja, Tupi no litoral e povos de línguas não tupi no interior. Contudo, pesquisas arqueológicas têm apontando significativas diferenças entre o conhecimento construído a partir da documentação histórica e os resultados a partir do registro arqueológico de períodos pré-coloniais, desconstruindo paulatinamente essa dicotomia. Para isso, a questão da transdisciplinaridade vem se mostrando fundamental, haja vista que “a arqueologia enquanto história indígena” necessita de outras áreas do conhecimento, tais como, “a linguística histórica, antropologia, etnografia e a etno-história”, que permitam “a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança.” (CORRÊA, 2013, p. 27).

Os vestígios arqueológicos identificados em pesquisas acadêmicas e preventivas realizadas desde o século XIX, tanto na faixa litorânea como no interior do Nordeste brasileiro, apontam para alternâncias cronológicas de ocupações pretéritas desses espaços por grupos indígenas também diferenciados, tanto no período colonial, como no período pré-colonial. Para reforçar, podemos apontar que vestígios culturais vinculados às populações Tupi para o período pré-colonial, por exemplo, são recorrentemente encontrados em região reconhecidas historicamente como de ocupação por povos Jê no período colonial. (CORRÊA, 2014, 2009; ETCHEVARNE, 1992; OLIVEIRA, 2000).

Ao estudar sobre as datações arqueológicas já realizadas no Brasil por diversos pesquisadores e vinculadas as populações Tupi, Corrêa (2017, p. 390) observou uma ocorrência maior de datações obtidas com cronologias “entre 400 e 700 AP (aprox. séculos XIV, XV e XVI)”, alertando ainda que “o pico desse aumento gradual ocorre no século XIV, com queda progressiva associada ao período de invasão e massacre durante a colonização europeia.”. Um número maior de datações pode ser reflexo de possível ocupação mais intensa por essas populações entre os séculos XIV e XVI, após esse período aparentemente ocorreu um esvaziamento das áreas ocupadas por esses povos devido à grande mortandade pelo contato com os colonizadores e por migrações no período das ‘andanças’.

Notadamente, com relação ao estado cearense, as dicotomias Tupi/Tapui e litoral/interior não se aplicam, haja vista que se tem evidenciado mais um processo de alternância de territórios nas áreas geográficas. Para os períodos mais recuados, evidenciados pela presença de sítios com pinturas rupestres e indústrias líticas, teríamos povos com línguas ainda não completamente conhecidas, aparentemente sucedidos por povos de línguas Tupi, línguas Jê e línguas isoladas após 2000 AP. Para o período posterior ao século XVI a documentação histórica aponta apenas a presença de populações de línguas Jê e de línguas

isoladas que passaram por um intenso processo de ‘desaparecimento’ chegando até os dias atuais como movimento de resistência de pessoas que se autodenominam Cariris. (NOBRE, 2013; RODRIGUES, 2019).

Devido a essa insegurança quanto aos dados etnográficos, geográficos e cronológicos relacionados às ocupações indígenas nas demais áreas do estado cearense, esta pesquisa somente se dedicará às referências bibliográficas (primárias e secundárias) acerca dessas ocupações na Bacia Sedimentar do Araripe, especificamente mais direcionadas para a área da pesquisa (microrregião Brejo Santo), conhecida mais popularmente no estado cearense como ‘A Terra dos Kariris’, ‘Terra dos Cariris’ ou ‘Região do Cariri’.

4.1 As diversas hipóteses sobre as origens dos termos ‘Cariri, Kariri ou Kiriri’

Talvez a primeira pessoa a utilizar o termo ‘Cariu’¹⁴ tenha sido o padre Fernão Cardim, em sua obra ‘Tratados da Terra e Gente do Brasil’, no relato sobre ‘a origem dos índios do Brasil e de seus costumes e ceremonias’ (escrito durante a primeira passagem do padre no Brasil entre 1583 e 1598), publicado inicialmente em 1625 na língua inglesa¹⁵, onde ele menciona:

Outros que vivem para a parte do sertão da Bahia que chamão Guayaná, têm língua por si. Outros pelo mesmo sertão, que chamão Taicuyá vivem em casas, têm outra língua. Outros no mesmo sertão, que chamão *Cariri* (55), têm lingua diferente: estas tres nações e seus vizinhos são amigos dos Portuguezes. (CARDIM, 1925, p. 176, grifo nosso).

Elias Herckman, em 1634, na obra ‘Descrição geral da Capitania da Paraíba’, também já menciona o termo ‘Cariry’, ao se referir aos índios Tapuia no Nordeste do Brasil:

¹⁴Na descrição das notas referente ao termo Cariri, na nota cariu (pagina 34 do texto original em português de Cardim traduzido para a língua inglesa em 1625 por Purchas), Abreu (1881, p. 88), faz a seguinte advertência: “Si Purchas escreveu mais exactamente cariu, reporta ao Tupi do Amazonas cariuua’ alterado do thema caraiba do Abaneenga. Si é mais conforme o que vem no texto, cariri, como já notámos em outro lugar, póde ser identificado como kiriri taciturno, ou pacifico, e póde tambem reportar-se aos themes cari ou caa, sem podermos por emquanto nada fixar á esse respeito”. Esse termo “Cariú” também aparece posteriormente como uma etnia indígena na Bahia num mapa de numeandajú e como uma etnia indígena no sul do Ceará, onde também aparece na denominação de um riacho.

¹⁵“Os outros tratados de Fernão Cardim - Do Principio e Origem dos Indios do Brasil e de seus costumes e cerimonias, e o Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se acham assim na terra como no mar, vêm mencionados no Catalogo de Rivára, mas appareceram primeiro em inglez, na famosa collecção Purchas his Pilgrimes. volume IV (Londres, 1625), ps. 1289 a 1320, sob o titulo - A Treatise of Brasil written by a Portugall which had long lived there. Ao colleccionador Samuel Purchas afiguram-se esses escriptos os mais completos que jamais vira sobre o Brasil, parecendo-lhe da lavra do frade ou jesuíta portuguez.” (CARDIM, 1925, p. 23).

Os Tapuyas formam um povo que habita no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em logares que são os limites os mais afastados das capitâneas ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandezes como portugueses Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente (*dwers van*) a Pernambuco, são os *Carirys*, cujo rei se chama Kerioukeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos *Caririwasys*, e o seu rei é *Karupoto*. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Careryjouws (Carijós?). (HERCKMAN, 1886, p. 279).

Os cronistas holandeses (Laet, Barlaeus, Marcgrave, Elias Herckman e Roulox Baro) do século XVII mencionaram suas impressões das populações não Tupis, chamadas por eles de ‘Tapuias’ ou ‘Cariris’. Maurício de Heriarte, em 1662, ao atuar no estado do Maranhão, deixava clara essa distinção, mencionando que “são capazes de grandes pavações par serem terras larguissimas, e de muitos Indios, que quando foi povoada de Portugueses avia mais de 600 povoações e Indios Tapinambás e Tapuias.” (HERIARTE, 1874, p. 24).

O padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, que chegou ao Brasil em 1671 para exercer suas atividades religiosas, seguiu inicialmente “para uma aldeia a setenta léguas de Pernambuco, localizada numa nação de índios denominados cariris”, prosseguindo viagem depois acompanhado de um jovem cariri, tendo em vista que ouvira falar “que havia no rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá.” (NANTES, 1979, p. 1-2).

Puntoni (2000, p. 82-83) menciona obras raras com temáticas religiosas (catecismos) e gramaticais que foram publicadas no século XVII e início do século XVIII referentes aos dialetos (camaru, sapuia, dzubucuí e quipea)¹⁶ cujos termos utilizados adquirem as denominações de ‘Kiriri’ e ‘Kariris’. Mamiani publicou em 1698, na cidade de Lisboa, o ‘Catecismo da doutrina christã na lingua brasílica da naçam kiriri’, no dialeto dzubucuí e em 1699 a ‘Arte de gramática da língua brasílica da naçam kiriri (dialeto Quipea)’. Bernardo de Nantes publica em 1707, na cidade de Lisboa, o ‘Katecismo indico da língua Kariri’, no dialeto dzubucuí¹⁷.

¹⁶ “A família linguística Kariri, como aponta Robert Lowie (1946, - I- pág. 557), é formada por quatro dialetos conhecidos como: a) Dzubukuí (Dzubukúa) estudado e mencionado como os Kariri do Rio São Francisco pelo padre Bernardo de Nantes; b) Kipea ou seja os Kariri do padre Mamiani como indica também Arion Dall’ Igna Rodrigues (1948, pág. 195), no Rio Itapicuru ao noroeste da Bahia; e) Pedra Branca, provavelmente, os Kumuru-Kariri no Estado da Bahia que ao lado dos Sapuya ou Sabujá eram considerados como amigos dos Botokudo; d) os Sabujá constituem o quarto grupo dialetal Kariri, que é considerado “como o mais aberrante.” (FERRARI, 1957, p. 20).

¹⁷ Importante destacar a área de atuação espacial desses missionários jesuítas para elaboração desses documentos. Quanto ao missionário Ludovico Vicenzo Mamiani Della Rovere, a pesquisadora Ane Luise Silva Mecnas destaca: “Ao longo de quase duas décadas, suas atividades como missionário se circunscreveram à outra região, **a aldeia do Geru, na então Capitania de Sergipe del Rey**. A sua ida para esse aldeamento contribuiu para a constituição de um novo capítulo na catequese do sertão, uma vez que este missionário buscou solucionar um problema já identificado por outros jesuítas desde as primeiras tentativas de conversão dos Kiriri: a dificuldade de compreensão da língua que este grupo indígena falava. **Mamiani viveu com grande compromisso sua**

A dificuldade no aprendizado das línguas de populações não Tupis pelos missionários talvez explique, em parte, essas distinções terminológicas durante séculos entre os grupos indígenas situados na região interiorana do país. Ao aprovar a publicação da arte da gramática Kiriri (Mamiani) em 1697, o padre da Companhia de Jesus, João Mattheus Faletto, evidencia essa dificuldade: “admirei o engenho do Autor em reduzir com tal clareza, & diftnção a regras certas, & proprias hu a lingua naõ fó por fi mefma , mas pelo modo bárbaro, & fechado, que ufam os naturaes em a pronúciar, muito mais difficultofa.” (MAMIANI, 1699).

Ao pesquisarmos a origem do termo ‘Cariri’¹⁸, deparamos com distinções terminológicas e dialetos também diferenciados, geralmente vinculados aos grupos indígenas interioranos da região Nordeste nos séculos iniciais da história brasileira. Tentaremos evidenciar alguns aspectos nesses períodos cronológicos, da dispersão espacial desses grupos indígenas tidos como ‘Cariris, Kariris ou Kiriris’, relatadas por fontes primárias e secundárias.

4.2 A origem e espacialidade dos grupos indígenas tidos como ‘Cariris, Kariris ou Kiriris’ no Nordeste brasileiro

A dificuldade em saber a origem dos grupos indígenas tidos como ‘Cariris, Kariris ou Kiriris’ no Nordeste brasileiro não se resume apenas ao fator linguístico, mas refere-se principalmente a aspectos que dizem respeito às questões antropológicas de suas verdadeiras raízes, pois “pouco conhecemos das particularidades somáticas dos extintos índios dessa nação”. Pompeu Sobrinho menciona (sem apresentar as fontes) que, no Ceará, os domínios dos

atividade missionária na aldeia do Geru, dedicando especial atenção à comunicação entre os religiosos e os índios, razão pela qual se dedicou ao estudo e à sistematização do idioma dos nativos. O Catecismo publicado em Lisboa, no ano de 1698, foi dividido em três seções: a primeira traz os rudimentos da fé e da oração, a segunda parte apresenta os mistérios, os mandamentos e os sacramentos e, por fim, a terceira seção consiste em uma série de recomendações para os evangelizadores, como as relativas à preparação dos índios para receber os sacramentos ou para a confissão. Já a Arte da Gramática da língua Brazilica da Nação Kiriri está estruturada em duas seções: a primeira é dedicada à ortografia, pronúncia, a conjugação e declinação dos nomes dos verbos; enquanto que a segunda trata da sintaxe da construção da fala, seguida por um vocabulário essencial.” (MECENAS, 2018, p. 90-91, grifo nosso).

Quanto ao Padre Frei Capuchinho Bernardo de Nantes, a pesquisadora Mecnas menciona que: “Durante a segunda metade do século XVII, capuchinhos e jesuítas foram enviados **para as proximidades do Rio São Francisco, na região dos limites das Capitânicas de Sergipe, Bahia e Pernambuco**. Nesse epicentro, distante da sede administrativa das três capitânicas, esses religiosos iniciaram um trabalho de conversão junto aos índios que habitavam os “caminhos de dentro”. Na documentação administrativa, esses povos originários do Brasil se distinguem pela denominação dada as aldeias. Já na documentação jesuítica referia-se ao nome da aldeia e ao nome atribuído à nação. Um desses grupos, cuja administração local ficou a cargo dos jesuítas, foi o dos Kiriri, que falavam o Kipea, utilizado nas aldeias de Canabrava, Geru, Natuba e Saco dos Morcegos. A cargo dos capuchinhos, havia também um grupo de Kiriri, cujo o dialeto era o Dzubrukuã, falado nas aldeias de Acacapá, Cavalo e Pampu. Duas outras línguas haviam sido utilizadas na região: o Kamuru e o Sapuyá. Contudo, não há registros de um estudo de sistematização dessas línguas.” (MECENAS, 2017, p. 74, grifo nosso).

¹⁸ NOGUEIRA (1887, p. 256) menciona que a etimologia da palavra Carirí poderia advir de Caa (mato) e ira (mel), ou cai (queimado), ira (mel) ou riré (depois que).

‘Cariris’ estavam limitados ao sul do Ceará, “especialmente ao vale do Rio Salgado e a zona fresca do vale que tomou a denominação tribal”, sendo originários de migrações vindas do Rio São Francisco, “de onde se disseminaram para o norte e para o sul, indo senhorear os melhores trechos da Borborema, dos sertões ocidentais de Pernambuco e do Sul do Ceará.” (POMPEU SOBRINHO, 1950, p. 317-318, 322).

Autores diversos (de fontes primárias e secundárias) descrevem a localização espacial de grupos denominados ‘Cariris’ nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, e no sul do Ceará ou suas proximidades, no período colonial brasileiro:

- a) o padre Nantes (1979, p. 30) menciona a presença de índios Cariris na Paraíba quando relata que “dois dias depois chegou da missão o reverendo padre Teodoro de Lucé, que estava na nação dos cáriris, na Paraíba, havia já cerca de quinze meses”;
- b) novamente o padre Nantes (1979, p. 7) cita uma aldeia de índios Cariris com “grande número de índios que se continham nos limites da lei natural, entre outros o capitão da aldeia de Uracapá”. O pesquisador Barbosa Lima Sobrinho, em nota explicativa sobre a aldeia do Uracapá na obra do padre Nantes, mostra a localização da aldeia que estaria situada em uma ilha do Rio São Francisco, próxima aos atuais municípios de Cabrobó¹⁹ e Orocó, no estado de Pernambuco, que fazem divisa com a Bahia:

É uma ilha do rio S. Francisco, que Halfeld descreve na légua 278, o que vale dizer a cento e quatro léguas da barra do rio, a quatro léguas do arraial de Nossa Senhora da Assunção, na ilha da Assunção. No Roteiro de 1738, publicado por José Antônio Gonçalves de Melo, traçado ao longo do vale do Ipojuca, Aracapá se situa a seis léguas de Cabrobó e a dez léguas de Coripós e a uma légua de Orocó.” (NANTES, 1979, p. 112).

- c) Abreu (1998, p. 23) adota a mesma postura espacial ao se referir aos ‘Cariris’ quando menciona sua presença “pelo menos na Bahia e na antiga capitania de Pernambuco já ocupavam a beira-mar quando chegaram os portadores da língua geral”;
- d) o francês Saint-Adolphe faz uma distinção geográfica quando fala do termo ‘Cariris’:

¹⁹ Em sua tese de doutorado sobre estudo gramatical da língua dzubukuá, família karirí, Queiroz (2012), especifica: “Os Karirí do ramo Dzubukuá eram habitantes nativos brasileiros do semi-árido nordestino, situados nas proximidades das regiões baixa e média do Rio São Francisco; mais especificamente no município de Cabrobó – Pernambuco.” (QUEIROZ, 2012, p. 45).

Cairiris. índios d'uma numerosa tribu, que vivião em toda a serra ou cordilheira Borborêma, quando se fez o descobrimento do Brazil. Chamão-nos hoje os Cairiris-Velhos, Cairiris e Cairiris-Novos, segundo o lugar que habitão e o tempo em que forão conhecidos. Os que o são d'ha mais tempo, ou Cairiris-Velhos, vivião nas serras que reúnem a provincia de Parahiba com à de Pernambuco, e a aldea d'elles, conhecida com o nome de Cairiri, tomou o titulo de villa do Pilar. Outros Índios da mesma nação se forão successivamente descobrindo, á proporção que os Portuguezes se forão entranhando nesta cordilheira. Os que forão achados na provincia de Pernambuco conservarão o simples nome de Cairiris, e os da provincia de Ceará receberão o de Cairiris-Novos. São estes Indios em geral feios, rolhos e refeitos do corpo, com cabellos negros e bastos. Vivem de caça, e dos fruetos das arvores, especiãlmente de diversas espécies de cocos. Os mais civilizados semeão milho, e cultivão os algodoeiros. (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 196).

Cabe fazer uma distinção temporal e geográfica quanto à espacialidade dos grupos indígenas tidos como 'Cariris-Novos', 'Cariris-Velhos' e 'Cairiris', feita pelo próprio Saint-Adolphe:

I – Cariris-Novos: Grande serra que faz parte da cordilheira Borborêma, e serve de limite á provincia de Ceará no districto de Crato, e ás provincias do Rio-Grande-do-Norte, e de Parahiba. Existe nella ainda uma aldea de índios. Esta serva depende do districto do Villanova-do-Principe da província do Rio-Grande- do-Norte. (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 196-197);

II – Cariris-Velhos: Serra altíssima da provincia de Pernambuco; estende-se d'oeste a este entre os rios Parahiba e Capibaribe, que d'ella nascem bem como o rio Ipojuca. Foi nesta serra que os Portuguezes encontrarão os primeiros índios Cairiris, e d'abi vem que Ibes derão o sobreappellido de Velhos quando depararão com novas tribus da mesma nação. (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 197);

III –Cairiris: Grande serra da cordilheira Borborêma onde os Portuguezes penetrarão successivamente. Corre esta serra do oeste para o norte, junto á margem esquerda do rio de São-Francisco, na provincia de Pernambuco. Veio-lhe este nome da tribu de Índios que nella residia, e que ainda ali tem uma aldea onde vivem em socego. Achão-se nesta serra vários animaes petrificados, conchas e ossos de extraordinária dimensão. (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 196).

- e) Goeje (1950, p. 210) reforça também a espacialidade dos grupos indígenas tidos como 'Cariris' que "habitavam no nordeste do Brasil, mais ou menos nas proximidades de Pernambuco e Baía";
- f) Studart Filho (1965, p. 60) afirma que o "domínio dos Cariris foi, assim, devassado e nêle se criaram várias missões católicas [...] surgiram as do Rio São Francisco, onde assistiam capuchinhos franceses enviados ao Brasil em 1656, por D. João IV". Isto evidencia a presença das missões religiosas com os índios Cariris na Bahia e em Pernambuco;
- g) Pompeu Sobrinho (1947) menciona que no século XVII os Cariris "habitavam o enorme território nordestino do Brasil que se estendia das regiões meridionais do Ceará (vale do Cariri e adjacências) ao centro norte da Baía, ao sul do Rio São Francisco." (POMPEU SOBRINHO, 1947, p. 168).

A partir das menções historiográficas (fontes primárias e secundárias) de espacialidades de grupos indígenas tidos como ‘Cariris’ nessas áreas do Nordeste brasileiro, vamos observar agora as menções historiográficas específicas dos Cariris no sul do Ceará.

4.3 As menções bibliográficas sobre a presença dos Cariris na Bacia Sedimentar do Araripe nos períodos colonial e imperial

Na Bacia Sedimentar do Araripe existe uma área geográfica chamada popularmente de ‘zona fresca do vale’²⁰ ou ‘Vale do Cariri’, que é um contexto ambiental com mais de quatro mil km² localizado no sul do Ceará, abrangendo os atuais municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.

A Chapada do Araripe²¹ tem como marco natural a Serra do Araripe, onde nasce o principal rio da região, o Rio Salgado; esse rio, por sua vez, tem sua nascente na Chapada do Araripe, no atual município do Crato, percorrendo 308 km e abrangendo 23 (vinte e três) municípios cearenses até desaguar no Rio Jaguaribe (SRHE, 2010, p. 9-10), como mencionado anteriormente.

Ainda não se sabe exatamente há quanto tempo essa região da Bacia Sedimentar do Araripe foi ocupada por grupos pretéritos. As pesquisas arqueológicas com datações realizadas ainda são recentes (século XXI), apontando para ocupações de 3190 ± 30 BP no município de Nova Olinda²² (LIMAVERDE, 2006); datação de 2.620 ± 40 AP obtida no sítio arqueológico Lage, no município de Abaiara (ZANETTINI, 2008); datação de 2.150 ± 30 AP para o sítio arqueológico Baixa do Jardim, no município de Jati (SOUZA, 2020); datação de 1830 ± 30 AP para o sítio arqueológico Caboclinho, no município de Mauriti (SOUZA, 2020); datação de 1530 ± 50 AP obtida no sítio arqueológico Baixio dos Caboclos, no município de Abaiara (ZANETTINI, 2008); datações de 1260 ± 50 anos AP, 1.220 ± 30 BP e de 1.320 ± 30 AP, obtidas em sítios arqueológicos localizados no município de Brejo Santo (SANTOS, 2020; SOUZA, 2020; ZANETTINI, 2008); datação de 640 ± 40 AP obtida no sítio arqueológico Anauá,

²⁰ O Vale do Cariri tem abundância de água devido à sua localização estratégica do lado leste da Bacia Sedimentar do Araripe, que tem a característica de armazenar águas providas das chuvas que abastecem o sistema aquífero superior da Chapada do Araripe e depois seguem para as cotas altimétricas mais baixas do Vale do Cariri. (SRHE, 2010, p. 9).

²¹ A Chapada do Araripe se constitui na parte com as cotas altimétricas mais elevadas da Bacia Sedimentar do Araripe e exerce influência climática na região, possibilitando clima ameno e chuvas regulares, criando um contraste com a paisagem árida dos sertões à sua volta. (SILVA, 2019, p. 15).

²² A arqueóloga Rosiane Limaverde obteve no ano de 2006 as seguintes datações no sítio arqueológico Sítio Olho d’Água de Santa Bárbara, no município de Nova Olinda (localizado na Chapada do Araripe): a) 540 ± 30 BP; b) 1170 ± 30 BP; c) 3190 ± 30 BP (fragmento de carvão oriundo de fogueira estruturada). (LIMAVERDE, 2015, p. 337-338).

município de Mauriti (VIANA et al., 2006); datação de 630+/-120 anos AP para o sítio arqueológico Joaquim Chicote, localizado no município de Abaiara. (ZANETTINI, 2008).

Dessa forma, apesar de poucas datações absolutas obtidas nas escavações arqueológicas até o presente momento (2021), a região apresenta indícios de ocupação de longa duração (quatro últimos milênios) indicando presença de populações pré-ceramistas e ceramistas.

Além desses dados temporais advindos da Arqueologia sobre vestígios culturais, pode-se fazer amplas considerações sobre a presença indígena baseadas na documentação histórica disponível em fontes primárias e secundárias, ou seja, que “a capitania do Ceará permaneceu sob domínio indígena até por volta do fim do século XVII, quando passou a ser, intensa e definitivamente, ocupada ou, em outros termos, invadida por colonos europeus e luso-brasileiros.” (ALBUQUERQUE, 2002, p. 69).

Na historiografia é possível observar a existência de menções bibliográficas referentes aos grupos indígenas existentes no sul da Capitania do Ceará (envolvendo a Bacia Sedimentar do Araripe) entre os séculos XVII e XIX (Quadro 2), incluindo suas possíveis localizações geográficas:

Quadro 2 - Grupos indígenas existentes no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVII e XIX registrados na bibliografia secundária.

Autor	Grupos	Citações de localização geográfica
Pedro Théberge (1864)	Icós	Rio Salgado
	Calabaças	Rio Salgado
	Chocós	Riacho dos Porcos
	Quipipaus	Riacho dos Porcos
	Cariris	Missão velha e Crato
	Cariús	Riacho Cariú e Rio Bastiões
	Jucás	Riacho Jucá
Araripe (1867)	Jucás	Vale do Rio Jucá
	Calabaças	Ribeira do Rio Salgado
	Cariús	Entre o Rio Salgado e o Rio Cariú
	Icós	Pouco abaixo do Rio Cariú
	Cariris	Serra do Araripe e parte do distrito do Crato
Curt Nimuendaju (1944)	Kariris, Calabaça, Cariú, Choco	Sul do Ceará
Studart Filho (1962)	Cariaunê	Sul da capitania (Vale do Cariri)
	Calabaça	Margens do Rio Salgado
	Cariú	Margens da Ribeira do Rio Cariú

	Cariri	Barbalha, Missão Velha e Missão Nova
	Icós	Margens direitas do Rio Salgado
	Icozinho	Aldeia de Miranda, atual cidade do Crato
Cordeiro (1989)	Kariri, Kariú, Tokaiú, Xocó, Icozinho, Javó, Kixariú, Akarisú, Kariuanê, Juká	Sul do Ceará
Oliveira (2017)	Calabaça, Kariri, Curiá e os Cariú	Ribeira do Rio Salgado

Fontes: Leite Neto (2006); Cordeiro (1989); Studart Filho (1962); Araripe (1867); Nimuendaju (1944).

Dessa forma, os grupos indígenas intitulados como Cariri (ou Kariri), Cariú (ou Kariú), Calabaça, Icós, Icozinho (ou Ikozinho), Choco (ou Xocó) são as citações bibliográficas mais mencionadas referentes às margens da sub-bacia hidrográfica do Rio Salgado e seus afluentes, assim como ao Vale do Cariri, na parte sul da Capitania do Ceará, entre os séculos XVII e XIX (Figura 12). Possivelmente, a generalização do termo ‘Cariri’ para denominar essas tribos (ou algumas dessas tribos) na região sul do Ceará criou a tradição oral passada de geração a geração, de se chamar a área de ‘terra dos Kariris’.

Quando o capitão-mor Plácido Azevedo Falcão, em dezembro de 1700, acompanhou o Padre João de Matos Serra, prefeito das Missões ao interior dos Sertões, para reduzir os Icó e Xixiró nos sertões do Icó, Médio Jaguaribe, intensificavam-se os embates entre os Kariri e os conquistadores nas fronteiras dos Cariris Novos. Daquele momento em diante, propagaram-se de forma rápida as expedições militares e as missões para os afluentes do Jaguaribe, especialmente para o Salgado e Riacho dos Porcos. Por todas as primeiras décadas do século XVIII, as autoridades coloniais buscaram mecanismos para enfrentar a resistência dos inúmeros nativos que habitavam aquelas ribeiras, em especial os de nações Icó e Kariri. (OLIVEIRA, 2017, p. 125).

Pinheiro (2010, p. 19) menciona que “em fevereiro de 1702, Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato obtiveram do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro terras, desde Várzea das Crioulas até Emboscadas e Cachoeira, já no Cariri”. Em janeiro de 1703 são concedidas cartas de sesmarias a Manuel Rodrigues Ariosa e Manuel Carneiro da Cunha e, em Março do mesmo ano, são concedidas sesmarias a Bento Correia de Lima e João Dantas Aranha. (PINHEIRO, 2010).

As primeiras sesmarias abrangiam os seguintes intervalos territoriais:

Nº 79 – Ao capitão Manuel Carneiro da Cunha e ao Capitão Manuel Rodrigues Ariosa, três léguas de terras para cada um, nas cabeceiras do Rio Salgado, começando da Cachoeira dos Cariris, da parte de dentro, pelo riacho acima, até entestar com o fim da lagoa dos Cariris. Concedida em 12 de Janeiro de 1703, pelo capitão-mór Jorge de Barros Leite. (Volume nº 2, página 13 – datas de sesmarias, Fortaleza, 1921).

Nº 83 – A Bento Correia de Lima e Simão Correia de Lima, no riacho Quimami, (dos Porcos), na testada do coronel Antônio Farias da Piedade, três léguas para cada um. A petição foi deferida por não terem os primitivos sesmeiros que requereram as terras em 1688, efetuado a posse respectiva, segundo despacho. (Volume nº 2, página 23, datas de sesmarias, Fortaleza, 1921).

Nº 96 – Data e semaria de Manuel Dias Neto, de três léguas de terras no riacho Podimirim, hoje dos Porcos, concedida pelo capitão-mor Jorge de Barros Leite, em 24.02.1704. (Volume nº 2, página 49 – datas de sesmarias, Fortaleza, 1921).

Como já se sabia que haveria a resistência indígena, em 1708 sai uma expedição militar²⁵ para combater diversos grupos indígenas (entre as quais tribos Cariris) com “o capitão Bernardo Coelho com gente armada para destruir as tribus dos Icós, Cariris, Cariús, Caratiús e outras confederadas.” (ARARIPE, 1867, p. 26).

²⁵ Essa expedição foi decorrente da ordem expressa dada através de uma carta do rei de Portugal, D. João V, endereçada ao então governador do Estado do Brasil, Luiz César de Meneses: “Fui servido resolver se faça guerra geral a todas as nações de Índios de corço entrando-se por todas as partes, assim pelo Sertão dessa Capitania [do Maranhão] como pela de Pernambuco, Ceará e Rio Grande, para que não possam escapar uns sem cahirem nas mãos dos outros, e dividindo-se as tropas que forem a esta expedição sahindo para o sertão por todas as partes, certissimamente hão de encontrar com tal inimigo, e incorporando-se umas com as outras, farão mais formidável o nosso poder e mais seguro o estrago desses contrários [os índios], e para que se animem os que forem a esta empreza, hei por declarar que não só hão de matar a todos os que lhe resistirem, mas que hão de ser captivos os que se lhe renderem. Carta de D. João V, rei de Portugal, a Luiz Cezar de Menezes, Governador do Estado do Brasil, em 20 de abril de 1708.” (BEZERRA, 2009, p. 205-207, grifo nosso).

Leite Neto (2006, p. 80) destaca ainda que, no período de início do povoamento das terras localizadas no Vale do Cariri, “um grupo de forasteiros composto por quatrocentos homens armados invadiu aquelas terras, saqueando fazendas e espalhando terror entre moradores”, ocorrendo “o levante dos índios Icó e Cariri.” Isso pôs em risco o processo de povoamento, sendo necessária a intervenção “do Coronel João de Barros Braga em 1713²⁶ que submeteu os índios rebelados ao regime das missões”, forçando-os a se aldearem em terras um pouco mais distantes das áreas exploradas pelos colonos.

Visando a concretizar esse processo de ocupação de terras²⁷ e atenuar a resistência indígena, em 1763 é feita a divisão administrativa da Capitania do Ceará em quatro freguesias (que tiveram os mesmos nomes das ribeiras) chamadas de Ceará, Acaraú, Jaguaribe e Icó. A parte sul do Ceará ficou ligada à freguesia de Icó, surgindo então as missões religiosas de Nossa Senhora da Penha da Real Vila do Crato²⁸, administrada por padres capuchinhos, e a Aldeia dos Cariris (Missão Velha), sendo o período de criação das vilas na Capitania do Ceará; nesse sentido, já aparecem citações sobre a Vila do Crato:

As primeiras villas creadas foram a Fortaleza e o Aquiras na época de 1700 a 1713; depois vemos, que 50 annos mais tarde já existiam como villas no centro do paiz Ico, e Quixeramobim, e nas partes limitrofes, e mais arredadas da costa Villa-viçosa, e **Crato** [...] (ARARIPE, 1867, p. 4, grifo nosso).~

Conforme as informações constantes no documento “Descrição de Pernambuco com parte da sua história e legislação até o Governo de D. Marcos de Noronha em 1746 e mais alguns documentos até 1758”, existiam nove aldeamentos, entre os quais, a aldeia de Miranda

²⁶ “Diante desse panorama, outras mais foram financiadas pelo governo da Capitania do Ceará, onde a primeira, teve lugar em 1708, outra em 1713 sob o comando do Coronel João de Barros Braga, com uma cavalaria vestida de couro, como os vaqueiros, muitos deles conhecedores da geografia daqueles espaços e das táticas de guerras indígenas, adentrou pelo Jaguaribe até o Cariri, matando todos os indígenas que encontrou pelo caminho, sem distinção de sexo ou idade.” (OLIVEIRA, 2017, p. 127).

²⁷ “Para ter uma ideia do processo de ocupação das terras no sul do Ceará, em 1774, na freguesia do Icó, já tinham sido instaladas 314 fazendas e foi anotada uma população de 9.912 pessoas.” (GOMES, 2009, p. 248).

²⁸ “Coube ao Ouvidor do Ceará, Vitorino Pinto Soares Barbosa, a incumbência de instalar as novas vilas da capitania do Ceará de Baturité e Crato, conforme aviso expedido em 17 de junho de 1763, pela Secretaria dos Domínios Ultramarinos, ao governador de Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva, em 21 de junho de 1764, aplicando-lhes nomes de localidades portuguesas. Observe-se, ademais, que no dia 20 de janeiro de 1747, quase vinte anos antes da intervenção de Vitoriano, Frei Luís de Santa Teresa, bispo de Pernambuco, ordenou que o padre visitador Manuel Machado Freire dividisse a freguesia de Icó em dois ‘curatos’, um deles o dos Cariris Novos, exatamente o que no futuro iria ser chamado de Crato, de onde posteriormente nasceria Missão Velha. A medida foi implementada um ano depois, invocando-se, então, a proteção de Nossa Senhora da Luz. A tribo Jucá (ou Yucá), que se incluía entre os cariris, por estar missionada nas margens do Rio Jaguaribe por volta de 1727, abrigada na Aldeia do Brejo Grande, antiga Missão do Miranda, parece ter sido a que inicialmente se instalou no local. Esse aldeamento foi organizado e instalado à margem do Rio Itaitera (palavra indígena que significa “água que corre entre pedras”) pelo frade capuchinho Frei Carlos Maria de Ferrara, e o nome com que ele mesmo batizou o aldeamento é uma homenagem sua ao cacique Miranda, da nação Cariri ali residente.” (BATISTA, 2020, p. 174-175).

ou Aldeia do Brejo Grande (que ficaria conhecida posteriormente como Missão do Miranda ou Missão dos Cariris Novos – que depois daria origem a atual cidade do Crato²⁹). Esta teria sido instalada nos meados³⁰ do século XVIII, sob a coordenação do missionário capuchinho Francisco Carlos Maria de Ferrara, e foi vinculada ao distrito de Vila do Icó (nos cariris novos) e invocação de Nossa Senhora da Penha, que teria contemplado as seguintes “nações de tapuius”: Quichexêu (Quixéreus), Careus (Carius), Carveanê (Cariuanês), Calabaça e Icozinho. (JUCÁ NETO; ANDRADE; PONTES, 2014, p. 30-31).

Esse aldeamento alcançou o ‘status’ de freguesia por provisão régia de 1762, inaugurada oficialmente em 4 de janeiro de 1768, cujo primeiro pároco foi o padre Manoel Teixeira de Moraes. A antiga capela da freguesia foi substituída por uma igreja matriz em 3 de maio de 1817, quando a freguesia já havia sido elevada à categoria de vila desde 1764, com a denominação de Vila Real do Crato. (BATISTA, 2020, p. 174).

Já é possível observar a instalação da Vila do Crato em um mapa topográfico (Figura 13) de 31 de março de 1766, com detalhes da localização espacial da vila e a vinculação direta com os índios Cariris:

²⁹ “O aldeamento dos Cariris Novos na missão do Miranda se oficializou depois de haver um período de funcionamento não registrado entre 1741 e 1743, essas datas estão registradas em documentos da paróquia de Icó com a atuação de Frei Carlos Maria de Ferrara como clérigo. A doação das terras para o aldeamento dos Kariri será oficializada somente em 1743, em nome dos índios Cariú, maior família Kariri dentre os aldeados. O local em que se instalou a missão do Miranda e da qual compõe as terras doadas aos Kariri é precisamente na margem direita do atual rio Grangeiro, onde se ergue a Praça da Sé, frente à Sé-Catedral. Dedicada à nossa Senhora da Penha, em Crato.” (MELO, 2017, p. 199); “Chamou-se Carlos Maria de Ferrara o frade que os aldeou, em lugares onde se acha o Crato, doados, em 3 de dezembro de 1743 aos indígenas, pelo capitão mor Domingos Álvares de Matos e sua mulher Maria Ferreira da Silva, filha do capitão Antônio Mendes Lobato, grande sesmeiro do sul do Ceará.” (FIGUEREDO FILHO, 2010, p. 19).

³⁰ O registro mais antigo das atividades religiosas na Missão do Miranda teria ocorrido em 30 de julho de 1741 (um batizado); outro documento trata da doação de uma légua quadrada no dia três de dezembro de 1743, para que fosse implantada a missão indígena do Miranda, sendo seus doadores o Capitão-mor Domingos Alves de Matos e sua esposa, Dona Maria Ferreira da Silva. Conforme a documentação existente, a missão do Miranda teria existido no intervalo cronológico entre 1741 até 1758, quando o governo português determinou a retirada das ordens religiosas no Brasil, sendo criado o Diretório dos Índios, governo civil em que os sacerdotes teriam apenas as funções de párocos ou curas. O primeiro missionário capuchinho da missão teria sido o Frei Carlos Maria de Ferrara que teria trabalhado até 1749; em seguida teria vindo o Frei Gil Francisco de Palermo, que ficaria até 1760, sendo sucedido posteriormente por Frei Joaquim de Veneza, que ficaria até a primeira quinzena de janeiro de 1763, quando foi celebrada a última cerimônia religiosa na igreja de Nossa Senhora da Penha da Missão do Miranda. (ARAÚJO, 1971; BEZERRA, 2010; BRÍGIDO, 2007).

Figura 13 - Carta topográfica da Capitania-geral de Pernambuco e suas anexas (A); detalhe (círculo vermelho) da região sul do Ceará na carta topográfica de 1766 (B); detalhes da localização espacial da Vila do Crato dos índios Cariris na carta topográfica de 1766 reforçando a origem colonial do termo ‘Terra dos Cariris’ para a região da Bacia Sedimentar do Araripe (C) (transcrição C – “Nessa margem do R. Salgado, estão as Minas chamadas do Cariris que sem embargo de estarem prohibidas, ainda nelas há extração de ouro oculta”).



Fonte: Fonseca, 1766. Adaptado.

Em 1814, o então governador da Capitania Independente do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, escreve relato acerca da origem toponímica do Crato como Cariris Novos, além de evidenciar os motivos pelos quais os grupos humanos do passado ocupavam a região:

Antigamente chamava-se a esta povoação Caririz Novos, como ainda hoje muitas vezes se intitula todo o seu districto, aonde habitavão os indios da nação Calabaça: está situada na margem do Rio Salgado, distante trinta e seis legoas da villa do Icó para o sul e cento e deseseis da capital para leste. Tem mais de trinta legoas de comprido e algumas grandes povoações, como são as de Missão Velha, Jardim e Milagres. As suas preciosas nascentes de águas a fazem muito procurada dos povos nas occasiões da secca, motivo porque vai sendo muito povoada e comerciante. Confina com o rio de S. Francisco na parte que pertence a Pernambuco e por essa rasão merece uma vigilante policia, e toda a energia em que se desenvolva os dois preciosos ramos de agricultura e commercio, de que é assás susceptível pela sua **mimosa situação**. (MENEZES, 1814, p. 48, grifo nosso).

Inicialmente as aldeias indígenas foram transformadas em vilas e diretórios através da implantação de alvarás do Marquês de Pombal em 1755 e 1758, e, entre outras medidas, foi incentivada a massificação da presença de brancos; foi autorizado o casamento entre brancos e

indígenas. Assim, “essa nova fase das vilas marca a fase da substituição da autoridade do missionário pela autoridade dos ocupantes dos cargos e dos colonos, imposta por normas legais.” (SILVA, 2003, p. 87-88). Isso alteraria profundamente a situação dos aldeamentos indígenas no sul do Ceará:

faltando-lhes os padres, começaram esses indígenas a deixar as aldeias, e a causar damno na lavoura, e no gado dos colonos; pelo que foram em 1780 passados para Baturité e Almofala em virtude de ordem do governador de Pernambuco, executada pelo ouvidor da comarca Dias Barros. Os indígenas do Cariri, que puderam escapar á essa emigração forçada, buscaram as brenhas além da serra do Araripe, d'onde não volveram mais. (ARARIPE, 1867, p. 28-29).

Em decorrência desse processo, em 1783, antes do final do século XVIII, portanto, já não havia mais informações oficiais sobre aldeias ou vilas de índios na região do Cariri, conforme pode-se observar no Quadro 3:

Quadro 3 - Relação das Vilas e principais povoações de brancos e índios da Capitania do Ceará grande feito em 01 de abril de 1783 pelo governador João Batista de Azevedo Coutinho de Montary.

Vilas de brancos	Vilas de índios	Povoações de brancos	Povoações de índios
Fortaleza	Viçosa Real	Quexaramobim	Montemor O Velho
Aquiraz	Real deSoure	Arraial dos Cariris Novos	Almofala
Sta. Cruz do Aracati	Real de Arronches	Inhamuns	Bayapina
Iço	Real deMessejana	Arneiroz	
Real do Sobral	De Montemor O Novo	Campo Grande	
Real do Granja		Russas	
Real do Crato		Telhas	
		Amontada	
		Cascavel	
		São João	
		Jaguaribe Mirim	
		Mosoro	
		São José do Aracati	
		Beruoca ou Meruoca	
		Caiuaes	
		Serra da Uruburetama	
		Siopé	
		Trairi	
		Mata Fresca	
		Tigui	
		Catinga dos Goes	
Total: 07	Total: 05	Total: 21	Total: 03

Fonte: Silva, 2003, p.93 (AHU, caixa do Ceará, 01.04.1783).

Dessa forma, a transferência dos indígenas de seus locais de origem foi largamente utilizada como método desmobilizador e de controle das populações aldeadas da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Com relação aos indígenas do sul

do Ceará, em 1780³¹, a pedido de moradores brancos, ocorre o deslocamento forçado dos índios Jucás (Arneiroz) e dos Cariús, da Vila do Crato (Missão do Miranda), para a Vila Nova de Arronches (Parangaba), em Fortaleza, com o argumento que “a presença desses índios era incompatível com o processo de civilização em curso na Vila do Crato.” (LEITE NETO, 2006, p. 151).

No século XIX, com o Regulamento das Missões de 1845 e a Lei das Terras (1850), ocorre a integração forçada do índio à sociedade colonizadora no Ceará, sobrando apenas resquícios das vilas indígenas que foram pouco a pouco sendo extintas³². A esse respeito, por ocasião da instalação da assembleia provincial do Ceará em 9 de outubro de 1863, observa-se: “já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba.” (MAIA 2014, p. 112).

Outro fator que talvez explique esse ‘desaparecimento’ historiográfico dos indígenas no sul do Ceará seja o processo de inclusão desses descendentes indígenas com a denominação de ‘caboclos’. No recenseamento geral da população que foi feito na província do Ceará em 1872, por exemplo, as ‘raças’ que fizeram parte da contagem foram os ‘brancos’, ‘pardos’, ‘pretos’ e ‘caboclos’, ou seja, o termo indígena já não aparecia. É possível verificar na Tabela 1, por exemplo, a quantidade de 4062 ‘caboclos’ que existiam nesse ano nas paróquias de Nossa Senhora dos Milagres e de Nossa Senhora da Penha do Crato³³, localizadas no sul do Ceará, onde esse quantitativo de ‘caboclos’ correspondia a 13% da população total de moradores (Tabela 1). Portanto, é possível que uma parte dessa população ‘cabocla’ estivesse vinculada à descendência de grupos indígenas que não foram deslocados para outras áreas do estado cearense³⁴.

³¹ João Brígido, em 1861, destacava o objetivo dos colonizadores de extermínio dos índios do sul do Ceará ao efetuar sua transferência para aldeamentos no litoral cearense: “Finalmente, os índios do Miranda e todos os que existiam no Cariri, em vista de ordens do governador geral de Pernambuco José Cezar de Menezes tiveram de deixar o seu paiz e seguir para os aldeamentos do litoral. O ouvidor José da Costa Dias e Barros foi quem as executou, e desde 1780 essa gente infeliz deixou Missão-Velha, condenada a ir longe de sua pátria definhando na miséria e perecer da bexiga e outros males, que à porfia procuravam exterminá-la.” (BRÍGIDO, 2007, p. 27-28).

³² “As Vilas indígenas de Messejana, Soures e Arronches foram extintas em 6 de maio de 1833”. (LEITE NETO, 2006, p. 165).

³³ As paróquias localizadas no sul do Ceará (área da Bacia Sedimentar do Araripe) foram incluídas aqui apenas como exemplos, existiam também, à época, as paróquias de Santo Antônio de Barbalha e São José de Missão Velha, que faziam parte da região.

³⁴ O pesquisador João Pacheco de Oliveira alerta para a generalização do termo ‘caboclo’ para os indígenas: “Os índios não têm uma homogeneidade cromática nem possuem traços físicos que possam singularizá-los perante outros segmentos da população. Existem sociedades indígenas que poderiam facilmente ser classificadas como negras ou que, inversamente, mais se aproximam dos padrões brancos do que os seus vizinhos mestiços regionais. Ademais, dentro de cada sociedade indígena, e mesmo de cada aldeia, a variabilidade registrada nos indivíduos quanto a componentes raciais é muito grande. Em definitivo, a condição de “índio” nada tem a ver com pressupostos quanto à unidade racial ou de cor.” (OLIVEIRA, 1997, p. 69); entretanto, ele menciona que esse

Tabela 1 - Recenseamento populacional das paróquias de Nossa Senhora dos Milagres e de Nossa Senhora da Penha do Crato, localizadas no sul do Ceará, no ano de 1872.

RECENSEAMENTO GERAL – 1872 – PROVÍNCIA DO CEARÁ					
PARÓQUIA - MILAGRES					
Condição	Sexo	Raças			
		Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	2633	3051	317	606
	Mulheres	2432	3205	367	589
Escravos	Homens	-	138	147	-
	Mulheres	-	155	127	-
Total		5065	6519	988	1115
PARÓQUIA - Paróquia de N. S. da Penha do CRATO					
Condição	Sexo	Raças			
		Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	2208	4182	811	1435
	Mulheres	2382	4385	902	1512
Escravos	Homens	-	244	147	.
	Mulheres	-	173	127	.
Total		4585	8984	988	2947

Fonte: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872.

Entretanto, mesmo com todos esses processos de deslocamentos forçados e ‘desaparecimentos’ dos grupos indígenas tidos como ‘Cariris’ (assim como de outros grupos indígenas da região), a região sul cearense ficou conhecida como a área geográfica onde existiam os ‘Cariris’, conforme pode ser visto em mapa anterior ao período do recenseamento populacional de 1872 (Figura 14):

termo foi possivelmente utilizado no censo de 1872 para contagem dos indígenas: “O censo de 1872 procede também a uma divisão geral da população em “livres” e “escravos”. Assim os “pretos” (e também os “pardos”) se dividem em “livres” e “escravos”, enquanto os “brancos” e os “caboclos” são sempre caracterizados como “livres”, o que reforça a impressão de que com a categoria “caboclo” se está falando dos índios, cuja escravização já fora proibida inclusive em atos da antiga legislação colonial.” (OLIVEIRA, 1997, p. 70-71).

Essa luta resultou no reconhecimento das terras dos povos Tapeba em 1985, Tremembé em 1986, Pitaguary em 1993 e Jenipapo-Kanindé em 1995; em seguida, a FUNAI, deu início aos processos de identificação das terras dos indígenas Kanindé em 2001; Anacé, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuya, Tremembé de Queimadas e Barra do Mundaú em 2003; Kalabaça e Tapuya-Kariri em 2007. No ano de 2016, são reconhecidas pelo governo brasileiro, em território cearense, 14 etnias³⁵ presentes em 19 municípios³⁶, e 25 terras indígenas. (ADELCO, 2017).

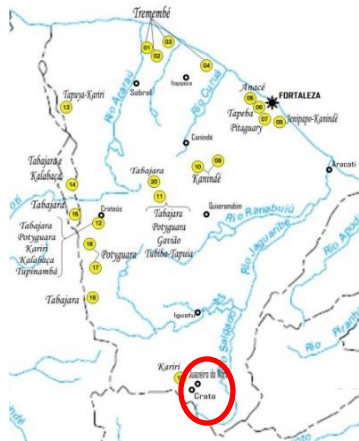
Com relação à região do Vale do Cariri, apenas uma comunidade indígena luta pelo seu reconhecimento junto a FUNAI, a comunidade do Poço Dantas, localizada no distrito de Monte Alverne, no município do Crato (Figura 15). Essa comunidade abriga cerca de cinquenta famílias de indígenas que se denominam Cariri, cujo primeiro encontro (Figura 16) para a definição de um estatuto com o objetivo de criar uma associação dos índios da comunidade foi noticiado na edição do Diário do Nordeste de 5 de setembro de 2008. A iniciativa foi da representante indígena da comunidade, Rosa Kariri, que congregou os comunitários:

Estou vendo esse reconhecimento como uma forma de valorização do meu povo. É necessário para os benefícios chegarem na comunidade de Poço Dantas, onde há muitas famílias de índios. Minha tia, Nilza Kariri, 72 anos, é uma das mais antigas. Ela sempre falava muito dos nossos costumes. Somos Kariri através do meu pai. Estamos resgatando a cultura para o reconhecimento agora. Então, tem muita gente agora que quer ser índio Kariri' (Elias Kariri da Silva) (Diário do Nordeste, edição 05/09/2008).

³⁵Kariri, Tubiba-Tapuia, Kanindé, Jenipapo-Kanindé, Anacé, Tabajara, Kalabaça, Gavião, Tapeba, Potiguara, Pitaguary, Tapuia-Kariri, Tremembé e Tupinambá. (ADELCO, 2017).

³⁶Crateús, Monsenhor Tabosa, Aratuba, Canindé, Aquiraz, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Poranga, Quiterianópolis, Tamboril, Novo Oriente, Maracanaú, Pacatuba, Itarema, Acaraú, Carnaubal, São Benedito, Boa Viagem e Itapipoca. (ADELCO, 2017).

Figura 15 - Imagem da localização de povos indígenas no Ceará contemporâneo (2008) com a comunidade Kariri no município do Crato (círculo em vermelho).



Fonte: Palilot, 2009.

Figura 16 - Foto do primeiro encontro dos índios Kariri na Comunidade de Poço Dantas realizado em setembro de 2008.



Fonte: Diário do Nordeste, Edição de 05 de setembro de 2008.

A luta pelo reconhecimento das comunidades indígenas Cariri continua e nos dias 09 e 10 de Agosto de 2019 ocorreu o I Seminário Nacional Povos Indígenas do Cariri Cearense, promovido pela Universidade Regional do Cariri (URCA); na ocasião, foi proferida a palestra ‘a presença indígena no Ceará contemporâneo’ pelas palestrantes Teresa Kariri (liderança Kariri de Crateús) e Rosa Kariri (liderança Kariri do Poço Dantas -Crato)³⁷. Em agosto de 2020, aconteceu mais um encontro, o II seminário Nacional de Povos Indígenas do Cariri Cearense, também promovido pela URCA.

Apesar de parecer pequeno o número de indígenas (conforme informação oral de Rosa Kariri eles seriam aproximadamente 500 pessoas em toda a região) atualmente (2021) na região do Cariri, eles continuam existindo e resistindo (Figuras 17 a 20), mantendo assim na memória e no dia a dia, a denominação de boa parte da Bacia Sedimentar do Araripe, conhecida como ‘a Terra dos Kariris’: No entanto, a nação Kariri assim como outras não foram passivas aos obstáculos impostos pela sociedade não-índia. Apesar das adversidades, jamais deixaram de resistir e existir. Presos nos aldeamentos, mantendo alianças com os não-índios ou errando pelas florestas, o sentimento de pertença a seus territórios e de querer retomá-los nunca cessou, isto porque, as complexas relações e experiências vividas com os adventícios lhe proporcionaram vários dispositivos de resistências, cujo elemento mais importante foi a luta pela preservação de sua memória. (OLIVEIRA, 2016, p. 285).

³⁷ Fonte: <https://caririrevista.com.br/i-seminario-nacional-povos-indigenas-do-cariri-cearense-inicia-nesta-sexta-feira-09/> Acesso: 22 de maio de 2020.

Figuras 17 e 18 - Dona Rosa Cariri, uma das representantes da aldeia cariri localizada no sítio Poço Dantas, distrito de Alverne, município do Crato-CE, em dois momentos: exibindo orgulhosamente a sua carteira de identidade mostrando sua origem Cariri e nos preparativos para a dança do toré.



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 19 e 20: Dança do Toré com a participação de várias gerações realizada na comunidade do Poço Dantas (distrito de Alverne – município do Crato-CE) pelos índios Kariri no dia 29 de setembro de 2020 preservando a memória e tradições dos seus antepassados.



Fonte: Autora, Setembro de 2020.

Nos dias atuais a memória indígena persiste também, simbolicamente, através de placas indicativas de rotas turísticas nas estradas e estabelecimentos comerciais da região da Bacia Sedimentar do Araripe mencionando o termo ‘Terra dos Kariris’ ou ‘Cariri’ (Figuras 21 a 24) para se referir à sua terra.

Figuras 21 a 24: Placas indicativas na CE3939 indicando a rota turística “Terra dos Kariris” e placas de estabelecimentos comerciais em Monte Alverne (distrito do município do Crato-CE) e Juazeirodo Norte, respetivamente, situados na Bacia Sedimentar do Araripe.



Fonte: Autora, 2020.

As menções bibliográficas existentes de fontes primárias e secundárias indicam a Bacia Sedimentar do Araripe como um espaço ocupado por grupos indígenas tapuia, tidos como ‘Cariris’, durante os séculos XVII a XXI, embora não haja estudos historiográficos aprofundados que comprovem efetivamente uma identidade étnica comum tida como ‘Cariri’. Independentemente de confirmação científica, a região popularmente ganhou essa denominação que permanece até os dias atuais:

Os Cariri que permaneceram no Cariri ficaram invisibilizados, alguns mudaram até o sobrenome para não serem identificados. Mas em sua consciência, ainda que tênue, eram Cariri. Durante muitos anos essa identidade ficou silenciada, temendo represálias e constrangimentos que associavam ao “ser índio” uma cultura atrasada, em estágio de evolução menor ou simplesmente selvagem. A emergência das questões ambientais e indígenas no Brasil da década de 1980 deu o subsídio necessário para a emergência também do orgulho de ser Cariri para os membros do grupo étnico do Sítio Poço Dantas, que vai eclodir somente na década de 2010, quando a comunidade foi visitada por uma índia militante do sul do Brasil. E com ela renasceu o desejo de existir como grupo social. (MELO 2017, p. 194-195).

Um movimento divulgado por grupos em redes sociais e *sites* da *internet* e que surgiu mais recentemente intitula-se ‘a retomada Kariri’, em que vídeo-documentários, palestras e encontros procuram resgatar a memória e preservar a identidade étnica dos povos Kariri espalhados pela região Nordeste do Brasil. Um desses *sites* é intitulado ‘Retomada Kariri – retomada ancestral dos povos da nação Kariri’ em que se podem visualizar vídeos sobre os povos Kariri-Xocó e os Xucuru-Kariri com discussões e reuniões realizadas sobre a temática³⁸.

No geral, foi possível perceber uma variedade de grupos indígenas diferenciados, geralmente denominados na documentação histórica como Tapuia, possivelmente vindos de outras áreas do Nordeste brasileiro, que ocuparam a bacia hidrográfica do Rio Salgado e outros tributários da região da Bacia Sedimentar do Araripe.

Cumprе alertar, entretanto, que apesar de ser conhecida como a região dos indígenas Cariri, assim como de diversas tribos Tapuia, as pesquisas arqueológicas mais recentes vêm comprovando a presença de vestígios da cultura material com características geralmente atribuídas às populações Tupi na região em períodos bem anteriores à colonização portuguesa na região: “Observamos que a área estudada foi intensamente ocupada por diversos grupos indígenas filiados aos Tupi e também aos Tapuia.” (SILVA; OLIVEIRA, 2008, p. 4).

No município de Barbalha, por exemplo, existe o Engenho Tupinambá, criado em 1855 e hoje é patrimônio cultural e arquitetônico. A própria denominação ‘Serra do Araripe’ é um topônimo Tupi, assim como a maior parte dos aspectos geográficos da Bacia Sedimentar do Araripe. Esse processo de ‘tupinização’ na terminologia dos lugares foi recorrente em todo o estado do Ceará, onde algumas das próprias etnias indígenas Cariri³⁹ mencionadas anteriormente se transformaram em nomes ‘tupinizados’ de atuais municípios cearenses, como Jucá e Cariú; esse processo terminológico não ficou limitado somente à área da Bacia Sedimentar do Araripe:

³⁸ Vide na *internet* (Youtube) o link: https://www.youtube.com/channel/UCqn1GEU57jmkO0YC_bD8qBA.

³⁹ Oliveira (2016, p. 279, grifo nosso) alerta sobre a questão de uma possível substituição da língua falada pelo indígenas Kariri pela língua Tupi: “Nos Cariris Novos, especialmente no Aldeamento Missão do Miranda, atual cidade do Crato, e Missão Velha, essa influência mútua somada aos rituais sacramentais do catolicismo, especialmente os do batismo e do catecismo dialogado **auxiliaram na crença desse possível fim, notadamente o de sua língua**. Ali, submetidos de maneira especial aos ditames dos frades capuchinhos Italianos, **aos poucos a língua kariri foi sendo substituída pela língua geral tupi**, como também se emaranhando com as dos demais nativos, de maneira que, com o passar do tempo, os Kariri não mais conseguiam se reconhecer nesse importante instrumento de comunicação”.

Quase a metade dos 184 municípios cearenses tem um nome indígena (tupi-guarani) que se refere à geografia local, o que se manifesta, entre muitos outros casos, nas sílabas i- (= água, exemplos: Icó, Iguatu, Ipu), ita- (= pedra, exemplos: Itapagé, Itapipoca, Itarema etc.) ou -tama (= abrigo, exemplos: Uruburetama, Jaguaretama, Pindoretama). Além dos acidentes geográficos, as denominações também podem expressar o território de antigas tribos indígenas (como os municípios com a sílaba quix- = queixada, ou jaguar- = onça), extintas pelos europeus e homenageadas postumamente. Ter um nome indígena não significa necessariamente que o município seja muito antigo. Muitos nomes indígenas são resultado da “tupinização” da Era Vargas [...] (SEEMANN, 2005, p. 213).

Nesse sentido surgem mais perguntas do que respostas, tais como: se existiam vestígios arqueológicos da cultura material de populações Tupi antes da chegada dos portugueses, porque esses vestígios culturais já não aparecem mais com tanta intensidade nos séculos XVII e XVIII (pelo menos nas escavações arqueológicas já realizadas até o presente momento)? Teriam essas primeiras populações Tupi do sul cearense, voluntariamente ou involuntariamente, migrado para outras áreas espaciais? Por que não são citadas, especificamente na região sul do Ceará, etnias de populações Tupi ocupando espaços territoriais na historiografia primária desses séculos (XVII e XVIII)?

Portanto, a etno-história dos grupos indígenas pretéritos da Bacia Sedimentar do Araripe está sendo reescrita constantemente e as futuras pesquisas acadêmicas poderão trazer dados mais consistentes que possam responder a esses questionamentos, com o apoio da Arqueologia e da Antropologia, que possam confirmar ou não as hipóteses atinentes às menções bibliográficas primárias e secundárias das origens dos Cariri no sul do Ceará discutidas neste capítulo.⁴⁰

⁴⁰ Mais uma vez Oliveira (2016, p. 271-272, grifo nosso) alerta: “Muito embora na atualidade o topônimo “Cariri”, cite aqui o Sul do Estado do Ceará, remeta a esses nativos, a Memória e a História desses índios, ainda não são alvo de estudos por parte de muitos estudiosos da região. **Grande parte desse desprendimento, está intimamente relacionada às concepções da ‘não’ inexistência dos Kariri contidas nas produções historiográficas sobre aquela região durante seu processo de colonização. Por todo século XX, esses materiais reproduziram quase que os mesmos entendimentos contemplados nos estudos realizados pelos intelectuais do restante da Província do Ceará, especialmente os vinculados ao Instituto Histórico, ou seja, a crença no total desaparecimento dos índios.** Só a partir dos anos noventa é que se passa a produzir com maior envergadura estudos inovadores sobre a história dos índios no Ceará. Nessa “nova” retomada, destaque para Maria Sylvania Porto Alegre, que em suas produções foi pioneira em problematizar e desconstruir a ideia de que os índios do Ceará haviam desaparecido”.

5 A CARTA ARQUEOLÓGICA E ETNO-HISTÓRICA (SÉCULOS XVIII A XIX) DA MICRORREGIÃO BREJO SANTO

Para que fosse possível elaborar inicialmente a carta arqueológica da microrregião Brejo Santo foi necessário seguir alguns procedimentos metodológicos que foram do aspecto particular (cada município), até atingir uma visão mais abrangente (geral) dos cinco municípios da microrregião pesquisada.

Essas etapas foram compostas por levantamento bibliográfico, identificação dos artefatos⁴¹ ainda existentes através de pesquisa de campo dos sítios arqueológicos em cada município e elaboração de mapas evidenciando a inserção desses sítios em relação aos fatores fisiográficos (hidrografia, geologia, solos, relevo e vegetação); dessa forma teremos ao final uma visão da espacialidade dos sítios arqueológicos no nível municipal, em que a análise dos dados arqueológicos permitirá levantar possíveis inferências espaciais sobre o processo de ocupação pretérita no contexto geográfico atual de cada município.

5.1 O levantamento bibliográfico

Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico em fontes escritas sobre os sítios arqueológicos identificados em obras primárias e secundárias (artigos científicos, dissertações e teses), de cunho historiográfico, além de informações técnicas específicas provenientes do CNSA-IPHAN e dos relatórios técnicos oriundos de trabalhos de arqueologia preventiva de empresas e instituições entregues ao IPHAN. O conjunto dos dados obtidos nesses levantamentos permitiu obter informações sobre a presença/registro do quantitativo de sítios arqueológicos em cada município, permitindo a visita de campo para verificar essas informações *in situ*, e efetuar levantamento fotográfico e identificação da tipologia dos artefatos.

5.2 A identificação dos grupos de sítios arqueológicos

Após o levantamento bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo através de levantamento fotográfico. Tendo em vista que parte das fichas bibliográficas não apresentavam os perímetros dos sítios arqueológicos, foram observadas, como ponto de partida, as

⁴¹ Foram considerados como artefatos, para este trabalho, “[...] qualquer ocorrência que exiba qualquer atributo físico que possa ser considerado como resultante da atividade humana.” (DUNNEL, 2006, p. 154).

coordenadas geográficas existentes (ponto central), em um raio de até 100 m, através de caminhamentos lineares e transversais aleatórios, para observação fotográfica do contexto ambiental e da identificação tipológica dos artefatos ainda existentes no nível da superfície. A partir da identificação desses artefatos em campo e da confrontação com as informações bibliográficas, tornou-se necessário classificar os sítios arqueológicos pesquisados em cinco grupos⁴²:

- a) Grupo 1: os sítios arqueológicos somente com artefatos do período histórico⁴³;
- b) Grupo 2: os sítios arqueológicos somente com artefatos com características pré-coloniais⁴⁴;
- c) Grupo 3: os sítios arqueológicos contendo artefatos do período histórico e artefatos com características pré-coloniais;
- d) Grupo 4: os sítios arqueológicos com arte rupestre⁴⁵;
- e) Grupo 5: os sítios arqueológicos com artefatos específicos;⁴⁶

5.3 A elaboração dos mapas municipais

Como já foi mencionado, a elaboração dos mapas visa a observar a inserção desses cinco grupos de sítios arqueológicos em relação aos fatores fisiográficos (hidrografia, geologia,

⁴² A utilização do termo ‘Grupo’ será utilizada para efetuar uma segregação (arranjo) dos sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa, a partir das características cronológicas apresentadas na tipologia dos artefatos identificados nesses sítios, conforme expressa Dunnel (2006, p. 68-69): “O termo agrupamento será usado para denotar arranjo no domínio fenomenológico e se definirá como a criação de unidades de coisas (grupos)...os grupos, por outro lado, não são e não podem ser definidos,, mas sim descritos, e estão ligados a uma dada posição no tempo e no espaço”. Metodologicamente, poderia ser utilizado também o termo ‘Classe’ para essa segregação de sítios arqueológicos, entretanto, optamos pelo termo ‘Grupo’ haja vista estarmos tratando espacialidade dos sítios e cronologia artefactual existente em seus espaços.

⁴³ As informações bibliográficas referentes às primeiras ocupações de sesmarias pelos colonizadores não indígenas na microrregião Brejo Santo datam do início do século XVIII; portanto, nesse sistema classificatório, serão considerados artefatos do período histórico todos os vestígios arqueológicos posteriores a essa data.

⁴⁴ Tendo em vista a ausência de datações diretas ou indiretas na maioria dos sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa, os artefatos líticos (lascados e polidos) e cerâmicos (com características Tupi) foram considerados nessa pesquisa dissertativa, como pré-coloniais, ou seja, anteriores à chegada dos colonizadores não indígenas a partir do início do século XVIII na microrregião Brejo Santo; entretanto, alertamos que essa avaliação poderá ser reformulada futuramente com o avanço das pesquisas arqueológicas na região.

⁴⁵ Os sítios arqueológicos com arte rupestre foram colocados em um grupo diferenciado (dos grupos 2 e 3), haja vista, que não existem datações diretas ou indiretas para eles, ou seja, eles podem ter tido origem pré-colonial, assim como podem ter sido elaborados no período histórico. Diante dessa indefinição cronológica, optamos por segregá-los em um grupo à parte.

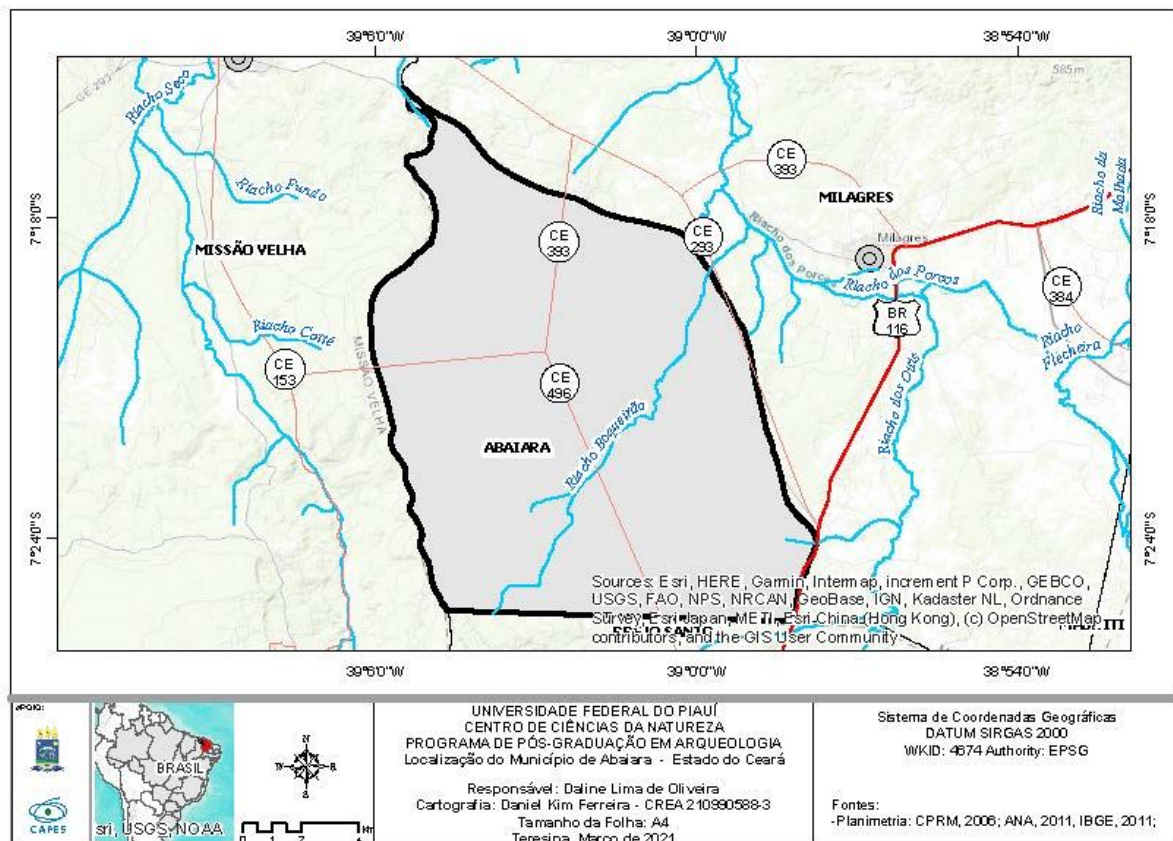
⁴⁶ Neste grupo específico, apenas como opção metodológica, foram enquadrados os sítios arqueológicos (não datados) com artefatos ou determinados vestígios específicos oriundos das atividades humanas, tais como: cinzas de fogueiras estruturadas, pegadas humanas ou buracos provenientes de ação humana para edificação de habitações. Eles poderiam também estar enquadrados nos grupos 2 ou 3, mas fizemos a opção de deixar esses artefatos de forma diferenciada em um grupo específico.

solos, relevo e vegetação) com o objetivo final de ter uma visão da espacialidade desses sítios arqueológicos no nível municipal.

5.3.1 Município de Abaiara – CE

O município de Abaiara está situado na microrregião Brejo Santo e possui área de 179,91 km², fazendo divisa com os municípios de Brejo Santo (sul), Milagres (norte e leste) e Missão Velha (oeste) (Figura 25). Apresenta pluviosidade anual média de 668,6, com temperaturas médias (c°) entre 24 e 26°. (IPECE-CE, 2012).

Figura 25 - Mapa de localização geográfica do município de Abaiara - CE











Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)













Após o levantamento bibliográfico foi possível identificar informações sobre 21 (vinte e um) sítios arqueológicos no município (Apêndice 1).









Foi possível efetuar a pesquisa de campo em 14 (quatorze) desses sítios arqueológicos (Abaiara, Baixa Dantas, Baixio dos Caboclos, Casa Velha, Catingueira I, Catingueira II, Estaca 16.384, Joaquim Chicote, Pocinho I, Pocinho II, Queimadas I, Queimadas II, Sítio do Seo Duda e Soim) ainda sendo observada a existência dos vestígios culturais em 11 (onze) desses sítios

(Abaiara, Baixa Dantas, Baixio dos Caboclos, Casa Velha, Catingueira I, Catingueira II, Joaquim Chicote, Pocinho I, Pocinho II, Sítio do Seo Duda e Soim) e a inexistência de quaisquer tipos de vestígios culturais em 3 (três) deles (Estaca 16.384, Queimadas I e Queimadas II), com impactos diretos por obras da Ferrovia Transnordestina no contexto ambiental desses sítios. No Quadro 4 podem ser observados detalhes de parte dos contextos ambientais desses sítios arqueológicos, assim como imagens dos artefatos identificados na superfície.

Quadro 4 - Detalhes (imagens) de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Abaiara-CE.

Sítio arqueológico	Visão de parte do contexto ambiental	Detalhe de artefato <i>in situ</i>	Artefatos
Abaiara			Líticos
Baixa Dantas			Líticos Cerâmicas Históricos
Baixio dos Caboclos			Cerâmicas
Casa Velha			Histórico

Catingueira 1			Cerâmicas
Catingueira 2			Líticos
Estaca 16.384			Sem quaisquer artefatos
Joaquim Chicote			Líticos
Pocinho I			Líticos
Pocinho II			Líticos Cerâmica

Queimadas I			Sem quaisquer artefatos
Queimadas II			Sem quaisquer artefatos
Sítio do Seo Duda			Histórico
Soim			Líticos

Fonte: Imagens (Daline Oliveira, 2020).

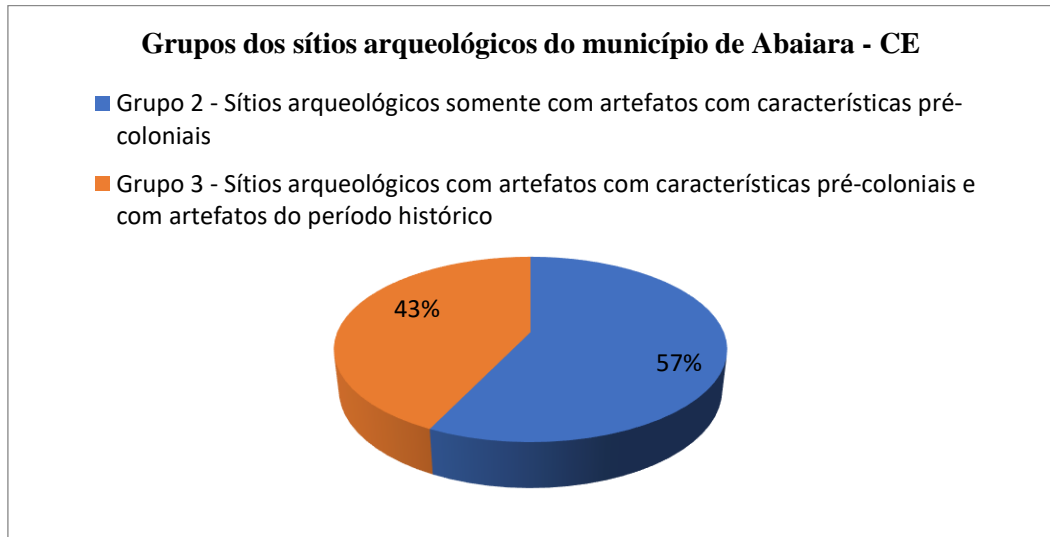
Se levarmos em conta as informações, constantes nas fichas do CNSA, dos 7 (sete) sítios arqueológicos (tanto de superfície como de sub-superfície) que não foram visitados durante as pesquisas de campo⁴⁷, chegaremos ao real quantitativo em termos de grupos:

- a) Grupo 2: Abaiara, Casa de José Moura, Catingueira I, Catingueira II, Estaca 16.384, Fazenda Oitis, Mangueira dos Oitis, Queimadas II, Sítio do Seo Duda, Sítio Pinga, Sítio Pinga I e Topo do Paredão do Tabuleiro;
- b) Grupo 3: Baixa Dantas, Baixio dos Caboclos, Casa Velha, Joaquim Chicote, Lage, Pocinho I, Pocinho II, Queimadas I e Soim.

⁴⁷ Não foi possível a pesquisa de campo em vários sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa (cinco municípios da microrregião Brejo Santo) devido aos seguintes fatores: a) entrada não autorizada pelos proprietários das fazendas locais; b) fazendas com ausências de proprietários e com cadeados nas porteiças; c) áreas inundadas por águas de barragens locais.

Em termos percentuais, foi possível observar uma predominância do grupo de sítios arqueológicos com artefatos pré-coloniais (57%), conforme pode ser visualizado no Gráfico 1:

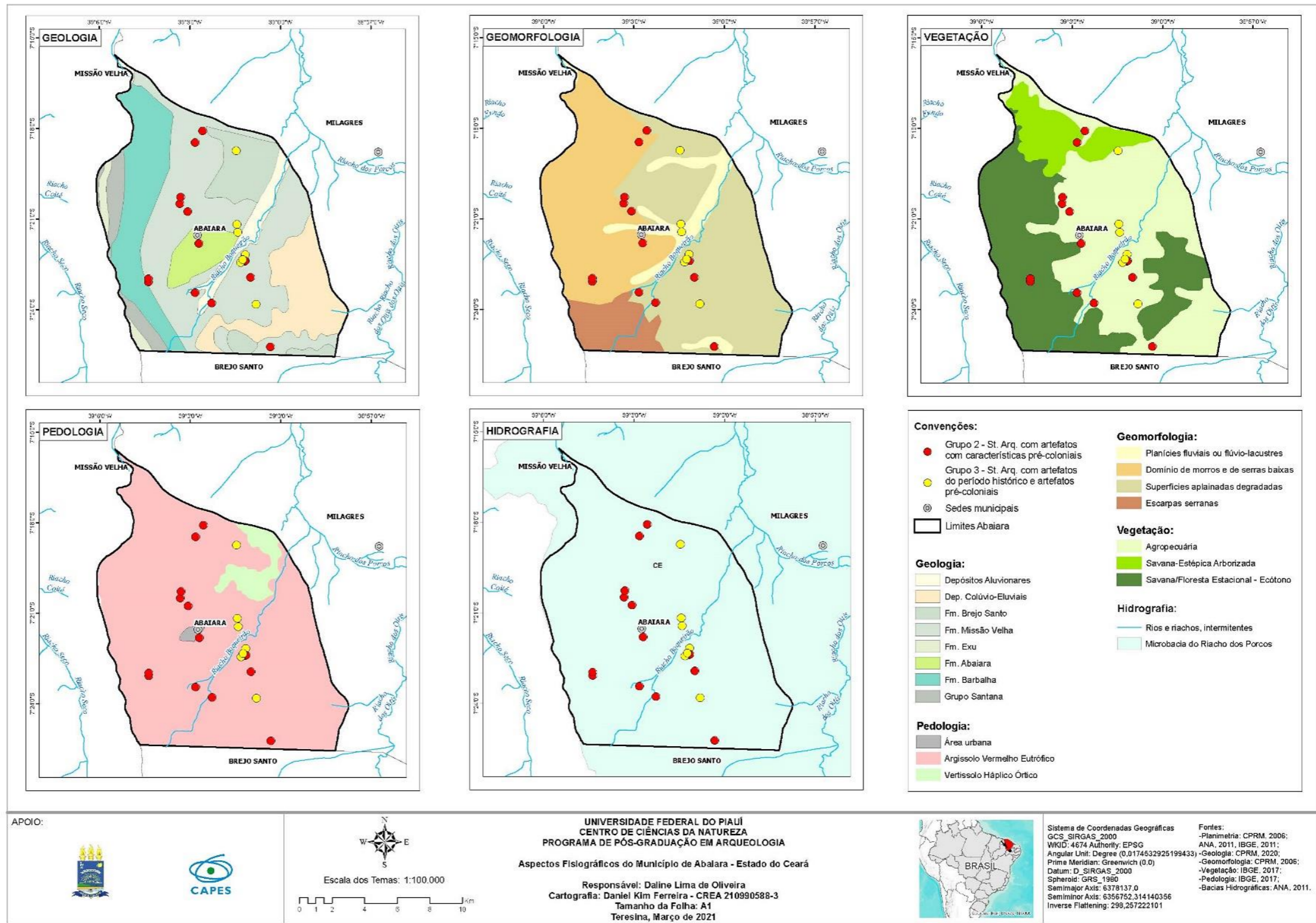
Gráfico 1 - Grupos dos sítios arqueológicos do município de Abaiara – CE



Fonte: (elaboração) Daline Oliveira, 2021.

A partir dos dados apresentados, foi efetuada a plotagem desses grupos de sítios arqueológicos na delimitação geográfica do atual município de Abaiara, com o intuito de observar a sua distribuição espacial, em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia (Figura 26).

Figura 26 – Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Abaiara em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia



Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

A partir da elaboração desses mapas temáticos dos contextos ambientais e a inserção dos grupos de sítios arqueológicos no município de Abaiara⁴⁸, foi possível observar que:

- a) no sentido geológico, a predominância de localização espacial dos grupos de sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais está vinculada à Formação Missão Velha⁴⁹, onde a presença de conglomerados e arenitos médios com seixos esparsos, possivelmente, podem explicar (em parte) a presença de lascamentos antrópicos;
- b) quanto ao aspecto geomorfológico, a maioria dos sítios arqueológicos com artefatos que apresentam características pré-coloniais está situada em domínio de morros e de serras baixas, com outra parte dos grupos de sítios (tanto de sítios arqueológicos somente com artefatos pré-coloniais, como de sítios arqueológicos com artefatos pré-coloniais associados com artefatos do período histórico) em superfícies aplainadas degradadas. Essa característica pode sugerir um critério de escolha preferencial por assentamentos (temporários ou permanentes) em locais com maiores cotas altimétricas;
- c) no tocante à vegetação contemporânea, a predominância de localização dos grupos de sítios arqueológicos ocorre em áreas desmatadas que atualmente são utilizadas para atividades agropecuárias, como pastoreio de caprinos (cabras e bodes) ou bovinos (bois e vacas) e plantio de culturas de sequeiro;
- d) quanto à pedologia, todos os grupos de sítios arqueológicos estão situados em argilossolos vermelhos eutróficos, que apresentam um teor de argila no horizonte subsuperficial (de cor vermelha) bem maior do que no horizonte superficial, ocorrendo, geralmente, em áreas de relevo ondulado;

⁴⁸ Alertamos que quase todos os sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa foram localizados a partir de diagnósticos e monitoramentos arqueológicos para implantação de várias obras públicas (como já citado na introdução desta dissertação) na microrregião Brejo Santo, a partir do século XXI, tais como, entre outras, a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina. As prospecções arqueológicas realizadas nesses diagnósticos e monitoramentos, normalmente estavam restritas aos possíveis impactos ao patrimônio arqueológico nas áreas diretas ou indiretas (áreas definidas de acordo com cada projeto arqueológico dessas obras) no delineamento dessas obras; **portanto, as observações existentes nesses mapas temáticos estão restritas somente a esse conjunto amostral de sítios arqueológicos identificados a partir dessas obras, somados aos sítios arqueológicos já cadastrados anteriormente pelo sistema do CNSA-IPHAN. Essa mesma observação deve ser levada em conta em relação aos próximos municípios que serão descritos neste capítulo.**

⁴⁹ Quanto à Formação Missão Velha: “As principais fácies reconhecidas foram: 1. conglomerados dessa seixos e grânulos, com abundantes troncos fósseis silicificados, formando ciclos granodecrescentes, estratificações cruzadas acanaladas e tabulares, de pequeno e médio portes e geometria predominantemente lenticular; 2. arenitos grossos a médios, conglomeráticos, com grânulos, quartzosos, com troncos fósseis silicificados, com estratificações cruzadas acanaladas de médio e grande porte e geometria lenticular; 3. conglomerados e arenitos médios com seixos esparsos, mal selecionados, com estratificação plano-paralela; 4. arenitos finos a muito finos, sílticos, tabulares, laminados, intercalados com 5. camadas decimétricas de horizontes pelíticos com estratificação plano-paralela e laminações cruzadas cavalgantes.” (FAMBRINI et al., 2011, p. 55).

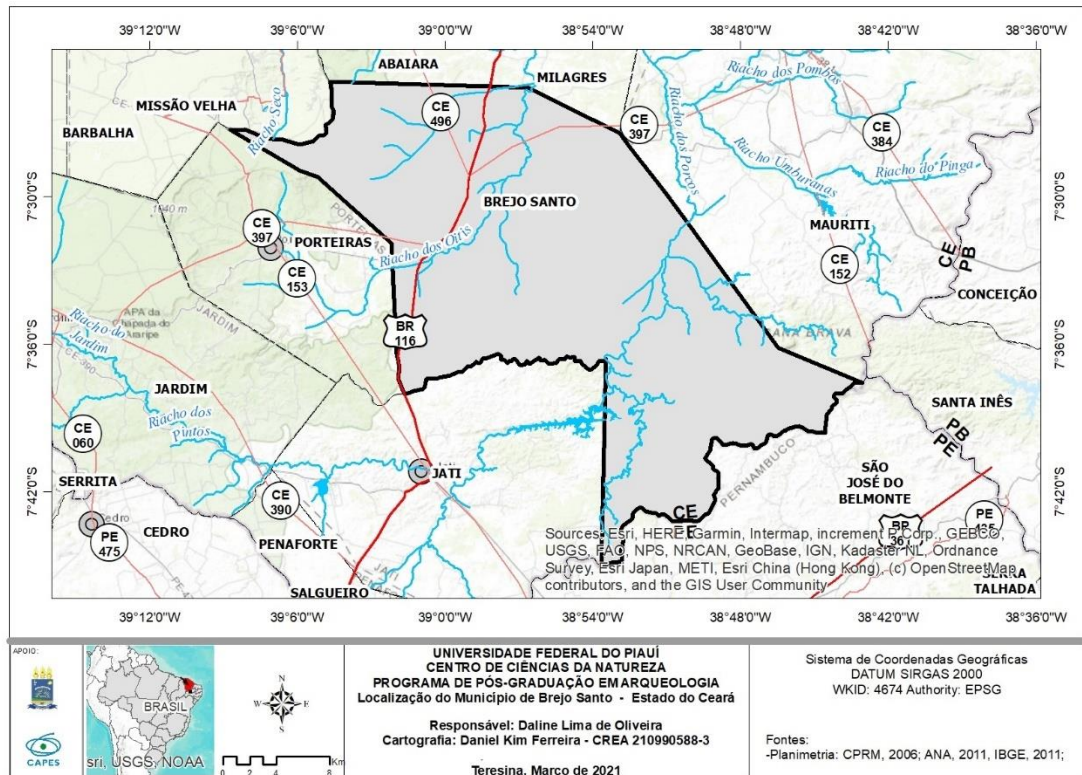
e) a partir somente da observação do mapa hidrográfico, foi possível observar, a princípio, que os grupos de sítios arqueológicos não estão situados diretamente nas margens de riachos que constituem a microbacia do Riacho dos Porcos; apenas dois sítios arqueológicos do Grupo 2 (com artefatos com características pré-coloniais) estão situados diretamente às margens do Riacho Boqueirão e quatro sítios arqueológicos do Grupo 3 (sítios arqueológicos com características pré-coloniais e artefatos do período histórico) aparecem nas proximidades desse riacho. Portanto, essa característica, observada **a partir somente dessa parcela amostral** desses grupos de sítios arqueológicos no município de Abaiara-CE, indica ocupações por grupos humanos pretéritos que revelam outros possíveis critérios de escolhas ambientais de ocupação pelos grupos humanos pretéritos, ou seja, em áreas não muito próximas a cursos de água.

A partir do conjunto dessas observações nos mapas temáticos ambientais com a inserção espacial dos grupos de sítios arqueológicos no município de Abaiara, podemos sintetizar que, predominantemente, esses grupos estão situados em locais com a presença de conglomerados e arenitos médios com seixos esparsos, cotas altimétricas mais elevadas (morros e serras baixas), áreas vegetacionais desmatadas (atualmente), em solos do tipo argilossolos vermelhos eutróficos e em áreas um pouco mais afastadas das margens de fluxos hidrográficos diretos (riachos).

5.3.2 Município de Brejo Santo – CE

O município de Brejo Santo está situado na microrregião Brejo Santo (Figura 27), e possui área de 661,96 km², fazendo divisa com os municípios de Mauriti, Milagres, Abaiara e Missão Velha (norte), Jati e estado de Pernambuco (sul), Mauriti e estados da Paraíba e Pernambuco (leste) e Porteiras (oeste). Apresenta pluviosidade anual média de 895,8, com temperaturas médias (c°) entre 24° e 26°. (IPECE-CE, 2005).

Figura 27 - Mapa de localização geográfica do município de Brejo Santo - CE















Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)















Após o levantamento bibliográfico foram identificadas informações sobre 33 (trinta e três) sítios arqueológicos no município (Apêndice 2), foi possível efetuar a pesquisa de campo em 28 (vinte e oito) desses sítios arqueológicos⁵⁰.















No Quadro 5 podem ser observados detalhes de parte dos contextos ambientais desses sítios, assim como imagens e alguns artefatos identificados.















⁵⁰ Baixio dos Lopes, Baixio dos Lopes I, Baixio dos Lopes II, Baixio dos Lopes III, Boa Sorte, Boi Branco, Brejo Santo I, Brejo Santo II, Cícero Domingos, Deserto, Esperança, Filomena, Guaraxaim, Inharé, Lagoa do Mato, Malhada da Aroeira, Maria Celda, Mulatinha, Nascimento dos Lucena, Serrote da Nascimento, Serrote da Nascimento II, Sete Copas, Sítio Cacimbinha, Sítio Luiza, Sítio Vieira, Topo do Morro, Topo do Morro do Baixio dos Bois e Trapiá.

Quadro 5 - Detalhes (imagens) de partes de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Brejo Santo-CE.

Sítio arqueológico	Visão de parte do contexto ambiental	Detalhe de artefato <i>in situ</i>	Artefatos
Baixio dos Lopes			Cerâmicas
Baixio dos Lopes I			Cerâmicas
Baixio dos Lopes II			Cerâmicas
Baixio dos Lopes III			Cerâmicas
Boa Sorte			Sem quaisquer artefatos
Boi Branco			Sem quaisquer artefatos

Brejo Santo I			Sem quaisquer artefatos
Brejo Santo II			Sem quaisquer artefatos
Cícero Domingos			Cerâmica
Deserto			Cerâmicas
Esperança			Sem quaisquer artefatos
Filomena			Histórico
Guaraxaim			Cerâmicas

Inharé			Sem quaisquer artefatos
Lagoa do Mato			Sem quaisquer artefatos
Malhada da Aroeira			Histórico
Maria Celda			Líticos
Mulatinha			Sem quaisquer artefatos
Nasença dos Lucena			Sem quaisquer artefatos
Serrote da Nasença			Líticos

<p>Serrote da Nascença 2</p>			<p>Cerâmica</p>
<p>Sete Copas</p>			<p>Sem quaisquer artefatos</p>
<p>Sítio Cacimbinha</p>			<p>Líticos</p>
<p>Sítio Luiza</p>			<p>Histórico</p>
<p>Sítio Vieira</p>			<p>Sem quaisquer artefatos</p>
<p>Topo do Morro</p>			<p>Cerâmicas</p>
<p>Topo do Morro do Baixio dos Bois</p>			<p>Cerâmicas Histórico</p>

Trapiá			Sem quaisquer artefatos
--------	--	--	-------------------------------

Fonte: Imagens (Daline Oliveira, 2020).

Do conjunto de 28 (vinte e oito) sítios arqueológicos pesquisados em campo, 3 (três) apresentavam somente artefatos históricos (Filomena, Malhada da Aroeira e Sítio Luiza); 12 (doze) desses sítios apresentavam somente artefatos com características pré-coloniais (Baixio do Lopes, Baixio dos Lopes I, Baixio dos Lopes II, Baixio dos Lopes III, Cícero Domingos, Deserto, Guaraxaim, Maria Celda, Serrote da Nascimento, Serrote da Nascimento II, Sítio Cacimbinha e Topo do Morro); 1 (um) sítio arqueológico (Topo do Morro do Baixio dos Bois) apresentava artefatos com características pré-coloniais e do período histórico; 12 (doze) sítios arqueológicos não apresentavam mais quaisquer tipos de artefatos (Boa Sorte, Boi Branco, Brejo Santo I, Brejo Santo II, Esperança, Inharé, Lagoa do Mato, Mulatinha, Nascimento dos Lucena, Sete Copas, Sítio Vieira e Trapiá).

Levando-se em conta as informações constantes nas fichas do CNSA-IPHAN dos 5 (cinco) sítios arqueológicos (com relação aos artefatos tanto em superfície como em sub-superfície) onde não foi possível realizar a pesquisa em campo (Antonio Gomes⁵¹, Baixa Verde, Lagoa Cercada, Pé da Serra e Ribeirão), chega-se ao real quantitativo em termos de grupos:

- a) Grupo 1: Nascimento dos Lucena;
- b) Grupo 2: Antonio Gomes, Boi Branco, Esperança, Lagoa Cercada, Maria Celda, Mulatinha, Ribeirão, Serrote da Nascimento, Serrote da Nascimento II, Sete Copas, Sítio Cacimbinha, Sítio Vieira e Trapiá;
- c) Grupo 3: Baixio dos Lopes, Baixio dos Lopes I, Baixio dos Lopes II, Baixio dos Lopes III, Boa Sorte, Brejo Santo I, Brejo Santo II (Cemitério dos índios), Cícero Domingos,

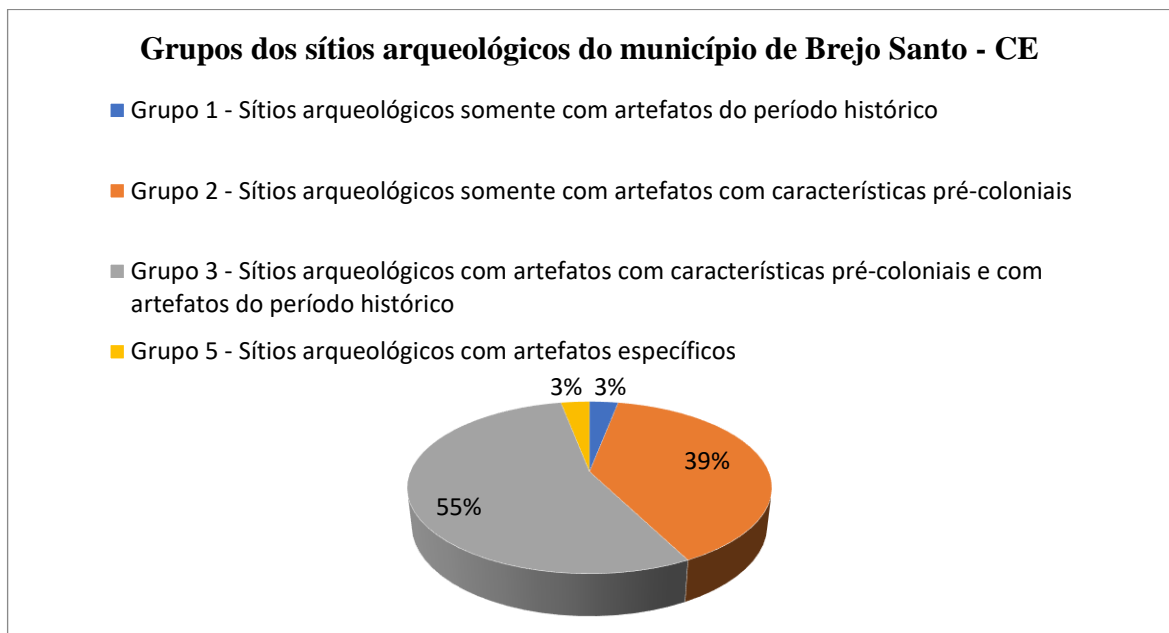
⁵¹ O sítio arqueológico Antonio Gomes foi localizado e resgatado pela equipe do INAPAS em 2017, no monitoramento das obras da Transposição do Rio São Francisco. Esse sítio encontra-se na divisa entre os municípios de Mauriti e Brejo Santo, tendo o ponto central (UTM 24M 520346 E 9165994 N) do perímetro do sítio estabelecido pelo INAPAS como pertencente ao município de Mauriti, com dimensões de 239,5 m x 101,6 m, e situado há menos de 200 m do sítio arqueológico Ribeirão (Brejo Santo), ou seja, praticamente no mesmo contexto arqueológico. (INAPAS: Relatório técnico das atividades de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico e paleontológico na área de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, V. 1, 2017, p.37) Haja vista terem sido obtidas datações arqueológicas durante as escavações desse sítio que poderão auxiliar (vide capítulo 5) a entender as cronologias de ocupações humanas na região, optamos por inserir esse sítio, excepcionalmente, como pertencente também ao grupo de sítios do município de Brejo Santo.

Deserto, Filomena, Guaraxaim, Inharé, Lagoa do Mato, Malhada da Aroeira, Pé da Serra, Sítio Luiza, Topo do Morro e Topo do Morro do Baixio dos Bois;

d) Grupo 5: Baixa Verde.

Em termos percentuais, foi possível observar a predominância do grupo de sítios arqueológicos que apresentam artefatos pré-coloniais e artefatos históricos (55%), conforme Gráfico 2:

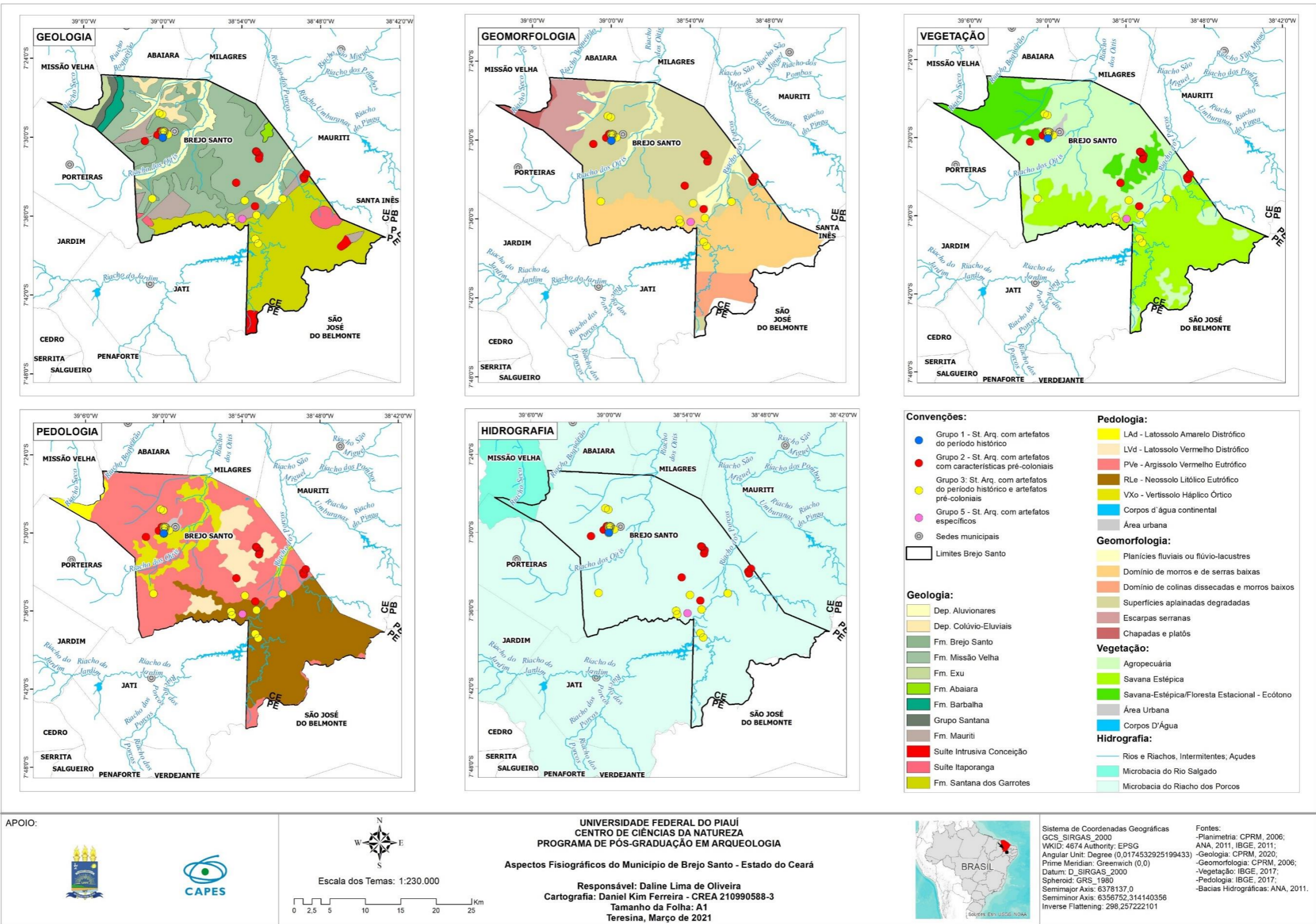
Gráfico 2 - Grupos dos sítios arqueológicos do município de Brejo Santo – CE.



Fonte: (elaboração) Daline Oliveira, 2021.

A partir desses dados, foi efetuada a plotagem dos referidos grupos de sítios arqueológicos na delimitação geográfica do atual município de Brejo Santo - CE, com o objetivo de observar a sua distribuição espacial, em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia (Figura 28).

Figura 28 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Brejo Santo em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia



Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

A partir da elaboração desses mapas temáticos dos contextos ambientais e a inserção dos grupos de sítios arqueológicos no município de Brejo Santo - CE, foi possível observar que:

a) no sentido geológico, a predominância de localização espacial dos grupos de sítios arqueológicos com artefatos somente com características pré-coloniais (Grupo 2) está vinculada à Formação Missão Velha com a presença de conglomerados e arenitos médios com seixos esparsos (assim como acontece com o município de Abaiara-CE); outra parte de sítios arqueológicos (em menor número) que apresentam artefatos com características pré-coloniais e artefatos do período histórico (Grupo 3) está situada na Formação Brejo Santo⁵² e na Formação Santana dos Garrotes⁵³, enquanto três sítios arqueológicos desse grupo estão situados em depósitos aluvionares. O que foi possível observar com essa distribuição espacial foi que grupos pretéritos que deixaram esses artefatos com características pré-coloniais tinham à sua disposição fontes de matérias-primas rochosas em arenitos para atividades de lascamentos; entretanto, não podemos confirmar essa utilização somente a partir dos dados obtidos nesta pesquisa;

b) quanto ao aspecto geomorfológico, os sítios arqueológicos somente com artefatos com características pré-coloniais (Grupo 2) estão situados em superfícies aplainadas degradadas, enquanto os sítios arqueológicos com artefatos pré-coloniais associados a artefatos do período histórico (Grupo 3) estão localizados tanto em superfícies aplainadas degradadas, como em domínios de morros e de serras baixas. Essa característica pode sugerir um critério de escolha preferencial por assentamentos (temporários ou permanentes) em locais com cotas altimétricas menores e relevo plano;

⁵² “A Formação Brejo Santo repousa discordantemente sobre a Formação Cariri, de idade presumivelmente paleozoica, e faz contato gradacional com a sobrejacente Formação Missão Velha. Constitui-se de pelitos, tais como argilitos e folhelhos calcíferos castanho-avermelhados, maciços a laminados, com intercalações decimétricas de siltitos argilosos cinza-esbranquiçados a esverdeados e camadas centimétricas de folhelhos avermelhados mosqueados com nódulos calcários e, subordinadamente, arenitos finos calcíferos, abundantemente fossilíferos, e arenitos finos brancos com estratificação cruzada tabular. Paleocorrentes medidas possuem padrão de dispersão consistente para SE, SW e S, coerente com a instalação de ampla bacia aberta nesta direção. As fácies e associações de fácies descritas foram interpretadas como geradas por (i) sistemas lacustres nos quais periodicamente o nível dos lagos e/ou lagoas sofriam variações bruscas, cujas variações de coloração acham-se relacionadas às sazonalidades do nível do lago (períodos de exposição subaérea) e por (ii) sistemas fluviais efêmeros que alimentavam esses lagos. A ocorrência disseminada de organismos fósseis, tais como ostracodes não marinhos e conchostráceos, sugere que os sedimentos da Formação Brejo Santo teriam sido depositados em sistemas lacustres favoráveis à formação de camadas de red beds sob condições climáticas quentes e de estação seca bem definida, corroborando a interpretação deposicional.” (FAMBRINI et al., 2013, p. 3).

⁵³ “A Formação Santana dos Garrotes (Bittar, 1998), no topo, dominante em extensão e magnitude, é caracterizada por pacotes turbidíticos areno-argilosos (com alguns metagrauvas e metassedimentos químicos ferríferos) de baixo grau de metamorfismo, com esparsas intercalações de rochas metavulcânicas básicas, intermediárias e ácidas, provavelmente de ambiente marinho.” (NEVES et al., 2005, p. 57).

c) em relação à vegetação contemporânea, a predominância de localização dos grupos (2 e 3) de sítios arqueológicos encontra-se em áreas com Savana Estépica⁵⁴ e Savana Estépica/Floresta Estacional;

d) quanto à pedologia, assim como foi visto no município de Abaiara-CE, os sítios arqueológicos somente com artefatos de características pré-coloniais (Grupo 2) estão situados predominantemente em Latossolos Vermelhos Distróficos⁵⁵ e Argissolos Vermelhos Eutróficos⁵⁶; já os sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais associados a artefatos do período histórico (grupo 3) aparecem mais em solos do tipo Neossolos Litólicos Eutróficos⁵⁷, enquanto quatro sítios arqueológicos desse mesmo grupo estão situados em Vertissolos Háplicos Órticos⁵⁸. Essa disposição espacial evidencia ocupações humanas pretéritas em áreas passíveis de plantios agrícolas (Latossolos Vermelhos Distróficos), assim como em espaços necessariamente não tão apropriados para a prática da agricultura, como, por exemplo, os Argissolos Vermelhos Eutróficos, que normalmente apresentam reduzida capacidade de retenção de nutrientes para as plantas e com maior risco de erosão;

e) na hidrografia foi possível observar que houve divisão de espacialidade: uma parte predominante dos grupos de sítios arqueológicos (2 e 3) está situada diretamente às margens ou

⁵⁴ “A Caatinga é classificada como Savana Estépica - tipologia vegetal campestre, em geral, com estrato lenhoso decidual e espinhoso. Dentro desta classificação, há duas subdivisões: Arborizada e Florestada, as quais variam de acordo com a estratificação e composição de espécies.” (KAMINSKI, 2015, p. 24).

⁵⁵ Os Latossolos apresentam as seguintes características: “Solo bem desenvolvido, profundo e bem drenado com horizonte B latossólico (Bw). Apresenta características morfológicas, físicas, químicas e mineralógicas uniformes no perfil. Exibe cores vermelhas, vermelho-amarelas, amarelas, acinzentadas ou brunadas. Ocorre comumente em relevo suave ondulado a plano. Sua sequência de horizontes é do tipo A – Bw – C. Apresenta boa capacidade de armazenamento de água e efluentes, e bom potencial para uso com mecanização agrícola e agricultura irrigada.” (EMBRAPA, 2014 - FOLDER SOLOS DO NORDESTE).

⁵⁶ Os Argissolos apresentam as seguintes características: “Apresenta acúmulo de argila em subsuperfície, tipificado pelo horizonte B textural (Bt). São solos minerais bem desenvolvidos e drenados, profundos a muito profundos. Exibe cores vermelhas, vermelho-amarelas, amarelas, acinzentadas ou brunadas. Apresenta sequência de horizontes do tipo: A – E – Bt – C – R ou A – Bt – C – R. Apresenta uma boa capacidade de armazenamento de água e efluentes, bom potencial para mecanização agrícola e agricultura irrigada, quando em relevo plano a suave ondulado. Possui, de modo geral, como fator limitante uma baixa fertilidade natural, alta suscetibilidade à erosão quando possui mudança textural abrupta, coesão natural em alguns solos amarelos, e associação com relevo movimentado.” (EMBRAPA, 2014 - FOLDER SOLOS DO NORDESTE).

⁵⁷ As características do Neossolo Litólico são: “Solo raso e geralmente pedregoso. Apresenta contato lítico dentro de 50 cm de profundidade. Forma-se a partir de qualquer tipo de rocha, associado comumente a um relevo movimentado. Solo com nítido predomínio de atributos físicos, químicos e mineralógicos herdados do material de origem. Sequência de horizontes do tipo: A – C – R ou A – R. Apresenta muitas limitações ao uso agrícola e nãoagrícola, tais como: pequena profundidade efetiva e pequena capacidade de armazenamento de água, pedregosidade e rochiosidade generalizada e alta suscetibilidade à erosão.” (EMBRAPA, 2014 - FOLDER SOLOS DO NORDESTE).

⁵⁸ Os Vertissolos apresentam as seguintes características: “Solo argiloso a muito argiloso com alto teor de argilas expansivas e de bases trocáveis, com pronunciada mudança de volume conforme o teor de água. Solo pouco desenvolvido com presença obrigatória do horizonte vértico. Apresenta feições marcantes como superfícies de fricção (slickensides) e abertura de fendas no período seco. Sequência de horizontes do tipo: A – Cv – C – R; A – Cv – C ou A – Bv – C – R.” (EMBRAPA, 2014 - FOLDER SOLOS DO NORDESTE).

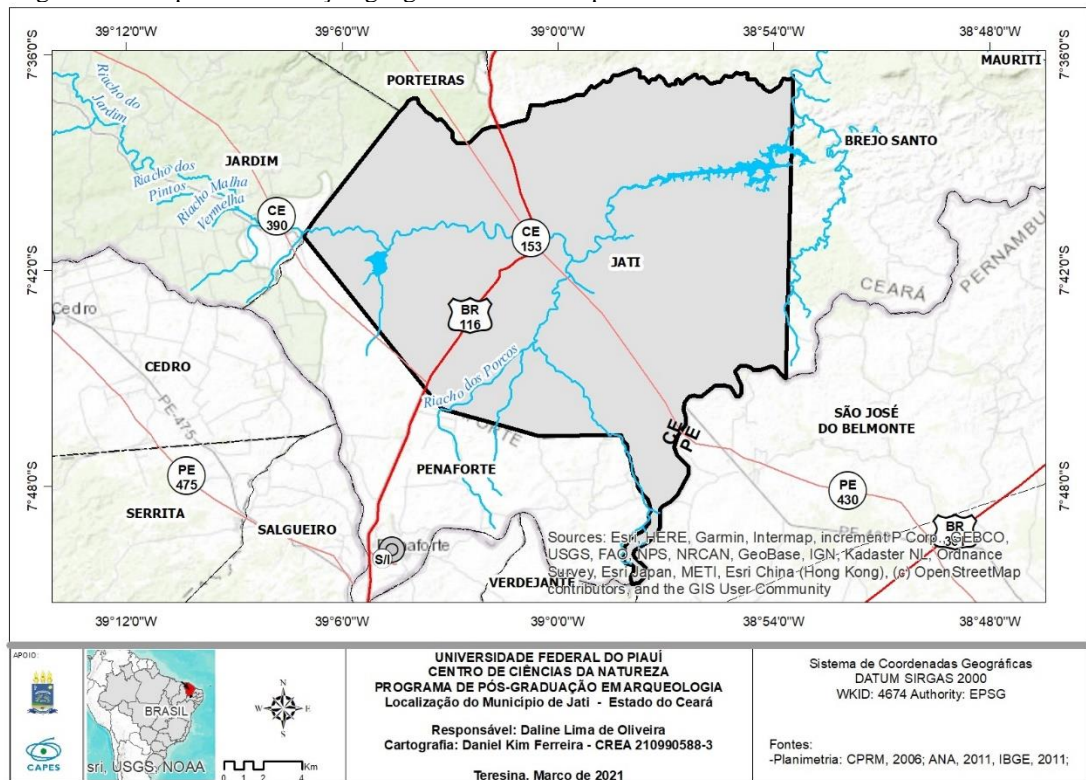
proximidades da microbacia do Riacho dos Porcos e do Riacho dos Oitis, enquanto outra parte (em menor número) está situada em áreas mais afastadas dos cursos de água.

A partir do conjunto dessas observações nos mapas temáticos ambientais com a inserção espacial dos grupos de sítios arqueológicos no município de Brejo Santo - CE, podemos sintetizar que, predominantemente, esses grupos estão situados em locais com a presença de conglomerados e arenitos médios com seixos esparsos, ocupações pretéritas em cotas altimétricas mais elevadas (morros e serras baixas) e superfícies planas, áreas vegetacionais de savana estépica, em solos predominantemente do tipo Latossolos Vermelhos Distróficos e Argilossolos Vermelhos Eutróficos e em áreas mais próximas de cursos de água (riachos).

5.3.3 Município de Jati – CE

O município de Jati está situado na microrregião Brejo Santo (Figura 33) e possui área de 312,58 km², faz divisa com os municípios de Brejo Santo e Porteira (norte), Penaforte e estado de Pernambuco (sul), estado de Pernambuco e Brejo Santo (leste) e Jardim e Penaforte (oeste). Apresenta pluviosidade anual média de 668,6, com temperaturas médias (c°) entre 24° e 26°. (IPECE-CE, 2009).

Figura 29 - Mapa de localização geográfica do município de Jati – CE



Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)













Após o levantamento bibliográfico foi possível identificar informações sobre 18 (dezoito) sítios arqueológicos no município (Apêndice 3). Foi possível realizar a pesquisa de campo em 14 (quatorze) desses sítios arqueológicos⁵⁹ e a inexistência de quaisquer tipos de artefatos culturais em 5 (cinco) deles⁶⁰.















No Quadro 6 podem ser observados detalhes de parte dos contextos ambientais desses sítios, assim como imagens de alguns artefatos identificados na superfície.

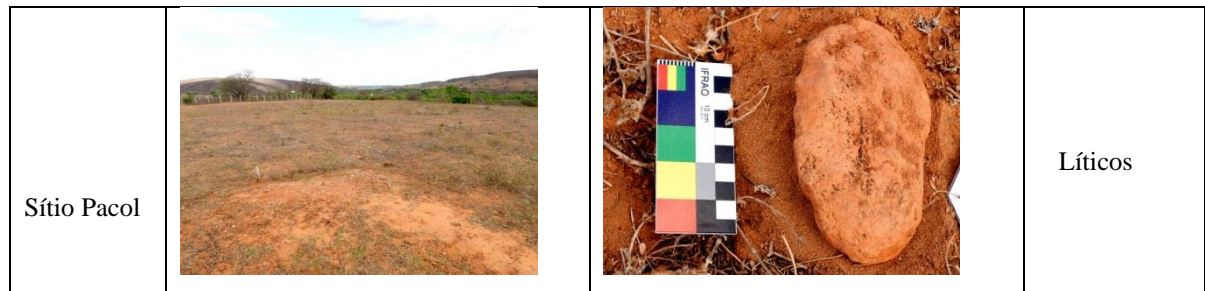
⁵⁹ Alto do Matulão, Bálamo I, Bálamo II, Bálamo III, Barragem do Riacho dos Porcos, Casa de Pedro Marinho, Sítio Balança, Sítio Fazenda Ipê, Sítio Herculano, Sítio Imburana, Sítio José Vidal, Sítio Macapá, Sítio Matulão e Sítio Pacol.

⁶⁰ Bálamo II, Bálamo III, Sítio Fazenda Ipê, Sítio Imburana e Sítio Macapá.

Quadro 6: Detalhes (imagens) de partes de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Jati-CE

Sítio arqueológico	Visão de parte do contexto ambiental	Detalhe de artefato <i>in situ</i>	Artefatos
Alto do Matulão			Líticos
Bálsamo I			Líticos
Bálsamo II			Sem quaisquer artefatos
Bálsamo III			Sem quaisquer artefatos
Barragem do Riacho dos Porcos			Histórico
Casa de Pedro Marinho			Histórico

<p>Sítio Balança</p>			<p>Líticos Cerâmicas Histórico</p>
<p>Sítio Fazenda Ipê</p>			<p>Sem quaisquer artefatos</p>
<p>Sítio Herculano</p>			<p>Líticos</p>
<p>Sítio Imburana</p>			<p>Sem quaisquer artefatos</p>
<p>Sítio José Vidal</p>			<p>Histórico</p>
<p>Sítio Macapá</p>			<p>Sem quaisquer artefatos</p>
<p>Sítio Matulão</p>			<p>Histórico</p>



Fonte: Imagens (Daline Oliveira, 2020).

Do conjunto de 14 (quatorze) sítios arqueológicos pesquisados em campo (na superfície), 4 (quatro) deles apresentavam somente artefatos históricos (Barragem Riacho dos Porcos, Casa de Pedro Marinho, Sítio José Vidal e Sítio Matulão.); 4 (quatro) desses sítios apresentavam somente artefatos com características pré-coloniais (Alto do Matulão, Bálamo I, Sítio Herculano e Sítio Pacol); 1 (um) sítio arqueológico (Sítio Balança) apresentava artefatos com características pré-coloniais e do período histórico; 4 (quatro) sítios arqueológicos não apresentavam mais quaisquer tipos de artefatos (Bálamo II, Bálamo III, Sítio Fazenda Ipê, Sítio Imburana e Sítio Macapá). Levando-se em conta as informações constantes nas fichas do CNSA-IPHAN dos 4 (quatro) sítios arqueológicos com relação aos artefatos (tanto na superfície como na sub-superfície) onde não foi possível a pesquisa em campo (Acampamento dos Pescadores, Baixa do Jardim, Sítio Casa de Luís Vidal e Sítio Fazenda Jati), chega-se ao real quantitativo em termos de grupos:

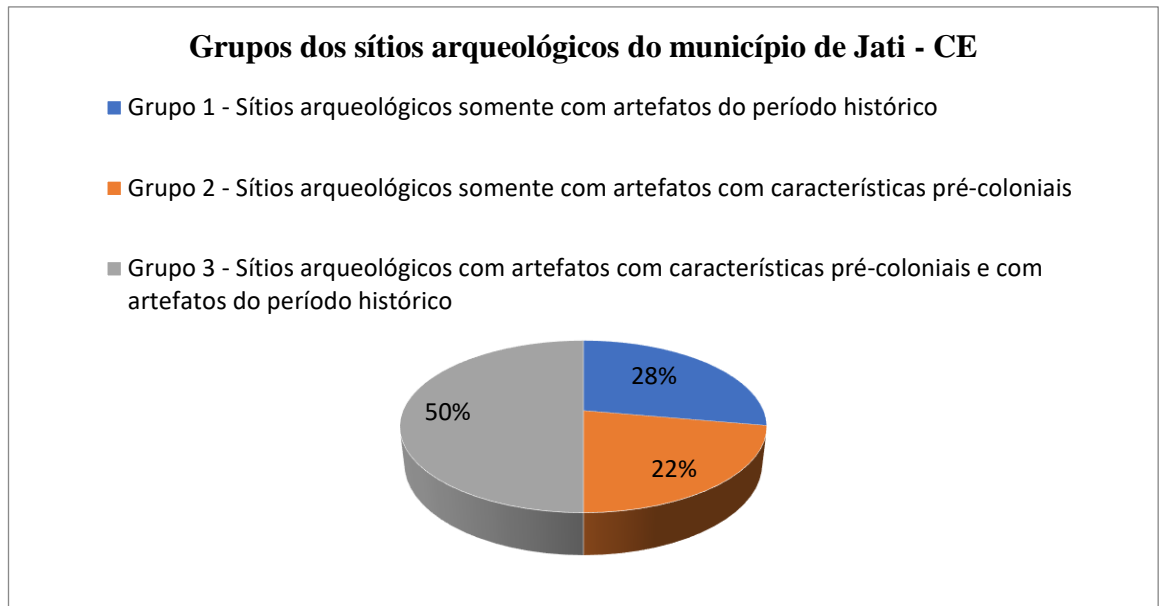
Grupo 1: Barragem do Riacho dos Porcos, Casa de Pedro Marinho, Sítio Casa de Luís Vidal, Sítio Imburana e Sítio Matulão;

Grupo 2: Alto do Matulão, Baixa do Jardim, Sítio Macapá e Sítio Pacol;

Grupo 3: Acampamento dos Pescadores, Bálamo I, Bálamo II, Bálamo III, Sítio Balança, Sítio Fazenda Jati, Sítio Fazenda Ipê, Sítio Herculano e Sítio José Vidal.

Em termos percentuais, foi possível observar a predominância do grupo de sítios arqueológicos com artefatos pré-coloniais e com artefatos históricos (50%), conforme o Gráfico 3:

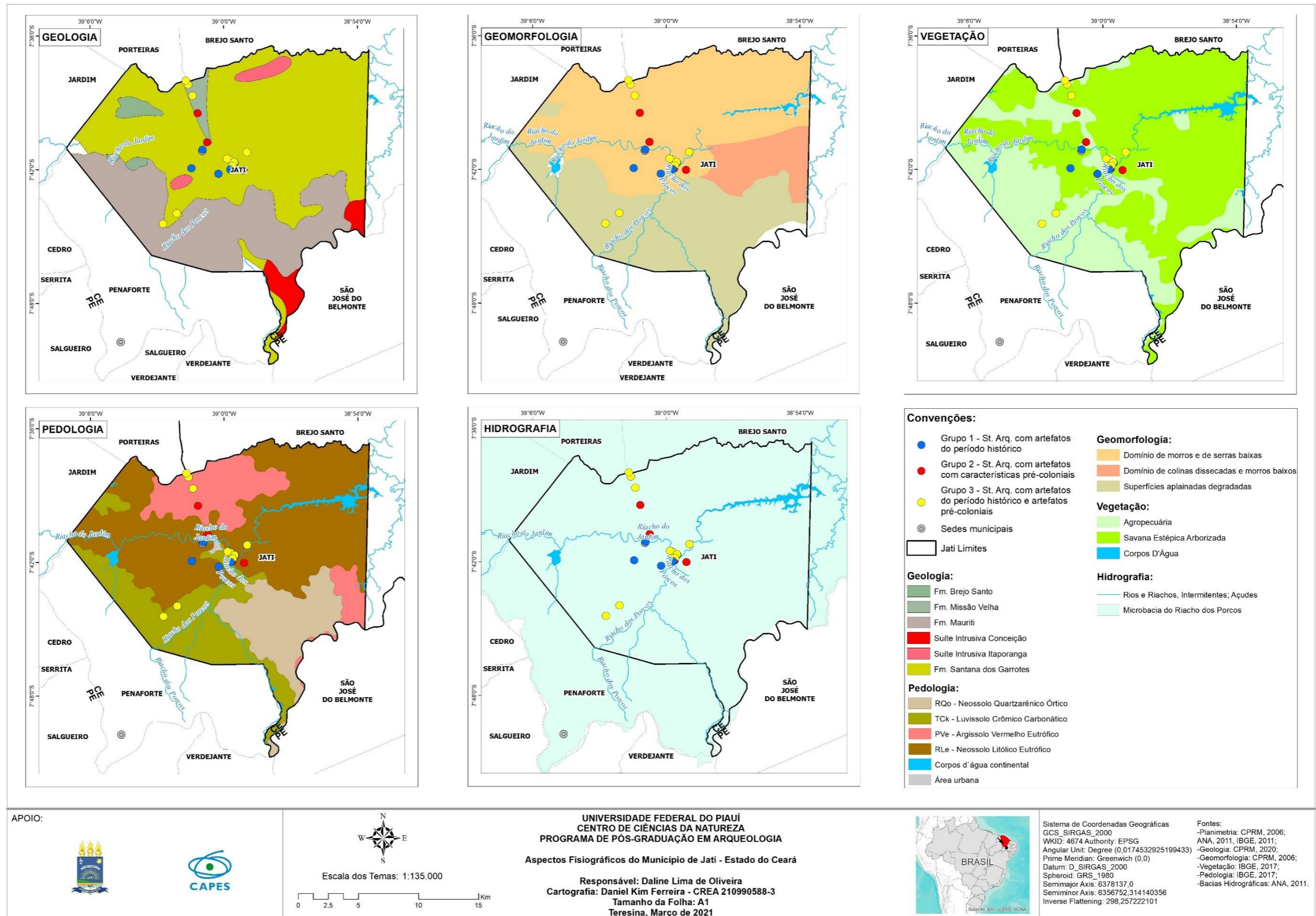
Gráfico 3 - Grupos dos sítios arqueológicos do município de Jati – CE



Fonte: (elaboração) Daline Oliveira, 2021

A partir desses dados, foi efetuada a plotagem dos referidos grupos de sítios arqueológicos na delimitação geográfica do atual município de Jati - CE, com o objetivo de observar a sua distribuição espacial, em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia (Figura 30).

Figura 30 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Jati em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia



Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

A partir da elaboração desses mapas temáticos dos contextos ambientais e a inserção dos grupos de sítios arqueológicos no município de Jati - CE, foi possível observar que:

a) no sentido geológico, os sítios arqueológicos dos grupos 2 e 3 estão situados em parte na Formação Missão Velha e em parte na Formação Santana dos Garrotes; já os sítios arqueológicos do grupo 1 estão todos situados na Formação Santana dos Garrotes;

b) quanto ao aspecto geomorfológico, os grupos de sítios arqueológicos (1, 2 e 3) estão situados em domínios de morros e de serras baixas, evidenciando a preferência dos grupos pretéritos por áreas em locais com cotas altimétricas mais elevadas; apenas dois sítios arqueológicos do Grupo 1 estão situados em superfície aplainadas degradadas;

c) em relação à vegetação contemporânea, os grupos de sítios arqueológicos (1, 2 e 3) geralmente estão situados em áreas com Savana Estépica Arborizada⁶¹; apenas dois sítios do Grupo 2 e dois sítios do Grupo 3 estão situados em áreas de agropecuária;

d) quanto à pedologia, dos Grupo 1, 2 e 3 estão situados predominantemente em Neossolos Litólicos Eutróficos. Três sítios do Grupo 3 e um sítio do Grupo 2 estão situados em Argissolos Vermelhos Eutróficos. Dois sítios do Grupo 3 estão situados em Luvisolos Crômicos Carbonáticos. Essa característica pedológica evidencia que as ocupações pretéritas, possivelmente, não estavam associadas diretamente à prática da agricultura⁶²;

e) na hidrografia foi possível observar que, de forma predominante, os grupos de sítios arqueológicos (1, 2 e 3) estão situados diretamente às margens ou nas proximidades da microbacia do Riacho dos Porcos e do Riacho do Jardim.

A partir do conjunto dessas observações nos mapas temáticos ambientais com a inserção espacial dos grupos de sítios arqueológicos no município de Jati - CE, é possível sintetizar que, predominantemente, esses grupos estão situados em locais com Formação Santana dos Garrotes, ocupações pretéritas em cotas altimétricas mais elevadas (morros e serras baixas), áreas vegetacionais de Savana Estépica Arborizada, em solos tipo Neossolos Litólicos Eutróficos e em áreas às margens de cursos de água (riachos).

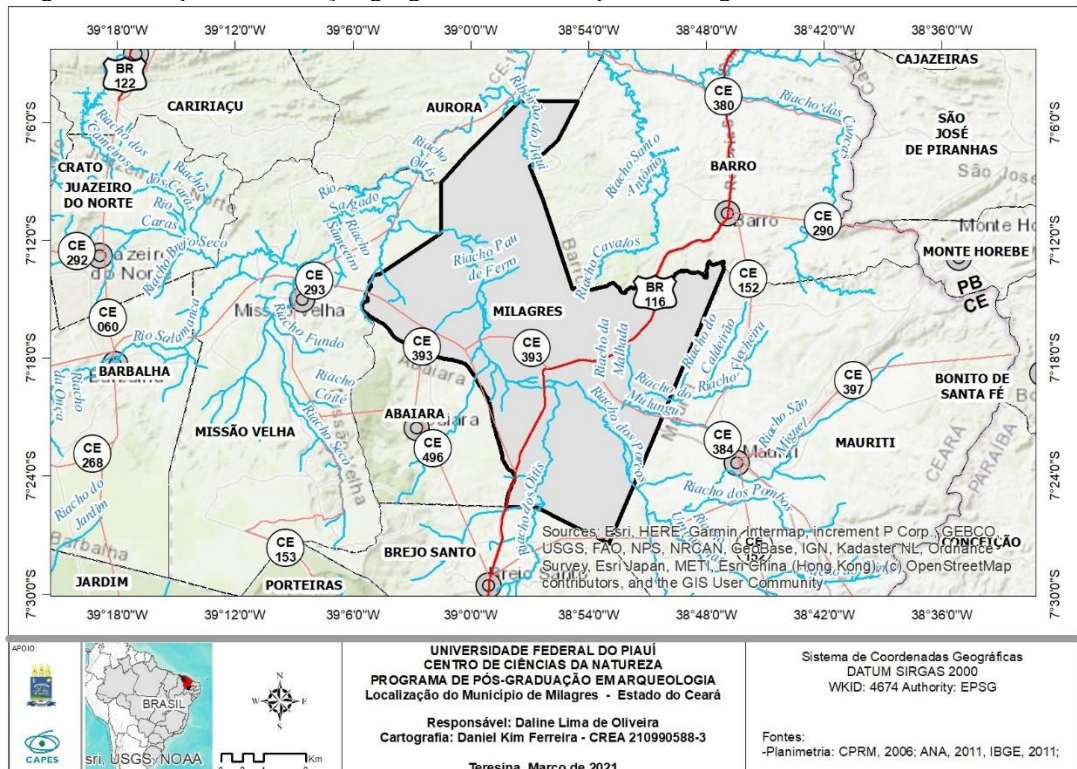
⁶¹ O tipo de vegetação ou classe de vegetação predominante no ‘sertão árido nordestino’ é a Savana-estépica, que comporta quatro subgrupos de formações: Savana-estépica Florestada, Savana-estépica Arborizada, Savana-estépica Parque e Savana-estépica Gramíneo-lenhosa. A **savana estépica arborizada** é caracterizada por micro e/ou nanofanerófitos, com média inferior a 5 m, com grossos troncos e esgalhamento bastante ramificado, em geral provido de espinhos e/ou acúleos, com total deciduidade na época desfavorável. (IBGE, 1992).

⁶² “Os Neossolos Litólicos são solos com contato lítico dentro de 50 cm e estão normalmente associados aos afloramentos de rochas, com seqüência de horizontes A-C-R, A-R, conforme definido pelo SiBCS (EMBRAPA, 2006). Devido a este fato áreas com ocorrência desses solos apresentam restrições à ocupação antrópica, estando geralmente relacionados aos basaltos e arenitos.” (ALHO; JÚNIOR, J; CAMPOS, 2007, p. 118).

5.3.4 Município de Milagres – CE

O município de Milagres está situado na microrregião Brejo Santo (Figura 31), e possui área de 546,64 km², fazendo divisa com os municípios de Barro e Aurora (norte), Abaiara e Brejo Santo (sul), Mauriti e Barro (leste) e Missão Velha e Abaiara (oeste). Apresenta pluviosidade anual média de 938,8. (IPECE-CE, 2013).

Figura 31 - Mapa de localização geográfica do município de Milagres - CE








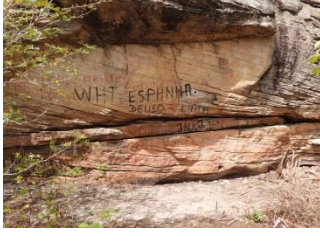






Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

Após o levantamento bibliográfico foram identificadas informações sobre 11 (onze) sítios arqueológicos no município (Apêndice 4). Foi possível efetuar a pesquisa de campo em 7 (sete) desses sítios arqueológicos (Café da Linha, Casa de Farinhada, Corredor de Baixo, Capim, Capim II, Letreiro Encantado e Sítio Nazaré SNA).

No Quadro 7 podem ser observados detalhes de parte dos contextos ambientais desses sítios, assim como imagens e alguns artefatos identificados na superfície.

Quadro 7 - Detalhes (imagens) de partes de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Milagres-CE.

Sítio arqueológico	Visão de parte do contexto ambiental	Detalhe de artefato <i>in situ</i>	Artefatos
Café da Linha			Sem quaisquer artefatos
Casa de Farinhada			Histórico
Corredor de Baixo			Histórico
Capim			Arte rupestre
Capim 2			Cerâmica
Letreiro			Arte rupestre

Encantado ⁶³			
Sítio Nazaré SNA			Arte rupestre

Fonte: Imagens (Daline Oliveira, 2020).

Do conjunto de 7 (sete) sítios arqueológicos pesquisados em campo, 2 (dois) deles apresentavam somente artefatos históricos (Casa de Farinhada e Corredor de Baixo); 1 (um) sítio arqueológico apresentava somente artefatos com características pré-coloniais (Capim II); 3 (três) desses sítios apresentavam artefatos de arte rupestre (Capim, Letreiro Encantado e Sítio Nazaré SNA); 1 (um) sítio arqueológico não apresentava mais quaisquer artefatos (Café da Linha).

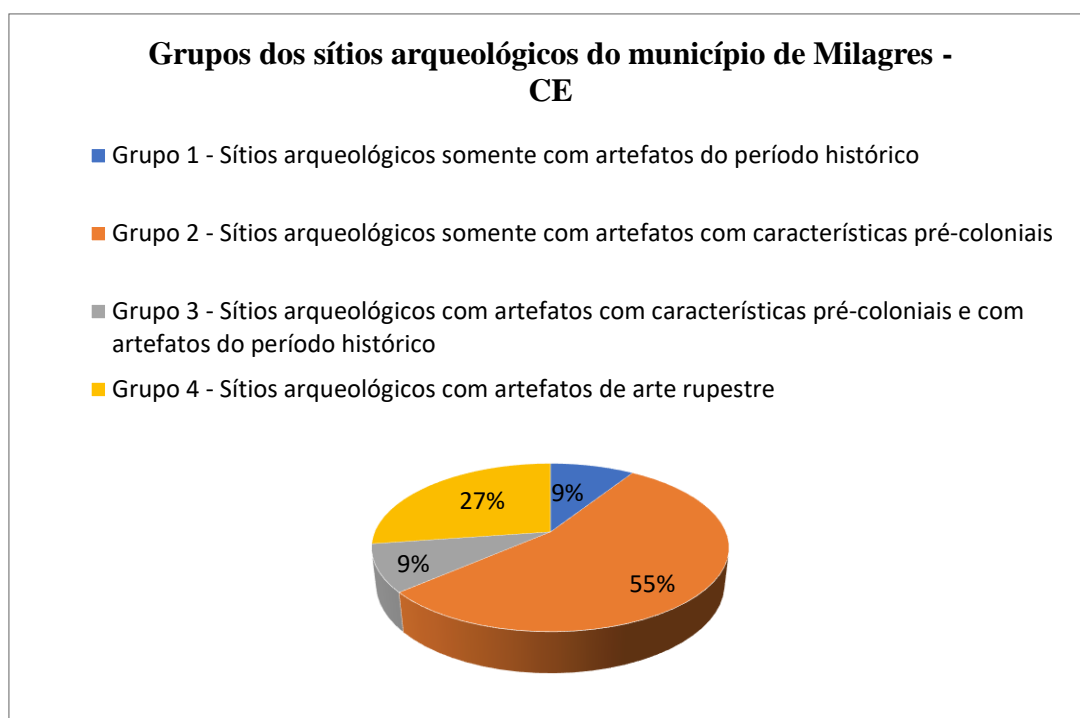
Levando-se em conta as informações constantes nas fichas do CNSA-IPHAN dos 4 (quatro) sítios arqueológicos com relação aos artefatos (tanto na superfície como na sub-superfície) onde não foi possível efetuar a pesquisa de campo (Calumbi, Oficina Lítica de Milagres I, Riacho Seco e Sítio Olho d'água da Igreja II), chega-se ao real quantitativo em termos de grupos:

- a) Grupo 1: Casa de Farinhada;
- b) Grupo 2: Calumbi, Café da Linha, Capim II, Oficina Lítica de Milagres I, Riacho Seco e Sítio Olho d'água da Igreja II ;
- c) Grupo 3: Corredor de Baixo;
- d) Grupo 4: Capim, Letreiro Encantado e Sítio Nazaré SNA.

Em termos percentuais, foi possível observar a predominância do grupo de sítios arqueológicos com artefatos pré-coloniais e com artefatos históricos (55%), conforme Gráfico 4:

⁶³Durante a visita ao sítio Letreiro Encantado (conhecido popularmente na área como 'Sítio Estrela'), foi possível **encontrar outro setor** (conhecido como 'sítio da carruagem') nas proximidades (coordenadas geográficas 24M 503659 E 9192610 N), com a presença de arte rupestre.

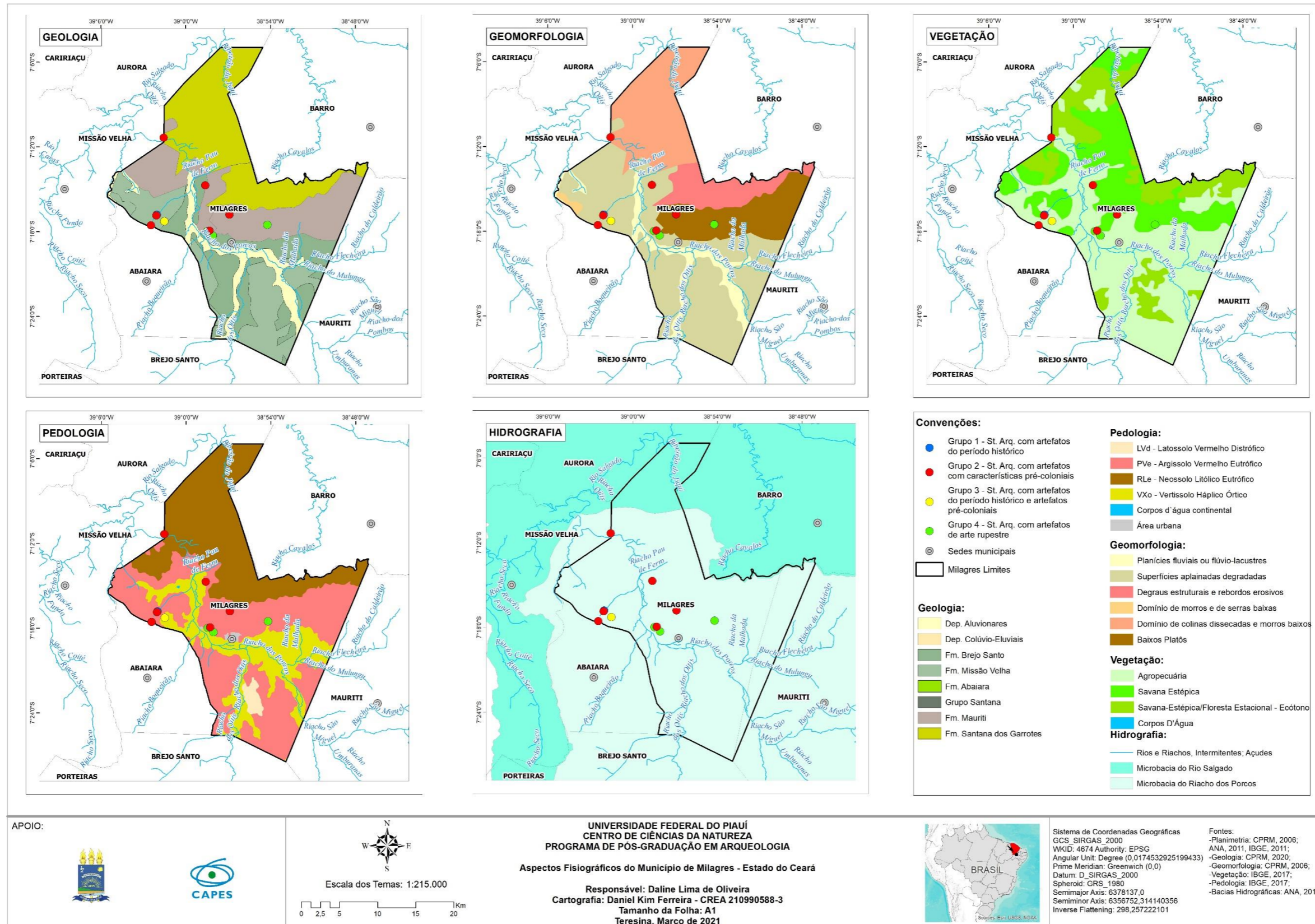
Gráfico 4 - Grupos dos sítios arqueológicos do município de Milagres – CE



Fonte: (elaboração) Daline Oliveira, 2021

A partir desses dados, foi efetuada a plotagem dos grupos de sítios arqueológicos na delimitação geográfica do atual município de Milagres - CE, com o objetivo de observar a sua distribuição espacial, em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia (Figura 32).

Figura 32 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Milagres em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia



Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

A partir da elaboração desses mapas temáticos dos contextos ambientais e a inserção dos grupos de sítios arqueológicos no município de Milagres - CE , foi possível observar que:

a) no sentido geológico, a maioria dos sítios arqueológicos dos grupos 2 e 4 estão situados na Formação Mauriti⁶⁴; dois sítios arqueológicos do Grupo 2 estão situados na Formação Missão Velha e um sítio na Formação Santana dos Garrotes; um sítio arqueológico do Grupo 3 está situado na Formação Brejo Santo. A existência de arenitos silicificados da Formação Mauriti e da Formação Missão Velha indica a presença de fontes de matérias-primas para lascamentos antrópicos possíveis que tenham sido feitos por grupos humanos pretéritos;

b) quanto ao aspecto geomorfológico, a maioria dos sítios arqueológicos dos grupos 2 e 4, assim como um sítio do Grupo 2, está situada em superfícies aplainadas degradadas; um sítio do Grupo 2 e um sítio do Grupo 4 estão situados em áreas de baixo platô; somente um sítio arqueológico do Grupo 2 está situado em domínios de colinas dissecadas e morros baixos; essas informações evidenciam a preferência dos grupos pretéritos por áreas em locais com cotas altimétricas menos elevadas;

c) no tocante à vegetação contemporânea, praticamente todos os grupos de sítios arqueológicos (2, 3 e 4) estão situados em áreas de agropecuária, com exceção de um sítio arqueológico do Grupo 4, que está situado em área de Savana Estépica;

d) quanto à pedologia, a maioria dos sítios dos grupos 2 e 4 estão situados em Argissolos Vermelhos Eutróficos; um sítio arqueológico do Grupo 3 está situado em Vertissolo Háplico Órtico e um sítio arqueológico em Neossolo Litólico Eutrófico. O tipo Argissolos Vermelhos Eutróficos geralmente apresentam boa capacidade de armazenamento de água e efluentes, quando em relevo plano a suave ondulado;

e) na hidrografia foi possível observar que, de forma predominante, os grupos de sítios arqueológicos (2, 3 e 4) estão situados diretamente às margens ou proximidades da microbacia do Riacho dos Porcos e do Riacho Pau de Ferro (que desaguam no Rio Salgado); apenas um sítio arqueológico do Grupo 2 e um sítio arqueológico do Grupo 4 estão situados em áreas um pouco mais afastadas das margens desses riachos.

A partir do conjunto dessas observações nos mapas temáticos ambientais com a inserção espacial dos grupos de sítios arqueológicos no município de Milagres - CE, pode-se sintetizar que, predominantemente, esses grupos estão situados em locais com Formação Santana dos

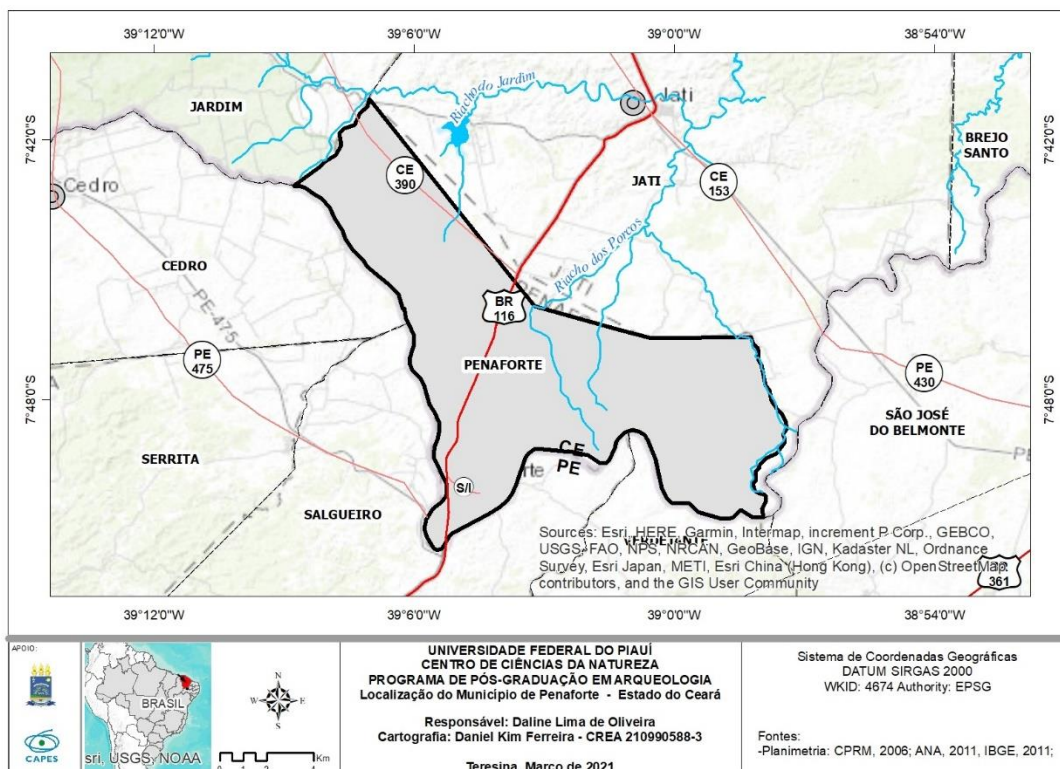
⁶⁴ “A Formação Mauriti é constituída por arenitos médios a grossos, com grãos angulares a subangulares, de coloração amarelada ou acinzentada, por vezes silicificados e fraturados [...] Ocorrem também níveis conglomeráticos exibindo uma arquitetura de fácies de preenchimento de canal e níveis lamosos.” (SILVA, 2019, p. 32-33).

Garrotes, ocupações pretéritas em cotas altimétricas mais elevadas (morros e serras baixas), áreas vegetacionais de Savana Estépica Arborizada, em solos tipo Neossolos Litólicos Eutróficos e em áreas as margens de cursos de água (riachos).

5.3.5 – Município de Penaforte – CE

O município de Penaforte está situado na microrregião Brejo Santo (Figura 33), possui área de 190,42 km² e faz divisa com os municípios de Jati e Jardim (norte), estado de Pernambuco (sul), Jati (leste) e Jardim e estado de Pernambuco (oeste). Apresenta pluviosidade anual média de 668,6. (IPECE-CE, 2005).

Figura 33 - Mapa de localização geográfica do município de Penaforte - CE









Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

Após o levantamento bibliográfico foi possível identificar informações sobre 3 (três) sítios arqueológicos no município (Apêndice 5).

Foi possível efetuar a pesquisa de campo nos três sítios arqueológicos (Antonio Miguel, Lagoa Preta e Seo Joza Tozinho Leite) onde foi observada a existência de artefatos em 2 (dois) desses sítios (Antonio Miguel e Seo Joza Tozinho Leite) e a inexistência de quaisquer tipos de artefatos em 1 (um) deles (Lagoa Preta).

No Quadro 8 podem ser observados detalhes de parte dos contextos ambientais desses sítios, assim como imagens de alguns artefatos identificados.

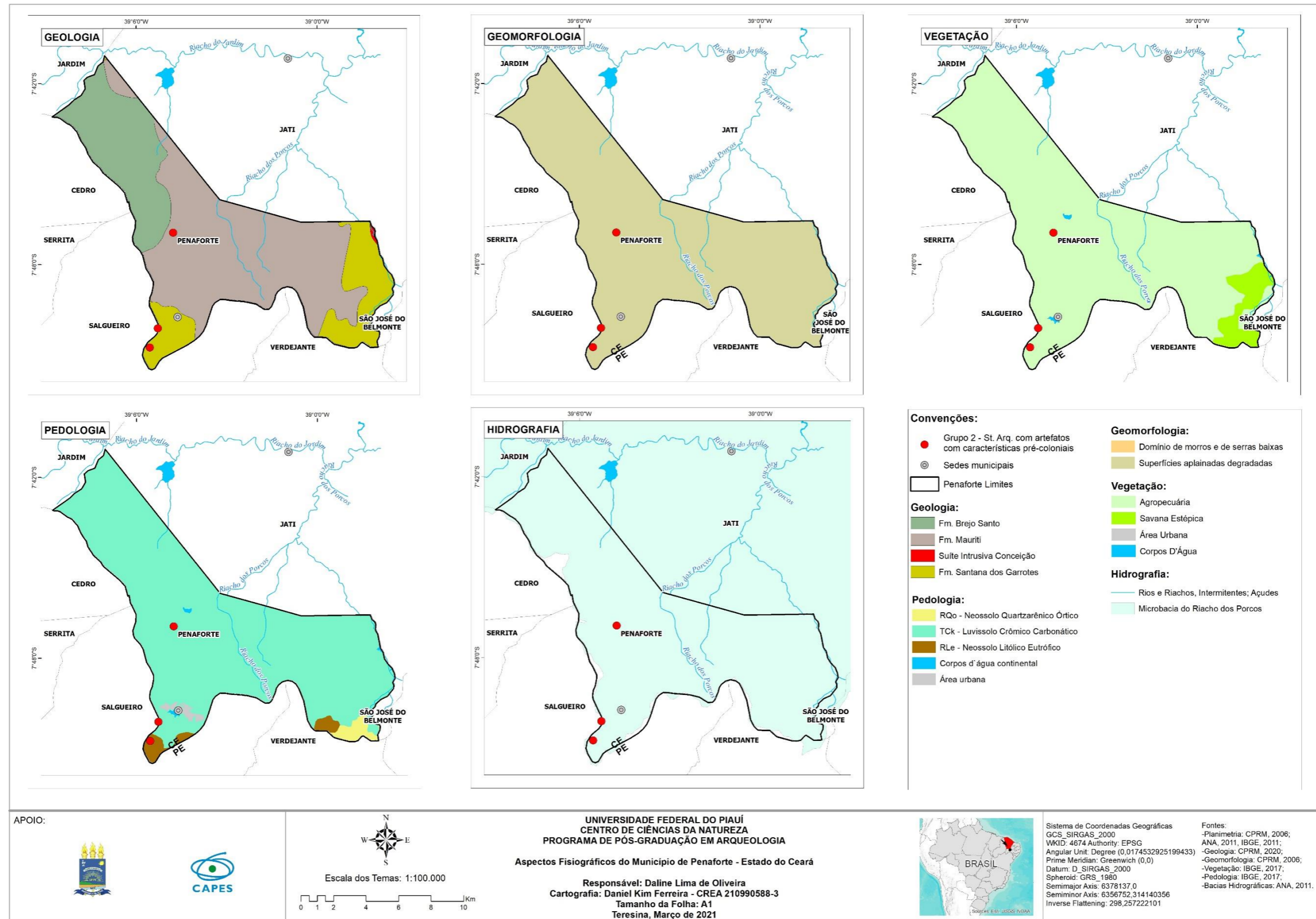
Quadro 8 - Detalhes (imagens) de contextos ambientais e artefatos observados nos sítios arqueológicos pesquisados no município de Penaforte-CE

Sítio arqueológico	Visão de parte do contexto ambiental	Detalhe de artefato <i>in situ</i>	Artefatos
Antonio Miguel			Líticos
Lagoa Preta			Sem quaisquer artefatos
Seo Joza Tozinho Leite			Líticos

Fonte: Imagens (Daline Oliveira, 2020).

Do conjunto de 3 (três) sítios arqueológicos pesquisados em campo, 2 (dois) apresentavam somente artefatos com características pré-coloniais (Antonio Miguel e Seo Joza Tozinho Leite) e 1 (um) sítio arqueológico não apresentava mais quaisquer artefatos (Lagoa Preta). Levando-se em conta as informações constantes nas fichas do CNSA, todos os sítios arqueológicos apresentavam somente artefatos com características pré-coloniais (Grupo 2). A partir dos dados apresentados, foi efetuada a plotagem desse grupo de sítios arqueológicos na delimitação geográfica do atual município de Penaforte - CE, visando a observar a sua distribuição espacial, em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia (Figura 34).

Figura 34 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município de Penaforte em relação à geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia



Fonte: Responsável Daline Lima (elaboração Daniel Kim – 2021)

A partir da elaboração desses mapas temáticos dos contextos ambientais e a inserção do único grupo (2) de sítios arqueológicos identificados no município de Penaforte - CE, foi possível observar que:

a) no sentido geológico, dois sítios arqueológicos do Grupo 2 estão situados na Formação Santana dos Garrotes e um sítio arqueológico está situado na Formação Mauriti; a existência de arenitos silicificados da Formação Mauriti indica a presença de fontes de matérias primas para possíveis lascamentos antrópicos que tenham sido feitos por grupos humanos pretéritos;

b) no aspecto geomorfológico, todos os sítios arqueológicos do Grupo 2 estão situados em superfícies aplainadas degradadas; essas informações evidenciam uma preferência pelos grupos pretéritos por áreas em locais com cotas altimétricas menos elevadas;

c) no tocante à vegetação contemporânea, todos os sítios arqueológicos do Grupo 2 estão situados em áreas de agropecuária;

d) quanto à pedologia, dois sítios arqueológicos do Grupo 2 estão situados em Luvisolos Crômicos Carbonáticos⁶⁵ e um sítio arqueológico está situado em Neossolo Litólico Eutrófico; os Luvisolos desenvolvem-se, “principalmente, a partir de gnaisses e micaxistos, com ou sem contribuição de materiais transportados, podendo também ser formados a partir de outras rochas, como filitos, folhelhos, siltitos, calcários e sedimentos argiloarenosos.” (OLIVEIRA et al., 2009, p. 1334);

e) no mapa hidrográfico foi possível observar que todos os sítios arqueológicos do Grupo 2 estão visualmente mais afastados, no sentido espacial, das margens do Riacho dos Porcos.

A partir do conjunto das observações nesses mapas temáticos ambientais de sítios arqueológicos no município de Penaforte - CE, foi possível observar que os sítios arqueológicos estão situados, predominantemente, em locais com a Formação Santana dos Garrotes, ocupações pretéritas em cotas altimétricas menos elevadas (superfície aplainadas degradadas), áreas vegetacionais de agropecuária, em solos tipo Luvisolos Crômicos Carbonáticos e em áreas mais afastadas das margens de cursos de água (riachos).

⁶⁵ Luvisolos: “Compreende solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B textural com argila de atividade alta e saturação de bases elevada, imediatamente abaixo do horizonte A ou horizonte E. Apresentam diversos horizontes superficiais, exceto A chernozêmico e horizonte hístico.” – Luvisolos Crômicos: “solos com caráter crômico na maior parte do horizonte B”. Luvisolo Crômico Carbonático: “Presença de carbonato de cálcio.” (JAKOMINE, 2009, p. 169-172).

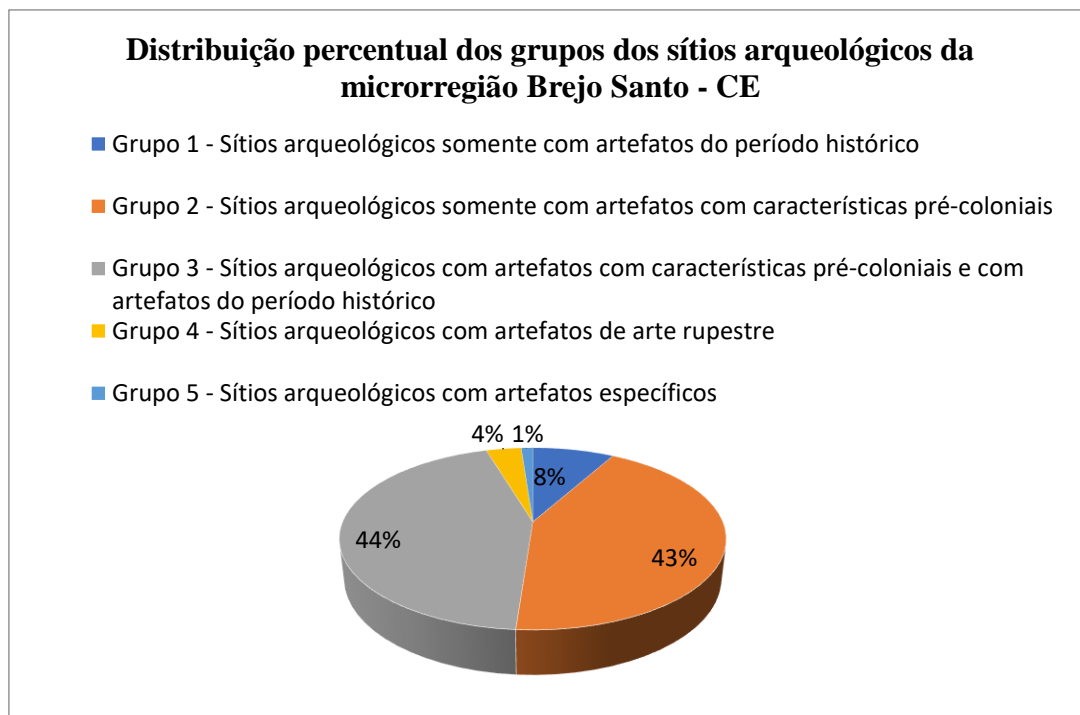
5.4 A modelação possível da carta arqueológica da microrregião Brejo Santo em 2021

A partir das informações obtidas nas fichas do CNSA, nos relatórios técnicos da arqueologia preventiva existentes no IPHAN, dos levantamentos fotográficos realizados em campo, assim como da interpretação dos dados dos mapas contextuais evidenciando os grupos de sítios arqueológicos dos cinco municípios da microrregião Brejo Santo e as suas inserções no meio ambiente (geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrográfico), foi possível obter as seguintes constatações:

- a) foi possível identificar o total de 86 (oitenta e seis) sítios arqueológicos na microrregião Brejo Santo, com a seguinte distribuição quantitativa em termos de grupos:
 - Grupo 1 – 7 (sete) sítios arqueológicos do Grupo 1 (apresentando somente artefatos do período histórico);
 - Grupo 2 - 38 (trinta e sete) sítios arqueológicos do Grupo 2 (apresentando somente artefatos com características pré-coloniais);
 - Grupo 3 - 37 (trinta e oito) sítios arqueológicos do Grupo 3 (apresentando artefatos com características pré-coloniais e também artefatos do período histórico);
 - Grupo 4 - 3 (três) sítios arqueológicos do Grupo 4 (arte rupestre);
 - Grupo 5 - 1 (um) sítio arqueológico do Grupo 5 (com artefatos específicos).

A leitura desses dados quantitativos, em termos percentuais (Gráfico 5), indica a igualdade de sítios arqueológicos do Grupo 3 (com 44,18%) e do Grupo 2 (com 43,02%), o que pode levantar a possibilidade de ocupações diacrônicas de mesmas áreas espaciais por grupos humanos pretéritos, possivelmente em períodos cronológicos diferentes, haja vista que 75 (setenta e cinco) desses sítios possuem artefatos com características pré-coloniais, sendo 37 (trinta e sete) deles de forma exclusiva. Foi possível observar nesses dados que 42 (quarenta e dois) sítios arqueológicos possuem artefatos do período histórico, 7 (sete) deles de forma exclusiva.

Gráfico 5 - Distribuição percentual dos grupos dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo – CE



Fonte: Daline Lima, 2021.

Averiguamos agora a síntese dos resultados da distribuição espacial desses grupos de sítios arqueológicos com a elaboração dos mapas ambientais municipais da microrregião Brejo Santo através das variáveis da geologia, geomorfologia, vegetação, pedologia e hidrografia, e foi possível chegar às seguintes constatações:

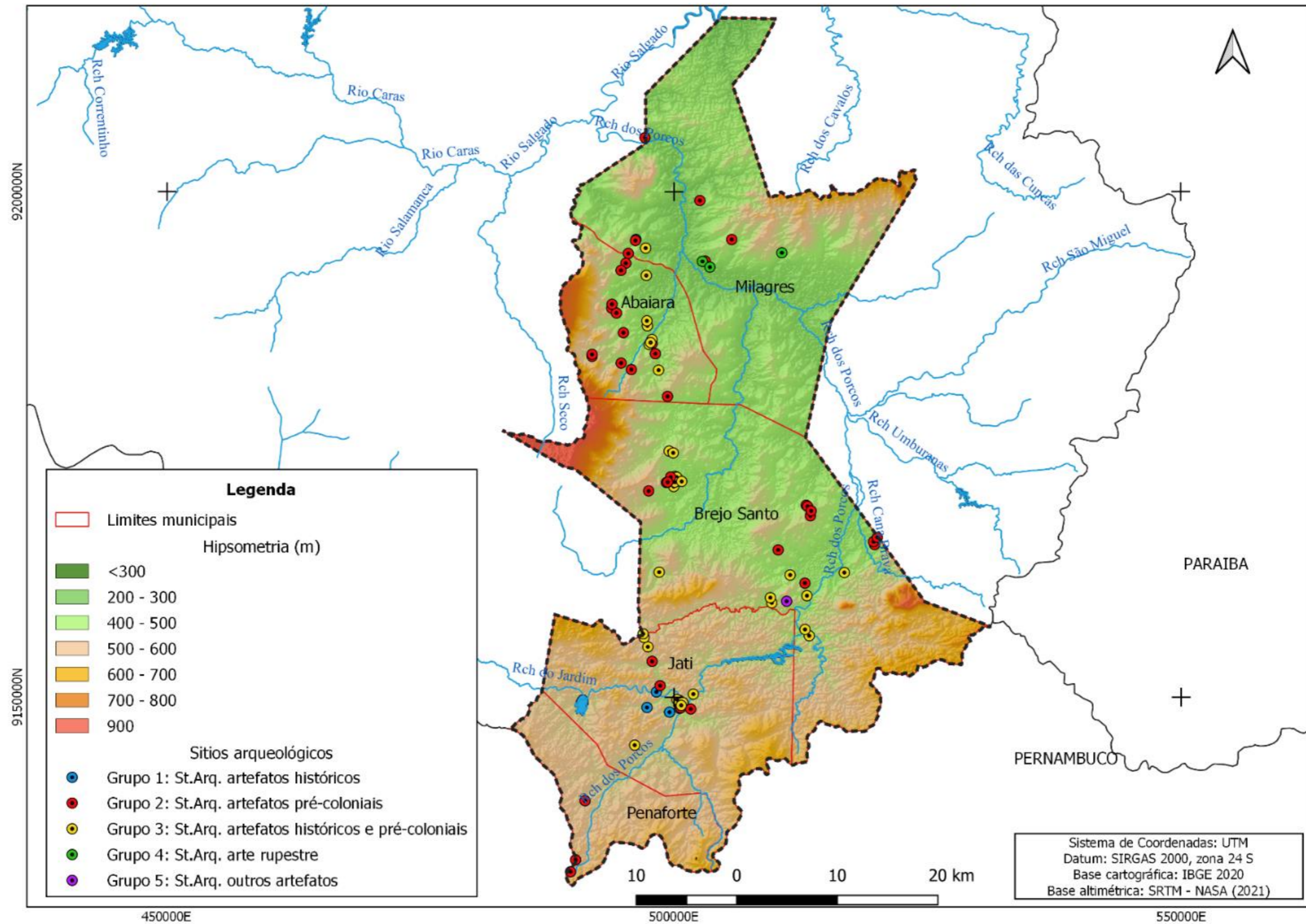
- a) no sentido geológico, existe a predominância de localização de sítios arqueológicos na Formação Missão Velha, Brejo Santo e na Formação Santana dos Garrotes; e, em menor número, nos sítios arqueológicos situados na Formação Mauriti;
- b) no sentido geomorfológico, os sítios arqueológicos aparecem predominantemente em domínios de morros e de serras baixas ou em superfícies aplainadas degradadas;
- c) no tocante à vegetação, a predominância de localização de sítios arqueológicos ocorre em áreas de atividades agropecuárias (predominância) ou em Savana Estépica;
- d) quanto à pedologia, a predominância de localização de sítios arqueológicos é de Argissolos Vermelhos Eutróficos e Latossolos Vermelhos Distróficos; aparecem em menor número, os sítios arqueológicos situados em Neossolos Litólicos Eutróficos e Luvisolos Crômicos Carbonáticos;
- e) no aspecto hidrográfico existe a predominância de sítios arqueológicos em margens ou nas proximidades de riachos locais.

Tendo em vista as dificuldades de identificação espacial de possíveis fontes de matérias-primas rochosas (geologia) oriundas da Formação Missão Velha (onde aparecem arenitos silicificados), assim como da utilização de solos pelos grupos pretéritos para fins agrícolas (a variável da vegetação poderia não ser exatamente a mesma quando das ocupações humanas pretéritas), a pesquisa optou por elaborar a carta arqueológica com a inserção somente dos sítios arqueológicos na microrregião Brejo Santo, a partir das variáveis da geomorfologia (relevo) e da hidrografia (Figura 35).

Outro fator a ser focado (mencionado anteriormente nesta dissertação) é a importância da realização das obras públicas da Ferrovia Transnordestina (trecho Salgueiro-PE a Missão Velha-CE) e da Transposição do Rio São Francisco (passando pelos municípios de Penaforte, Jati e Brejo Santo, na microrregião Brejo Santo), cujos estudos ambientais e culturais preliminares exigidos pela legislação, contribuíram para a localização e identificação dos sítios arqueológicos nos municípios da microrregião Brejo Santo, com dimensões variáveis, tanto na área direta, como na área indireta dessas obras.

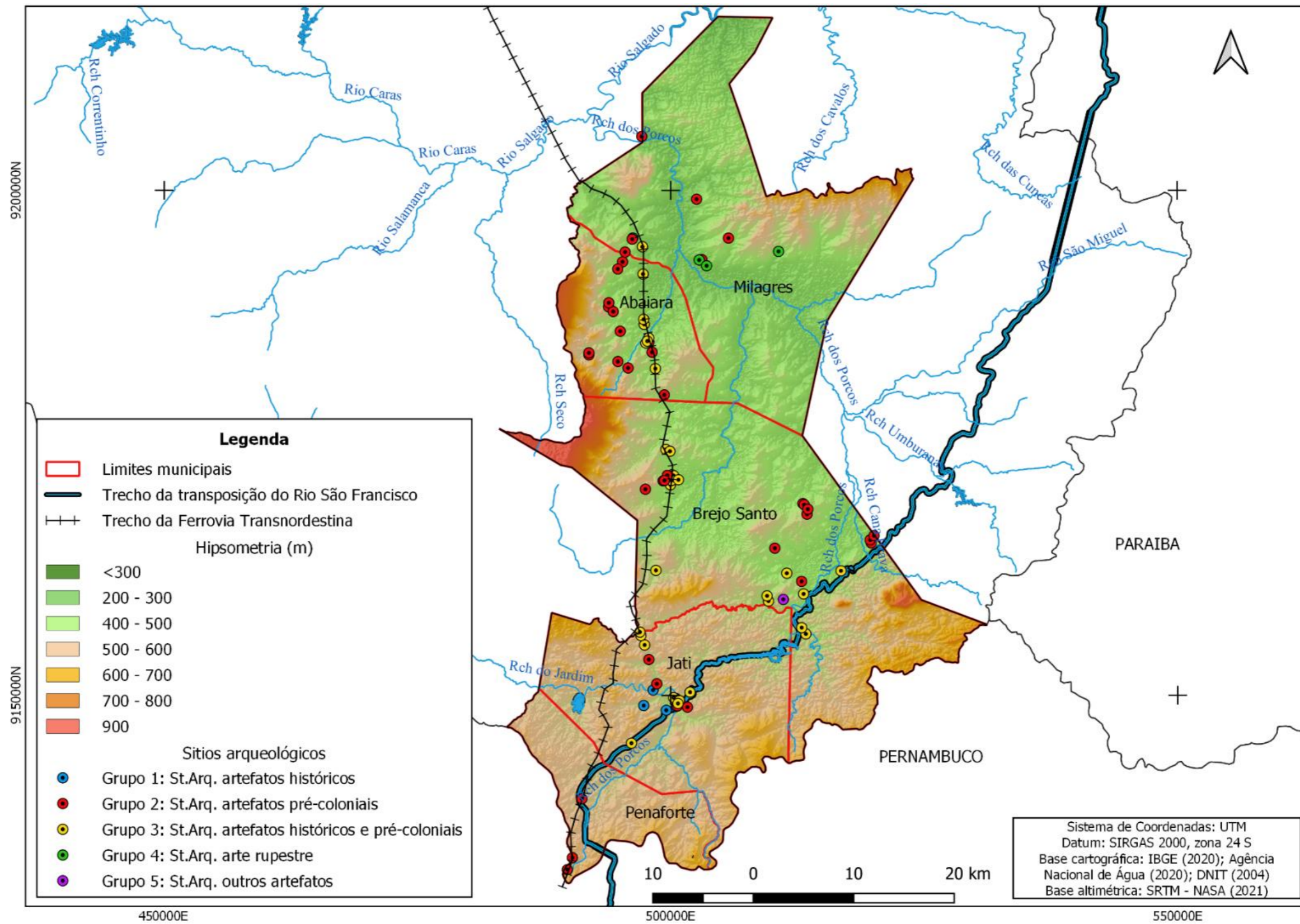
Para se ter ideia da importância desses estudos preliminares para a localização do patrimônio arqueológico, com a realização de prospecções arqueológicas a partir do ano de 2006 (assim como de atividades de monitoramento e resgates nos anos posteriores), foi identificado um total de 70 (setenta) sítios arqueológicos, sendo 41 (quarenta e um) deles pela obra da Ferrovia Transnordestina e 30 em razão da obra da Transposição do Rio São Francisco. Esse total (71 sítios arqueológicos) representa, em termos percentuais, 82,5% do total do conjunto (86 sítios arqueológicos) desta pesquisa. 15 sítios arqueológicos desse conjunto foram identificados durante outros trabalhos de arqueologia de contrato e/ou trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, esta pesquisa reforça a ideia de que a carta arqueológica possível da microrregião Brejo Santo ora levantada neste trabalho até 2021, reflete predominantemente a espacialidade desse conjunto de grupos de sítios arqueológicos, com a proximidade específica (áreas direta e indireta) das obras públicas retromencionadas (Figura 36). É provável que levantamentos arqueológicos em anos posteriores venham a ampliar significativamente o número de sítios arqueológicos na microrregião Brejo Santo.

Figura 35 - Carta arqueológica da microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

Figura 36 - Carta arqueológica da microrregião Brejo Santo com a inserção dos delineamentos das obras públicas da Ferrovia Transnordestina e Transposição do Rio São Francisco nessa microrregião, estado do Ceará, Brasil



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

5.5 Modelações etno-históricas sobre a ocupação indígena entre os séculos XVIII e XIX na microrregião Brejo Santo no sul do Ceará

A partir de informações obtidas em fontes primárias e secundárias atinentes ao sul do Ceará, foi possível elaborar cartas etno-históricas relacionadas à presença indígena nos séculos XVIII a XIX, mencionando-se os possíveis espaços territoriais que teriam sido ocupados por grupos indígenas no período colonial e imperial na área direta (microrregião Brejo Santo) e indireta da pesquisa (abrangendo também outras áreas do sul do Ceará).

As recorrências mais frequentes de ocupações pelos grupos indígenas apontam para áreas próximas aos cursos de água da bacia hidrográfica do Rio Salgado e alguns de seus principais tributários, entre os quais podem ser citados, o Riacho dos Porcos, o Riacho Cariú e o Riacho Jucá, ou seja, sempre o mais próximo possível de fontes de água.⁶⁶ Isso não significa necessariamente um determinismo geográfico, haja vista que deve se levar em conta a variável do nomadismo, que, por vezes, vários desses grupos indígenas adotavam na busca pela sobrevivência diária através das coleta, da pesca e da caça, além de que, não existem dados suficientes para estabelecer cronologias confiáveis de ocupações temporárias ou permanentes desses grupos nos referidos espaços.

5.5.1 Na microrregião Brejo Santo-CE

Dados bibliográficos evidenciam que na microrregião Brejo Santo os grupos indígenas Chocó (Xocós) e Quipapau (Quipapá ou Quipapaz) teriam ocupado, sazonalmente, o percurso do Riacho dos Porcos⁶⁷ (Quimami), que atravessa parte dos municípios de Penaforte, Brejo Santo (conhecido como 'Rio Jardim'), Jati, e Milagres (quando chega ao distrito de

⁶⁶ Essas escolhas preferenciais desses espaços próximos a presença de curso de água também ocorreria com a chegada dos imigrantes não indígenas que começam a chegar na região a partir do final do século XVII e início do século XVIII: "Pela relação das primeiras concessões de datas de sesmarias efetuadas na região, não há nenhum caso em que não se faça referência a um ou mais cursos d'água, a uma lagoa, cabeceiras, etc. Assim é que são frequentes as referências "no riacho Quimani (dos Porcos)", "no lugar que faz barra com o Salgado", "para cima do Brejo do Barbosa", "no ôlho d'água da Cana Brava", "no riacho dos Carás, confrontando com o Brejo Séco", "na lagoa Cachié, procurando as cabeceiras do Rio Salgado", "no riacho que faz barra na Cachoeira", "nas nascenças do Riacho dos Porcos", "até as cabeceiras do riacho das Emburanas", e assim por diante. Está claro que a referência aos cursos d'água era uma necessidade para o problema da delimitação das sesmarias e que em todas elas a água era de primordial importância para qualquer iniciativa no sentido de utilizar o solo." (PETRONE, 1955, p. 8).

⁶⁷ "É situada numa quebrada da serra do Araripe, que a cerca, e banhada por uma corrente perene formada das do Crautã e Pintos, que reúnem-se, perto da cidade, com as do Sombra e Cafundó, regando varzeas distantes della 18 kilometros e recebem outros afluentes, como o Bom Successo, S. Domingos e o Sacco, que corre até *Porteiras*. E da reunião de todas essas pequenas correntes, que abrem caminho da encosta da serra Araripe, que se forma a parte principal do Riacho dos Porcos." (CAVALCANTI, 1888, p. 192).

Podimirim), até desaguar no Rio Salgado, no distrito de Ingazeiras, entre os municípios de Missão Velha e Aurora. (ALVES, 1945).

Em relação aos Chocó (Xocó), Theberg (1864, p. 81) os descreve como “da raça Tapuia, que vagavam no vale do Riacho dos Porcos, e no pé da serra do Araripe”; já quanto aos Quipipaus⁶⁸, Theberg faz menção como uma “tribo feroz que também frequentava as mesmas paragens [Riacho dos Porcos].” (THEBERG, 1864, p. 81); por sua vez, Xavier (2015) faz alusão aos Chocó na Comarca do Jardim (atual município de Jardim e onde se encontra a principal nascente do Riacho dos Porcos), enquanto Oliveira (2017) reforça a presença de índios Chocó (Xocó) no século XIX, no espaço geográfico do então Termo de Milagres (vinculado à Comarca de Jardim na época) :

Em 1839, discursando na Assembleia provincial, João Antônio de Miranda os apontou como espécie rara no Ceará, defendendo que na província existia apenas uma “única tribu” (**os Chocós**, habitando nos limites territoriais da Vila do Jardim, região do Cariri). (XAVIER, 2015, p. 148, grifo nosso).

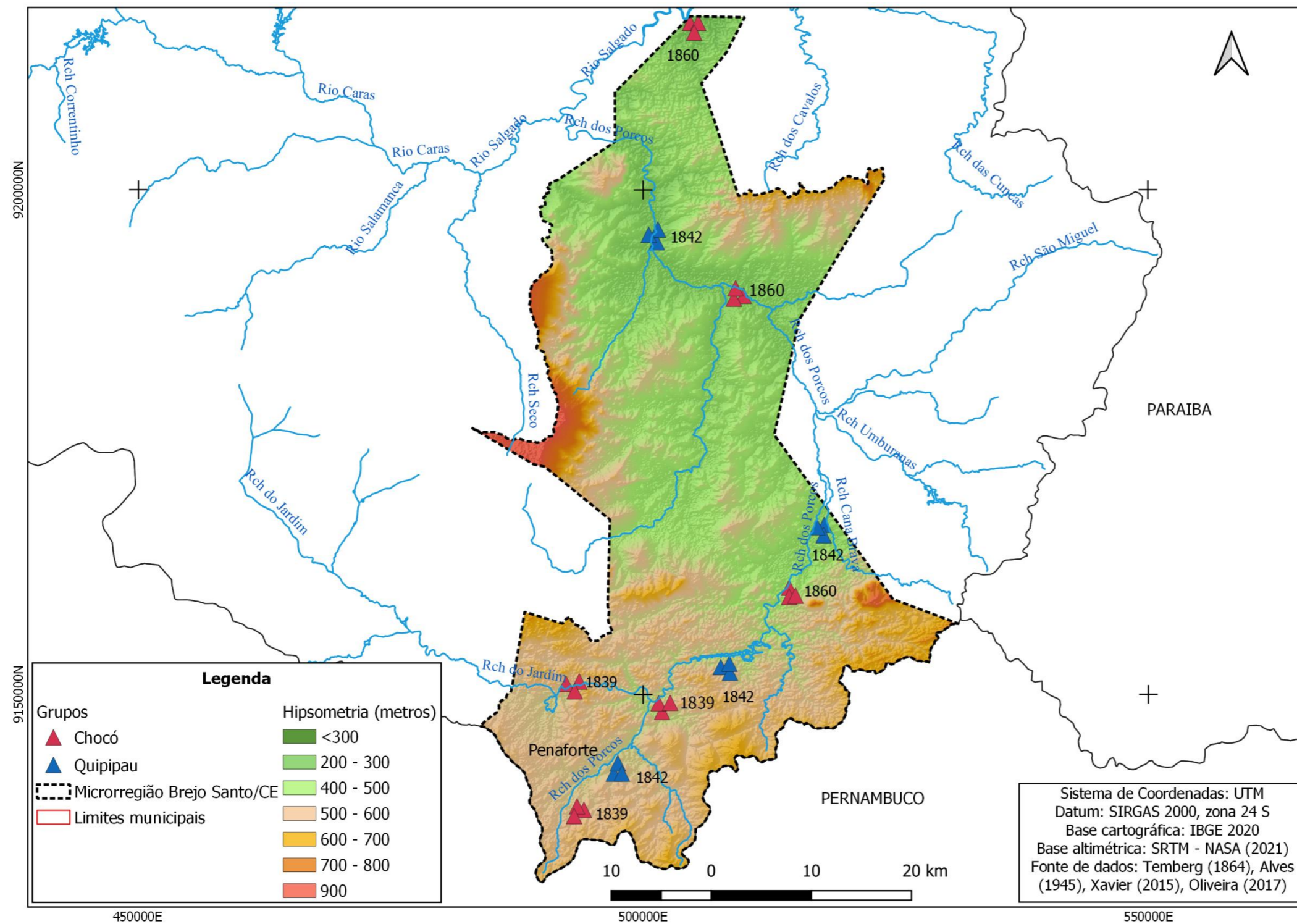
No anno de 1860, Manoel José de Souza, do termo de Milagres, aldeou os restos a uma antiga tribu dos índios Chocós, em numero de 28, que erravam, perseguidos, entre os limites das províncias de Pernambuco, Parahyba e Ceará...Aldeados na serra do Sobradinho, na aldeia da Cachorra Morta, os **Xocó** viviam da agricultura, porém, suas lavouras estavam sendo invadidas por gados de alguns curraleiros. Para resolver a situação, **a administração da Vila de Milagres**, por lei, estabeleceu multa para os criadores que não retirassem seu gado daquele espaço. (OLIVEIRA, 2017, p. 226, grifo nosso).

Somente foi possível obter as menções específicas desses grupos indígenas (em termos de localização espacial) no Riacho dos Porcos ou em povoações na microrregião Brejo Santo entre os séculos XVIII e XIX, permitindo elaborar a modelação de um mapa etno-histórico simplificado (Figura 37).

⁶⁸ É possível encontrar também referências bibliográficas a terminologia de índios **Quipapá**: “Em 1838 se tinha notícias de “umans e xocós” que da Serra migraram para Jardim, no Ceará. Em 1842, o delegado de Flores informava que tinha recebido ordens de autoridade provincial para encontrar a melhor maneira de “chamar a ordem” índios **Quipapá** (Pipipan?), Uman e Xocó que “armados a maior parte deles com granadeiras, bacamartes, clavinotes e pistolas” estavam atacando e assassinando quem passava na Serra Negra e no Piancó (SILVA, 2006, p. 191, grifo nosso); da mesma forma aparece a expressão **Quipapaz**: “As comunicações que tenho recebido me auctorisão a dar-vos a grata notícia de que o Ceará está em paz; e desde o último relatório, que vos foi apresentado só tem ella sido alterada por excessos d’alguns mal intencionados, na Villa da Granja, e incursões das hordas Selvagens dos **Quipapaz**, Humões, e Xocós no Termo do Jardim.” (Relatório que a Assembléia Legislativa do Ceará apresentou no dia 1º de Junho de 1843, através do seu presidente José Maria da Silva Bitancourt.). (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 1843, p. 3, grifo nosso).

Figura 37 - Mapa etno-histórico de grupos indígenas na microrregião Brejo Santo entre os séculos XVIII e XIX

Mapa etno-histórico de grupos indígenas na microrregião Brejo Santo entre os séculos XVIII e XIX



5.5.2 Na área indireta da pesquisa (sul do Ceará)

Na área indireta da pesquisa (sul do Ceará), foi possível observar a menção de diversos grupos indígenas existentes no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVII e XIX. A predominância das referências bibliográficas coloca espacialmente esses grupos às margens do Rio Salgado (ou na ribeira do Rio Salgado) e seus tributários, Rio dos Bastiões, Rio Caras, o Rio Jucá e o Rio Cariús são os mais mencionados⁶⁹ (Quadro 9).

Torna-se necessário alertar que, tanto as indicações bibliográficas, quanto as possíveis localizações espaciais exatas desses grupos indígenas, estão imbuídas de alto grau de subjetividade, haja vista o aspecto de mobilidade (como já mencionado anteriormente) desses grupos, as dificuldades terminológicas derivadas da linguística, que normalmente levavam a duplicidades de interpretações nas identificações étnicas desses grupos⁷⁰, e a ausência de fontes primárias de relatos dos próprios indígenas existentes nos séculos XVII a XIX para contar sua história. O que é possível constatar com grau maior de confiabilidade refere-se à recorrência dessas citações bibliográficas nas obras primárias e secundárias com relação à existência desses grupos indígenas no sul do Ceará, durante o período cronológico apontado.

Dessa forma, e a partir das informações bibliográficas, o que é possível elaborar é um modelo em formato de carta etno-histórica referente à espacialidade dos grupos indígenas do sul do Ceará no período cronológico entre os séculos XVII e XIX, levando-se em conta as menções de posicionamento hidrográfico.

É oportuno mencionar que essas inserções no mapa etno-histórico (Figuras 38 e 39) envolvem dados relativos aos três séculos retromencionados, ou seja, não retrata especificamente cada século em particular, mas sim as informações cumulativas relativas ao conjunto de todos eles.

⁶⁹ Colocamos a terminologia 'Rio' nesses fluxos hidrográficos, haja vista, como eles são considerados atualmente (2021) na carta hidrográfica da região. Nos séculos XVIII e XIX, a maioria deles era considerada somente como 'riachos' pelos autores primários e secundários.

⁷⁰ Basta mencionar o próprio termo Cariri ou Kariri para englobar uma série de generalizações por parte das pessoas na época (séculos XVII a XIX), que, muitas vezes, referiam-se a todos os grupos indígenas do interior cearense com essa denominação, haja vista as dificuldades de contatos diretos, a ausência de comunicações e o pânico que muitas vezes era provocado nessas pessoas por relatos preconceituosos efetuados pelos militares e colonizadores portugueses contra os índios do sul do Ceará, por exemplo.

Quadro 9 - Menções bibliográficas sobre a presença de grupos indígenas no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVIII e XIX

Grupo Indígena	Citação bibliográfica - Autor	Citações de localização geográfica	Informações sobre os aldeamentos/localização atual
Icó e Ikozinho	Théberge (1864) Araripe (1867) Studart Filho (1962) Nimueandajú (1981) Cordeiro (1989)	Rio Salgado Pouco abaixo do Rio Cariú Margens direitas do Rio Salgado Rio Salgado Sul do Ceará	A informação mais antiga referente a aldeamento de índios Icó retroage ao início do século XVIII “Em 1702, de acordo com Geraldo Nobre (1980, p. 238), estando em missão pelo sul do Ceará o padre João de Matos Serra, vigário colado da vila de Aquiraz (STUDART, 1923, p. 303), fundou o Arraial Novo, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, onde hoje é a cidade do Icó, e aí aldeou os índios icós.” (JUCÁ NETO; ANDRADE; PONTES, 2014, p. 30). Não foram localizados dados sobre a existência de índios Icó na atualidade (2021).
Jucá	Araripe (1867) Theberg (1864) Nimuendajú (1981) Leite Neto (2006)	Vale do Rio Jucá Riacho Jucá Riacho Jucá Região dos Inhamuns (Arneiroz).	(LINHARES; XIMENES, 2015, p. 376) sintetizam sobre os aldeamentos dos índios Jucá no século XVIII: “Em 1727, o padre José Bezerra da Costa, provavelmente de estado secular, aldeou os índios jucás às margens do Rio Jaguaribe logo acima da barra do riacho do Jucá (aldeia da Telha), onde o coronel Francisco Alves Feitosa erguera uma capela. Em 1761, os jucás mais os cariús foram levados para a aldeia do Miranda (depois vila do Crato), mas daí fugiram para a mata. Até 1763, o tenente-coronel Eufrásio Alves Feitosa, neto do coronel Francisco Alves Feitosa, construiu a igreja da aldeia do Jucá. Nesse mesmo ano, o coronel Manuel Ferreira Ferro conduziu os jucás de volta. Estes eram caçadores-coletores e guerreiros agressivos; mesmo aldeados, não se dobraram ao jugo colonial, e como atacavam os colonos e seus gados, passaram a ser perseguidos pelos Feitosas, antigos aliados. Em 1767, a aldeia do Jucá foi erigida em lugar de Arneiroz, cujo anúncio foi feito precisamente pelo bando em estudo. Pouco mais de um mês depois, o padre José Bezerra da Costa foi nomeado cura dos índios. Em 1780, em virtude do conflito com os colonos, o ouvidor-geral José da Costa Dias e Barros ordenou que os jucás fossem retirados daí e levados para uma das vilas de índios perto da sede da capitania (Cf. Chandler, 1981, p. 33; Feitosa, 2000, p. 7-15; Studart Filho, 1963, p. 211)”. Não foram

			localizados dados sobre a existência de índios Jucá na atualidade (2021).
Calabaça ou Kalabaça	Théberge (1864) Araripe (1867) Nimuendaju (1981) Studart Filho (1962) Leite Neto (2006) Oliveira (2017)	Rio Salgado Ribeira do Rio Salgado Rio Salgado Margens do Rio Salgado Margens do Rio Salgado Ribeira do Rio Salgado	Foram reunidos inicialmente em meados do século XVIII na Missão-Velha (atual município de Missão Velha) e posteriormente (entre 1741 e 1743) na aldeia do Miranda (atual cidade do Crato-CE): “Miranda nos Cariris Novos, dedicada a Nossa Senhora da Penha e a S.Fidelis, dos índios Tapuios, das nações Cariris, Affojas, Callaboças , Cariris, Assús, capitania do Ceará Grande; ahi habitaram seis Missionários na educação dos Índios, pelo espaço de mais de vinte anos; alcançaram terras, reunirão as ditas nações, que erão gentias, e baptisarão até mesmo os velhos” (MESSINA, 1846 apud OLIVEIRA, 2017, p. 159). A partir de 1799/1780 foram transferidos para outros locais no estado do Ceará. Atualmente (2021) existem informações de indígenas Kalabaça nos municípios de Poranga (na aldeia do Cajueiro) e teriam uma população de 300 indígenas (GOMES, 2007, p. 15) e em Crateús (na zona rural existem indígenas Kalabaça na comunidade da Serra do Nazário – 8 indígenas – e na zona urbana da cidade -Vila Vitória – com 168 indígenas) (ADELCO, 2017; LIMA, 2010, p. 101-102).
Cariú ou Kariu	Pedro Théberge (1864) Araripe (1867) Studart Filho (1962) Nimueandajú (1981) Cordeiro (1989) Leite Neto (2006) Oliveira (2017)	Riacho Cariú e Rio Bastiões Entre o Rio Salgado e o Rio Cariú Margens da Ribeira do Rio Cariú Sul do Ceará Sul do Ceará Margens das ribeiras do Rio Cariú Ribeira do Rio Salgado	Oliveira (2017, p. 210) menciona a provável origem dos índios Cariú: “O nome dessa etnia foi atribuído a um rio (Carius) que tem suas nascentes nas terras correspondentes, hoje, a cidade de Santana do Cariri; o qual deságua no rio Bastiões dali no Jaguaribe. Segundo Nogueira, a etimologia do nome Kariu significa: “água sahida do mato, de kaa-ry-hu, alusão às cabeceiras, que ficam n’uma serra das mais cobertas de mata”. Teriam sido aldeados entre 1741 e 1743 na Aldeia do Miranda: “O aldeamento dos Cariris Novos na missão do Miranda se oficializou depois de haver um período de funcionamento não registrado entre 1741 e 1743, essas datas estão registradas em documentos da paróquia de Icó com a atuação de Frei Carlos Maria de Ferrara como clérigo. A doação das terras para o aldeamento dos Kariri será oficializada somente em 1743, em nome dos índios Cariú , maior família Kariri dentre os aldeados. O local em que se instalou a missão do Miranda e da

			<p>qual compõe as terras doadas aos Kariri é precisamente na margem direita do atual rio Grangeiro, onde se ergue a Praça da Sé, frente à Sé-Catedral. Dedicada à nossa Senhora da Penha, em Crato.” (MELO, 2017, p. 199, grifo nosso); Leite Neto (2006, p. 151) aponta para um aldeamento posterior dos Cariú: “Em 1780, a pedido dos moradores brancos, o Ouvidor José da Costa Dias e Barros negociou com o Governador de Pernambuco, José César de Menezes, o deslocamento forçado dos índios Jucás, de Arneiroz, e os Cariús, da Vila do Crato, para a Vila de Arronches — atualmente Parangaba, bairro de Fortaleza, a capital cearense”. Não foram localizados dados sobre a existência de índios Cariú na atualidade (2021, grifo nosso).</p>
Chocó ou Xocó	<p>Nimuendaju (1981) Cordeiro (1989) Leite Neto (2006)</p>	<p>Rio Salgado Sul do Ceará Termo de Jardim, hoje cidade de Jardim</p>	<p>Dantas (1997, p. 12) informa sobre as possíveis origens dos índios Chocó ou Xocó: “Grafados sob diferentes formas - Shocó, Xocó, Chocó, Cboco, Ciocó, Ceocose - surgem quase sempre associados a espaços missionários. Há registro de Xokó em tempos passados, num espaço geográfico que vai de Sergipe ao sul do Ceará. Entre os séculos XVII e XVIII sua presença é indicada ora na margem esquerda, ora na margem direita do Rio São Francisco, em terras que hoje integram os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Há referências a Ciocó em Pacatuba, missão fundada pelos capuchinhos no final do século XVII, e mais tarde já no século XIX, grafados como Ceocose, sua presença no território sergipano vai ser registrada em São Pedro do Porto da Folha, também uma antiga missão dos capuchinhos. São do início do século XIX notícias de que grupos de índios denominados de Shocó viviam errantes nos sertões de Pernambuco e sul do Ceará.”</p> <p>Informações sobre o aldeamento de índios Chocó ou Xocó no Ceará somente aparecem no século XIX: “Em 1861, o presidente da província, o cônego Antonio Pinto de Mendonça relatou de modo extenso sobre “os índios selvagens” Xocó que viviam em Milagres, Comarca de Jardim. Historiando a redução demográfica que sofreram de 1855 a 1860, quando de 300 pessoas sobravam apenas 30 índios [...]”(VALLE, 2009, p. 131, grifo nosso); “Buscando satisfazer as exigências que o presidente da província do Ceará demandava “sobre os</p>

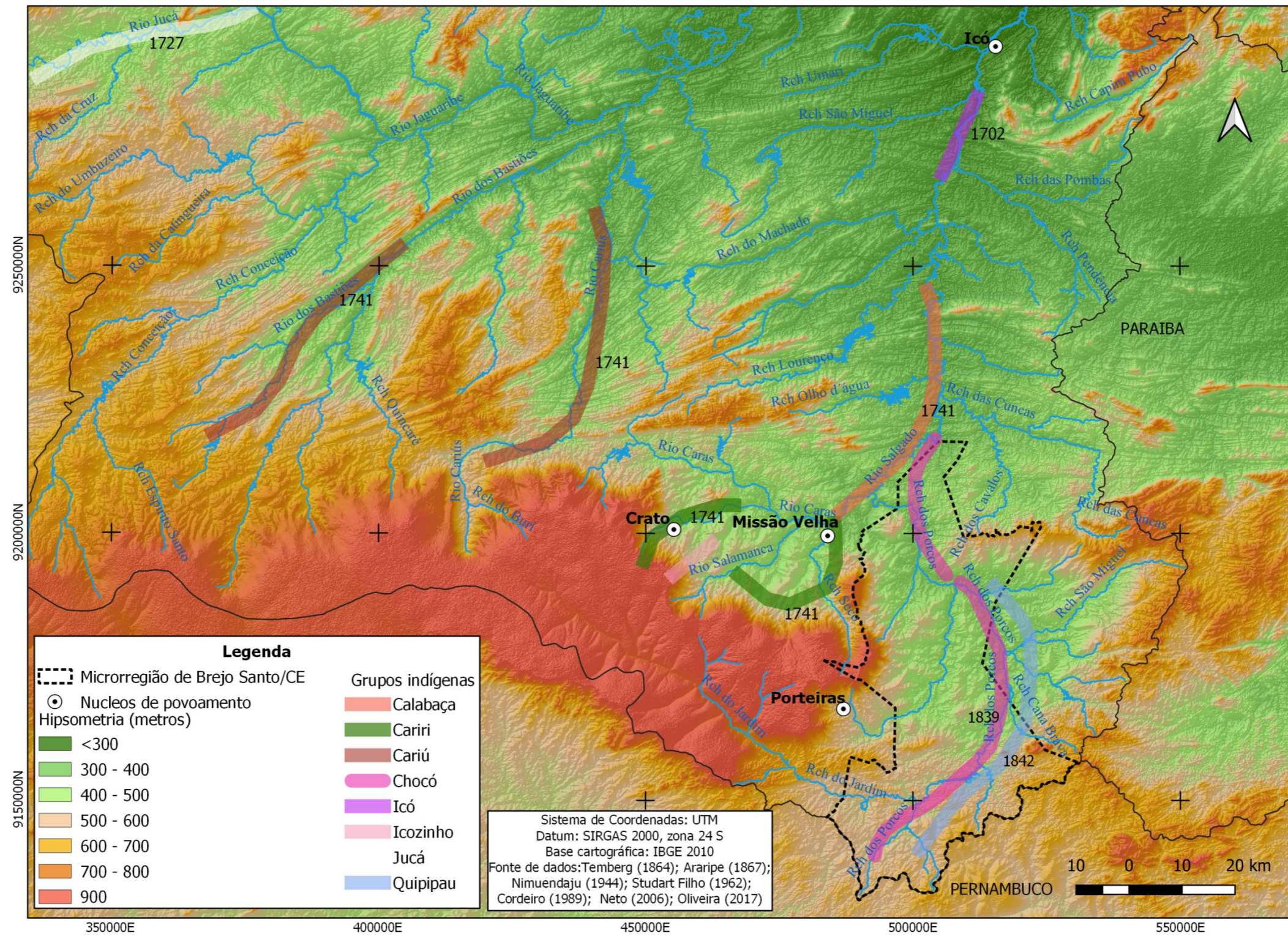
			<p>diversos objetos” que se referiam a determinados avisos do Ministério da Agri-cultura, Comércio e Obras Públicas, Tomás Pompeu de Sousa Brasil apresentou ao jornal O Cearense, em 1865, esclarecimentos sobre o aldeamento dos “restos de uma antiga tribo dos índios Chochos, em número de 28, que erravam entre os limites das províncias de Pernambuco, Paraíba e Ceará, acossados por toda parte como brutos selvagens, de uma maneira horrorosa... importa salientar que a situação histórica do aldeamento de índios Xocós “em uma fazenda chamada Cachorra Morta” caracterizava-se por disputas políticas entre conservadores e liberais, manifestada na organização de jornais, que, então, expunham os confrontos entre adversários.” (MAGALHÃES, 2018, p. 22, grifo nosso). Não foram localizados dados sobre a existência de índios Chocó ou Xocó no estado do Ceará na atualidade (2021).Existem informações sobre a presença de indígenas Kariri-Xocó no estado de Sergipe: “A denominação Kariri-Xocó foi adotada como conseqüência da mais recente fusão, ocorrida há cerca de 100 anos entre os Kariri de Porto Real de Colégio e parte dos Xocó da ilha fluvial sergipana de São Pedro. Os Kariri-Xocó estão localizados na região do baixo São Francisco, no município alagoano de Porto Real do Colégio, cuja sede fica em frente à cidade sergipana de Propriá.” (Povos indígenas do Brasil - https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kariri-Xok%C3%B3 – acesso em 13.02.2021)</p>
<p>Cariri ou Kariri</p>	<p>Théberge (1864) Araripe (1867) Nimuendaju (1981) Stuart Filho (1962) Cordeiro (1989) Leite Neto (2006) Oliveira (2017)</p>	<p>Missão Velha e Crato Serra do Araripe e parte do distrito do Crato Sul do Ceará Barbalha, Missão Velha e Missão Nova Sul do Ceará Barbalha, Missão Velha e Missão</p>	<p>Foram reunidos inicialmente em meados do século XVIII na Missão-Velha (atual município de Missão Velha) e, posteriormente, (entre 1741 e 1743) na aldeia do Miranda (atual cidade do Crato-CE): “Miranda nos Cariris Novos, dedicada a Nossa Senhora da Penha e a S.Fidelis, dos índios Tapuios, das nações Cariris, Affojas, Callaboças, Cariris, Assús, capitania do Ceará Grande; ahi habitaram seis Missionários na educação dos Índios, pelo espaço de mais de vinte anos; alcançaram terras, reunirão as ditas nações, que erão gentias, e baptisarão até mesmo os velhos” (OLIVEIRA, 2017, p. 159 apud MESSINA, 1846, grifo nosso). Atualmente existem informações sobre os índios Kariri nos municípios de Crateús e</p>

		Nova Sul do Ceará	Crato (Monte Alverne). Lima (2010, p. 147), por exemplo, afirma que os Kariri que vivem em Crateús são procedentes da região do Cariri, no sul do Ceará, vindos da região dos atuais municípios do Crato e Lavras da Mangabeira. Na informação bibliográfica do Dossiê: denúncia sobre a situação territorial dos povos indígenas no Ceará, Centro de Defesa e promoção dos direitos humanos da arquidiocese de Fortaleza-CE, 2015, p. 14, consta que “Povo Kariri, habita as comunidades de Maratoã na periferia de Crateús e Umari no Município do Crato. Assim como os demais povos de Crateús, os Kariri também são considerados um dos povos que vivem em contexto urbano. Os Kariri de Crateús tem forte ligações com o Povo Tapuya-Kariri de São Benedito, mantendo laços familiares e relações políticas por vezes convergentes. A população Kariri do município de Crateús é de 170 pessoas, não constando nos dados da SESAI as informações referentes aos indígenas que vivem no município do Crato, tendo em vista que ainda não atendidos pelas políticas de saúde indígena.”
Cariaunê ou Kariuanê	Studart Filho (1962) Cordeiro (1989) Leite Neto (2006)	Sul da capitania (Vale do Cariri) Sul do Ceará Sul da capitania (Vale do Cariri)	Não foi possível obter informações sobre os aldeamentos primários desses indígenas nos séculos XVII e XIX. Não foram localizados dados sobre a existência de índios Cariaunê ou Kariaunê na atualidade (2021).

Fontes: Magalhães (2018); Adelco, 2017; Oliveira (2017); Linhares & Ximenes (2015); Jucá Neto; Andrade; Pontes (2014); Lima (2010; Valle (2009); Neto (2006); Cordeiro (1989); Nimuendaju (1981); Studart Filho (1962); Araripe (1867); Theberg (1864).

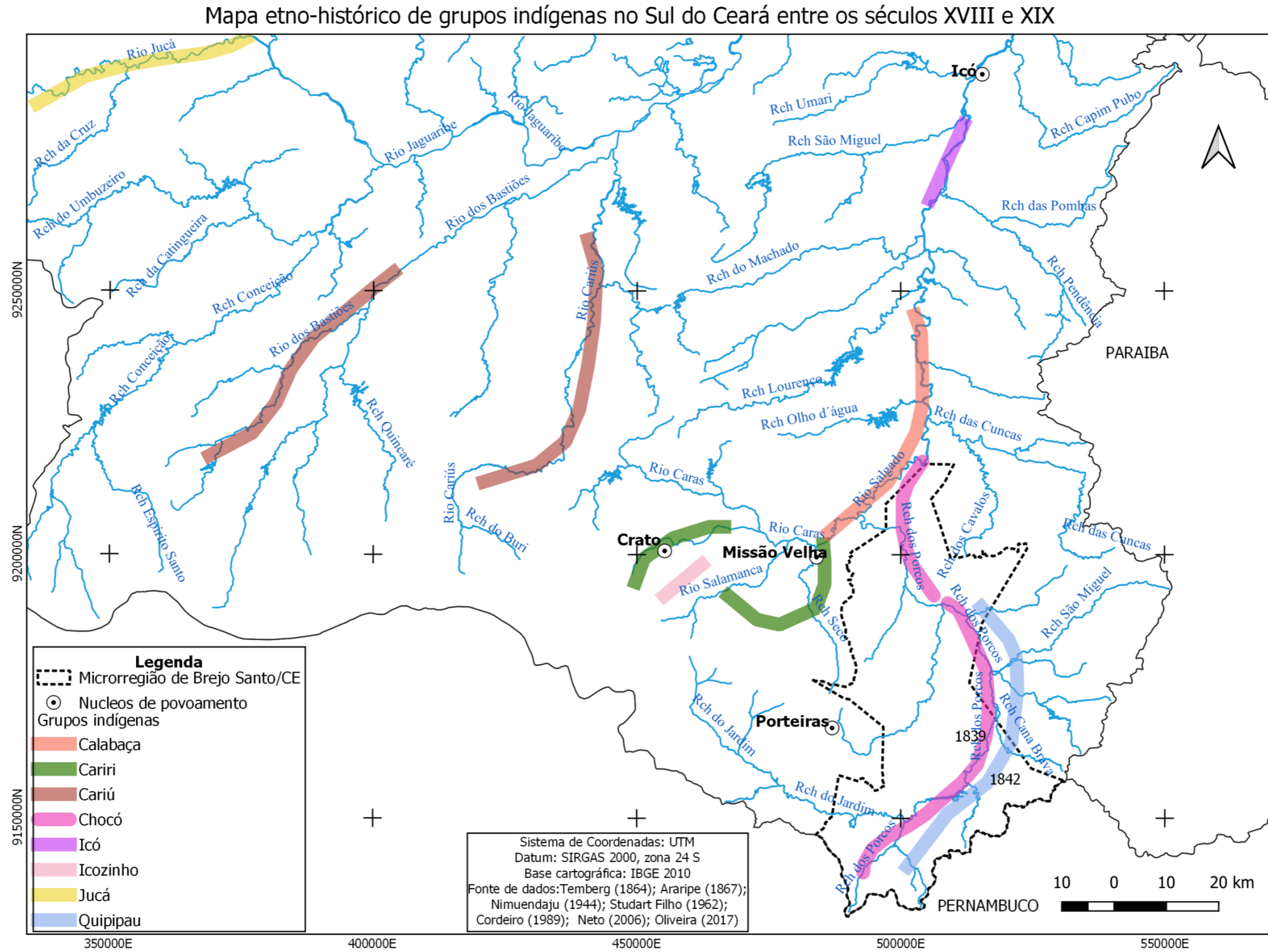
Figura 38 - Mapa etno-histórico de grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX – com hipsometria

Mapa etno-histórico de grupos indígenas no Sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

Figura 39 - Mapa etno-histórico de grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX – sem hipsometria.



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

5.6 Uma modelação de sobreposição de sítios arqueológicos e dados etno-históricos na microrregião Brejo Santo-CE

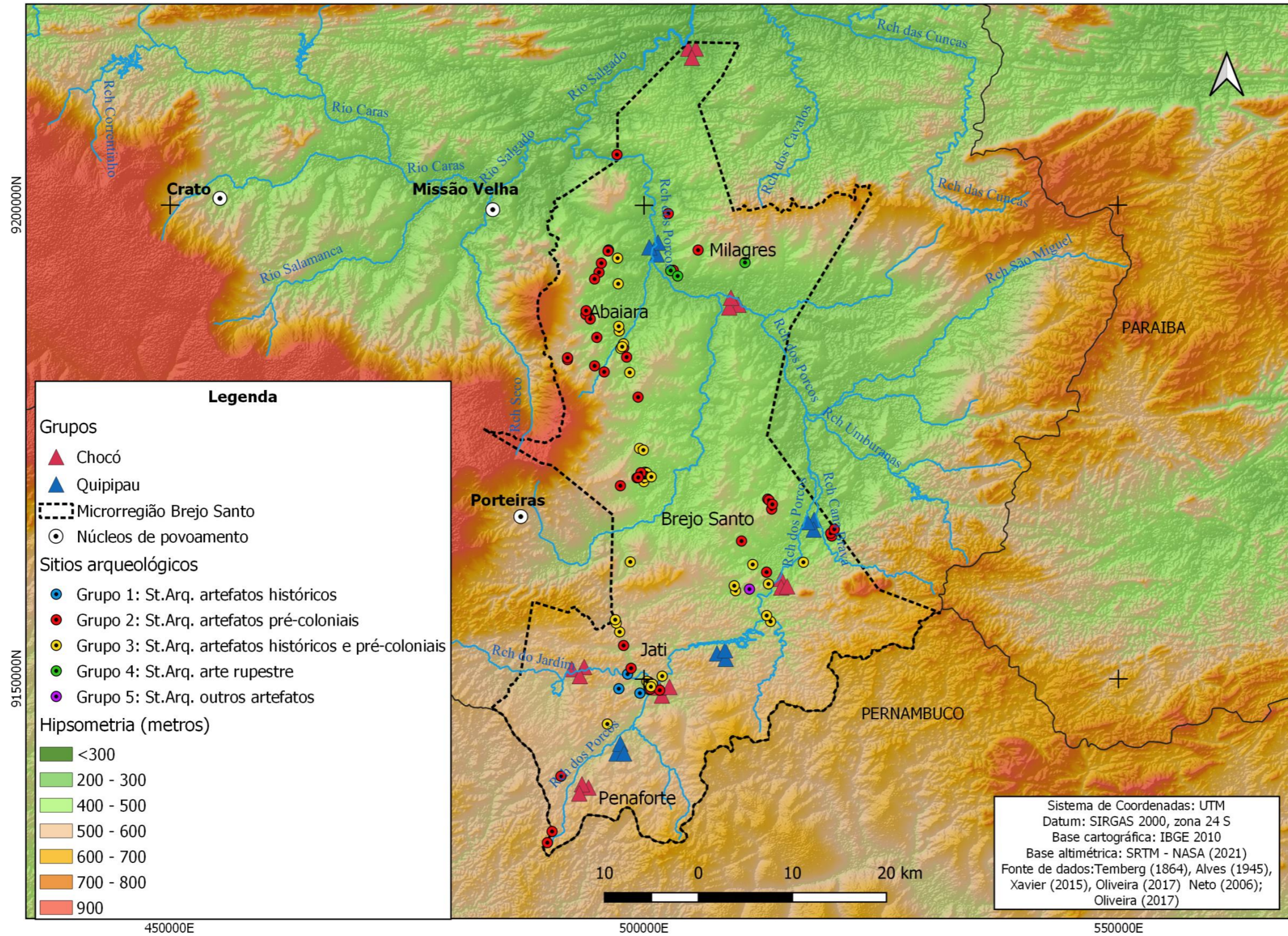
A partir da elaboração dos modelos de carta arqueológica e do mapa etno-histórico da microrregião Brejo Santo, foi pensado um mapa com a sobreposição dessas informações (Figura 40).

O objetivo da elaboração do modelo não é tentar indicar possíveis autorias ou vinculações diretas ou indiretas dos grupos indígenas dos séculos XVIII e XIX com os artefatos dos grupos de sítios arqueológicos identificados na pesquisa. Na verdade, o intuito é evidenciar a importância primária dos cursos de água, principalmente o Riacho dos Porcos e seus tributários, para os grupos humanos pretéritos que ocuparam esses espaços da microrregião Brejo Santo em cronologias diferenciadas, ou seja, por milhares de anos, como apontam as datações originárias de pesquisas arqueológicas já realizadas. Isso não significa necessariamente uma regra de determinismo ambiental para as ocupações humanas na microrregião, mas se considerarmos que 70% do Nordeste brasileiro está ocupado pelo bioma da Caatinga⁷¹ e que parte dessa área está passando por um processo de desertificação, a ocupação persistente dessas áreas consideradas como ‘brejos’ ou ‘oásis’ deve ser um fator a ser considerado na análise.

⁷¹ “A Caatinga é uma das maiores e mais distintas regiões brasileiras, compreendendo uma área aproximada de 734.478 km², o que representa 70% da região Nordeste.” (CASTELLETI et al., 2005, p.92).

Figura 40 - Mapa da microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica e do mapa etno-histórico

Mapa da Microrregião Brejo Santo com a sobreposição da carta arqueológica e do mapa etno-histórico



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

Para observar a possível característica da proximidade desses sítios arqueológicos com os cursos de água⁷² existentes na microrregião Brejo Santo foi efetuado um levantamento das coordenadas geográficas existentes nas fichas e informações que contemplavam os 86 (oitenta e seis) sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa. Em seguida foi realizado o ajuste espacial a partir da confrontação dessas mesmas coordenadas geográficas com o programa Google Earth para aferir possíveis distorções métricas, haja vista a possibilidade de erros pelos pesquisadores quando do preenchimento e registros dessas informações referentes à proximidade com os cursos de água.

Em seguida, foram elaborados dois mapas, o primeiro (Figura 41) estabeleceu 3 (três) *buffers* que contemplam 3 (três) espacialidades dos sítios arqueológicos em relação aos principais cursos de água, considerados como de terceira ordem⁷³ para a microrregião Brejo Santo, tais como o Riacho dos Porcos, Riacho do Jardim, Riacho Cana Brava e Riacho dos Cavalos :

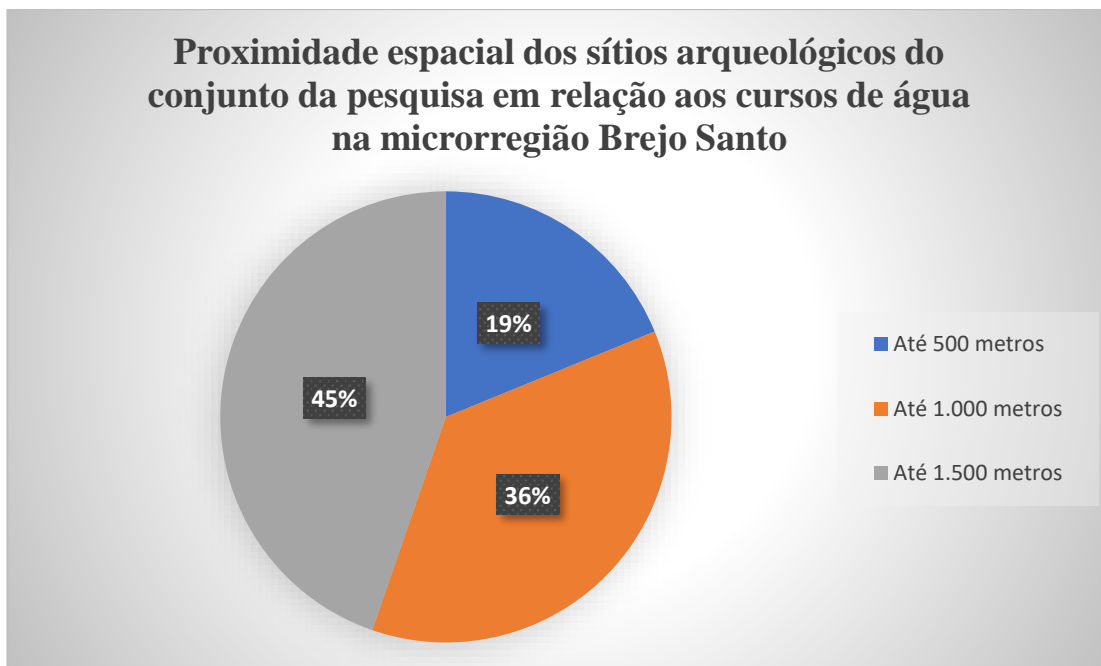
- a) o primeiro *buffer* constatou que 17 (dezessete) sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa estão situados a até 500 m de distância dos cursos de água;
- b) o segundo *buffer* constatou que 31 (trinta e um) sítios arqueológicos estão situados a até 1.000 m de distância dos cursos de água;
- c) o terceiro *buffer* constatou que 38 (trinta e oito) sítios arqueológicos estão situados a até 1.500 m de distância dos cursos de água.

A partir dos dados apresentados, foi possível representar, no Gráfico 6, o percentual dos sítios arqueológicos com relação à proximidade espacial com esses cursos de água específicos, permitindo constatar que 19% estão situados a até 500 m, 36% deles a até 1.000 m e 45% a até 1.500 m. Em síntese, todos os sítios arqueológicos do conjunto pesquisado da microrregião Brejo Santo estão situados, no máximo, a até 1.500 m de distância dos Riachos dos Porcos, Riacho do Jardim, Riacho Cana Brava e Riacho dos Cavalos.

⁷² Alertamos que foram observadas as proximidades dos sítios arqueológicos com as drenagens de primeira e segunda hierarquias da microrregião Brejo Santo.

⁷³ “Os canais sem tributários são designados de primeira ordem. Os canais de segunda ordem são os que se originam da confluência de dois canais de primeira ordem, podendo ter afluentes também de primeira ordem. Os canais de terceira ordem originam-se da confluência de dois canais de segunda ordem, podendo receber afluentes de segunda e primeira ordens, e assim sucessivamente.” (CARDOSO et al, p.244, 2006).

Gráfico 6 - Proximidade espacial dos sítios arqueológicos do conjunto da pesquisa em relação aos cursos de água na microrregião Brejo Santo-CE



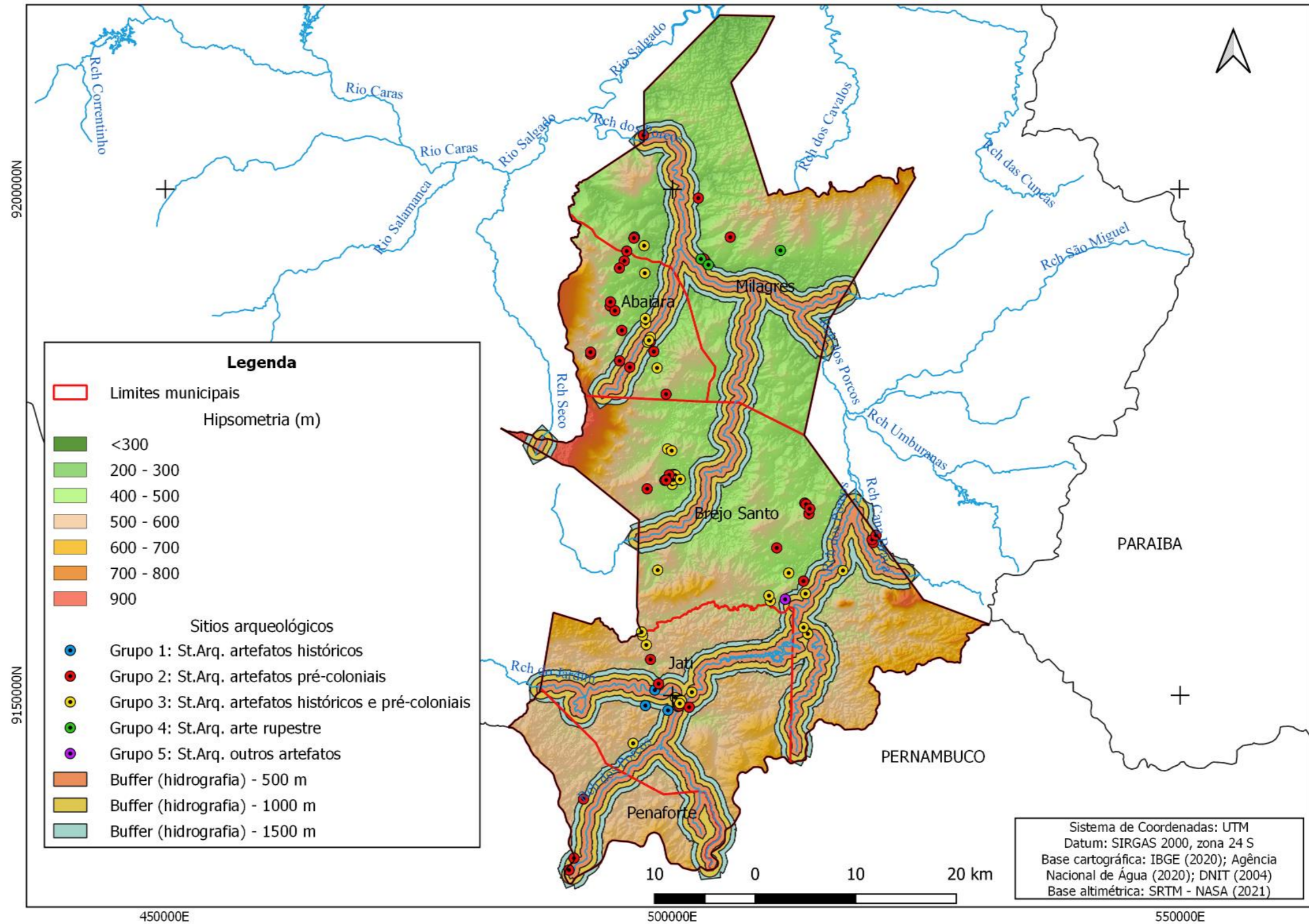
Fonte:

Torna-se necessário acrescentar que mais dois fatores ambientais, quanto à localização espacial dos sítios arqueológicos, foram observados durante a elaboração do mapa com os *buffers*:

1 – existe a predominância quase absoluta de sítios arqueológicos dos grupos 1, 2, 3 e 5 que estão situados nas 3 (três) faixas de *buffers* no curso do Riacho dos Porcos (e parte do Riacho do Jardim), abrangendo os municípios de Penaforte, Jati e parte do município de Brejo Santo, permitindo supor que, independentemente de cronologias, as ocupações humanas priorizaram a proximidade espacial com as margens desses riachos;

2 – o segundo fator leva em conta a questão altimétrica. Foi possível perceber que, assim como existiu a preferência pelas ocupações humanas ao longo do Riacho dos Porcos, onde as cotas altimétricas giram em torno de 600 a 800 m, quando se observa a distribuição espacial dos sítios arqueológicos nos municípios de Abaiara, Milagres e parte do município de Brejo Santo, é possível verificar que as cotas altimétricas diminuem sensivelmente, ficando geralmente em um intervalo entre 200 e 500 m, e foi possível atentar que necessariamente os sítios arqueológicos já não ficam tão próximos dos cursos de água de segunda e terceira ordens da microrregião Brejo Santo.

Figura 41 - Mapa com os buffers da distribuição espacial dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo próximos aos cursos de água de terceira ordem



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

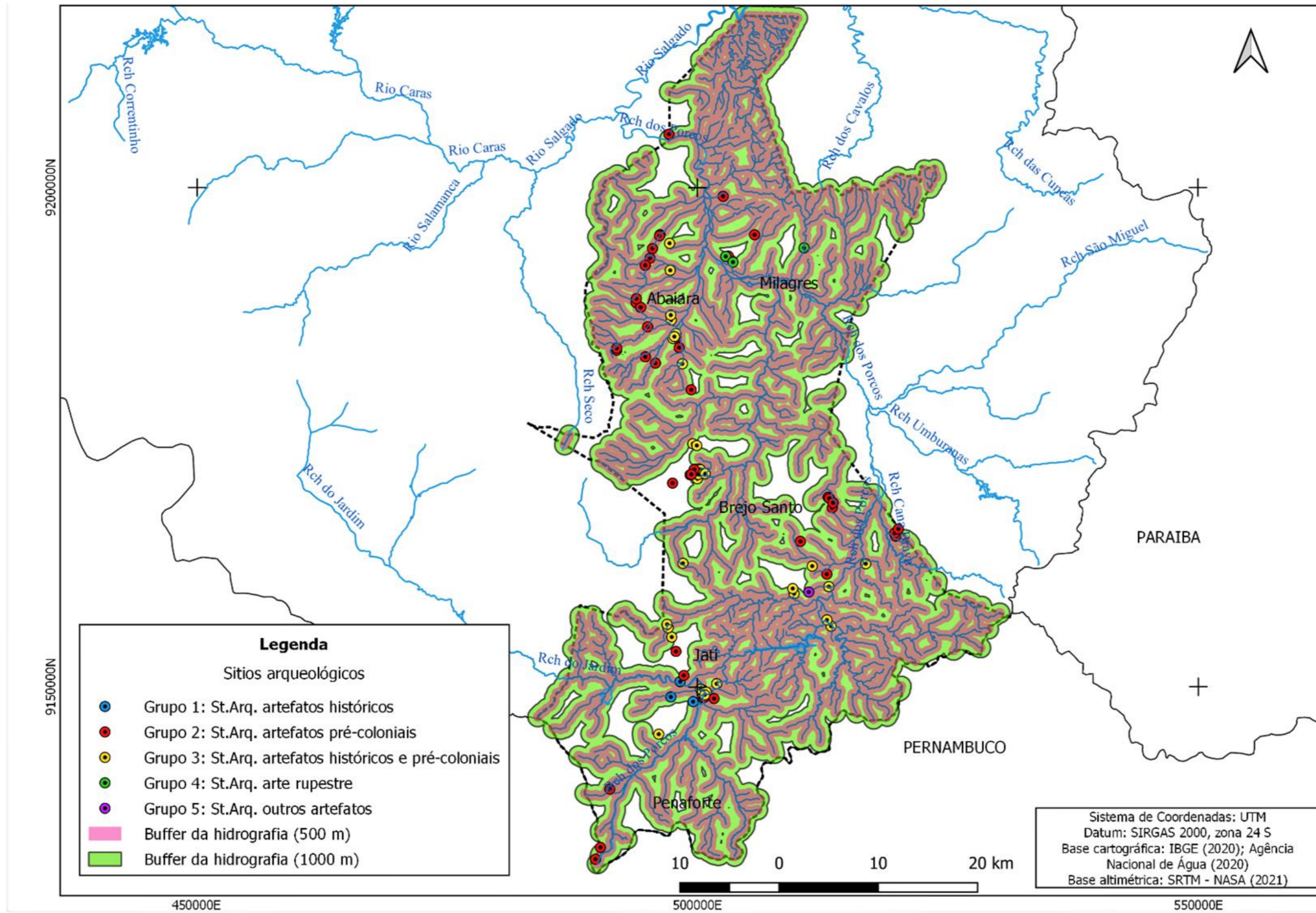
A partir da elaboração do mapa (Figura 41) com os *buffers* já seria possível levantar a ideia de que existe uma nítida divisão na microrregião Brejo Santo relativa às ocupações humanas do passado e que apontam para critérios de escolhas que direcionam para possíveis questões altimétricas e de oferta de água: uma primeira área espacial composta pelos municípios de Penaforte, Jati e parte do município de Brejo Santo (com cotas altimétricas mais elevadas e tendo os Riachos dos Porcos como fluxo de água principal), e outra área espacial composta pelos municípios de Abaiara, Milagres e parte do município de Brejo Santo (com cotas altimétricas mais baixas), de todo modo, é necessário aprofundar a observação das plotagens dos grupos desses sítios arqueológicos em relação aos cursos de água também de segunda e primeira ordens.

Nesse sentido, foi elaborado o segundo mapa (Figura 42) com uma rede de drenagem mais detalhada, incluindo *buffers* de 500 e 1.000 m em relação aos cursos de água de primeira e segunda ordens, no qual foi possível constatar que:

- a) 72 sítios arqueológicos estão localizados a menos de 500 m desses cursos de água, ou seja, 83,72% do conjunto da pesquisa;
- b) 11 sítios arqueológicos estão localizados a menos de 1.000 m desses cursos de água, ou seja, 12,80% do conjunto da pesquisa;
- c) apenas 3 sítios arqueológicos estão localizados a mais de 1.000 m desses cursos de água, ou seja, 3,48% do conjunto da pesquisa.

Diante dessas informações, torna-se mais consistente a argumentação da hipótese sobre escolhas feitas pelos grupos humanos do passado para ocupações (temporárias ou permanentes) na microrregião Brejo Santo, levando-se em consideração, essencialmente, as proximidades de cursos de água, seja de primeira, segunda ou terceira ordens. O segundo mapa reforçou também (assim como no mapa anterior) a ausência (hiato) de sítios arqueológicos em determinadas áreas da microrregião Brejo, principalmente os espaços com altimetrias mais elevadas (Jati, Penaforte e parte sul de Brejo Santo), independentemente da presença de cursos de água de primeira e segunda ordens. Aparentemente, nessas áreas, as ocupações pretéritas ocorreram em espaços com cotas altimétricas mais elevadas, desde que contivessem cursos de água de terceira ordem (Riacho dos Porcos).

Figura 42 - Mapa com os buffers da distribuição espacial dos sítios arqueológicos da microrregião Brejo Santo próximos aos cursos d'água de primeira e segunda ordens



Fonte: Responsável Daline Lima, elaborado por Filipe Peixoto, 2021

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são discutidas as informações presentes nos capítulos 3 e 4, que levaram à elaboração da carta arqueológica da microrregião Brejo Santo, assim como modelações de cartas etno-históricas sobre a presença de grupos indígenas nos séculos XVIII e XIX, compreendendo uma modelação de carta etno-histórica da microrregião Brejo Santo e uma modelação de carta etno-histórica compreendendo o sul do Ceará.

6.1 Sobre a carta arqueológica da microrregião Brejo Santo-CE

Os resultados relatados no capítulo anterior permitem inferir que parte do espaço geográfico⁷⁴ da atual microrregião Brejo Santo foi ocupada por variados grupos humanos pretéritos, desde o período pré-colonial. As datações que comprovam essas ocupações mais recuadas no tempo indicam que eles portavam artefatos líticos, cerâmicos e adornos, além de elaborarem fogueiras estruturadas. Quanto ao período colonial brasileiro em diante, os artefatos arqueológicos indicam ocupações a partir do século XVIII por grupos não indígenas, na instalação de fazendas para atividades agropecuárias, mas são observados também artefatos líticos e cerâmicos associados em parte dos sítios arqueológicos. Trataremos inicialmente dos resultados obtidos com sítios arqueológicos contendo artefatos do período histórico.

Foi possível observar nos dados, que 44 (quarenta e quatro) desses sítios arqueológicos possuem artefatos do período histórico, 7 (sete) deles de forma exclusiva e 37 (trinta e sete) associados a artefatos com características pré-coloniais.

A maioria predominante (33 sítios arqueológicos, o que representa 75,%) desse conjunto de 44 sítios está situada nos municípios de Brejo Santo e Jati, o que, provavelmente, pode sugerir indícios de uma intensidade maior de ocupações do período histórico (principalmente com relação ao conjunto de 38 sítios arqueológicos do Grupo 3 nessas áreas municipais (atuais) específicas⁷⁵. Dois fatores podem, a princípio, contribuir para entender essas ocupações do período histórico:

⁷⁴ Alertamos que o termo ‘parte do espaço geográfico’ abrange, predominantemente, a parcela amostral dos grupos de sítios arqueológicos identificados a partir das duas maiores obras públicas (a Ferrovia Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco) na microrregião Brejo Santo, desenvolvidas a partir do início do século XXI, ou seja, não abrange todo o espaço geográfico da microrregião, haja vista, a ausência de pesquisas arqueológicas sistemáticas (prospecções) além dos trechos previamente delineados como áreas diretas e indiretas para a construção dessas obras. Daí a utilização do termo ‘um modelo possível em 2021’ neste tópico relativo à elaboração da carta arqueológica da microrregião Brejo Santo.

⁷⁵ Ressalta-se, mais uma vez, que essas inferências sobre a intensidade de ocupações relacionadas aos artefatos históricos (assim como as demais inferências sobre os grupos de sítios arqueológicos deste capítulo) decorrem

a) a doação das primeiras sesmarias na região ao longo do atual Riacho dos Porcos (conforme visto no capítulo 3), que atravessa parte desses dois municípios (além do município de Milagres), desde o final do século XVII e, principalmente, se intensificando a partir do início do século XVIII;

b) o processo crescente de ocupação da região, a partir do século XVIII, por grupos não indígenas oriundos do Rio São Francisco, que passavam pelas áreas desses municípios em busca do Vale do Cariri⁷⁶.

Do total de 7 (sete) sítios arqueológicos do Grupo 1 (que possuem exclusivamente artefatos do período histórico), 5 (cinco) deles estão situados no município de Jati, 1 (um) no município de Brejo Santo e 1 (um) no município de Milagres. Apesar da antiguidade da ocupação por grupos não indígenas, descrita acima, todos os sítios do grupo 1 apresentam artefatos com características cronológicas indiretas (principalmente faianças) oriundas de residências rurais mais recentes (século XIX em diante).⁷⁷

Quanto aos sítios arqueológicos contendo artefatos com características pré-coloniais, foi possível observar que do conjunto total de 86 (oitenta e seis) sítios arqueológicos identificados, existem artefatos com características pré-coloniais em 75 (setenta e cinco) deles (87,2% em termos percentuais), sendo 38 (trinta e oito) de forma exclusiva e 37 (trinta e sete) associados a artefatos do período histórico. Observando-se a distribuição espacial dos sítios na carta arqueológica da microrregião Brejo Santo, foi possível constatar que:

- a) todos os sítios arqueológicos dos municípios de Abaiara (21) e Penaforte (3) apresentavam artefatos com características pré-coloniais (de forma exclusiva ou associados a artefatos do período histórico); quanto aos demais sítios, a distribuição é de 31 (trinta) sítios arqueológicos do município de Brejo Santo (de um total de 33 sítios), ou seja, 93%; 13 (treze) sítios arqueológicos do município de Jati (de um total de 18 sítios), ou seja, 72%; 7 (sete) sítios arqueológicos do município de Milagres (de um total de 11 sítios), ou seja, 63%;
- b) a maioria predominante dos sítios arqueológicos (52 deles) existentes nos municípios de Abaiara, Brejo Santo e Milagres (contendo artefatos com características pré-

somente a partir dos resultados obtidos da parcela amostral dos grupos de sítios arqueológicos trabalhados nesta pesquisa.

⁷⁶ “O Vale do Cariri é uma vasta área de mais de quatro mil km² localizada na microrregião do Cariri, Sul do Ceará. A sua população foi estimada, em 2010, pelo IBGE, em mais de 528 mil habitantes, **distribuídos oficialmente em oito municípios cearenses: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.** O vale é rodeado pela Chapada do Araripe, tendo como marco natural a Serra do Araripe, onde nasce o principal rio da região, o Rio Salgado.” (SILVA, 2019, p. 15, grifo nosso).

⁷⁷ A inferência cronológica baseia-se na leitura da análise de curadoria dos artefatos históricos existentes nos relatórios técnicos da empresa Zanettini e do INAPAS, entregues ao IPHAN, decorrentes das obras da Ferrovia Transnordestina e da Transposição do Rio São Francisco.

coloniais) estão situados em altimetrias inferiores a 600 m de altitude, em planícies ou área de domínios de morros baixos. Nenhum sítio arqueológico foi identificado no município de Brejo Santo na parte superior (topo) da Bacia Sedimentar da Chapada do Araripe, onde existem as cotas altimétricas mais elevadas⁷⁸;

- c) a presença de arenitos grossos e médios, por vezes silicificados, da Formação Missão Velha e da Formação Brejo Santo (onde estão predominantemente situados os sítios desse grupo), além da Formação Mauriti (onde uma parte menor desses sítios arqueológicos estão situados), podem ter servido de matérias-primas rochosas para lascamentos pelos grupos pretéritos para elaboração de artefatos líticos. Ao se referir às atividades de resgate realizadas em 2008 no sítio arqueológico Baixa Dantas (município de Milagres), a empresa Arqueologia Zanettini apontou:

Dentre as 12 ocorrências arqueológicas descritas no relatório de levantamento da Variante Abaiara (TRANSNORDESTINA 2007b), verificou-se que a ocorrência 8, nomeada no referido relatório de levantamento como ocorrência Estaca V 330 – V335, consistia na realidade, em um sítio arqueológico com um componente caçador-coletor, associado a material lítico, e um componente histórico do século XIX, referente aos vestígios de uma pequena unidade de habitação. Esse sítio localiza-se na Fazenda Irapuá, município de Abaiara, estando implantado em uma colina baixa, **apresentando uma cascalheira na qual blocos soltos de arenito silicificado são abundantes.** (ZANETTINI, 2014, p. 51, grifo nosso).

Levando em conta somente essas constatações⁷⁹, foi possível observar, em relação ao conjunto total da pesquisa, percentual expressivo de sítios arqueológicos contendo somente artefatos com características pré-coloniais (44% de forma exclusiva) ou associados a sítios do grupo contendo também artefatos do período histórico (87,2%); isso é um indicativo de ocupações por grupos humanos desde períodos pré-coloniais na microrregião Brejo Santo, persistindo até os dias atuais.

Quanto aos sítios arqueológicos cujos artefatos são a arte rupestre (Letreiro Encantado, Capim e Nazaré SNA), foi possível constatar que eles estão situados somente no espaço geográfico do atual município de Milagres e que apresentam semelhanças quanto a mesma

⁷⁸A maior parte das áreas geográficas dos municípios de Abaiara e Milagres fica no intervalo altimétrico entre 200 e 500 m; o município de Brejo Santo possui áreas que podem ser divididas em três intervalos altimétricos a) um primeiro intervalo que fica entre 200 e 500 m (onde está situada a maioria dos sítios arqueológicos); b) um segundo intervalo fica entre 600 e 800 m (setor sudeste do município); c) um terceiro intervalo fica com cotas altimétricas entre 700 e 900 m (setor noroeste do município), que inclui parte do topo da Bacia Sedimentar da Chapada do Araripe, não sendo identificado nenhum sítio arqueológico nesse intervalo.

⁷⁹Outros fatores podem contribuir futuramente para alterar ou confirmar substancialmente essa inferência momentânea, haja vista a ausência ainda de pesquisas sistemáticas de escavações arqueológicas.

técnica de execução, tais como, a utilização de suportes rochosos areníticos e registros pintados na cor vermelha.

Quanto às temáticas existentes, foi possível verificar que não aparecem representações naturalistas (figuras humanas, animais ou vegetais), existindo somente registros pintados de grafismo abstratos compostos por traços lineares recorrentes, composições geométricas fechadas (retângulos) ou composições geométricas abertas (formato estrelar). Embora exista a recorrência dessas semelhanças e alguns desses sítios estejam próximos entre si⁸⁰, não é possível afirmar que tenham sido feitas pelo mesmo grupo autor.

Tendo em vista que não se possui quaisquer datações diretas ou indiretas com relação aos três sítios arqueológicos com arte rupestre, eles foram enquadrados especificamente no Grupo 4, ou seja, não se pode afirmar que apresentam características que possam indicar como artefatos pré-coloniais ou do período histórico (período colonial em diante). O que se pode perceber é que todos eles são elaborados em suportes areníticos verticais e já sofrem ações de vândalos na contemporaneidade, incluindo aposição de rabiscos e nomes próprios, assim como sofrem ações decorrentes do intemperismo natural (Figuras 43 a 50).

Figuras 43 e 44 - Município de Milagres – CE - Sítio Letreiro Encantado (primeira área de concentração denominada de “Estrela”) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 SIRGAS2000 24M 503547 E 9195234 N.



Fonte: Autora, 2019

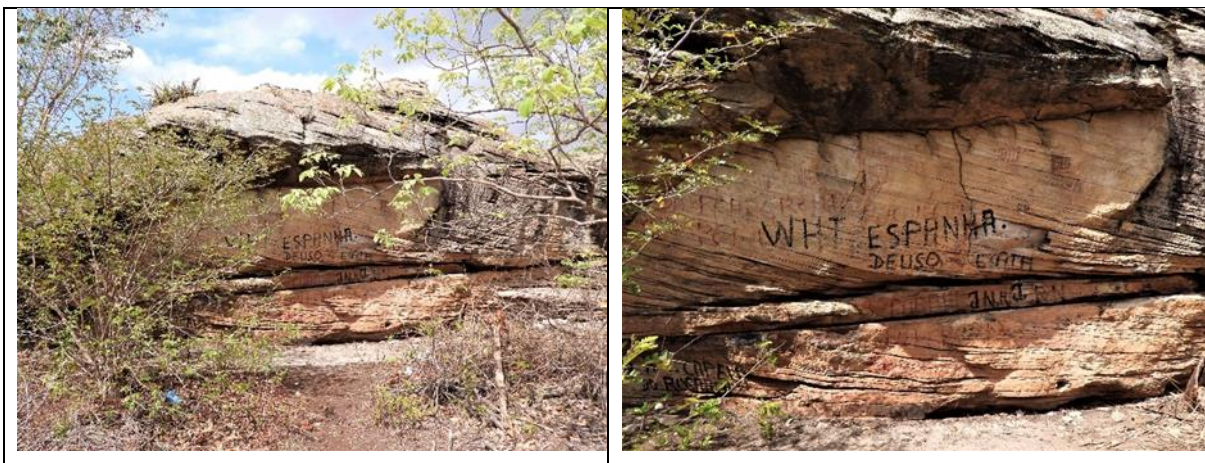
⁸⁰O sítio arqueológico Letreiro Encantado possui duas áreas de concentração: uma primeira área de concentração situada nas coordenadas Datum SIRGAS2000 24M 503547 E 9195234 N (intitulada ‘Estrela’) e uma segunda área de concentração situada nas coordenadas SIRGAS2000 24M 503660 E 9192611 N (intitulada ‘Carruagem’). A distância entre essas duas áreas de concentrações é de 137 m. A distância do sítio arqueológico Letreiro Encantado para o sítio arqueológico Capim é de 940 m.

Figuras 45 e 46 - Município de Milagres – CE - Sítio Letreiro Encantado (segunda área de concentração denominada de “carruagem”) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 503660 E 9192611 N.



Fonte: Autora 2019

Figuras 47 e 48 - Município de Milagres – CE - Sítio Capim – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 502812 E 9193115 N.



Fonte: Autora, 2019

Figuras 49 e 50 - Município de Milagres – CE - Sítio Nazaré (SNA) – coordenadas geográficas (UTM) SIRGAS2000 24M 510680 E 9194007 N.



Fonte: Autora, 2019

Com base nos dados dos sítios arqueológicos identificados nesses grupos (e análises de seus artefatos), há quanto tempo ocorrem essas ocupações humanas especificamente na microrregião Brejo Santo? Quais cronologias foram atribuídas a partir das pesquisas arqueológicas efetuadas na microrregião Brejo Santo e quais populações elaboraram esses artefatos? É o que se discute a seguir.

6.2 Cultura material x cronologias x populações

A partir dos dados obtidos nos relatórios técnicos das pesquisas arqueológicas realizadas até o presente (2021) na microrregião Brejo Santo, é possível sintetizar as datações arqueológicas obtidas na Tabela 2:

Tabela 2 - Datações arqueológicas obtidas na microrregião Brejo Santo-CE

Nº	Sítio arqueológico	Município	Datação obtida	Observações do relatório sobre a datação efetuada	Fonte
01	Baixio dos Lopes	Brejo Santo	1020+/-40 anos AP 1260+/-50 anos AP	“Uma amostra de carvão coletada na estrutura de fogueira encontrada nas quadras 4, 5 e 6 dessa unidade de escavação foi datada por C14.” “Nesta unidade também ocorreram blocos de arenito associados a carvões que poderiam ter pertencido a uma fogueira. A datação dos carvões coletados nessa estrutura forneceu a data de 1260+/-50 anos AP.”	Zanettini, 2008, Relatório final, Volume 1, p. 93-94.
02	Serrote da Nascença	Brejo Santo	1.220± 30 BP	“[...] classificamos o sítio revelado nesta pesquisa em lito-cerâmico com presença de vestígios significativos para atividades pré-coloniais através dos resultados de uma estrutura de combustão datada em 1220 ± 30 BP.”	Santos, 2020, p. 206
03	Antonio Gomes	Mauriti/Brejo Santo	1.320 ± 30 AP	“Uma amostra de carvão oriunda da sondagem 4, fogueira 5, decapagem 9, nível 2, gerou uma idade de 1320 ± 30 AP (Beta Analytic/ Método radiocarbono convencional/ Beta-537431).”	Souza, 2020, p. 202.
04	Baixa do Jardim	Jati	2150 ± 30 AP	“[...] no nível 6 (200 cm de profundidade), onde se identificou a fogueira 2, não havia vestígios líticos; eles só começam a aparecer a partir do nível 4 da sondagem 2, estrato corresponde à fogueira 3, datada em 2150 ± 30 AP.”	Souza, 2020, p. 206.
05	Baixio dos Cablocos	Abaiara	1530+/-50 anos AP	“A UE 12 foi aprofundada até os 70 centímetros, apresentando três camadas estratigráficas. Nessa unidade, uma estrutura ofereceu carvão a 40cm de profundidade, o qual foi datado em 1530+/-50 anos AP, revelando uma ocupação Tupi antiga nessa porção do semi-árido nordestino.”	Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 42-45
06	Joaquim Chicote	Abaiara	630+/-120 anos AP	“A camada inferior foi também composta por um sedimento areno fino-siltoso, porém mais compacto, de cor marrom avermelhado. Foi realizada a datação de cerâmica coletada na Unidade de Escavação 2 (30-40cm), tendo sido obtido resultado de 630+/-120 anos.”	Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 67-68
07	Lage	Abaiara	2.620 + - 40 AP	“Na unidade de escavação 3 foi evidenciada uma estrutura de fogueira intacta, entre 35 e 50 centímetros de profundidade, a qual estava exclusivamente associada com material lítico, sendo provavelmente relacionada a um horizonte caçador-coletor. O carvão presente nessa estrutura foi coletado para fins de datação, pelo método do C-14. A datação obtida foi 2.620 + - 40 AP.”	Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 55-58

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

A partir da Tabela 2, é possível afirmar que grupos humanos ocuparam espaços geográficos na microrregião Brejo Santo no intervalo cronológico entre 2.620 + - 40 AP e 630+/-120 anos.⁸¹ Visando a um melhor entendimento, dividimos temporalmente as culturas materiais e populações em três intervalos cronológicos:

1 – Primeiro intervalo cronológico (datações superiores a 2 mil anos) – Populações somente de caçadores-coletores?

A datação mais antiga (2.620 + - 40 AP) obtida no sítio Lage (Abaiara) através de carvões de uma estrutura de fogueira revela uma associação somente com material lítico, que a equipe de arqueologia atribuiu a provável ‘horizonte caçador-coletor’; a segunda datação mais antiga (2150 ± 30 AP) obtida no sítio Baixa do Jardim (Jati), também através de carvões de uma fogueira estruturada, indica, da mesma forma, associação somente com material lítico. Desse modo, a princípio, e de acordo com esses resultados preliminares, as primeiras populações a ocuparem o atual espaço geográfico da microrregião Brejo Santo nesse período mais recuado no tempo elaboravam somente artefatos líticos e viveriam da caça e da coleta.

As datações arqueológicas obtidas em escavações nas proximidades da microrregião Brejo Santo também indicam ocupações superiores a dois mil anos por grupos que utilizavam somente indústrias líticas. Embora não tenha identificado vestígios líticos associados, a arqueóloga Rosiane Limaverde obteve, no ano de 2006, no sítio arqueológico Sítio Olho d’Água de Santa Bárbara, município de Nova Olinda (localizado a 80 km da microrregião Brejo Santo na direção noroeste), uma datação de 3190 ± 30 BP com fragmento de carvão, oriundo de fogueira estruturada (LIMAVERDE, 2015, p. 338), o que reforça o entendimento sobre a antiguidade das ocupações humanas na Chapada Sedimentar do Araripe.

Pesquisadores do INAPAS ao escavarem, em 2013, o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa Uri de Cima (situado a cerca 29 km na direção sudoeste do município de Penaforte - microrregião Brejo Santo), localizado no município de Salgueiro-PE, identificaram indústrias líticas vinculadas a populações do Holoceno, com um intervalo cronológico de 3.950± 350 anos BP (datação mais recente) a 13.700 ± 430 anos B (datação mais antiga):

⁸¹ Devido às poucas pesquisas arqueológicas já realizadas até o momento (2021), ainda não é possível afirmar se de forma contínua ou descontínua.

Indústria do nível 1 - O nível 1A corresponde à mais recente camada estratigráfica com material arqueológico. A data obtida para esse nível, 3.950 ± 350 anos BP (MAP-251/12), situa no Holoceno recente a ou as ocupações responsáveis pelos vestígios líticos encontrados. Indústria do nível 1B: principal ocupação arqueológica do sítio - O nível 1B corresponde à ocupação principal do sítio, datada por LOE entre 8.000 ± 570 anos BP (MAP-252/12) e 13.700 ± 430 anos BP (MAP-253/12). É, de longe, o nível mais rico em termos de vestígios líticos. Concentra mais de 60% dos objetos de pedra encontrados no sítio. Esse material é principalmente de sílex. O quartzo e o arenito silicificado foram também bastante utilizados. (LOURDEAU; PAGLI, 2013, p. 103-104).

Portanto, para esse período cronológico acima de dois mil anos, foi possível verificar, através das pesquisas arqueológicas, que ocorreram ocupações por populações que elaboravam indústrias líticas tanto na microrregião Brejo Santo, quanto no seu entorno, utilizando como matérias-primas o arenito silicificado, sílex, quartzo, calcedônia e quartzito. (INAPAS, 2017; SANTOS, 2020; SOUZA, 2020; ZANETTINI, 2008). Entretanto, devemos alertar que esses vestígios culturais traduzem apenas um universo bastante fragmentário que foi revelado a partir das poucas pesquisas arqueológicas realizadas na microrregião Brejo Santo-CE até então.

2 – Segundo intervalo cronológico (datações entre 1530 e 630 BP) – Populações ceramistas Tupi

Nesse intervalo cronológico aparecem os artefatos cerâmicos associados a artefatos líticos, incluindo adornos, como tembetás. A datação mais antiga (1530 ± 50 anos AP) obtida no sítio Baixio dos Cablocos, também através de carvões de uma fogueira estruturada, aponta para uma “ocupação Tupi antiga”, sugerindo uma associação dessa fogueira com **fragmentos cerâmicos**; outra datação (1.320 ± 30 AP) obtida no sítio Antonio Gomes, também através de carvões em uma fogueira estruturada, localizada a 60 cm de profundidade, levou à hipótese de uma ocupação contínua contendo **vestígios líticos e cerâmicos**⁸² “coletados desde a superfície até 50 cm de profundidade. Isso sugere que o sítio pode ter sido reocupado, trata-se de uma única ocupação, com início há 1320 ± 30 AP.” (SOUZA, 2020, p. 178). Finalmente, outras datações (1260 ± 50 anos AP, 1.220 ± 30 BP, 1020 ± 40 anos AP e 630 ± 120 anos) obtidas (sítios Baixio dos Lopes e Serrote da Nascimento) indicam contextos arqueológicos que incluem vestígios líticos e cerâmicos associados a populações Tupi:

⁸² “Em relação a filiação dos vestígios cerâmicos do sítio Antônio Gomes a alguma tradição, eu não tinha quantitativos suficientes para gerar uma estatística, que permitisse uma associação com a tradição Tupiguarani ou subtradição. Nos fragmentos analisados, considerando a espessura, a pasta ou tipo de queima, não tinha características que me fizesse acreditar nesse momento que fosse da tradição Tupi. Embora a gente tivesse um ou dois vestígios destes que apresentavam uma semelhança com a cerâmica Tupiguarani, mas não tive embasamento confiável para sustentar essa filiação.” (Informação verbal fornecida à autora por Leandro Souza, em 27 de Junho de 2021).

[...] classificamos o sítio revelado nesta pesquisa em **lito-cerâmico** com presença de vestígios significativos para atividades pré-coloniais através dos resultados de uma estrutura de combustão datada em 1220 ± 30 BP de funcionalidade ainda incompreendida — **porém com exemplares semelhantes já pontuados em outras pesquisas na região com presença de cultura material associada aos grupos Tupi**, bem como, fragmentos cerâmicos colhidos pelo seu significativo potencial arqueológico traduzidos através dos detalhes morfológicos e da decoração observada. Cronologicamente, as atividades nos sítios: Serrote da Nasença e Baixio dos Lopes, cuja distância entre si é de 281m, se revelaram praticamente paralelas. Os resultados da análise do espólio cerâmico destes também coincidem, **o que nos leva a crer na possibilidade de ambos tratar-se de um mesmo assentamento Tupi: Uma Amunda (Aldeia Grande)**. (SANTOS, 2020, p. 206, grifo nosso).

Nesse sentido, com relação a essas datações dos artefatos cerâmicos vinculadas a populações Tupi, o pesquisador Angelo Corrêa defende a hipótese de “uma ocupação antiga” na região, ou seja, de parte desses artefatos pertencer a uma “ocupação mais antiga”, Proto-Tupinambá⁸³:

A região formada pelo **sul do Ceará**, centro e sul do Rio Grande do Norte, Paraíba e norte do estado de Pernambuco reúne um grande número de sítios que **combinam elementos emblemáticos do conjunto Tupi norte-oriental e Tupinambá, portanto Proto-Tupinambá**, sendo aqui tratada como centro regional nordeste (Quadro 10). A ocupação nesta região parece ter se dado por movimentos de curta distância garantindo uma **ocupação relativamente densa**, sobretudo se considerarmos que é uma região semiárida, e talvez por isso os sítios **estejam preponderantemente localizados nas serras, chapadas e suas encostas, nichos ecológicos com maior disponibilidade hídrica**. (CORRÊA, 2014, p. 257-258, grifo nosso).

⁸³ “Estas cerâmicas Proto-Tupinambá foram registradas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Apresentam preponderância de vasilhas pequenas a média (menos de 20 litros), com corpo globular de base convexa ou cônica (Quadro 7). As bordas são diretas, contraídas, introvertidas ou extrovertidas incluído ângulo interno bem marcado, mas também foram identificadas bordas com reforço externo e serrilhadas. Estes reforços externos dão um perfil a borda semelhantes ao que vemos no sudeste amazônico onde a porção mais próxima ao lábio é a parede mais espessa e esse último tende a ser plano, raros são reforços na parte mais inferior das bordas configurando as bordas triangulares das cerâmicas Tupinambá. Os contornos de abertura são circulares e em alguns casos elípticos. Mas também são encontradas vasilhas com carenas e linha incisa sobre o ombro já marcando dois escalonamentos, e até mesmo flanges mesiais. Os acabamentos de superfície são preponderantemente lisos só uma pequena porcentagem (menos de 10%) do total de peças apresentam outras formas de acabamentos plásticos ou cromáticos. Corrugado, escovado, ungulado e inciso são os mais comuns, mas também foram identificados estocados, roletados, polimentos e serrungulados. A presença de engobo branco e vermelho ocorre tanto na superfície interna quanto externa, sendo mais recorrente o engobo branco. A pintura policroma foi aplicada tanto em superfície com ou sem engobo. Em relação a pintura esta é preponderantemente formada por linhas grossas vermelhas e pretas compondo ‘modos’ muito semelhantes ao que Garcia (2012: 128-132) definiu para o interflúvio Xingu-Tocantins. Do mesmo modo temos os preenchimentos de espaços vazios com tinta preta formando triângulos ou retângulos semelhantes aos identificados por Almeida (2008) no sudeste amazônico. Além deste tipo de pintura mais recorrente também ocorrem em menor proporção linhas finas como as da pintura Tupinambá, mas sendo raros os pontos pretos tão comuns nesta última. De modo geral essas são as características que posso apontar sobre as cerâmicas deste conjunto denominado Proto-Tupinambá. **A partícula ‘Proto’ nesta denominação refere-se a possibilidade destes conjuntos terem sido produzidos por antepassados dos povos que teriam em algum momento caracterizado o que chamamos de Tupinambá**. Com relação a linha de tempo, **necessariamente uma parte deste conjunto deveria ser formado por cerâmicas mais antigas do que qualquer outra Tupinambá**, mas não todo o conjunto, pois aparentemente fenômenos de deriva em separado possibilitam a coexistência dos dois grupos em um dado momento como parece atestar as datações para a região.” (CORRÊA, 2014, p. 233-234, grifo nosso).

As pesquisas arqueológicas realizadas na microrregião até o presente (2021) apontam para a vinculação dos vestígios cerâmicos desse intervalo cronológico com populações Tupi:

A datação do sítio Baixio dos Caboclos em cerca de 1530 +/- 50 anos AP e do sítio Baixio dos Lopes em 1260 +/- 50 e 1020 +/- 40 mostram que a região do Araripe poderá certamente trazer mais insumos ao debate referente ao “centro de origem” e “possíveis rotas de dispersão” **dos grupos de matriz cultural Tupi**. A origem Amazônica não é mais contestada, mas a ocorrência desses sítios antigos no semi-árido nos coloca necessariamente no debate encetado por Brochado (1984). Os sítios estudados mostram que em oposição a uma única rota de expansão pelo litoral, teríamos várias rotas de expansão, algumas englobando o espaço do semi-árido, **a Chapada do Araripe poderia constituir um vetor dessas rotas migratórias**. (ZANETTINI, 2008, p. 181, grifo nosso).

O sítio corresponde, sem dúvida, a um cemitério indígena, onde se praticaram rituais fúnebres secundários, com enterramentos **em urnas decoradas com pintura de diversas cores dentro da tradição tupi-guarani (sic)**, na variedade, ou subtradição, policrômica. Observando as medidas registradas nos achados anteriores e as das urnas coletadas mais recentemente, vemos que há uma unidade ou semelhança de padrões cerâmicos, e não se trata de apenas um achado casual. As medidas das peças registradas indicam a existência de urnas abertas semelhantes às que aqui apresentamos. Urnas de tamanho menor, também decoradas com policromia, foram assinaladas como procedentes do mesmo sítio em coleções particulares e museus locais da região, embora sem dados precisos que confirmem essa procedência nem a época do achado, mas que poderiam pertencer ao enxoval funerário que acompanhava os enterramentos. **Cabe cogitar que o sítio Baixio dos Lopes fora também uma aldeia de população ceramista**, e não apenas um cemitério, conhecido o costume dos indígenas de enterrar os defuntos nas próprias aldeias ou, inclusive, dentro das casas. (MARTIN; MEDEIROS; PESSIS, 2016, p. 20, grifo nosso).

A presença de populações ceramistas no entorno (raio de 200 km) da microrregião Brejo Santo, vinculadas a grupos Tupi, também já é bastante conhecida na arqueologia regional. O Quadro 10 apresenta a síntese de algumas pesquisas arqueológicas já realizadas:

Quadro 10 - Pesquisas arqueológicas realizadas no entorno da microrregião Brejo Santo com comprovações da existência de populações ceramistas

Pesquisador/ano	Descrição/local	Distância (Km) da -microrregião Brejo Santo
OLIVEIRA et al., 2006	Identificação de 13 sítios arqueológicos no município de Araripina-PE, com a presença de cerâmica em 8 sítios. Os pesquisadores concluíram que: “A cerâmica pré-histórica apresenta uma tecnologia variada. Alguns elementos tecno-morfológicos, desse material, podem indicar, a hipótese de uma possível filiação com os grupos da Tradição Tupiguarani no Estado de Pernambuco.” (OLIVEIRA et al., 2006, p. 346, grifo nosso).	153 km na direção oeste do município de Jati-CE
LEITE NETO, 2009.	Sobre os sítios arqueológicos identificados no município de Araripina-PE: “Estando a cerâmica desses sítios filiada à Tradição Tupiguarani e tendo o padrão de assentamento a mesma característica da subtradição Tupinambá, a pesquisa desenvolvida para os artefatos líticos teve como problemática procurar identificar uma diferença no perfil técnico lítico entre os sítios localizados na área de chapada e na área de vale fluvial.” (LEITE NETO, 2009, p. 193).	153 km na direção oeste do município de Jati-CE
MACHADO, 2010.	Sobre a comparação dos perfis cerâmicos dos sítios arqueológicos em Mauriti-CE e Araripina-PE: “Todavia, pudemos constatar através da comparação da tecnologia cerâmica dos sítios de Mauriti com a tecnologia cerâmica dos sítios Aldeia do Baião e Aldeia do Capim, que a tecnologia cerâmica do Cariri cearense se assemelha com a tecnologia cerâmica da região pernambucana da Chapada do Araripe.” (MACHADO, 2010, p. 99).	O município de Mauriti-CE faz divisa com os municípios de Brejo Santo e Milagres (microrregião Brejo Santo).
AMARAL, 2015.	Sobre 26 sítios arqueológicos no município de Araripina-PE: “Quanto à influência do fator cronológico nos resultados alcançados, os dados disponíveis até o momento indicam que as áreas da Depressão Sertaneja e da Chapada foram simultaneamente habitadas pelos ceramistas Tupiguarani . Sendo que, durante um lapso temporal de no mínimo 350 anos houve a manutenção de alguns procedimentos envolvidos no modo de produção da cerâmica, assim como da estratégia de mobilidade residencial.” (AMARAL, 2015, p. 297, grifo nosso).	153 km na direção oeste do município de Jati-CE

Fonte: Autota, 2021

As datações obtidas em sítios arqueológicos⁸⁴ com cerâmicas atribuídas a populações Tupi no município de Araripina-PE, por exemplo, indicam ocupações por cerca de 350 anos no intervalo entre 530 ± 110 AP e 180 ± 25 AP (ALBUQUERQUE, 2008; AMARAL, 2015; OLIVEIRA, 2007; SANTOS, 2018).

Portanto, ao analisar os dados relativos a esses dois intervalos cronológicos somente na microrregião Brejo Santo, no sentido de persistência tecnológica, verificamos que se trata de um período de mais de dois mil anos ($2.620 + - 40$ AP até $630 + - 120$ anos), com

⁸⁴ Datações obtidas nos sítios arqueológicos pelos métodos de Termoluminescência (Baião, Bandeira, Jardim I, Jardim II, Maracujá I, Marinheiro, Minador I, Minador II, Torre II, Torre VII e Valado) e por carbono 14 (Baião). (SANTOS, 2018, p. 67).

populações elaborando artefatos líticos, e 900 anos (1530+/-50 anos AP até 630+/-120 anos) com elaboração de artefatos cerâmicos.

A constatação permite compreender, em parte, o quantitativo de 38 sítios arqueológicos (do conjunto de 86 sítios) exclusivamente com artefatos de características pré-coloniais (Grupo 2) existentes na microrregião Brejo Santo, caracterizando um percentual de 44% (quase a metade do conjunto da pesquisa). Agregando-se ao total mais 37 sítios arqueológicos do Grupo 3 (que possui sítios arqueológicos com artefatos de características pré-coloniais e do período histórico), esse quantitativo sobe para 75 sítios e o percentual para 87,2% do conjunto da pesquisa, como já mencionado.

3 – Terceiro intervalo cronológico (datações do século XVI até o presente) – Populações indígenas e não indígenas

As cronologias relativas aos artefatos com características do período histórico (Grupo 1), também baseadas somente na cultura material localizadas em escavações arqueológicas nos sítios da microrregião Brejo Santo, indicam ocupações humanas a partir do século XIX. Symanski (2008) ao analisar as louças (faiança fina), vidros, metais e cerâmica local-regional, dos sítios arqueológicos Baixa Dantas (que teria sido ocupado entre 1830-1840) e Queimadas I (que teria sido ocupado entre 1880-1900), localizados no município de Abaiara, destacou:

Conforme demonstrou a análise inter-sítios, os padrões de vida material deste grupo praticamente não se alteraram entre o começo e o final do século XIX, demonstrando sua imobilidade social em uma rígida estrutura hierárquica, que se manteve sem alterações nesta região desde o início do período colonial. (SYMANSKI, 2008, p. 94).

Entretanto, cabe aqui destacar que a cronologia da cultura material baseada somente no século XIX é oriunda somente do viés amostral de sítios arqueológicos do período histórico da pesquisa, identificado e registrado oficialmente na microrregião Brejo Santo (muito pouco ainda). Esse baixo quantitativo registrado teria sido influenciado por opções metodológicas dos pesquisadores? Pelas limitações espaciais da própria implantação das obras públicas na região? Ou realmente é fruto de uma baixa concentração de ocupação do espaço no período? São problemas importantes sobre os quais futuras pesquisas arqueológicas a serem desenvolvidas na microrregião devem se debruçar.

No sentido historiográfico, a hipótese de ocupação mais tardia pelas populações não indígenas, provavelmente, pode vir a ser constatada futuramente pela Arqueologia. Ela reflete o próprio processo de instalação das fazendas de gado em relação à efetiva urbanização da região, expresso por intermédio da instalação de paróquias religiosas e criação oficial dos

municípios da microrregião Brejo Santo, efetivadas somente em meados e final do século XIX, ou na segunda metade do século XX⁸⁵.

Outro fator a ser observado, também no sentido historiográfico, relaciona-se às próprias vias utilizadas nos processos de ocupação da região do Cariri cearense no século XVII, que podem sugerir dificuldades, a depender da orientação geográfica dos caminhos (pelo sul ou através da ribeira do Jaguaribe) inicialmente adotados:

[...] o sucesso no povoamento do vale do Cariri foi obtido, **sobretudo, pelos colonos da capitania cearense adentrados pelo vale do Jaguaribe e pelas cabeceiras do Rio Salgado, pois não podia a ocupação provir do sul do estado, em vista do desassossego dos conflitos entre índios e fazendeiros no baixo São Francisco e na bacia do Alto Piranhas, ficando bandeirantes e tropas de repressão aos indígenas reacionários, apenas de passagem apressados até a bacia do Riacho dos Porcos.** Para o autor, este acontecimento preconizou primeiramente a ocupação norte do vale do cariri cearense, cujos caminhos seguindo o leito de outros rios revelaram o Rio Batateira, principal afluente do Rio Salgado. **Este fato pode ter ocasionado o registro dos grupos remanescentes tardio ao leste da Chapada, onde está incluso a área do município de Brejo Santo, questão que pode haver empobrecido as bibliografias sobre o assunto** (POMPEU SOBRINHO, 1956 apud SANTOS, 2020, p. 34, grifo nosso).

Quanto a essas “possíveis dificuldades” de ocupação não indígena pelo Vale do Jaguaribe, Araripe (1867, p. 65, grifo nosso) destaca que a própria concessão de sesmarias só ocorre no Ceará a partir de 1663, mencionando que em 1688 foi concedida uma sesmaria de 10 léguas de comprimento no Rio Jaguaribe “ao coronel Francisco Dias d’Ávila e mais quatro sócios, cuja margens, dizem os requerentes, **estavam muito povoadas do gentio bárbaro e ninguém atrevia-se a provar, propondo-se eles a reduzir o mesmo gentio**”.

⁸⁵ O atual município de Milagres só teve sua paróquia em 1840 que “dedicada a N. S. dos Milagres, foi largo tempo filial da matriz de São-José-da-Missão-Velha, mas foi-lhe conferido o título de paróquia, de que gozava a sobredita igreja, por lei provincial de 5 de Setembro de 1840.” (SAINT-ADOLPHE, 1845, tomo segundo, p. 86). O município só foi criado em 17 de agosto de 1846 e oficializado através do Decreto nº 31, de 25/07/1890. (PONTES, 2010).

Com relação ao município de Brejo Santo, Pinheiro (2010) destaca, por exemplo, a antiguidade de doação de uma sesmaria feita em 24 de janeiro de 1714 “ao tenente-coronel Antônio Mendes Lobato Lira de três léguas de terras de comprimento e uma de largura no lugar denominado Brejo do Barbosa, onde depois fundaram a atual cidade de Brejo Santo.” (PINHEIRO, 2010, p.36). Entretanto, até 1858, “só havia duas casas na área da atual cidade: o prédio-logradouro dum curral de gado, de propriedade do Cel. Antônio Cardoso dos Santos, exatamente no local denominado Barrocão, e a vivenda de Antônio José de Sousa, casado com Senhorinha Pereira Lima”. a instalação de sua paróquia só ocorreria em 1876 e a criação do município em 26 de agosto de 1890, através do Decreto nº 49.

Os outros três municípios da microrregião Brejo Santo só foram criados no século XX. O município de Jati só foi criado em 22 de novembro de 1951, através da Lei nº 1.153; o município de Abaiara foi criado em 25 de novembro de 1957, através da Lei nº 3.921 e município de Penaforte em 31 de outubro de 1958, através da Lei nº 4.224 (<https://www.brejosanto.ce.gov.br/historico/acesso> em 20 de junho de 2021; PONTES, 2010, p. 40).

Já por via de ocupação, vindo por Pernambuco, essas “possíveis dificuldades” também não seriam diferentes, haja vista, a resistência dos grupos indígenas em não deixar tomarem as terras que ocupavam:

Da Bahia vinham pelo vale do Cariry exploradores com o fim de descobrir terras próprias para a criação de gados, e da casa Torre da Bahia, uma bandeira em 1671 penetrou a capitania com o mesmo intuito. Para segurança de sua empresa conseguiu alliar-se à horda dos Cariris e reunidos se lançaram a exploração do territorio. No lugar Missão Velha travaram guerra com uma tribu inimiga, que vencida foi exterminada por aquelles indígenas. Na Barbalba deu-se tambem uma grande lucta, e sorte igual coube à outra tribu inimiga. Essa bandeira tomou posse para a Casa Torres das terras *cariry*, que lhe pareceram mais conveniente. (CAVALCANTI, 1888, p. 275-276).

Com relação a essa possível ocupação tardia dos municípios da microrregião Brejo Santo, cabe aqui ressaltar um detalhe temporal observado nesta pesquisa durante a elaboração do mapa etno-histórico da microrregião Brejo Santo e, em uma amplitude, no mapa etno-histórico do sul do Ceará que engloba outras áreas do Cariri. As mais antigas menções bibliográficas referente aos grupos indígenas na região remontam ao ano 1702, quando mencionam a presença dos indígenas Icó no Rio Salgado, próximos à ribeira do Jaguaribe; os Jucá são mencionados em 1727, no Rio Jucá; os Cariú no Rio dos Bastiões e no Rio Cariú, em 1741; os Calabaça, Cariri e Icozinho, em 1741, no Rio Salgado⁸⁶. Portanto, todas essas menções bibliográficas referem-se ao século XVIII e, especialmente, nenhum desses grupos indígenas foi identificado especificamente (pelo menos na bibliografia etno-histórica pesquisada) nos espaços geográficos dos atuais municípios da microrregião Brejo Santo.

Por outro lado, as menções bibliográficas relativas especificamente aos grupos indígenas na microrregião Brejo Santo referem-se somente aos Chocó (em 1839) e aos Quipipau (1842), no Riacho dos Porcos, com informações referentes ao século XIX, ou seja, uma diferença de mais de cem anos em relação às menções bibliográficas dos grupos indígenas que são citados nos demais cursos de água do Cariri cearense, além de outros próximos à ribeira do Icó.

⁸⁶ Conforme as informações bibliográficas disponíveis e se fazendo um comparativo com os atuais espaços geográficos das jurisdições municipais cearenses, os grupos indígenas são mencionados nas seguintes áreas: os Icó e Icozinho, nas margens do Rio Salgado, mais próximos ao atual município de Icó-CE; os Jucá são mencionados nos espaços geográficos dos atuais municípios do Crato e de Arneiroz; os Cariú às margens do Rio Salgado e Rio Cariú, sendo mencionados nas áreas dos atuais municípios de Santana do Cariri e Crato (posteriormente em Fortaleza-CE); os Calabaça são mencionados às margens do Rio Salgado e em áreas dos atuais municípios de Missão Velha e Crato. Posteriormente nos municípios de Poranga e em Crateús; os Cariri são mencionados nas áreas dos atuais municípios de Missão Velha e Crato e, posteriormente, em Crateús.

Entretanto, é consenso entre os historiadores locais que o antigo sítio Brejo (atual cidade de Brejo Santo) **ficou à margem do processo de povoamento do Cariri, na simples condição de zona de currais e ponto de passagem obrigatória dos que se dirigiam à famosa região caririense** cujas vias de acesso, partiam da antiga Fazenda Vila Bela (atual Serra Talhada) atravessando Salgueiro e da povoação de Cabroró cruzando São José do Belmonte, localidades pernambucanas, de onde os caminhos convergiam e se fundiam na atual Jati no CE. Desse ponto rumava-se para Jardim e atuais terras dos municípios de Porteiras, Brejo Santo, Milagres, Mauriti e Missão Velha. Dessa maneira, estando entre as importantes rotas (Vila Bela — Cariri e Cabroró — Cariri), **muito surpreende que as numerosas fontes inexauríveis das terras brejosantenses não tenham despertado o interesse dos precursores da colonização caririense ao ponto de determinar a área, de início, palco de numerosos conflitos com os índios e a instalação de um grupo populacional colonizador extenso.** (SILVA, 1956, p. 03, grifo nosso).

Um aspecto desse processo histórico de ocupação colonial talvez explique, hipoteticamente, a diferenciação temporal em termos documentais, com base no formato da administração portuguesa no século XVIII, quando, a partir da reforma pombalina, os missionários jesuítas são expulsos dos aldeamentos indígenas e passam a criar vilas subordinadas a apenas quatro ribeiras no Ceará: Ribeira do Ceará, Ribeira do Acaracu, Ribeira do Jaguaribe e Ribeira do Icó.

Leite Neto (2006, p. 95-96) aponta que na composição dessas ribeiras do Ceará no século XVIII (1765-1767), a Ribeira que era responsável pela administração portuguesa mais próxima da região do Cariri era a de Icó (localizada na atual cidade de Icó), que já possuía 2 vilas (Povoação de Arneiroz e Nossa Senhora da Penha da Real Vila do Crato), 5 freguesias, 12 capelas, 4 regimentos, 314 fazendas e 2.603 fogos ou moradias, com o total de 9.912 habitantes.⁸⁷ O autor menciona ainda que existiam 113 fogos (moradias) de índios e 470 índios de desobriga na povoação de Arneiroz, além de 172 fogos (moradias) de índios e 412 índios de desobriga em Nossa Senhora da Penha da Real Vila do Crato.

Portanto, já existia uma estrutura administrativa montada na segunda metade do século XVIII na Ribeira do Icó, responsável inclusive pela elaboração e guarda de documentos religiosos e militares na época. Esse aspecto atinente à segunda metade do século XVIII evidencia um processo de ocupação administrativa não indígena mais adiantado na Ribeira do Icó, onde está situado o Rio Salgado, em relação à área específica da pesquisa, microrregião Brejo Santo.

Com relação ao Grupo 3, onde se situam 37 sítios arqueológicos com artefatos de características pré-coloniais e do período histórico, os dados levantados a partir das escavações expressas nos relatórios indicam ocupações bem distintas, quais sejam, período pré-colonial e colonial em diante. Entretanto, não se pode descartar as hipóteses (a depender do contexto

⁸⁷ Conforme Cavalcanti (1888, p. 143): “O historiador F. A. Varnhagen attribuiu ao Ceará uma população de 34.000 almas em 1775. Roberto outhey em 1776 lhe dava a mesma população”.

arqueológico de cada sítio) de que possam eventualmente ter sofrido processos pós-deposicionais que alteraram a gênese de deposição primária dos artefatos arqueológicos através de possíveis remobilizações de depósitos sedimentares por fatores naturais ou antrópicos; ou que populações não indígenas do período histórico também tenham efetuado possíveis lascamentos antrópicos de matérias-primas em sílex ou quartzo para atender a necessidades emergenciais específicas⁸⁸.

6.3 Sobre as modelações dos mapas etno-históricos da microrregião Brejo Santo e do Sul do Ceará

Passemos agora à discussão sobre os resultados obtidos com relação aos dados etno-históricos, tanto da área direta da pesquisa (microrregião Brejo Santo), quanto da área indireta que abrange boa parte do sul do Ceará.

As menções bibliográficas obtidas com relação aos municípios da microrregião Brejo Santo citam especificamente os índios Chocó (Xocó) e Quipipau no Riacho dos Porcos. Mesmo essas menções não definem claramente quanto à disposição espacial desses grupos indígenas ao longo desse riacho. Theberg (1864, p. 81), por exemplo, menciona genericamente que os Chocó “vagavam no vale do Riacho dos Porcos, e no pé da Serra do Araripe” e que os Quipipaus “frequentava as mesmas paragens”. No mapa etno-histórico de Nimueandaju (1981) também é possível identificar espacialmente os Chocó na área da microrregião Brejo Santo e próximo à divisa com o estado de Pernambuco⁸⁹.

O Riacho dos Porcos tem como principal tributário o Riacho do Jardim (que tem a nascente no topo da Bacia Sedimentar do Araripe) e após se encontrarem no atual município de Jati, seguem com a mesma denominação de Riacho dos Porcos, passando pelos municípios de Brejo Santo, Mauriti e Milagres, até desaguar no Rio Salgado, já no município de Missão Velha. Portanto, a considerar esse trajeto do Riacho dos Porcos (que atravessa três municípios da

⁸⁸ Apenas como exemplo desses possíveis lascamentos, a utilização do sílex e do quartzo era bastante comum em armas de fogos (espingardas e pistolas) até a primeira metade do século XX no Brasil: “As pederneiras em quartzo e sílex para espingardas e pistolas são encontradas em vários sítios históricos do Brasil. Fabricadas até os anos de 1930 no estado de São Paulo em ateliês familiares (Maximino 1985), são lascas quadrangulares inseridas no cão da arma, das quais um gume percutia o ferro da caçoleta; a peça era geralmente virada após algum tempo, expondo o gume oposto aos choques. Desta forma, e embora sejam inicialmente pequenos bifaces, estas peças apresentam após utilização uma morfologia e cicatrizes de esmagamento em ambos os lados que lhes dão uma aparência semelhante àquela das piteces esquillees pré-históricas.” (PROUS; SOUZA; LIMA, 2012, p. 310).

⁸⁹ Devemos alertar, entretanto, que, Curt Nimueandaju, durante suas pesquisas efetuadas entre 1905 e 1945, não trabalhou diretamente em campo na área do sul do Ceará (IBGE, 1987, p. 18), mas fez observações a partir de referências bibliográficas de outros autores sobre a presença de grupos indígenas na região. Daí ser possível observar em seu mapa, por exemplo, a presença dos índios Chocó como num prolongamento do Rio Salgado em direção à divisa com o estado de Pernambuco, quando na verdade, nessa área específica, existem o Riacho do Jardim e o Riacho dos Porcos, que se unem para desaguar no Rio Salgado somente, no atual município de Missão Velha. Da mesma forma, ele aponta no mapa a presença de índios Kariri nessa mesma área (talvez fruto de erro de escala), mas não foi possível confirmar a sua presença, em outras fontes bibliográficas.

microrregião Brejo Santo), foi possível inserir somente esses dois grupos indígenas na elaboração da carta etno-histórica da microrregião Brejo Santo. Isso não significa necessariamente que eles ocuparam somente as áreas ao longo dos riachos nesse período cronológico, pelo contrário, devido ao grau de mobilidade e ao extermínio ou aldeamentos dos grupos indígenas empreendidos pelos colonizadores não indígenas nos séculos XVIII e XIX no sul do Ceará, aparecem referências bibliográficas frequentes, por exemplo, sobre os índios Chocó (Xocó) no estado de Pernambuco, entre a ribeira do Rio Pajeú (Pernambuco) e a Serra do Araripe/Cariris Novos (Ceará):

[...] A cabo de dous mezes, mandei dous embaixadores d'estes a notificar, convidar e participar do mesmo bem a um resto de gentios brabos chamados do **Xocó, que andavão embrenhados nas cabeceiras do Rio Piancó, e travessias dos Cariris-novos** [...] (FRESCAROLO, 1913, p. 211, grifo nosso).

No ano seguinte, o Capitão Mor Joaquim Nunes de Magalhães e Francisco Barbosa Nogueira solicitaram **a abertura de três estradas em direção aos Cariris Novos** (Ceará) para extinguir os índios das três Nações Umã, Oê e **Chocó**. Estas estradas serviriam para “destruírem-se os ditos esconderijos com tres estradas” uma localizada na Serra do Umã e as **outras duas para os Cariris Novos (Ceará)**, acabando com os “insultos” praticados contra os fazendeiros, e abrir o comércio entre a Comarca do Sertão com a Comarca do Ceará (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 65, grifo nosso).

Com relação aos dados etno-históricos da área indireta da pesquisa (sul do Ceará abrangendo boa parte da Bacia Sedimentar do Araripe), foi possível observar que a maior parte das referências bibliográficas sobre os grupos indígenas Kariri (Cariri) e Kalabaça mencionam suas presenças nas proximidades da cachoeira de Missão Velha (atual município de Missão Velha) ou no aldeamento do Miranda (atual município do Crato), sempre referindo-se ao Rio Salgado e seus tributários; outros grupos indígenas bastante mencionados são os Cariú (situado às margens do Rio Cariú e do Rio dos Bastiões) e os Jucá (situado no Rio Jucá); outro grupo mencionado frequentemente são os Icó (também no Rio Salgado), porém, já mais próximo ao início do Rio Jaguaribe (nas proximidades do atual município do Icó).

Embora não seja objetivo deste trabalho discutir possíveis impactos ambientais na questão hídrica causados pela colonização realizada por grupos não indígenas pós-século XVII, vale mencionar a hipótese de uma maior perenidade da bacia dos cursos de água do Rio Jaguaribe no passado:

Entretanto, os conquistadores colhiam informações mais ou menos seguras das terras da bacia do Rio Salgado, no S-W do Ceará; e, certamente, divulgavam alhures as impressionantes condições físicas, a fertilidade do solo, **a abundância da água no verão** e outras vantagens destas paragens privilegiadas. Sabia-se que, então, o Rio Salgado levava perenemente um bom contingente líquido ao Jaguaribe, fazendo-o defluir até uma grande distância, naturalmente variável com a pluviosidade do ano. **As crônicas registam que ainda no comêço do século passado (XVII) o Salgado corria todo ano até o Icó.** (POMPEU SOBRINHO, 1956, p. 197, grifo nosso).

Os dados obtidos com os *buffers* dos grupos de sítios arqueológicos identificados nesta pesquisa relativos à proximidade do cursos de água, por exemplo, indicaram que 83,72% desses sítios estavam localizados a menos de 500 m, e 96,51% estavam situados a menos de 1.000 m desse cursos de água (primeira, segunda e terceira ordens); portanto, a hipótese quanto a uma oferta maior de água no passado nesses cursos de água, e que isso pode ter contribuído para os critérios de escolha dos grupos humanos pretéritos (pré-colonial e do período colonial em diante) para ocupação/fixação (temporária ou permanente) desses espaços não pode ser descartada.

Portanto, essas menções bibliográficas naturalmente sempre ressaltam as presenças dos grupos indígenas associados geograficamente aos cursos de água, como visto anteriormente; entretanto, mesmo sabendo da necessidade primária da água para os grupos pretéritos em discussão (indígenas e não indígenas), numa área conhecida ‘Vale do Cariri’ ou como um ‘oásis’, em termos de oferta de água, não é razoável ‘cair na fácil ilusão’ somente do determinismo ambiental.

Outros fatores também devem ser levados em consideração na análise espacial da distribuição dos grupos indígenas nessa modelação do mapa etno-histórico referente aos séculos XVIII a XIX. Dentre outros possíveis fatores que ensejaram a permanência dos grupos indígenas em questão podem ser mencionados, por exemplo, uma maior fertilidade do solo para plantio da mandioca (entre outras culturas agrícolas) e a existência de árvores frutíferas⁹⁰ na região:

Crato, vila medíocre, assentada numa planura junto da ribeira, a que empresta o nome, e é **uma das cabeceiras do Rio Salgado**, ornada com uma igreja paroquial de N. Senhora da Penha, é a mais abastada e mimosa de toda a província. **Todas as árvores frutíferas do continente prosperam em fértil terreno do seu distrito, onde se aproveitam as águas correntes para regar as lavouras, sem excetuar os mandiocais**, quando lhes faltam as chuvas: razão por que sempre se recolhe superabundância de mantimentos, que são o recurso de outros povos, quando nos anos secos experimentam carestia. (CASAL, 1817, p. 287, grifo nosso).

Entretanto, os artefatos arqueológicos coletados durante o programa de construção da Ferrovia Transnordestina também evidenciaram que o consumo da mandioca talvez não fosse tão primordial assim, haja vista a existência de outros recursos alimentares que provavelmente também teriam sido consumidos pelos grupos pretéritos:

⁹⁰ As principais árvores frutíferas do Cariri cearense são: Caju (*Anacardium occidentale L.*), Mangaba (*Hancornia speciosa Gomez*), Catolé (*Syagrus oleracea (Mart.) Becc.*), Jaboticaba (*Myrciaria jaboticaba Berg.*), Goiaba (*Psidium guajava L.*), Pitomba (*Talisia esculenta Radlk.*), Cajá (*Spondias lutea L.*) e Umbu (*Spondias tuberosa*). Nota da autora.

Também contamos com artefatos brutos ou picoteados destinados à maceração de grãos (trituradores, almofarizes e mós), **um indicativo de intensificação da agricultura ou de uma exploração mais intensa de recursos oferecidos pela região (e.g. cocos de ouricuri, babaçu, bacuri, macaúba, dentre outros)**. Além dos artefatos líticos brutos, que apontam o uso de uma diversa gama de espécies vegetais na dieta, as vasilhas projetadas assinalam a mesma diversidade na dieta desses grupos. Albuquerque e Lucena (1990) apontam que esses grupos teriam se adaptado ao semiárido devido ao cultivo intensivo da mandioca. **Contudo, as formas identificadas nos mostram que os grandes pratos assadores, destinados ao preparo da farinha (ver Brochado, 1977) estão ausentes. Esses grupos devem certamente ter realizado o cultivo da mandioca, mas seu consumo deve ter envolvido outras formas de preparo.** Cabe destacar que a proximidade da Chapada do Araripe lhes oferecia uma ampla gama de recursos faunísticos e vegetais, quiçá possibilitando uma dieta mais diversificada. (WICHERS; ZANETTINI, 2017, p. 105-106, grifo nosso).

O mapa etno-histórico do sul do Ceará mostrou também a ausência de informações bibliográficas (primárias e secundárias) sobre grupos indígenas dos séculos XVIII e XIX nas cotas altimétricas mais elevadas da Bacia Sedimentar do Araripe⁹¹.

Isso talvez seja justificado pelas nascentes de rios e riachos da região estarem situadas no topo ou nas suas encostas, com as águas vindo em direção às terras mais baixas, formando depósitos de águas naturais ao longo desses cursos hidrográficos e tornando mais úmidos os solos, o que teoricamente, os deixaria mais férteis para o plantio de culturas agrícolas consumidas pelos grupos indígenas. Apesar de não ser um fator ambiental determinante⁹², esse pode ter sido um dos critérios de escolha utilizados pelos grupos indígenas da época (séculos XVIII a XIX) para ficarem mais situados nas cotas altimétricas mais baixas da depressão periférica:

⁹¹ Entretanto, isso não significa necessariamente que alguns desses grupos indígenas não tenha feito movimentos e mobilidades também em direção ao platô da chapada nesse período cronológico. Como as escalas utilizadas pelas fontes primárias por vezes são bastante genéricas quanto as espacialidades efetivamente adotadas pelos grupos indígenas, essa delimitação específica não aparece nos textos bibliográficos.

⁹² Ao referir-se à área de sua pesquisa arqueológica no município de Araripina (parte pernambucana da Bacia Sedimentar do Araripe), Alencar (2015, p. 153) menciona: “Apesar de existir uma maior diversidade de tipos de solo na área da Depressão Sertaneja, e esses serem, de modo geral, mais férteis do que aqueles encontrados na Chapada, ambas as áreas apresentam classes de solos adequados aos cultivos agrícolas (CODEVASF, 2007, p. 11). E mesmo com a deficiência hídrica existente, tanto as terras da Chapada quanto da Depressão Sertaneja estão aptas à lavoura da mandioca e outros tubérculos; sendo os grãos melhor adaptados aos vales fluviais. Deste modo, a fertilidade do solo não seria um fator determinante para a concentração da produção de alimentos em apenas uma das áreas; não sendo, portanto, um fator condicionante para o deslocamento dos grupos pretéritos. Ou seja, os grupos que habitavam o alto da Chapada, não necessariamente precisavam se mover até as áreas da Depressão Sertaneja para ali cultivar suas roças, ou vice-versa. Portanto, tendo em consideração a aptidão dos solos para a produção agrícola (em especial para o cultivo da mandioca), observamos que tanto os domínios da Chapada quanto as áreas da Depressão Sertaneja possuem condições necessárias para abrigar simultaneamente locais destinados à habitação permanente e à produção sazonal de alimentos, isto é, aldeias e roçados. Assim, os movimentos necessários para a preparação, cultivo e colheita da lavoura poderiam se limitar às fronteiras de uma única área; não havendo, contudo, meios para determinar as distâncias percorridas ou mesmo afirmar que, no passado, as pessoas que moravam no alto da Chapada não cultivavam as terras do sertão”.

[...] a pretensão de uma identidade unificadora **teve na existência de água, que brotava das centenas de nascentes existentes nas encostas da Chapada do Araripe, o principal componente de identificação e coesão que distinguiria e qualificaria a região como excepcional** [...] Fatores de natureza climática e geológica justificam a origem das numerosas fontes concentradas na parte setentrional da escarpa do Araripe. Por ser “condensadora de umidade”, o nível de pluviosidade costuma ser mais elevado em relação às áreas circunvizinhas. **Ao caírem sobre o topo plano da Chapada, as águas das chuvas se infiltram “pelas camadas de arenito permeáveis até encontrar porção impermeável. Forma-se o lençol subterrâneo que escoar, devido à inclinação das camadas, em direção ao território cearense, onde volta ao solo através de uma série de fontes com regime permanente”**. Por contribuir para a formação de nuvens e chuvas em volume superior à outras regiões e reter as águas em seu interior, fazendo-as ressurgir em numerosas fontes, a Chapada do Araripe foi considerada “reservatório natural d’água.” (SILVA, 2019, p. 94-95, grifo nosso).

6.4 As variáveis da paisagem arqueológica

A elaboração da carta arqueológica e do mapa etno-histórico da microrregião Brejo Santo evidenciaram os processos de ocupação humana na região, em períodos cronológicos diferenciados, cuja análise pressupõe que fatores como proximidade de cursos de água, fontes de matérias-primas rochosas e altimetrias, certamente devem ter sido levados em conta nos critérios de escolhas espaciais para ocupações temporárias ou permanentes.

Na paisagem arqueológica da microrregião Brejo Santo foi possível observar que, quanto aos sítios arqueológicos, existe uma relação predominante entre altimetria e proximidade dos cursos de água (primeira, segunda e terceira ordens) que pode ser dividida em duas áreas geográficas:

- a) uma primeira área apresenta os municípios de Penaforte, Jati e parte (mais ao sul) do município de Brejo Santo, onde as altimetrias variam entre 600 e 800 m e os sítios arqueológicos estão todos situados a menos de 500 m de cursos de água, preferencialmente nos riachos (de terceira ordem) dos Porcos e do Jardim. É possível perceber um espaço geográfico vazio de sítios arqueológicos nas áreas espaciais mais afastadas desses riachos, mesmo tendo cursos de água de primeira e segunda ordens;
- b) uma segunda área engloba a outra parte do município de Brejo Santo (mais ao norte) e os municípios de Milagres e Abaiara, onde as altimetrias caem (em quase toda a área) para um intervalo entre 200 e 500 m, permanecendo as preferências de ocupações em áreas com proximidade da água, mas não necessariamente apenas por cursos de água de terceira ordem, mas também de segunda ou primeira, incluindo também as lagoas naturais. Existe também um vazio geográfico de sítios arqueológicos nos espaços mais a leste.

Ressalta-se, entretanto, que esse ‘vazio na paisagem arqueológica’ pode estar relacionado à ausência de pesquisas arqueológicas sistemáticas nesses espaços. Ao observar as duas grandes obras públicas que foram realizadas na microrregião Brejo Santo, foi possível verificar, por exemplo, que não aparecem sítios arqueológicos na área a sudeste da obra da Transposição do Rio São Francisco. Eles aparecem somente nas proximidades (até 1.000 m no máximo) dos leitos dos Riachos dos Porcos e do Jardim (nos municípios de Penaforte, Jati e parte do município de Brejo Santo). Isso pode estar relacionado às limitações contratuais de áreas de prospecções e monitoramentos pelas empresas de arqueologia contratadas para elaborar diagnósticos arqueológicos, geralmente atreladas às áreas diretamente afetadas (ADA) ou áreas indiretamente afetadas (AID), e que possuem metragens bem definidas nos contratos assinados.

O mesmo fator ocorre com relação à obra da Ferrovia Transnordestina, cuja maioria dos sítios arqueológicos identificados estão situados nas proximidades (até 1.000 m no máximo) da ferrovia, enquanto parte dos sítios arqueológicos do município de Milagres foram identificados por outros trabalhos de arqueologia de contrato.

6.5 A preservação do patrimônio cultural

Outra questão importante a partir da realização das duas obras públicas citadas, realizadas no início do século XXI, foi a discussão efetuada pelas empresas de arqueologia nos municípios da microrregião Brejo Santo sobre a necessidade de preservação do patrimônio cultural referido, expresso através dos sítios arqueológicos identificados.

Nos cinco municípios da microrregião foi possível identificar atividades de preservação do patrimônio arqueológico somente no município de Brejo Santo. Embora as populações desse município ouvissem falar sobre os achados dos ‘potes dos índios’, não havia uma política pública de esclarecimentos à população sobre esses achados e, principalmente, para a conscientização sobre a existência dessa paisagem arqueológica e a importância de sua preservação.

Nesse sentido, algumas ações para preservação do patrimônio cultural e de educação patrimonial em Brejo Santo passaram a ser realizadas, a partir do século XXI, tanto por empresas privadas como pelo Estado, tais como:

- a) Em 15 de novembro de 2007 é criado pelo líder comunitário Tony Antônio dos Santos, o Museu Pedra do Urubu, localizado no bairro Alto da Bela Vista, em Brejo Santo-CE. O acervo do museu é composto por material cultural (arqueológico, documentos

escritos, artefatos históricos, imagens religiosas, fotografias antigas, banners e equipamentos eletrônicos antigos), além de material paleontológico (fósseis de peixes e exemplares de madeiras fossilizadas), sendo um ponto referencial, em termos culturais, bastante visitado por estudantes locais e turistas eventuais. (OLIVEIRA, 2018, p. 92).

- b) Em 14 de maio de 2013 foi realizada uma reunião entre profissionais da empresa Zanettini Arqueologia e a secretaria municipal do município de Brejo Santo, visando a apresentar um projeto de educação patrimonial que envolvesse professores e alunos das escolas municipais. Seriam trabalhadas turmas de professores do ensino fundamental I e II, com 40 participantes cada uma, com o objetivo de discutir o universo da Arqueologia, do patrimônio arqueológico e cultural e as estratégias que os professores pudessem desenvolver com essas temáticas nas escolas. Nesse encontro foi firmado que haveria dois certificados, um de 9 horas, referente à oficina, e outro de 40 horas, para os professores multiplicadores das oficinas; para tanto os professores deveriam enviar relatórios constando registro das atividades desenvolvidas nas escolas. (ZANETTINI, 2014, p. 46).
- c) No dia 15 de maio de 2013 foi realizada uma reunião com o secretário de cultura, Francisco Miranleide de Basílio, que propôs realizar lançamento da exposição e das publicações do Polo Brejo Santo. Indagou sobre o local de salvaguarda do material arqueológico encontrado na região, pois ele como vereador e secretário de cultura tem o interesse de construir um museu no município. Tratou também da possibilidade de reunir secretários de cultura de toda a região para conversa sobre a criação de um museu. Também solicitou agendamento de reunião com Camila Moraes Wichers para o dia 07 de agosto de 2013, para tratar da possibilidade de criação de um museu no município de Brejo Santo. Por fim, salientou que gostaria de colaborar para a construção do material do multiplicador no item 'Meu lugar, meu patrimônio: o Polo de Brejo Santo', pois como historiador teria muito a contribuir com informações sobre a história local. (ZANETTINI, 2014, p. 47).

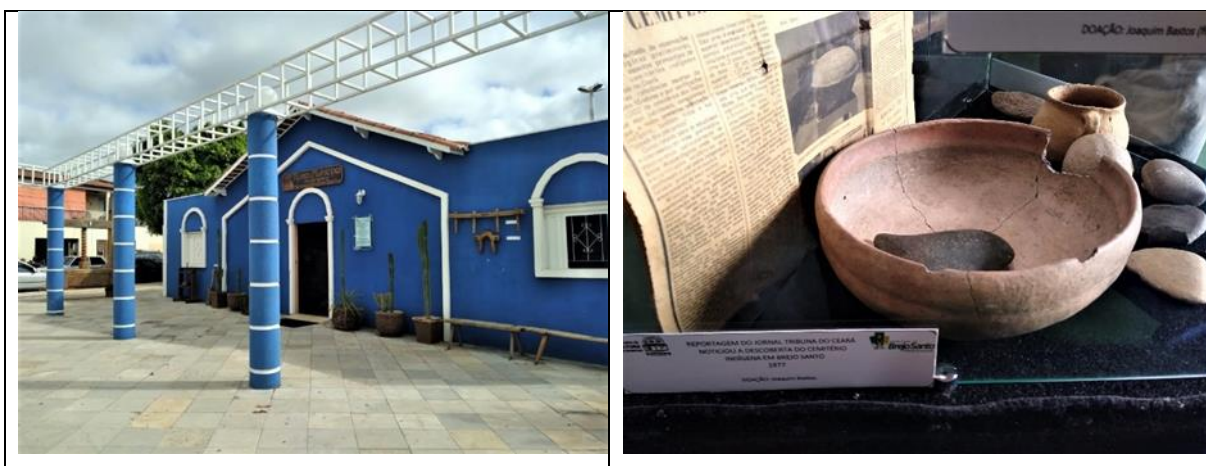
Nesse sentido, a guarda e preservação atual dos artefatos arqueológicos localizados no município de Brejo Santo tem duas características: os artefatos originários de achados casuais coletados por moradores ou pesquisadores amadores, que podem ser observados em três ambientes diferentes, como no museu particular Pedra do Urubu e no Museu Municipal Historiadora Marineusa Santana Basílio (localizados na zona urbana do município de Brejo Santo-CE); e na Fundação Casagrande – Memorial do Homem Kariri (localizada em Nova Olinda-CE). (Figuras 51 a 58).

Figuras 51 e 52 - Município de Brejo Santo – CE – Visão frontal do Museu particular Pedra do Urubu e detalhe de artefato polido existente em seu acervo



Fonte: Autora

Figuras 53 e 54 - Município de Brejo Santo – CE – Visão lateral do Museu Municipal Historiadora Marineusa Santana Basílio e detalhe de artefato cerâmico e polido existente em seu acervo



Fonte: Autora

Figuras 55 e 56 - Município de Nova Olinda – CE – Visão frontal da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri e detalhe de artefatos cerâmicos existentes em seu acervo



Fonte: Acervo fotográfico da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri

Figuras 57 e 58 - Município de Nova Olinda – CE – detalhes de artefatos cerâmicos originários do Sítio arqueológico Baixio dos Lopes – Brejo Santo-CE e doados ao acervo arqueológico da Casa Grande – Memorial do Homem Kariri pelo pesquisador amador Tancredo Telles



Fonte: Autora

Um passo importante para a política pública de preservação do patrimônio cultural foi a criação do Museu Municipal Historiadora Marineusa Santana Basílio no dia 06 de agosto de 2020, contendo imagens fotográficas relativas à história municipal, equipamentos e utensílios antigos, além de exemplos de artefatos arqueológicos localizados nos sítios arqueológicos em Brejo Santo.

Já os acervos coletados em escavações ou prospecções arqueológicas na microrregião Brejo Santo por institutos ou empresas privadas de arqueologia preventiva, podem também ser localizados nas seguintes instituições:

- a) na reserva técnica da Fundação Museu do Homem Americano (localizado em São Raimundo Nonato-PI): acervos coletados em escavações e/ou coletados em prospecções arqueológicas (municípios de Brejo Santo e Jati) pelo INAPAS a partir de 2010 no âmbito do Programa de Integração do Rio São Francisco (PISF);
- b) Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria (Prefeitura de Araraquara. Secretaria Municipal de Cultura): acervos coletados em escavações e prospecções arqueológicas entre 2007 e 2008 (municípios de Abaiara, Brejo Santo e Jati) pela empresa Zanettini Arqueologia no âmbito do Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, histórico e cultural da Ferrovia Transnordestina (Trecho Missão Velha - Salgueiro), nos estados do Ceará e Pernambuco;⁹³

⁹³ De acordo com a portaria nº 149, de 11 de Maio de 2007, do IPHAN, publicada no Diário Oficial da União em 14 de Maio de 2007, o endosso institucional para esse programa de resgate arqueológico no âmbito da Ferrovia Transnordestina foi dado pelo Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria (processo IPHAN - 01450.003276/2007-99), que está localizado em Araraquara-SP. Existe um termo de recebimento de coleções arqueológicas datado de 13 de maio de 2019, enviado ao Magnífico Reitor Prof. Dr. José Patrício Pereira Melo, da Universidade Regional do Cariri, enviando os acervos arqueológicos decorrentes do Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da Ferrovia Transnordestina, com um total de 26.638 artefatos

- c) Laboratório de Arqueologia da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri: acervo coletado em escavações arqueológicas entre 2019 e 2020 no âmbito do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE, no Serrote da Nascença, município de Brejo Santo-CE, sob a coordenação da arqueóloga Heloísa Bitu Santos.

Em termos quantitativos e origem (instituições de guarda), a destinação final dos acervos arqueológicos coletados pelos projetos arqueológicos desenvolvidos na microrregião Brejo Santo podem ser visualizados na Tabela 3.

arqueológicos Entretanto, em contato pessoal (informação verbal) com o pesquisador Paulo Zanettini, ele mencionou que “esse acervo ainda está em containers da empresa CSN, onde em acordos envolvendo o Iphan-CE, esse acervo arqueológico teria a destinação final para o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens da Universidade Regional do Cariri (URCA); entretanto, até o momento (2021) essa questão ainda não teria sido concluída, haja vista, que a URCA ainda estaria preparando um local para o recebimento efetivo desses acervos”.

Tabela 3: Artefatos arqueológicos oriundos de projetos de arqueologia preventiva na microrregião Brejo Santo CE em poder de instituições de guarda autorizadas pelo IPHAN

Nome do Projeto	Pesquisador	Município	Sítios arqueológicos	Quant.	Instituição de guarda
Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da Ferrovia Transnordestina (trecho Missão Velha-Salgueiro), nos estados do Ceará e Pernambuco – Portaria nº 17, de 26 de maio de 2008. Processo IPHAN nº 01450.003276/2007-99	Paulo Eduardo Zanetinni	Abaiara	Baixa Dantas	520	Universidade Regional do Cariri – Crato-CE
		Abaiara	Baixio dos Caboclos	3.510	
		Brejo Santo	Baixio dos Lopes	15.504	
		Jati	Bálsamo I	16	
		Jati	Básamo II	24	
		Jati	Bálsamo III	396	
		Brejo Santo	Brejo Santo I	182	
		Milagres	Café da Linha	6	
		Milagres	Corredor de Baixo	33	
		Abaiara	Casa Velha	3	
		Brejo Santo	Cemitério dos índios	661	
		Brejo Santo	Cícero Domingos	91	
		Abaiara	Joaquim Chicote	929	
		Abaiara	Lage	702	
		Abaiara	Pocinho I	28	
		Abaiara	Pocinho II	29	
		Abaiara	Queimadas I	2.006	
Abaiara	Queimadas II	116			
Brejo Santo	Topo do Morro	120			
Brejo Santo	Topo do Morro do Baixio dos Bois	295			
Brejo Santo	Nasçença dos Lucena	62			
Brejo Santo	Pé da Serra	28			
Abaiara	Soim	58			
Programa de Prospecção, Resgate e Acompanhamento Arqueológico e Paleontológico na área de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional	INAPAS (Instituto Nacional de Arqueologia e Paleontologia do Semi-árido) Coordenação geral: Anne-Marie Pessis	Brejo Santo/Mauriti	Antonio Gomes	1.709	Fundação Museu do Homem Americano
		Brejo Santo	Esperança	75	
Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE. Portaria nº portaria Nº58, de 23 de Agosto de 2019 Processo IPHAN nº 01496.000049/2018-38	Heloísa Bitu Santos	Brejo Santo	Serrote da Nasçença	595	Laboratório de Arqueologia da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri

Fonte: Ofício da empresa Zanetinni Arqueologia (gentilmente enviado no dia 28 de junho de 2021 pelo pesquisador Paulo Eduardo Zanetinni) de entrega de acervo arqueológico (datado de 13 de maio de 2019) ao Magnífico Reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA); relatório técnico das atividades de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico e paleontológico na área de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional volume I – 2017; Relatório final do programa de gestão do patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE (2020, p. 175).

7 CONCLUSÃO

Acreditamos que o objetivo do estudo para a elaboração da carta arqueológica da microrregião Brejo Santo realizada neste trabalho tenha sido atingido, ampliando a visão anterior de uma paisagem arqueológica pautada apenas nos sítios já registrados oficialmente no CNSA-IPHAN. Dessa forma, não bastava entender apenas a disposição espacial desses sítios arqueológicos na paisagem, mas compreender suas tipologias, as datações obtidas, cronologias, os tipos de populações que ocuparam esses espaços e os fatores geoambientais que contribuíram para que populações pretéritas fizessem suas escolhas. Entretanto, isso é só um pequeno passo, é necessário avançar muito mais.

A necessidade de intensificar as pesquisas arqueológicas na microrregião Brejo Santo é evidente, para responder questionamentos sobre os processos de ocupação na região, notadamente dos grupos indígenas do período pré-colonial. As datações arqueológicas obtidas apontam para ocupações de populações Tupi no município de Abaiara em 1.530 +/-50 anos AP no sítio arqueológico Baixio dos Caboclos e em 630+/-120 anos AP no sítio arqueológico Joaquim Chicote. Não sabemos ainda se ocorreu ocupação contínua de populações Tupi nesse intervalo cronológico, entretanto o mapa etnográfico elaborado com base no estudo que deu origem a esta dissertação já não mostra populações Tupi entre os séculos XVIII e XIX. O que ocorreu após esse período que ocasionou a saída dessas populações Tupi da região? Será que eles foram expulsos por outros grupos indígenas ou saíram por outros motivos? Ou será que realmente nunca saíram? São indagações que futuras pesquisas arqueológicas tentarão responder.

Para que consigamos tais respostas nas futuras pesquisas na microrregião Brejo Santo é preciso atentar para dois aspectos: em primeiro lugar, para a intensificação de prospecções e diagnósticos em áreas onde ainda não foram identificados sítios arqueológicos, os chamados 'vazios arqueológicos', já apontados anteriormente; além deste, outro aspecto, emergencial, é a necessidade de preservar o patrimônio cultural (sítios arqueológicos) já localizado e que sofre principalmente os riscos do avanço imobiliário à medida que as populações urbanas dos municípios da microrregião Brejo Santo aumentam.

Nesse sentido, é preciso adotar procedimentos na microrregião Brejo Santo que sinalizem para a preservação do patrimônio cultural, que possibilitem a manutenção e a disseminação da memória intrínseca que está associada aos lugares e aos artefatos elaborados pelos grupos do passado.

Visando a contribuir para esse processo, apontamos a seguir três providências institucionais (a, b, c) que poderiam ser adotadas para a consecução do referido objetivo:

a) **introdução da disciplina de Educação Patrimonial nas escolas** - A Educação Patrimonial é um procedimento necessário e indispensável para a assimilação do conteúdo sobre o patrimônio cultural, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo, em que a partir do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, “a Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.” (HORTA et al., 1999, p. 4).

Conforme mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9394/96 – artigo 26, a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam também que a “Pluralidade Cultural”, associada à interdisciplinaridade, são elementos fundamentais para a Educação Básica, a partir das temáticas transversais, incluindo o respeito ao meio ambiente e à pluralidade cultural. Dessa forma, o trabalho com “**as noções de patrimônio cultural deve ser incorporado aos demais conteúdos escolares** uma vez que, diante do caráter abrangente que define o próprio termo ‘Patrimônio’, a **Educação Patrimonial também assume papel de abrangência.**” (MALTÊZ et al., 2010, p. 44, grifo nosso).

O ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios, cabendo a eles elaborarem seus projetos políticos-pedagógicos para as escolas. A inserção da disciplina de educação patrimonial, ou pelo menos a inserção, de forma transversal, com a inclusão de conteúdos em disciplinas similares, é plenamente possível, podendo utilizar inclusive os museus existentes no município de Brejo Santo-CE para viabilizar a assimilação desses conteúdos em conjunto com as escolas:

De fato, os museus, os centros de memória e os centros culturais têm assumido a realização de diversos trabalhos de Educação Patrimonial, realizados com um caráter de interatividade, e também a partir de projetos, cursos de aperfeiçoamento e seminários com professores e estudantes. (MALTÊZ et al., 2010, p. 45).

No bojo das práticas pedagógicas para implantação da educação patrimonial nas escolas, torna-se necessário efetuar a capacitação em preservação do patrimônio dos professores municipais, assim como a conscientização dos alunos e pais de alunos sobre os lugares do patrimônio cultural existentes no município, para que passem a defender também esses lugares como partes importantes na construção de suas próprias identidades sociais.

b) fiscalização, pelo poder público municipal, das suas próprias leis, aprovadas pelo poder legislativo, de proteção ao patrimônio cultural e histórico – Praticamente todos os municípios⁹⁴ da microrregião Brejo Santo-CE possuem artigos bem semelhantes em suas leis orgânicas em defesa dos bens de valor histórico e/ou sítios arqueológicos, senão vejamos.

I – Município de Abaiara: na sua lei orgânica, artigo 16, inciso II, afirma-se: “proteger documentos, obras e outros **bens de valor históricos, artísticos e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais e **os sítios Arqueológicos**”;

II – Município de Brejo Santo: na sua lei orgânica, artigo 201, afirma-se: “O município, no exercício de sua competência, promoverá, protegerá, e manterá por todos os meios ao seu alcance: inciso II - obras, objetos, documentos e **imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico**”;

III – Município de Milagres: na sua lei orgânica, artigo 16, inciso II, afirma-se: “proteger documentos, obras e outros **bens de valor históricos, artísticos e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais e **os sítios Arqueológicos**”;

IV -Município de Penaforte: na sua lei orgânica, artigo 5º, inciso III, afirma-se: “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural, os monumentos e paisagens naturais e notáveis e **os sítios arqueológicos**”.

Entretanto, é possível observar que esses artigos são praticamente procedimentos formais de copia-cola para elaboração de leis orgânicas municipais padronizadas e que, na prática, não há indícios de uma efetiva e concreta atuação do poder público municipal em defesa do patrimônio cultural através de uma fiscalização rigorosa. A adoção de medidas de fiscalização pelas secretarias de culturas municipais, certamente poderia promover a preservação do patrimônio cultural de forma mais assertiva, através das sinalizações informativas ou delimitações protetivas desses lugares, por exemplo.

c) campanhas de conscientização local de preservação do patrimônio cultural – Outra medida salutar seria a articulação e divulgação pelos poderes públicos locais e organizações civis, de campanhas informativas através dos meios de comunicação (rádios e redes sociais) para a população local, alertando para a necessidade de manter e preservar o patrimônio cultural. A população precisa se identificar com esses lugares para que ela passe também a defender esses locais.

São procedimentos básicos que podem auxiliar na preservação e na divulgação do patrimônio cultural existente na microrregião Brejo Santo-CE. Mas também não podemos exigir que somente os poderes públicos cumpram a sua obrigação. Todos nós, enquanto

⁹⁴ Não foi possível o acesso a Lei Orgânica do Município de Jati-CE.

cidadãos, temos que exercer o nosso direito a cidadania, informando, conscientizando, promovendo o debate, denunciando quando for necessário. Como já dito na introdução deste trabalho, atingindo isso, teremos chegado ao nosso objetivo maior, que é não somente pesquisar e obter conhecimento novo, mas tornar esse conhecimento útil a toda a sociedade da microrregião Brejo Santo.

Ao finalizar este trabalho, penso que estou exercendo o meu direito de cidadania, ao defender o patrimônio cultural da região onde nasci. Em 2018 concluí a graduação em Arqueologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco, o meu trabalho monográfico, com o auxílio fundamental do meu orientador, professor Alencar Miranda do Amaral (UNIVASF), intitulado ‘Os Lugares de Memória e a Carta Arqueológica do Município de Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil’, ficou em primeiro lugar, na categoria graduação, do prêmio Luiz de Castro Faria - versão 2019, e depois foi lançado em livro, no ano de 2020, pela editora Brazil Publishing.

Atualmente (2021) esse livro encontra-se presente na biblioteca pública municipal de Brejo Santo, na câmara municipal e nos museus locais (Pedra do Urubu e Museu Municipal Marineusa Santana Basílio), contribuindo para a divulgação do patrimônio cultural da região e tentando conscientizar a população local sobre a necessidade da defesa desse patrimônio, pois só podemos defender o que conhecemos.

Atirando estrelas ao mar

“Era uma vez um escritor que morava em uma tranquila praia, junto de uma colônia de pescadores. Todas as manhãs ele caminhava à beira do mar para se inspirar e à tarde ficava em casa escrevendo. Certo dia, caminhando na praia, ele viu um vulto que parecia dançar. Ao chegar perto, reparou que se tratava de um jovem que recolhia estrelas-do-mar da areia para, uma por uma, jogá-las novamente de volta ao oceano.

– Por que está fazendo isso? – perguntou o escritor.

– Você não vê? – explicou o jovem.

– A maré está baixa e o sol está brilhando. Elas irão secar e morrer se ficarem aqui na areia.

O escritor espantou-se.

– Meu jovem, existem milhares de quilômetros de praias por este mundo afora, e centenas de milhares de estrelas-do-mar espalhadas pela praia. Que diferença faz? Você joga umas poucas de volta ao oceano. A maioria vai perecer de qualquer forma.

O jovem pegou mais uma estrela na praia, jogou de volta ao oceano e olhou para o escritor.

– Para essa aqui eu fiz a diferença.

Naquela noite o escritor não conseguiu escrever, sequer dormir. Pela manhã, voltou à praia, procurou o jovem, uniu-se a ele e, juntos, começaram a jogar estrelas-do-mar de volta ao oceano.

Sejamos, portanto, mais um dos que querem fazer do mundo um lugar melhor.

Sejamos a diferença!”

(Adaptação da história "The Star Thrower", do antropólogo e escritor norte-americano Loren Eiseley, publicada em 1969)

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABREU, C. 1881. *In*: CARDIM, F. **Tratado das terras e das gentes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925. p. 149-150.
- ADELCO. **Diagnóstico e estudo de linha de base**: projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas. Adelco/Esplar. Ceará, 2017.
- ALBUQUERQUE, M; Recipientes cerâmicos de grupos Tupi, no Nordeste brasileiro. *In*: PROUS, A.; LIMA, T. A. (org.) **Os ceramistas Tupiguarani**: sínteses regionais. Belo Horizonte: Sigma, 2008.
- ALBUQUERQUE, M. C. **Seara Indígena**: Deslocamentos e Dimensões Identitárias. 2002. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- ALHO, D. R.; JÚNIOR, J. M.; CAMPOS, M. C. C. Caracterização física, química e mineralógica de Neossolos Litólicos de diferentes materiais de origem. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias**, Recife, v. 2, n. 2, p. 117-122, 2007.
- ALVES, J. O Vale do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 94-103, 1945.
- AMARAL, A. M.; OLIVEIRA, C. A. **“Andanças” Tupiguarani na Chapada do Araripe**: análises das correlações entre mobilidade humana, tecnologia cerâmica e recursos ambientais. 2015. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- ARARIPE, T. A. **História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850**. Typographia do jornal no Recife, Recife, 1867, p. 130.
- ARAÚJO, A. G. **A Cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Relatório**: Relatório que a Assembléia Legislativa do Ceará apresentou no dia 1º de Junho de 1843, através do seu presidente José Maria da Silva Bitancourt. Fortaleza: Tipografia de José Pio Machado, 1843.
- ASSINE, M. L. Bacia do Araripe. **Boletim de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371-389, 2007.
- BATISTA, C. A. **Breve história dos municípios do Cariri cearense**: fatos e dados. Fortaleza: INESP, 2020.
- BEZERRA, A. **Algumas Origens do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. (Ed. fac-simile da edição de 1918).
- BEZERRA, A. Algumas Origens do Ceará. **Revista Instituto do Ceará**, [s. l.], 2010.

- BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BINFORD, Lewis. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*. **JSTOR**, [s. l.], Cambridge University Press, 45 (1): 4-20, 1980.
- BOADO, F. C. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. **Boletín de Antropología Americana**, [s. l.], n. 24, p. 5-29, 1991.
- BOADO, F. C. Landscape, Archaeology, Heritage. **Digital.csic**, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1997.
- BRANDÃO, M. G. L. Plantas medicinais e fitoterápicos. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, [s. l.], p. 44, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1873- - 1876. 6 v. [V. 3]: Ceará, Santa Catharina, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Matto Grosso.
- BRÍGIDO, J. **Apontamentos para A História do Cariri**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007. (Typografia da Gazeta do Norte, 1888. Fac-símile da Edição de 1861 reproduzida do Diário de Pernambuco).
- CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: Editores - J. Leite & Cia., 1925.
- CARDOSO, C.A. et al. Caracterização morfométrica da bacia hidrográfica do rio Debossan, Nova Friburgo, RJ. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.30, n.2, p.241-248, 2006.
- CARVALHO, M. S. S.; SANTOS, M. E. C. M. Histórico das Pesquisas Paleontológicas na Bacia do Araripe, Nordeste do Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 28-1, p. 15-34, 2005.
- CASAL, M. A. **Corografia brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fedelissima por um presbítero secular do Gram Priorado do Crato**. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817.
- CASTELLETTI, C. H. M. et al. Quanto ainda resta da Caatinga? Uma estimativa preliminar. **Ecologia e conservação da Caatinga**, Recife, p. 719-776, 2005.
- CAVALCANTE, A. Jardins suspensos no sertão. **Scientific American Brasil**, [s. l.], p. 60-67, 2005.
- CAVALCANTE, F. M. B. **Memórias de Brejo Santo**: dados bibliográficos de homenageados em logradouro público. Fortaleza: [s. n.], 2002.
- CAVALCANTI, J. P. A. **Chorographia da provincia do Ceará**: o Ceará em 1887. [s. l.]: Editora Imprensa Nacional, 1888.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Viera Machada. 3. ed. São Paulo: UNESPE, 2006.

CORDEIRO, J. **Os Índios no Siará: massacre e resistência**. Fortaleza: Ed. Hoje, 1989.

CORRÊA, A. A. Cadeias operatórias Tupi. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 221-238, 2011.

CORRÊA, A. A. Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios Tupi. **Cadernos do Lepaarq**, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 380-406, 2017.

CORRÊA, A. A. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 2, 2013.

CORRÊA, A. A. **Pindorama de Mboia e Iakaré. Continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi**. 2014. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORRÊA, A. A. **Tetama nas matas mineiras: sítios Tupi na microrregião de Juiz de Fora**. 2009. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, K. V. M. **Parâmetros hidrossedimentológicos da bacia hidrográfica do São José, no cariri cearense**. 2013. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CPRM. Comportamento de Bacias Sedimentares da Região Semi-Árida do Nordeste brasileiro. Termo de Referência para Levantamentos Geofísicos na Porção Oriental da Bacia do Araripe. Projeto CTHIDRO. [s. l.] Convênio Nº 01.04.0623.00 – CPRM/FINEP. P. 11, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/TRBacia%20Lavras%20da%20Mangabeira.pdf>. Acesso em 23 dez. 2019.

DATAS DE SESMARIAS. v. 2. Fortaleza: [s. n.], 1921.

DELFORGE, A. H. Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil. **Revista Espinhaço**, [s. l.], v. 2, p. 20-35, 2013.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza: edição de 05 set. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/indios-kariri-lutam-por-reconhecimento-da-tribo-1.127736>. Acesso em: 06 jun. 2020.

DOSSIÊ: denúncia sobre a situação territorial dos povos indígenas no Ceará. Centro de defesa e promoção dos direitos humanos da arquidiocese de Fortaleza-CE. Fortaleza: [s.n.] 2015.

DUNNEL, R. C. **Classificação em arqueologia**. Tradução: Astolfo G. M. Araújo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

EMBRAPA. Solos do Nordeste. Folder informativo. 2014. Disponível em: <file:///D:/Meus%20documentos/Meus%20documentos/DICION%C3%81RIOS/FOLDER-SOLOS-DO-NE-versao-final.pdf>. Acesso em 13 Out. 2019.

ETCHEVARNE, C. Sítios dunares do Sub-Médio São Francisco, Bahia, Brasil. **Journal de la Societé des Americanistes**, [s. l.], v. 78-1, p. 57-71, 1992.

FAGUNDES, M. O conceito de paisagem em arqueologia: os lugares persistentes. **Holos Environment (Online)**, [s. l.], v. 09, p. 135-149, 2009.

FAGUNDES, M. **Sistema de assentamento e tecnologia lítica**: organização tecnológica e variabilidade no registro arqueológico em Xingó, baixo São Francisco, Brasil. 2007. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FAMBRINI, G. L. et al. Análise estratigráfica da Formação Brejo Santo, Bacia do Araripe, Nordeste do Brasil: implicações paleogeográficas. **Revista do Instituto de Geociências – USP**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 3-28, 2013.

FAMBRINI, G. L. et al. Estratigrafia, Arquitetura Depositional e Faciologia da Formação Missão Velha (Neojurássico-Eocretáceo) na Área-Tipo, Bacia do Araripe, Nordeste do Brasil: Exemplo de Sedimentação de Estágio de Início de Rifte a Clímax de Rifte. **Revista do Instituto de Geociências – USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 55-87, 2011. Disponível em: www.igc.usp.br/geologiausp. Acesso em: 21 jul. 2021.

FERRARI, A. T. Os Kariri, o crepúsculo de um povo sem história. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 3, 1957.

FIGUEIREDO FILHO, J. **História do Cariri**. v. 2. Fortaleza: Edições UFC, 2010. (Fac-símile da Edição de 1964).

FIGUEREDO JÚNIOR, J. B. C. **APEC. Relatório do Presidente da Província do Ceará**. [s. l.: s. n.], 1863.

FRACALOSSO JUNIOR, M. Captação de Brejo Santo. Estudo Geofísico por Eletrorresistividade - **Relatório**. CAGECE, DEI, GRH, Divisão de Hidrogeologia. Fortaleza, 1985.

FRAGOSO, V. **Carta arqueológica do município de Loures**. 2011. Disponível em: <http://www.cmLoures.pt/Media/Microsite/Cultura/assets/cartaarqueologica.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

FRESCAROLO, V. 1804. Informações sobre Os índios bárbaros dos Sertões de Pernambuco. **Revista do Instituto do Ceará**, [s. l.: s. n.], 1913.

FONSECA, J. G. **Carta topografica aonde se compreendem as Capitánias de que se compõem ao presente o Governo de Pernambuco**; oferecida ao Il.mo e Ex.mo S. Fran.co X. de M.ça Furtado, do Conselho de S. Mag.e Fidelissima, Ministro e Secretario de Estado da Marinha, e Conquistas. Recife: Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, 1766.

GIRÃO, R. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB.ETENE, 1985.

GOEJE, C. H. O Cariri (nordeste brasileiro). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 64, t. 64, 1950.

GOMES, J. E. A. B. **AS MILÍCIAS D'EL REY**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. 2009. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

GUERRA, M. D. F. **Veredas da Chapada do Araripe**: contexto ecogeográfico de subespaços de exceção no semiárido do Estado do Ceará, Brasil. 2019. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, 2019.

HERCKMAN, E. Descrição geral da Capitania da Parahyba. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife, t. 5, n. 31, 1886.

HERIARTE, M. **Descrição do Estado do Mmaranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas**. Vienna d'Austria: Edição por conta do Editor, 1874.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Rio de Janeiro). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro:1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Rio de Janeiro). **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-memória. Rio de Janeiro, 1987.

ICOMOS. **Carta de Lausanne**. Lausanne, 1990. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/344>. Acesso em: 23 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DO SEMI-ÁRIDO (INAPAS). **Relatório técnico**. Atividades de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico e paleontológico na área de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, V. 1, 2017. 211 p.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE-CE). **Perfil básico municipal 2005**. Publicação da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Brejo_Santo_2005.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE-CE). **Perfil básico municipal 2005**. Publicação da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Jati_2009.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE-CE.). **Perfil básico municipal 2012**. Publicação da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/01/Abaiara.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE-CE). **Perfil básico municipal 2013**. Publicação da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo

do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/01/Milagres_Br_office.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cadastro Nacional de Sítio Arqueológicos (CNSA)**, 2019.

JAKOMINE, P. K. T. A nova classificação brasileira de solos. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 5 e 6, p. 161-179, 2009.

JUCÁ NETO, C. R.; ANDRADE, M. J. F. S.; PONTES, A. F. A Fixação da Igreja no Território Cearense Durante o Século XVIII: algumas notas. **Urbanização em territórios luso-brasileiros**, Brasília, n. 13, p. 27-35, 2014.

KAMINSKI, N. **Avifauna em formações vegetacionais semiáridas (savana estépica) no Nordeste do Brasil**: diversidade e sazonalidade. 2015. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LARANJO, M. R. X. **Carta Arqueológica do Concelho de Estremoz**: da época romana à época moderna. 2014. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Nova de Lisboa, 2014.

LEITE, J. B. **Confecção da carta arqueológica do Estado de Sergipe com o uso de geotecnologias**. 2016. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.

LEITE NETO, J. **Índios e terras do Ceará**: 1850-1880. 2006. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LEITE NETO, W. M. Tecnologia lítica dos grupos ceramistas da Chapada do Araripe: análise dos sítios arqueológicos do município de Araripina, Pernambuco, Brasil. **Revista Clio arqueológica**, [s. l.], v. 24-1, 2009.

LIMA, C. L. S. **Etnicidade indígena no contexto urbano**: uma etnografia sobre os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús. 2010. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LIMA, F. J. **Evolução geomorfológica e reconstrução paleoambiental do setor subúmido do Planalto Sedimentar do Araripe**: um estudo a partir dos depósitos coluviais localizados nos municípios de Crato e Barbalha – Ceará. 2015. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LIMAVERDE, R. Acervo Lítico e cerâmico da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil. *In*: LIMAVERDE, R. (org.). **Fundação Casa Grande-Memorial do Homem Kariri, catálogo 01**. Nova Olinda: Casa Grande Editora, 2006. p. 01-40.

LIMAVERDE, R. **Arqueologia social inclusiva**: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe Nova Olinda, CE, Brasil. 2015. Tese de doutorado (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

LINHARES, M. A.; XIMENES, E. A. Bando que se lançou a respeito dos Índios Jucás: edição e contribuição ao estudo da colonização do Ceará. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 353-384, 2015.

LORDEAU, A.; PAGLI, M. Caracterização tecnológica da indústria lítica do sítio arqueológico Lagoa Uri de Cima. **Fundamentos**, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 10, p. 100-128, 2013.

MACHADO, D. A.; SANTOS, J. S. Carta arqueológica do Rio Grande do Sul: mapeando o patrimônio arqueológico do Estado. In: **Segundo encontro de pesquisas históricas**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

MACHADO, D. L. **Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antônio e Olho D'água do Pau, Mauriti – Ceará**. 2010. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MAMIANI, L. V. **Arte de grammatica da lingua brasílica da naçam Kiriri**. Lisboa: Na officina de Miguel Deslandes Impreffor de Sua Mag., 1699.

MAGALHÃES, E. S. “Acossados por toda parte como brutos selvagens” os índios da Cachorra Morta na província do Ceará. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 15-32, 2018.

MAGALHÃES, W. **Continuidade e mudança dos povos Jê, um estudo acerca da paisagem arqueológica, cultura material e padrão de assentamento dos sítios arqueológicos Inhazinha/MG e Água Limpa/SP**. 2019. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MAIA, L. O. Povos indígenas no crepúsculo setecentista na Capitania do Ceará: “invisibilidade”, agência indígena e reelaboração cultural. **Revista Mneme**, Caicó, v. 15, n. 35, p. 111-136, 2014.

MALTÊZ, C. R. et al. Educação e Patrimônio: o papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 39-49, 2010.

MARTIN, G.; MEDEIROS, E.; PESSIS, A. Salvamento Arqueológico no Sítio Baixio dos Lopes, Brejo Santo-CE - Um Sítio Com Cerâmica Tupiguarani da Subtradição Policrômica. **CLIO**. [s. l.], v. 31, n. 1, p. 10, 2016.

MECENAS, A. A travessia entre o pecado e a fé: as aldeias Kiriri e os escritos jesuíticos de conversão (1684-1699). **Revista Antíteses**, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 87-107, 2018.

MEDEIROS, V. C. **Evolução Geodinâmica e Condicionamento Estrutural dos Terrenos Piancó-Alto Brígida e Alto Pajeú, Domínio da Zona Transversal, NE do Brasil**. 2004. Tese de doutorado (Doutorado em Geodinâmica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

MELO, J. P. P. **Índios Cariri, identidade e direitos no século XXI**. 2017. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

MENEZES, L. B. A. Memória sobre a Capitania independente do Ceará Grande escripta em 18 de Abril de 1814 pelo governador da mesma Luiz Barba Alardo de Menezes. in: **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 21, 1897.

MONTEIRO, J. **Tupis, Tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. 2001. Tese de Livre Docência (Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

NANTES, M. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. [s. l.]: Instituto Nacional do Livro, 1979.

NAVARRO, A. G. O povo das águas: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da baixada maranhense. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 20, n. 3, 2013.

NEVES, B. B. B. et al. **Revista do Instituto de Geociências**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 57-80, 2005.

NIMUENDAJU, C. A habitação dos Timbira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, [s. l.], v. 8, p. 76-101, 1944.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. mapa.

NOGUEIRA, P. Vocabulário indígena em uso na província do Ceará com explicações etimológicas, ortográficas, topográficas, therapeuticas, etc. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, [s. l.], 1887.

NOBRE, J. N. S. **Memória social e espacialidade de grupos ceramistas em Trairi, CE**. 2013. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, A. J. **Os Kariri-resistências à Ocupação dos Sertões dos Cariris Novos no Século XVIII**. 2017. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, A. J. Processo de “invisibilidade” dos índios kariri nos sertões dos cariris novos na segunda metade do século XIX. **Revista Clio de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 2, n. 34, p. 270-289, 2016.

OLIVEIRA, C. A. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no Sudeste do Piauí**. 2000. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, C. A. et al. Os grupos pré-históricos ceramistas da Chapada do Araripe. Prospecções arqueológicas no município de Araripina – PE. **CLIO**, Recife, v. 21, p. 20-35, 2006.

OLIVEIRA, D. L. **Os lugares de memórias e a Carta Arqueológica de Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2018.

OLIVEIRA, J. P. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, 1997.

OLIVEIRA, L. B. et al. Morfologia e classificação de luvisolos e planossolos desenvolvidos de rochas metamórficas no semiárido do nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências**, Viçosa, v. 33, n. 5, 2009.

PALILLOT, E. M. (org). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará/Imopec, 2009.

PETRONE, P. Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 19, 1955.

PINHEIRO, I. **Efêmerides do Cariri**. Coedição Secult/edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

PINHEIRO, M. L. B. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, 2006.

POMPEU SOBRINHO, T. As origens dos índios Cariris. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 64, t. 64, 1950.

POMPEU SOBRINHO, T. O Povoamento do Cariri Cearense. **Revista da Academia Cearense de Letras**, [s. l.], n. 32, p. 195-205, 1956. Disponível em: http://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/revistas/1956/ACL_1956_32_O_Povoamento_do_Cariri_Cearense_Th_Pompeu_Sobrinho.pdf. Acesso: 15 maio 2021.

POMPEU SOBRINHO, T. **Pré-história Cearense**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1955.

POMPEU SOBRINHO, T. **Sistema de parentesco dos índios cariris**. (Estudos Históricos). Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 1947

PONTES, L. M. V. **Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará**: a questão dos limites municipais. Fortaleza: IPECE, 2010.

PROUS, A.; SOUZA, G. N.; LIMA, A. P. A importância do lascamento sobre bigorna nas indústrias líticas do Brasil. **Arquivos do Museu de Historia Natural**, [s. l.], v. 21, p. 287-326, 2012.

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil**. São Paulo: Hucitec / Edusp, 2000.

QUEIROZ, J. M. C. **Um estudo gramatical da língua dzubukuá, família karirí**. 2012. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RODRIGUES, A. D. Karirí como família linguística Macro-Jê no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 47-52, 2019.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. **Diccionario geographigo, Historico e Descriptivo, do Império do Brazil**. t. 1. Editor J. P. Aillaud: Paris, 1845.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. **Diccionario geographigo, Historico e Descriptivo, do Império do Brazil**. t. 2. Editor J. P. Aillaud: Paris, 1845.

SANTOS, A. C. S. **Práticas alimentares de consumo vegetal e função dos recipientes cerâmicos dos grupos ceramistas Tupiguarani da Chapada do Araripe-PE**. 2018. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SANTOS, H. B. **Relatório final do programa de gestão do patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE**. Processo IPHAN nº 01496.000049/2018-38, 2020.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora Edusp, 2004.

SANTOS JÚNIOR, C. F.. O Diretório em Pernambuco no século XIX: Instrumento de “pacificação” dos “índios brabos” no submédio São Francisco. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2015.

SANTOS JÚNIOR, V. **Arqueologia da paisagem**: proposta geoambiental de um modelo explicativo para os padrões de assentamentos no Enclave Arqueológico Granito Flores, microrregião de Angicos (RN). 2013. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO-CE (SRHE). **Bacia Hidrográfica do Rio Salgado**. 2. ed. [s.l. : s. n.], 2010.

SEEMANN, J. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, [s. l.], n. 29, p. 207-224, 2005.

SEKI, L. A Linguística Indígena no Brasil. **D.E.L.T.A.**, [s. l.], v. 15, n. Especial, p. 257-290, 1999.

SILVA, D. S. **Relação estrutural entre o embasamento cristalino e os arenitos da Formação Mauriti– borda CE da bacia do Araripe (Ceará, Brasil)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, E. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do arquivo público. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Funai, Brasília, v. 3, n. ½, 2006.

SILVA, I. B. P. **Vilas de índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o diretório pombalino. 2003. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, I. B.; OLIVEIRA, C. A. Etno-história dos grupos indígenas da Chapada do Araripe. *In*: Congresso de Iniciação Científica da UFPE, 2008. **Anais do Congresso de Iniciação Científica da UFPE**, 2008.

SILVA, J. D. S. E. **Um “oásis” chamado Cariri:** instituto cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970). 2019. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, L. M. **Oásis do sertão:** a paisagem do Cariri Cearense (séc. XIX - XX). 2019. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, O. A. **Esboço Histórico do Município de Brejo Santo.** Separata da Revista Itaytera. Crato: Tipografia Imperial, 1956.

SOUZA, C. C. R.; VALLS, M. Carta arqueológica dos naufrágios do litoral de Pernambuco: de 1503 a 1600. **CLIO.** Série Arqueológica, [s. l.], v. 23, p. 10-24, 2008.

SOUZA, L. J. N. **A ocupação humana na porção oriental da bacia sedimentar do Araripe, Cariri cearense:** um estudo geoarqueológico dos Sítios Baixa do Jardim, Antônio Gomes e Caboclinho. 2020. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

STUDART FILHO, C. Notas Históricas sobre Índios Cearenses. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, t. 45, 1931.

STUDART FILHO, C. **Os aborígenes do Ceará.** Coleção História e Cultura. [s. l.]: Editora Instituto do Ceará, 1965.

STUDART FILHO, C. Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra: a guerra dos bárbaros. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, t. 73/75, 1959/1962.

SYMANSKI, L. C. P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX - um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. **Revista de Arqueologia,** [s. l.], v. 21, n. 2, p. 73–96, 2008.

THEBERGE, P. **Carta chorografica da província do Ceará.** [s. l. : s. n.], 1861.

THEBERGE, P. **Esboço histórico sobre a província do Ceará.** Primeiro volume. [s. l. : s. n.], 1864.

VALLE, C. G. O. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. *In: NA MATA do Sabiá, contribuições sobre a presença indígena no Ceará.* 2. ed. Fortaleza: [s. n.], 2009. p. 107-154.

VENOSA, S. S. **Direito Civil.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, V. et al. **Relatório Final dos Estudos integrados do patrimônio cultural ao longo da linha de transmissão 230 KV Milagres-CE/Coremas-PB.** Fortaleza: CHESF, 2006.

WICHERS, C. A. M.; ZANETTINI, P. E. O programa de gestão do patrimônio arqueológico da ferrovia Transnordestina: avanços e desafios do contexto cearense. *In: SOARES, I. M.; SILVA, I. B. M. (org.). Cultura, Política e Identidades: Ceará em perspectiva.* Fortaleza: Iphan-Ce, 2017. p. 99-137.

XAVIER, M. O. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão.** 2015. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ZANETTINI, P. E. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina.** Programa de Educação Patrimonial “Expresso Educação” Polos Salgueiro, Brejo Santo e Ouricuri. Relatório final. v. 1. [s.l.: s. n.], 2014.

ZANETTINI, P. E. **Programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural ferrovia Transnordestina trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE).** Relatório final, v. 1. [s.l.: s. n.], 2008.

ZANETTINI, P. E. **Programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural ferrovia Transnordestina trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE).** Relatório final, v. 2. [s.l.: s. n.], 2008.

ARQUIVOS E SITES (*INTERNET*) CONSULTADOS

Gabinete de Estudos Arqueológicos e Engenharia Militar - Lisboa. CARTA topografica aonde se compreendem as Capitánias de que se compõem ao presente o Governo de Pernambuco; oferecida ao Il.mo e Ex.mo S. Fran.co X. de M.ça Furtado, do Conselho de S. Mag. e Fidelissima, Ministro e Sercretario de Estado da Marinha, e Conquistas, por José Gonçalves da Fonseca, Recife de Pernambuco, 31 de março de 1766. Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, 4586-3-38-52.

CARTA marítima, e geographica da capitania do Ceará. Levantada por ordem do Gov. Manuel Ign. de Sampayo, por seu ajudante d’ordens Antonio Joze da S.a Paulet, 1817. Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, 4578-1A-10A-53.

Revista Cariri

Disponível em: <https://caririrevista.com.br/i-seminario-nacional-povos-indigenas-do-cariri-cearense-inicia-nesta-sexta-feira-09/>. Acesso em: 22 maio 2020.

Carta Arqueológica do Algarve - 1883 Por Estácio da Veiga.

Disponível em: <https://imprompto.blogspot.com/2006/12/carta-arqueologica-do-algarve-1883.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

Nova Carta Arqueológica do Algarve, 2012.

Disponível em: <https://imprompto.blogspot.com/2012/10/nova-carta-arqueologica-do-algarve.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

Carta arqueológica de Loures

Disponível em: <https://www.cm-loures.pt/Media/Microsite/Cultura/assets/cartaarqueologica.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

A Carta arqueológica de Penamacor

Disponível em: http://www.cm-penamacor.pt/00_exposicoes/exposicao_carta_arqueologica_penamacor.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

Carta arqueológica do Concelho de Arruda dos Vinhos

Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/30645/1/prefacio_com_capa.pdf.

Acesso em: 25 out. 2020.

Carta arqueológica do Concelho de Mértola

Disponível em:

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2135/1/Carta_arqueol%c3%b3gica_Concelho_M%c3%a9rtola_Vipasca_2007. Acesso em: 15 out. 2020.

Carta Arqueológica do Concelho da Golegã (Silvério Domingues Figueiredo e Et al)

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/322071415_A_Carta_Arqueologica_do_Concelho_da_Golega_dados_preliminares. Acesso em: 15 out. 2020.

Prefeitura Municipal de Brejo Santo

Disponível em: <https://www.brejosanto.ce.gov.br/historico/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

APÊNDICE A

Apêndice A - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Abaiara – CE.						
Nº	Sítio arqueológico	Fonte da pesquisa	Grupo	Coordenadas geográficas Ponto central (Datun SAD69)		Informações sobre o sítio arqueológicos
01	Abaiara	CNSA – CE00135	2	0495048	9186102	“Localizado na Fazenda Moreira, município de Abaiara. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de artefatos líticos no local, tendo sido abertas duas sondagens (1,20X0,80X1,00m e 1,15X0,80X0,40), sem evidenciar vestígios em subsuperfície.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 152).
02	Baixa Dantas	CNSA – CE00406	3	0497305	9191764	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “Dentre as 12 ocorrências arqueológicas descritas no relatório de levantamento da Variante Abaiara (TRANSNORDESTINA 2007b), verificou-se que a ocorrência 8, nomeada no referido relatório de levantamento como ocorrência Estaca V 330 – V335, consistia na realidade, em um sítio arqueológico com um componente caçador-coletor, associado a material lítico, e um componente histórico do século XIX, referente aos vestígios de uma pequena unidade de habitação. O acervo coletado é formado predominantemente por material histórico associado aos séculos XIX e XX, onde temos faianças finas, vidros e cerâmica de produção local/regional. O material lítico também é significativo, tendo sido coletados 123 artefatos líticos associados, possivelmente, a grupos caçadores.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 51-52).
03	Baixio dos Caboclos	CNSA – CE00178	3	0497409	9186788	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “Esse sítio, localizado no município de Abaiara, foi descrito no relatório de levantamento (TRANSNORDESTINA 2007 b) como apresentando uma lente de pequenos seixos e muitos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos expostos em superfície [...] Nessa unidade, uma estrutura ofereceu carvão a 40cm de profundidade, o qual foi datado em 1530+/-50 anos AP , revelando uma ocupação Tupi antiga nessa porção do semi-árido nordestino... O sítio Baixio dos Caboclos revelou um acervo numeroso, composto por cerca de 3500 peças, entre material cerâmico e lítico pré-colonial e acervos relacionados ao século XX.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 42-45).

04	Casa de José Moura	CNSA – CE00182	2	0494819	9183100	“Situa-se na localidade de Olho d’Água da Pedra, município de Abaiara. Esse sítio foi registrado com base em informações orais a respeito da coleta de uma mão de pilão no local. Essas informações foram obtidas durante as atividades de levantamento arqueológico realizadas anteriormente (ver TRANSNORDESTINA 2007a).” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 152).
05	Casa Velha	CNSA – CE00528	3	0497862	9185432	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “A maior parte do material recuperado das sondagens foi material histórico recente, referente ao refugio doméstico de duas unidades de habitação abandonadas na segunda metade do século XX... O material pré-colonial, predominantemente em subsuperfície encontra-se concentrado em setores específicos do sítio, com maior incidência na área onde foram abertas as unidades de escavação 1 e 2. Trata-se de 115 artefatos líticos e 5 fragmentos cerâmicos. Ambas categorias de material nos remetem a grupos ceramistas não-Tupi.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 62-63).
06	Catingueira 1	CNSA – CE00141	2	0493890	9188532	“Situa-se na localidade de Catingueira, município de Abaiara. Esse sítio foi registrado com base em informações orais obtidas durante as atividades de levantamento arqueológico realizadas anteriormente (ver TRANSNORDESTINA 2007a).” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 151).
07	Catingueira 2	CNSA – CE00160	2	0494360	9188050	“Situa-se na localidade de Catingueira, município de Abaiara. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos no local, tendo sido aberta uma sondagem de 1,10X1,00X0,45m, a qual não apresentou vestígios em subsuperfície (ver TRANSNORDESTINA 2007a).” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p.151).
08	Estaca 16.384	CNSA – CE00150	2	0497835	9185014	Só foi possível obter as informações já constantes da Ficha CNSA – CE00150 (IPHAN) que menciona: “A céu aberto, com material lítico lascado e cerâmico”.
09	Fazenda Oitis	CNSA – CE00163	2	0495282	9192972	“Localizado na Fazenda Oitis, município de Abaiara. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de fragmentos cerâmicos, sendo aberta uma sondagem de 1,90X0,90X0,80m sem evidenciar vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a)” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 151).
10	Joaquim Chicote	CNSA – CE00408	2	0499400	9179800	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “O sítio Joaquim Chicote é um sítio lito-cerâmico a céu aberto, cuja cerâmica está relacionada à Tradição Tupiguarani, tendo ocorrido também material lítico de grupos caçadores-coletores [...] O acervo coletado totalizou 1063 peças, com predomínio do material pré-colonial... Foi realizada a

						datação de cerâmica coletada na Unidade de Escavação 2 (30-40cm), tendo sido obtido resultado de 630+/-120 anos... No conjunto do material lítico temos peças associadas, provavelmente, a ocupações mais recuadas de grupos caçadores, conforme apresentado.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 67-68).
11	Lage	CNSA - CE00425	2	497882	9185033	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008 onde pode ser observado: “O levantamento arqueológico realizado anteriormente indicou a presença de material lítico lascado e cacos cerâmicos em superfície em uma área utilizada para roçado (ver TRANSNORDESTINA 2007a: 179). Naquela ocasião foi aberta uma sondagem de 1,25 x 0,80 x 0,55, sendo encontrado somente um caco cerâmico, a 20 centímetros da superfície [...] Na unidade de escavação 3 foi evidenciada uma estrutura de fogueira intacta, entre 35 e 50 centímetros de profundidade, a qual estava exclusivamente associada com material lítico, sendo provavelmente relacionada a um horizonte caçador-coletor. O carvão presente nessa estrutura foi coletado para fins de datação, pelo método do C-14. A datação obtida foi 2.620 + - 40 AP... O sítio apresenta dois componentes de ocupação, um histórico tardio, relacionado ao século XX, associado a evidências materiais tais como cacos de garrafas de vidro e cerâmica com superfície escovada; e outro componente caçador-coletor inicial, associado a material lítico lascado..” (Sítio Lage). (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 55-58).
12	Mangueira dos Oitis	CNSA – CE00167	2	0494810	9192270	“Localizado na Fazenda Oitis, município de Abaiara. O relatório de levantamento arqueológico indica a presença de artefatos líticos no local, tendo sido efetuada uma sondagem de 1,10X1,10X0,50m, sem evidenciar vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a).” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 151).
13	Pocinho I	CNSA – CE00174	3	0497584	9184940	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate da empresa Zanettini Arqueologia em atividades na obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “O sítio Pocinho I está situado no povoado de Pocinho, município de Abaiara. Trata-se de uma ampla área de dispersão de material lítico rarefeito, misturado com refugo doméstico recente entre as edificações do povoado e distante cerca de 400 metros da ADA da ferrovia... Trata-se de um sítio superficial apresentando material lítico e cerâmica histórica tardia (meados do século XX) [...] O acervo coletado é composto por 18 artefatos líticos, cuja análise é apresentada no Volume II desse relatório, e por 14 fragmentos cerâmicos de produção local/regional tardia.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 72).
14	Pocinho II	CNSA – CE00175	3	0497725	9185126	Sítio arqueológico com atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia nas atividades de monitoramento da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “A exemplo do sítio Pocinho I, nesse sítio verifica-se a

						ocorrência de algumas lascas dispersas, misturadas com refugo doméstico de meados do século XX. Esse material do século XX está relacionado a uma casa na qual viveu até a década de 1950, a avó do Sr. Antônio Moisés dos Santos (69 anos) [...] O acervo coletado é composto por 26 artefatos líticos, cuja análise é apresentada no Volume II desse relatório, e por 2 fragmentos cerâmicos de produção local/regional e 1 faiança <i>finá</i> .” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 74).
15	Queimadas I	CNSA – CE00407	3	0498517	9182400	Sítio arqueológico com atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia no monitoramento da ferrovia Transnordestina em 2008: “Durante os procedimentos de monitoramento do empreendimento, foram identificados vestígios históricos em uma área próxima ao eixo projetado da ferrovia. A partir desta observação foram executados os procedimentos de resgate, envolvendo a evidenciação e escavação de uma estrutura de descarte secundário do século XIX. Os procedimentos adotados permitiram a identificação de fragmentos cerâmicos, líticos, louças, metais, ossos e vidros.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 3, p. 7).
16	Queimadas II	CNSA – CE00388	2	0498198	9184023	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “Durante os procedimentos de monitoramento das atividades do empreendimento, foi possível verificar, nas proximidades do que foi definido como ocorrência 10 na etapa anterior (ver relatório de levantamento TRANSNORDESTINA 2007a), líticos pré-coloniais e fragmentos cerâmicos [...] Os vestígios arqueológicos, caracterizados predominantemente por cerâmica vinculada à tradição Tupiguarani, estão dispersos por uma área de 38000 m ² [...]” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 3, p. 10).
17	Sítio do Seo Duda	CNSA – CE00172	2	0493924	9188920	“Situa-se na localidade Catingueira, município de Abaiara. Em relação ao empreendimento este sítio se situa na AII. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos em superfície no local.” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 152).
18	Soim	CNSA – CE00529	3	0497359	9187278	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia nas atividades da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008: “Trata-se de um sítio com a presença de material lítico (6), cerâmica indígena associada à Tradição Tupiguarani (1) e material associado à segunda metade do século XX. O material lítico lascado parece estar associado a grupos caçadores (indústria lítica pré-ceramista).. O material histórico é composto, predominantemente, por cerâmicas de produção local regional escovadas.” (TRANSNORDESTINA 2007 b).” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 38).
19	Sítio Pinga	CNSA – CE00540	2	0491961	9183762	Só foi possível obter as informações já constantes da Ficha CNSA – CE00540 que indica a presença de “lítico lascado”.

20	Sítio Pinga 1	CNSA – CE00543	2	0491961	9183961	Só foi possível obter as informações já constantes da Ficha CNSA – CE00543 que indica a presença de “lítico lascado e lítico polido”.
21	Topo do Paredão do Tabuleiro	CNSA – CE00145	2	0495830	9182464	“Situa-se na localidade de Tabuleiro, município de Abaiara. O relatório de levantamento menciona apenas a existência de artefatos líticos no local (TRANSNORDESTINA 2007a).” (Zanettini, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 152).

Fontes: CNSA (IPHAN); ZANETTINI, 2008 (volumes 1 e 3)

Grupo 2: Sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais

Grupo 3: Sítios arqueológicos com artefatos do período histórico e com artefatos com características pré-coloniais.

APÊNDICE B

Apêndice B - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Brejo Santo – CE.						
Nº	Sítio arqueológico	Fonte da pesquisa	Grupo	Coordenadas geográficas Ponto central (Datun SAD69)		Informações sobre o sítio arqueológicos
01	Baixa Verde	INAPAS - 2016	5	0511143	9159540	Sítio arqueológico localizado em maio de 2016 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco. Foram efetuadas intervenções arqueológicas no ano de 2016 com a abertura de duas sondagens: “uma com dimensão de 3x2 e a outra com 2x2 metros e Tabela profiindidade máxima de 1,8 metros em que a partir da análise foi possível identificar dois níveis estratigráficos. Houve coleta de sedimento para datação. Foi encontrado duas estruturas de combustão na sondagem 1, localizadas na decapagem 6 uma na sondagem 2 localizada na decapagem 10, sendo essa última observada no corte estratigráfico através de uma mancha escura. Houve a coleta dos carvões e blocos presentes na estrutura.” O sítio foi totalmente destruído pela implantação da obra (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 586).
02	Baixio dos Lopes	CNSA - CE00532	3	0500007	9171838	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008 sendo possível obter as seguintes informações: “Dentre os sítios que foram objeto de resgate no Trecho Brejo Santo - Jati, o Baixio dos Lopes foi o que apresentou o mais alto grau de significância, devido às suas grandes dimensões, presença de estruturas arqueológicas bem conservadas e grande concentração de vestígios arqueológicos em subsuperfície [...] No relatório de levantamento (Transnordestina 2007a) são descritos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos em uma área com aproximadamente 120.000m², dividida em quatro sítios diferentes (Baixio dos Lopes I, II, III e IV). Na atual etapa de resgate verificamos que essas quatro concentrações de vestígios arqueológicos correspondem a diferentes espaços de um mesmo sítio, o qual foi denominado apenas Baixio dos Lopes... partir do cruzamento destas informações foram definidas cinco áreas a serem escavadas, denominando cada uma destas áreas como Unidades de Escavação (UE) [...] Na unidade I de escavação [...] no perfil estratigráfico é indicada a camada de terra preta em que os fragmentos cerâmicos são mais recorrentes. Uma amostra de carvão coletada na estrutura de fogueira encontrada nas quadras 4, 5 e 6 dessa unidade de escavação foi datada por

						C14, fornecendo a data de 1020+/-40 anos AP... na unidade II de escavação [...] ocorreram blocos de arenito associados a carvões que poderiam ter pertencido a uma fogueira. A datação dos carvões coletados nessa estrutura forneceu a data de 1260+/-50 anos AP... O sítio Baixio dos Lopes foi o que forneceu o acervo mais quantitativamente expressivo entre os sítios resgatados no Trecho Missão Velha Salgueiro, ultrapassando 14000 peças, distribuídas entre material cerâmico pré-colonial (7400), lítico pré-colonial (5297) e material histórico do século XX (2113)... Posteriormente foram coletadas mais 214 peças arqueológicas.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume I (p. 90 a 94) e Volume 3 (p. 25).
03	Baixio dos Lopes I	CNSA - CE00136	3	0500211	9171862	“No relatório de levantamento (Transnordestina 2007a) são descritos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos em uma área com aproximadamente 120.000m ² , dividida em quatro sítios diferentes (Baixio dos Lopes I, II, III e IV). Na atual etapa de resgate verificamos que essas quatro concentrações de vestígios arqueológicos correspondem a diferentes espaços de um mesmo sítio, o qual foi denominado apenas Baixio dos Lopes.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume I (p. 90).
04	Baixio dos Lopes II	CNSA - CE00137	3	0500126	9171880	“No relatório de levantamento (Transnordestina 2007a) são descritos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos em uma área com aproximadamente 120.000m ² , dividida em quatro sítios diferentes (Baixio dos Lopes I, II, III e IV). Na atual etapa de resgate verificamos que essas quatro concentrações de vestígios arqueológicos correspondem a diferentes espaços de um mesmo sítio, o qual foi denominado apenas Baixio dos Lopes.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume I (p. 90).
05	Baixio dos Lopes III	CNSA - CE00138	3	0500029	9171678	“No relatório de levantamento (Transnordestina 2007a) são descritos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos em uma área com aproximadamente 120.000m ² , dividida em quatro sítios diferentes (Baixio dos Lopes I, II, III e IV). Na atual etapa de resgate verificamos que essas quatro concentrações de vestígios arqueológicos correspondem a diferentes espaços de um mesmo sítio, o qual foi denominado apenas Baixio dos Lopes.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume I (p. 90).
06	Boi Branco	INAPAS - 2014	2	0519822	9165140	Sítio arqueológico localizado em 2014 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco, sendo possível obter as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016. “Houve a abertura de uma sondagem com dimensão de 6x10 metros e profundidade máxima de 1,6 metros. Foi encontrado lítico e estruturas de combustão, sendo essa localizada a partir de uma mancha escura evidenciada no perfil estratigráfico evidenciada entre a decapagem e 8 e a mesma encontrava-se parcialmente desarticulada. O sítio foi totalmente destruído pela implantação da obra.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 587).

07	Boa Sorte	INAPAS - 2014	3	0513370	9156125	Sítio arqueológico localizado em dezembro de 2014 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco sendo possível obter as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 através de uma sondagem com 5 x 2m e profundidade de 1,85m. Foi constatada a ocorrência de material lítico, cerâmico, louça, olarias e material cerâmico, somente em nível de superfície.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 585).
08	Brejo Santo I	CNSA - CE00181	3	0499560	9174394	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde podem ser observadas as seguintes informações: “No relatório de levantamento (TRANSNORDESTINA 2007 a) é descrita a presença de artefatos líticos e fragmentos cerâmicos no local, tendo sido aberta uma sondagem de 1,00X0,80X0,70m...Os procedimentos adotados permitiram a identificação de material lítico lascado e louças dos séculos XIX e XX [...] coleta e análise de 174 líticos.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, (Volume 1, p.76) e (Volume 2, p. 79).
09	Brejo Santo II (Cemitério dos Índios)	CNSA - CE00142	3	0500317	9171804	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da Ferrovia Transnordestina em 2008, com as seguintes informações: “O relatório da etapa anterior indica, baseado em informações orais, que na década de 1970 foram encontrados no local artefatos líticos e cerâmicos (TRANSNORDESTINA 2007a) [...] Os procedimentos adotados permitiram a identificação de artefatos líticos associados a grupos caçadores, fragmentos cerâmicos e artefatos líticos pré-coloniais vinculados à tradição Tupiguarani, além de cerâmicas, vidros e louças do século XX [...] foram coletados e analisados 74 artefatos líticos e 185 fragmentos cerâmicos.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, (Volume 1, p.85) e (Volume 2, pp.91 e 137).
10	Cícero Domingos	CNSA - CE00140	3	0499959	9174216	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da Ferrovia Transnordestina em 2008, com as seguintes informações: “A equipe que realizou o levantamento (Transnordestina 2007a) observou a presença de artefatos líticos no local... Os procedimentos adotados permitiram a identificação de artefatos líticos lascados e material referente ao século XX (louças, vidros e cerâmicas)... Foram coletados 91 artefatos líticos neste sítio.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, (Volume 1, p. 80).
11	Deserto	INAPAS - 2013	3	0511488	9162137	Sítio arqueológico localizado em 2013 pelo INAPAS e resgatado pelo INAPAS em 2014 durante atividades de monitoramento da Transposição do Rio São Francisco, com as seguintes informações: “É um sítio pré-histórico de subsuperfície a céu aberto com uma área total de 17.957 m2 [...] Fora feito a abertura de duas sondagens, ambas com dimensão de 4x2 metros, com profundidade de até 1,10 metros [...] Houve a ocorrência de material lítico, cerâmica, louça, metal e materiais construtivos. Os

						vestígios foram encontrados tanto em superfície como em subsuperfície.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 578).
12	Esperança	INAPAS - 2016	2	0513484	9167986	Sítio arqueológico localizado em 2016 pela equipe do INAPAS e resgatado pelo INAPAS em 2017 durante atividades de monitoramento da Transposição do Rio São Francisco, com as seguintes informações: “O Sítio Esperança caracteriza-se por ser um setor a céu aberto, localizado no município de Brejo Santo – CE. Este é caracterizado pela presença de vestígios líticos em superfície e em profundidade..” (INAPAS, 2017, Relatório técnico de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico e paleontológico na área de implantação do projeto de integração do Rio São Francisco, Volume I, p. 76-83).
13	Filomena	INAPAS - 2013	3	0513145	9160087	Sítio arqueológico localizado em 2013 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da Transposição do Rio São Francisco, com as seguintes informações: “Foi encontrado material lítico, cerâmico, louça, metal, vidro e material construtivo e foi feita a abertura de uma tradagem com 0,30 metros de profundidade. Consta uma edificação no local e dentro dela foi feita a abertura da intervenção, além do registro fotográfico e topográfico.” (SEI 0380119, processo 1450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 578).
14	Guaraxaim	INAPAS - 2014	3	0509680	9159380	Sítio arqueológico localizado em 2014 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da Transposição do Rio São Francisco, com as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 através de uma sondagem com 4 x 3m onde foi constatado que o sítio é superficial com a ocorrência de líticos, ocres, cerâmicas, estruturas de fogueiras e louças.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 586).
15	Inharé	INAPAS - 2014	3	0509539	9159894	Sítio arqueológico localizado em 2014 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da Transposição do Rio São Francisco com as seguintes informações de 2014 e 2015: “Fora feita a abertura de duas trincheiras de 10x2 metros e duas sondagens: uma de 6x6 metros e a outra com 3x2 metros, com profundidade de até 2,6 metros. Informou-se que em 2014 foi aberta uma sondagem sendo que em 2015 houve continuidade dos trabalhos e abertura de mais intervenções. Isso se deu, pois após a descoberta do sítio houve impacto na área para implantação da obra, sendo necessário um resgate emergencial. Houve a ocorrência de material lítico, cerâmico, louça, metal, vidro, orgânico e material construtivo. Os vestígios foram encontrados tanto em superfície, como em subsuperfície.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 581).
16	Lagoa Cercada	INAPAS - 2014	2	0510308	9164615	Sítio arqueológico foi localizado em 2014 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da Transposição do Rio São Francisco, com as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 através de uma sondagem com 10 x 4m com profundidade de máxima de 1,5m. Foi constatada a

						presença de líticos, ocres e orgânicos, entretanto o sítio foi totalmente destruído pela implantação da obra.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 587).
17	Lagoa do Mato	INAPAS - 2014	3	0498578	9162420	Sítio arqueológico localizado em 2014 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 através de uma sondagem com 4 x 2m onde foi constatado material cerâmico, louça, vidro, metal, material construtivo e uma estrutura. Fez-se a abertura de uma sondagem de 4x2 metros, com profundidade de 0,80 metros.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 589).
18	Malhada da Ároeira	INAPAS - 2014	3	0512954	9156748	Sítio arqueológico localizado em 2014 pelo INAPAS durante monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2015 através de uma sondagem com 2 x 1m e profundidade de 0,50m. Foi constatado lítico, cerâmica, louça, vidro, metal e material construtivo somente em nível de superfície.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 581).
19	Maria Celda	INAPAS - 2016	2	0519715	9165432	Sítio arqueológico localizado em abril de 2016 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco, onde podem ser observadas as seguintes informações: “ <i>Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016</i> : “Fora feito a abertura de duas sondagens (4x2 metros) e uma trincheira (1 0x2 metros) atingindo a profundidade máxima de 2,4 metros Foi constatado Foi encontrado lítico, cerâmico e sete estruturas de combustão, sendo essa localizada a partir de uma mancha escura evidenciada no perfil stratigráfico.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 586).
20	Mulatinha	INAPAS - 2015	2	0513074	9169040	Sítio arqueológico localizado em setembro de 2015 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco, onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 através de uma sondagem com 4 x 2m com profundidade máxima de 2m. Foi localizado apenas material lítico.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folhas 584-585).
21	Nasçença dos Lucena	CNSA - CE00440	1	0500056	9170957	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008 onde podem ser observadas as seguintes informações: “[...] Nessas quadras ocorreu a recuperação de fragmentos de cerâmica de produção local/regional, faiança fina, vidro, material construtivo e grés.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 3, p. 14-18).
22	Pé da Serra	CNSA - CE00148	3	0500007	9170888	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008 onde podem ser observadas as seguintes informações: “A equipe que realizou o levantamento

						observou a presença de raros artefatos líticos em perfis expostos [...] Os procedimentos adotados permitiram a identificação de um aglomerado de rochas trabalhadas recentemente para a produção de britas, tendo sido possível visualizar toda a cadeia operatória de redução dos blocos, verificando-se, inclusive, a presença de uma bigorna de pedra. No local verificou-se, ainda, a presença de lascas térmicas e de fragmentos de telhas, cerâmicas e vidros do século XX.”(ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 134).
23	Ribeirão	INAPAS - 2016	2	0520090	9165858	Sítio arqueológico localizado em novembro de 2016 pelo INAPAS durante monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco, onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 através de duas sondagens: uma com dimensão de 3x2 e a outra com 2x2 metros e profundidade máxima de 1,4 metros em que a partir da análise foi possível identificar dois níveis estratigráficos. Foi encontrada uma estrutura de combustão evidenciado entre 40 e 60 centímetros de profundidade e material lítico.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 585).
24	Serrote da Nascença	Ficha de CNSA não disponível no sistema do IPHAN	2	499704	9171825	Sítio lito-cerâmico registrado em 2018 durante prospecção do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio da área do Loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE – processo IPHAN nº 01496.000049/2018-38 pela arqueóloga Heloísa Bitu Ferraz.
25	Serrote da Nascença 2	Ficha de CNSA não disponível no sistema do IPHAN	2	499419	9171324	Sítio lito-cerâmico registrado em 2019 durante a pesquisa do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Loteamento Belo Monte, Brejo Santo/CE - Processo IPHAN nº 01496.000049/2018-38 pela arqueóloga Heloísa Bitu Ferraz.
26	Sete Copas	INAPAS - 2016	2	0513202	9168926	Sítio arqueológico localizado em agosto de 2016 pelo INAPAS durante atividades de monitoramento da obra de Transposição do Rio São Francisco, onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi encontrada uma estrutura de combustão e lítico. Essa estrutura foi evidenciada em um corte estratigráfico através de uma mancha de carvão, a partir daí houve a definição desse local para a abertura de uma sondagem onde nos 70 centímetros de profundidade houve a evidência da fogueira...Fora feita a abertura de uma sondagem com dimensão de 3x2 e profundidade de 2,80 metros em que fez-se a evidência da estrutura, roleta dos blocos e carvão presentes na fogueira, além de sedimento para datação. O sítio foi totalmente destruído pela implantação da obra.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 585).

27	Sítio Cacimbinha	CNSA - CE00538	2	0497538	9170453	Com relação ao sítio Cacimbinha foi possível obter a seguinte informação: “durante prospecção não interventiva realizada pela pesquisa no local das coordenadas geográficas (497538 – 9170453) do sítio arqueológico Cacimbinha cadastrado no IPHAN (CE 00538) não foi localizado o suporte rochoso com arte rupestre informada na referida ficha (“paredão rochoso com pequeno abrigo sob rocha contendo gravura única cupuliforme. vestígios de material lítico dispersos em superfície”), sendo identificados somente vestígios líticos em nível de superfície. Existem indícios de extração de rochas no local (Figura 29) e o suporte rochoso que continha a gravura, provavelmente, foi destruído.” (OLIVEIRA, 2018, p. 52).
28	Sítio Luiza	INAPAS - 2013	3	0516832	9162375	Sítio arqueológico que teve ação de resgate em 2013 pela equipe do INAPAS: “Foi feita a abertura de duas sondagens com as seguintes medidas: 4x2 e 5x1 metros em que ambas atingiram um metro de profundidade. Nesse local foi constatado três estruturas referente a residências no período histórico, além de alguns fragmentos líticos próximo nas residências. Além desse tipo de vestígio foi constatado no local cerâmica, louça, vidro, metal e material construtivo.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 574).
29	Sítio Vieira	INAPAS - 2013	2	0512947	9161330	Sítio arqueológico onde foi efetuada ação de resgate em 2013 pela equipe do INAPAS através de duas sondagens: “Foi encontrado material lírico e cerâmico. Foi feita a abertura de uma sondagem de 4x2 metros, com profundidade 0,70 metros. A partir da análise estratigráfica e distribuição vertical do material houve a inferência de que se teve duas ocupações distintas, pois a partir da decapagem 6 e 7 houve a ocorrência apenas de material lítico.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 574).
30	Topo do Morro	CNSA - CE00531	3	0500113	9171320	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde podem ser observadas as seguintes informações: “No relatório de levantamento (Transnordestina 2007a) são descritos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos no local [...] Os procedimentos adotados permitiram o resgate de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos pré-coloniais, podendo ser vinculados à tradição Tupiguarani [...] O acervo recuperado é composto por 53 peças, sendo 12 líticos, 40 cerâmicas e 1 louça (século XX).” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 101).
31	Topo do Morro do Baixio dos Bois	CNSA - CE00144	3	0500795	9171392	Sítio arqueológico resgatado pela empresa Zanettini Arqueologia monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde podem ser observadas as seguintes informações: “No relatório de levantamento (TRANSNORDESTINA 2007 a) são descritos fragmentos cerâmicos no local [...] As atividades desenvolvidas diagnosticaram apenas a ocorrência esparsa de artefatos líticos (11) e cerâmicos (2) pré-coloniais, assim como material histórico em profusão... Os fragmentos cerâmicos pré-coloniais apresentam características associadas à Tradição Tupiguarani (borda

						com reforço e fragmento corrugado). No material histórico contamos com a presença de algumas peças associadas ao século XIX, embora as do século XX predominem.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 83).
32	Trapiá	INAPAS - 2015	2	0513565	9168483	Sítio arqueológico localizado em setembro de 2015 pelo INAPAS durante monitoramento Transposição do Rio São Francisco: “Foi efetuada ação de resgate em 2016 através de uma sondagem com 6 x 4m com profundidade máxima de 2m. Foi localizado apenas material lítico.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 584).

Fontes: CNSA (IPHAN); SEI 0380119 (IPHAN); ZANETTINI, 2008 (volumes 1 e 3); INAPAS, 2017 (volume 1).

Grupo 1: Sítios arqueológicos somente com artefatos do período histórico;

Grupo 2: Sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais;

Grupo 3: Sítios arqueológicos com artefatos do período histórico e com características pré-coloniais.

Grupo 5: Sítios arqueológicos com artefatos específicos.

APÊNDICE C

Apêndice C - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Jati – CE.						
Nº	Sítio arqueológico	Fonte da pesquisa	Grupo	Coordenadas geográficas Ponto central (Datum SAD69)		Informações sobre os sítios arqueológicos
01	Acampamento dos Pescadores	INAPAS - 2016	3	0501945	9150358	Sítio arqueológico localizado em 2006 durante atividades de prospecção preliminar da obra de Transposição do Rio São Francisco pela equipe do INAPAS, onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2016 com sondagem de “8x9 metros e profundidade de 0,30 metros onde foi evidenciado duas estruturas: um referente a um fogão e outra construtiva de casa de taipa. Houve a ocorrência de material lítico, cerâmico, louça, metal e vidro.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 – Volume 4, parte 1, Folha 585).
02	Alto do Matulão	INAPAS - 2013	2	0500699	9149000	Sítio arqueológico localizado em 2013 pela equipe do INAPAS durante atividades de prospecção da obra de Transposição do Rio São Francisco, onde podem ser observadas as seguintes informações: “Foi efetuado reconhecimento de superfície onde foi localizado apenas material lítico.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 – Volume 4, parte 1, Folhas 574 e 575).
03	Baixa do Jardim	INAPAS - 2013	2	0501683	9148878	Sítio arqueológico localizado em 2013 onde foi efetuado atividades de subsuperfície em 2016 pela equipe do INAPAS. Pode ser observado no texto: “Foi encontrado lítico, cerâmico e fogueira. Fora feito a abertura de duas sondagens com dimensão de 5x2 metros e uma trincheira de 10x2 metros e profundidade máxima de 2,20 metros. O sítio sofreu alterações por consequência da implantação da obra.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 589).
04	Bálsamo I	CNSA - CE00155	3	0500211	9171862	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “equipe que realizou o levantamento observou a presença de artefatos líticos, abrindo duas sondagens com as seguintes dimensões: 1,00X1,00X0,70 e 1,20X1,00X0,50m. Essas sondagens não apresentaram vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a). Os procedimentos adotados permitiram a identificação apenas 5 artefatos líticos pré-coloniais (foi coletado 1 lítico térmico natural), em meio à profusão de fragmentos

						de cerâmicas do século XX, lascas e núcleos térmicos.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 116).
05	Bálsamo II	CNSA - CE00153	3	0500126	9171880	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “No relatório de levantamento (Transnordestina 2007a) são descritos artefatos líticos e fragmentos cerâmicos no local, tendo sido aberta uma sondagem com 1,00X0,80X0,50m.... Os procedimentos adotados evidenciaram o predomínio de fragmentos de cerâmicas do século XX, lascas e núcleos térmicos. Dentre as 23 peças coletadas, temos apenas 1 artefato lítico lascado, sendo os demais térmicos naturais.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 118).
06	Bálsamo III	CNSA - CE00154	3	0500029	9171678	Sítio arqueológico que teve atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante atividades de monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008, onde pode ser observado o seguinte texto: “O levantamento arqueológico indicou a presença de artefatos líticos e fragmentos cerâmicos, louças e materiais construtivos do século XX, sendo aberta uma sondagem de 1,10X0,80X0,50m, a qual não apresentou vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007 a) [...] Os procedimentos adotados permitiram a identificação de artefatos líticos que possuem estigmas mais característicos de cadeias operatórias de populações “caçadoras coletoras”, totalizando 371 peças, cuja análise será apresentada no item X. Foram ainda coletadas 25 peças, entre vidros, louças e cerâmicas do século XX.” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 120-125).
07	Barragem do Riacho dos Porcos	CSNA – CE00152	1	0498297	9150570	As informações obtidas quanto a esse sítio são as seguintes: “Localizado no município de Jati. Em relação ao empreendimento este sítio se situa a cerca de 4200 m do eixo da ferrovia projetada. A equipe que realizou o levantamento observou restos de uma barragem, tendo sido realizada uma sondagem de 1,00X1,00X0,45m sem vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a).” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 153).
08	Casa de Pedro Marinho	INAPAS - 2013	1	0500934	9149478	Sítio arqueológico localizado em 2013 pela equipe do INAPAS, onde podem ser observadas as seguintes informações: “É um sítio histórico a céu aberto de superfície. Foi encontrado quatro materiais de superfície. O sítio é caracterizado pela presença de uma residência, onde a partir de informações orais foi constatado que a mesma possui provavelmente uma datação de 120 anos. A partir da análise da estrutura observou-se que há dois momentos de ocupação.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folhas 575-576).
09	Sítio Balança	INAPAS - 2013	3	0511488	9162137	Sítio arqueológico localizado em 2013 e onde foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2014 pela equipe do INAPAS, onde pode ser observado: “Fora feito a abertura de uma sondagem com dimensão de 4x2 metros e profundidade de

						1,10 metros. Foi encontrad material cerâmico, louça, vidro, metal, material construtivo e lítico, sendo que esse último vestígio foi encontrado apenas em superfície.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 577).
10	Sítio Casa de Luís Vidal	INAPAS - 2012	1	0499594	9148568	Sítio arqueológico onde foi efetuada prospecção de subsuperfície em 2012 pela equipe do INAPAS onde pode ser observado: “Nesse local foi constatado uma residência, onde após a escavação foi diagnosticado que a mesma possui uma área de 68 m., além de vestígios ligados ao período histórico (cerâmica, louça, metal, vidro, orgânico e material construtivo). Fora feito a abertura de uma sondagem de 1 0x 1 2 metros.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 571).
11	Sítio Fazenda Jati	INAPAS - 2010	3	0500546	9149735	Sítio arqueológico identificado pela equipe do INAPAS em 2010, onde aparece o seguinte texto: “É um sítio a céu aberto multicomponenciacl com presença de material lítico, cerâmicas históricas, louça e material construtivo. Foi identificado também uma antiga olaria em ruínas e caleira. A coleta de superfície foi georreferenciada e foi aberta uma sondagem com profundidade de 20 centímetros.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 567).
12	Sítio Fazenda Ipê	INAPAS - 2010	3	0500324	9149818	Sítio arqueológico identificado pela equipe do INAPAS em 2010, onde aparece o seguinte texto: “É um sítio de superfície pré-histórico a céu aberto, tendo em vista que a sondagem aberta não obteve material arqueológico. A coleta de superfície foi georreferenciada. Foi encontrado material lítico, cerâmico e uma louça.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 567).
13	Sítio Herculano	INAPAS - 2013	3	0500902	9149521	Sítio arqueológico localizado em 2013 pela equipe do INAPAS, onde pode ser observado: “Foi encontrado material lítico, cerâmico, louça, metal, vidro, orgânico e material construtivo. Fora feito a abertura de uma sondagem de 4x02 metros e limpeza de superfície em 08x08 metros, com profundidade de 1,70 metros. Constatou-se que o material lítico apenas em superfície. Já o contexto histórico é relacionado a uma residência, onde foi possível evidenciar os alicerces da estrutura.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 575).
14	Sítio Imburana	CSNA - CE00164	1	0497372	9149034	As informações obtidas quanto a esse sítio são as seguintes: “Situa-se na localidade de Imburana, município de Jati. Em relação ao empreendimento este sítio se situa a cerca de 4400 m do eixo projetado da ferrovia. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de ruínas de habitação histórica, foi aberta uma sondagem de 1,20X0,90X0,40m (TRANSNORDESTINA 2007a).” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 154).
15	Sítio José Vidal	INAPAS - 2013	3	0500751	9149242	Sítio arqueológico identificado pela equipe do INAPAS em 2013, onde aparece o seguinte texto: “Foi encontrado material lítico, cerâmico, louça, metal, vidro, orgânico e material construtivo. Fora feito a abertura de duas sondagens de 4x02

						metros, com profundidade variando entre 0,30 a 0,65 metros. A partir da análise estratigráfica e distribuição vertical do material houve a inferência de que os vestígios encontram-se mais na superfície, pois uma das sondagens chegou-se a um nível mais aprofundado apenas para o piso da anti residência.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 574).
16	Sítio Macapá	CSNA - CE00166	2	0498666	9151190	As informações obtidas quanto a esse sítio são as seguintes: “Situa-se na localidade de Macapá, município de Jati. Em relação ao empreendimento este sítio se situa a 4300m do eixo projetado da ferrovia. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de artefatos líticos e fragmentos cerâmicos no local, foi aberta uma sondagem de 1,00X1,00X0,53m sem vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a).” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 153).
17	Sítio Matulão	INAPAS - 2017	1	0500585	9148941	Sítio arqueológico identificado pela equipe do INAPAS em 2013, onde aparece o seguinte texto: “Foi feita a abertura de uma sondagem de 4x02 metros e limpeza de superfície em 12x 10 metros, com profundidade de 0,30 metros. Constatou-se que o material lítico encontrado é oriundo de outro sítio próximo do local. Já o contexto histórico é relacionado a uma residência, onde foi possível evidenciar os alicerces de uma residência.” (SEI 0380119, processo 01450.000616/2010-25 - Volume 4, parte 1, Folha 574).
18	Sítio Pacol	CNSA - CE00169	2	0499959	9174216	As informações obtidas quanto a esse sítio são as seguintes: “Situa-se na localidade de Pacol/Beleza, município de Jati. Em relação ao empreendimento este sítio está situado a 3400m do eixo projetado da ferrovia. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de artefatos líticos e fragmentos cerâmicos no local, tendo sido realizada uma sondagem de 1,00X1,00X0,50m sem vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a).” (ZANETTINI, 2008, Relatório Final, Volume 1, p. 153).

Fontes: CNSA (IPHAN); SEI 0380119 (IPHAN); ZANETTINI, 2008 (volume 1).

Grupo 1: Sítios arqueológicos somente com artefatos do período histórico;

Grupo 2: Sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais;

Grupo 3: Sítios arqueológicos com artefatos do período histórico e com artefatos com características pré-coloniais.

APÊNDICE D

Apêndice D - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Milagres – CE.						
Nº	Sítio arqueológico	Fonte da pesquisa	Grupo	Coordenadas geográficas Ponto central (Datum SAD69)		Informações sobre os sítios arqueológicos
01	Calumbi	CE00189	2	0502590	9199176	As informações obtidas a respeito desse sítio são as constantes da ficha do CNSA (CE00189) que indica o local como “oficina lítica”, tendo sido localizado em 2007 pela arqueóloga Verônica Viana, no âmbito do projeto “Estudos Arqueológicos na Área de Intervenção da LT 230 kV Milagres-Tauá, Ceará”, CHESF.
02	Café da Linha	CE00158	2	0495529	9193944	“Situa-se na localidade de Vila Café da Linha, município de Milagres. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de artefatos líticos no local, tendo sido aberta uma sondagem 1,30x1,25x0,50m (TRANSNORDESTINA 2007a).” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 150).
03	Casa de Farinhada	CE00159	1	0496286	9195330	“Situa-se na localidade de Corredor de Cima, município de Milagres. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de ruínas de uma casa de farinha construída em 1993 (TRANSNORDESTINA 2007a).” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 151).
04	Corredor de Baixo	CE00176	3	0497240	9194472	Sítio arqueológico com atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante monitoramento da Ferrovia Transnordestina em 2008: “Situa-se na localidade de Corredor de Baixo, município de Milagres. Os trabalhos de levantamento registraram a presença de artefatos líticos e fragmentos cerâmicos no local, embora nenhum material fosse revelado na sondagem de 1 x 1 metro realizada (ver TRANSNORDESTINA 2007 b) [...] A vistoria nas áreas com solo exposto e as tradagens revelaram somente material referente ao século XX (louças, vidros e cerâmicas) e rocha britada (quartzo e arenito silicificado), utilizada para a conformação de alicerces [...] No conjunto do material histórico temos cerâmicas de produção local/regional com acabamento alisado e escovado, fragmentos vítreos pertencentes a garrafas, porcelanas e faianças finas de produção nacional (padrão trigal).” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 35-36).
05	Capim	CE00432	4	0502845	9193156	Sítio arqueológico cadastrado em 2008 no CNSA do IPHAN através do “Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da Ferrovia Transnordestina (Trecho Missão Velha-Salgueiro) - Estados de Ceará e Pernambuco (2008)” onde consta a informação de “Paredão rochoso em formação granítica com painéis contendo inscrições rupestres.” (CNSACE00432).

06	Capim II	Ficha de CNSA ainda não disponível no sistema do IPHAN	2	503110	9193187	Sítio arqueológico com artefatos cerâmicos registrado em 2020 durante pesquisa de campo no município de Milagres-CE feita pela autora (Daline Lima de Oliveira) através da Pesquisa Acadêmica não-interventiva - Carta Arqueológica da Microrregião de Brejo Santo, autorizada pelo IPHAN através da Portaria Nº 8, de 31 de Janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 3 de Fevereiro de 2020, através do Processo nº 01496.000868/2019-66, com prazo de validade de 14 (quatorze) meses, com a seguinte área de abrangência: Municípios de Abaiara, Brejo Santo, Jati, Milagres e Penaforte, estado do Ceará.
07	Letreiro Encantado	CE00431	4	0503577	9192585	Sítio arqueológico cadastrado em 2008 no CNSA do IPHAN através do “Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da Ferrovia Transnordestina - Estados de Ceará e Pernambuco (2008)” onde consta a informação de “Ocorrência de grafismos rupestres em painéis realizados em dois suportes: paredão rochoso e abrigo sob rocha.” (CNSACE00431).
08	Oficina Lítica de Milagres I	CE00119	2	0497175	9205394	Sítio arqueológico cadastrado em 2006 no CNSA do IPHAN através do relatório “Estudos arqueológicos na área de intervenção da LT 230 KV Milagres-Tauá, Ceará, um empreendimento da CHESF (2006)”, onde consta a informação “Oficina Lítica, assente em área de planície de inundação, com presença de instrumentos e produtos do lascamento como lascas, núcleos e fragmentos. O sítio foi impactado pela construção da LT Milagres-Tauá (CHESF)” (CNSACE00119).
09	Riacho Seco	CE00171	2	0496235	9195220	“Situa-se na localidade de Vila Café da Linha, município de Milagres. A equipe que realizou o levantamento observou a presença de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos no local, foi aberta uma sondagem de 1,00X1,00X0,70m sem evidenciar vestígios em subsuperfície (TRANSNORDESTINA 2007a).” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 150).
10	Sítio Olho d’água da Igreja II ⁹⁵	CE00115	2	0505732	9195322	Sítio arqueológico cadastrado em 2006 no CNSA do IPHAN através do relatório “Estudos arqueológicos na área de intervenção da LT 230 KV Milagres-Tauá, Ceará, um empreendimento da CHESF (2006)”, onde consta a informação “Sítio Tupi, assente em terreno plano, com presença de cerâmica em superfície, identificando-se fragmentos pintados. A área nuclear do sítio foi impactada pela construção da LT Milagres-Tauá (CHESF)”. (CNSACE00115).
11	Sítio Nazaré SNA	CE00561	4	0510680	9194007	Sítio arqueológico cadastrado em 2014 no CNSA do IPHAN pela arqueóloga Renata Rauber através do “Projeto de Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Interventivo

⁹⁵ Existe a informação bibliográfica no CNSA do IPHAN do Sítio Arqueológico Olho D’água da Igreja I (Ficha CNSA CE00121), entretanto não foi possível identificar suas coordenadas geográficas. Na referida ficha, aparece a informação: “Sítio Tupi, assente em área de planície, com presença de cerâmica em superfície associada a pequenos fragmentos de amazonita, geralmente utilizada na confecção de tembetás. O sítio foi impactado pela construção da LT Milagres-Tauá (CHESF). O sítio foi cadastrado pela arqueóloga Verônica Viana decorrente do relatório” Estudos arqueológicos na área de intervenção da LT 230 KV Milagres-Tauá, Ceará, CHESF (2006).

						da Linha de Transmissão 500kv Milagres II-Açu II, Seccionamentos e Subestações Associadas”, onde consta a informação: “Trata-se de um sítio com pinturas rupestres, localizadas em três setores do painel rochoso. O painel pintado mede cerca de 20m de largura, 20m de altura e 4m de profundidade.” (CNSACE00561).
--	--	--	--	--	--	---

Fontes: CNSA (IPHAN); VIANA, 2006; ZANETTINI, 2008 (volume 1); RAUBER, 2014;

Grupo 1: Sítios arqueológicos somente com artefatos do período histórico;

Grupo 2: Sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais;

Grupo 3: Sítios arqueológicos com artefatos do período histórico e com artefatos com características pré-coloniais.

APÊNDICE E

Apêndice E - Relação dos sítios arqueológicos identificados no atual espaço geográfico do município de Penaforte – CE.						
Nº	Sítio arqueológico	Fonte da pesquisa	Grupo	Coordenadas geográficas Ponto central (Datum SAD69)		Informações sobre os sítios arqueológicos
01	Antônio Miguel	CE00147	2	0489845	9132786	Sítio arqueológico com resgate pela empresa Zanettini Arqueologia no monitoramento da Ferrovia Transnordestina em 2008: “A equipe que realizou o levantamento (Transnordestina 2007 a) observou a presença de artefatos líticos, sendo aberta uma sondagem que não apresentou vestígios em subsuperfície [...] Os procedimentos adotados permitiram a identificação apenas de lascas e núcleos térmicos, sendo as evidências coletadas armazenadas para fins de eventual auditoria. Devido à baixa significância do material encontrado verificamos se tratar de uma área com baixa densidade de material cujos vestígios foram resgatados pela equipe que realizou o levantamento (ver TRANSNORDESTINA 2007a).” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 138).
02	Lagoa Preta	CE00143	2	0491270	9139804	Sítio arqueológico com atividades de resgate pela empresa Zanettini Arqueologia durante monitoramento da obra da Ferrovia Transnordestina em 2008: “O sítio Lagoa Preta se situa na localidade de Lagoa Preta, município de Pena Forte, na ADA do empreendimento, estando implantado em uma planície, com vegetação esparsa de caatinga e solo exposto. O relatório de levantamento indicou a presença de alguns artefatos líticos no local [...] Os procedimentos adotados permitiram a identificação de artefatos líticos pré-coloniais e lascas e núcleos térmicos. Os vestígios, porém, estiveram evidentes em muito baixa densidade, com uma distância superior a 30 metros entre cada artefato exposto em

						superfície. (TRANSNORDESTINA 2007 a).” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 141).
03	São Joza Tozinho Leite	CE00149	2	0490341	9133966	“Situa-se no município de Penaforte, na AID do empreendimento, a 80 metros do eixo projetado da ferrovia e paralelo à BR 116. Está implantado em uma planície com vegetação de capoeira e campo. A equipe que realizou o levantamento (Transnordestina 2007 a) observou a presença de artefatos líticos, sendo aberta uma sondagem que não apresentou vestígios em subsuperfície.” (Relatório Final, Volume 1, Zanettini, 2008, p. 138).

Fontes: CNSA (IPHAN); ZANETTINI, 2008 (volume 1)

Grupo 2: Sítios arqueológicos com artefatos com características pré-coloniais